



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

ESCOLA POLITÉCNICA

PROGRAMA DE ENGENHARIA URBANA

Ana Beatriz Melo da Silva de Oliveira

**HABITABILIDADE E SUBJETIVIDADE: UMA PERSPECTIVA DE INTERVENÇÃO EM  
ASSENTAMENTOS URBANOS IRREGULARES NO RIO DE JANEIRO**

Rio de Janeiro

2013

ANA BEATRIZ MELO DA SILVA DE OLIVEIRA

HABITABILIDADE E SUBJETIVIDADE: UMA PERSPECTIVA DE INTERVENÇÃO EM  
ASSENTAMENTOS URBANOS IRREGULARES NO RIO DE JANEIRO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Engenharia Urbana, Escola Politécnica, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Engenharia Urbana.

Orientador: Prof. Dr<sup>a</sup> Angela Maria Gabriella Rossi

Coorientador: Prof. Dr<sup>a</sup> Carmen Beatriz Silveira

Rio de Janeiro

2013

OLIVEIRA, Ana Beatriz Melo da Silva de.

Habitabilidade e subjetividade: uma perspectiva de intervenção em assentamentos urbanos irregulares no Rio de Janeiro / Ana Beatriz Melo da Silva de Oliveira. – 2013.

227 f.: il.

Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola Politécnica, Programa de Engenharia Urbana, Rio de Janeiro, 2013.

Orientadores. Angela Maria Gabriella Rossi e Carmen Beatriz Silveira.

1.Habitabilidade. 2.Subjetividade 3.Qualidade de vida  
4.Assentamentos urbanos irregulares. I. ROSSI, Angela Maria Gabriella e SILVEIRA, Carmen Beatriz. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola Politécnica. III. Título.

OLIVEIRA, Ana Beatriz Melo da Silva. Habitabilidade e subjetividade: uma perspectiva de intervenção em assentamentos urbanos irregulares no Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola Politécnica, Programa de Engenharia Urbana. Rio de Janeiro, 2013.

Rio de Janeiro, ..... de ..... de 2013.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr<sup>a</sup> Angela Maria Gabriella Rossi  
Orientadora

---

Prof. Dr<sup>a</sup> Carmen Beatriz Silveira  
Coorientadora

---

Prof. Dr<sup>a</sup> Rosane Martins Alves

---

Prof. Dr<sup>a</sup> Ana Lucia Gonçalves Maiolino



*Àquele que é, que era e que há de vir.*

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, que com sua luz guiou meus passos nessa longa trajetória de estudo;

Aos meus pais, por todo amor e porque nunca mediram esforços para proporcionar as condições necessárias para que eu chegasse até aqui;

Ao Michel, dom maior de Deus para mim... Por sua paciência e especial incentivo. Obrigada por sempre me ensinar a ser uma pessoa melhor;

Aos meus irmãos, em especial à Ir. Ana Claudia que tem me sustentado com suas orações;

Aos meus amigos do coração com quem sei que sempre posso contar... amo vocês!

Às minhas orientadoras, Gabriella Rossi e Carmen Beatriz, que se tornaram amigas, mães e sempre professoras. Seus ensinamentos levarei comigo, pelo resto de minha vida...

Ao professor Humberto Kzure-Cerqueira, pelo tempo e atenção dispensados. Seu olhar crítico foi fundamental para o desenvolvimento deste trabalho;

À Ana Lúcia Gonçalves Maiolino que demonstrou uma incrível disponibilidade e vontade de ajudar. Sem dúvida você se tornou uma grande referência para mim;

A todos os membros da Banca, por suas considerações e contribuições para a conclusão de um trabalho mais completo;

Às amigas Caroline Machado e Ellen Mofati que contribuíram com a revisão geral do texto;

Aos amigos e colegas do Programa de Desenvolvimento do *Campus* Fiocruz da Mata Atlântica, onde posso exercer minha profissão em um ambiente maravilhoso;

Aos moradores de Curicica 1 que abriram as portas de suas casas e de seus corações para a equipe do projeto "Habitat Saudável". Sem seus preciosos depoimentos seria impossível realizar este trabalho;

Aos professores e colegas de turma do Programa de Engenharia Urbana da Escola Politécnica da UFRJ. Não tenho palavras para definir como foi conviver com vocês durante o ano letivo de 2010.

A todos, o meu muito obrigada!

*O homem, de fato, está sempre orientado para algo que o transcende, seja um sentido a realizar, seja uma pessoa a encontrar. De uma maneira ou de outra, sua natureza o leva a se ultrapassar. A transcendência de si mesmo constitui, assim, a essência da existência humana. (FRANKL, 1978, p.11).*

## RESUMO

OLIVEIRA, Ana Beatriz Melo da Silva. **Habitabilidade e subjetividade**: uma perspectiva de intervenção em assentamentos urbanos irregulares no Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola Politécnica, Programa de Engenharia Urbana. Rio de Janeiro, 2013.

A presente dissertação apresenta e analisa programas de intervenção em assentamentos urbanos irregulares na cidade do Rio de Janeiro, fundamentando-se numa visão histórica e no exame de noções significativas para auxiliar esse estudo. Apresenta-se também uma análise da pesquisa qualitativa realizada com moradores de uma comunidade localizada na zona oeste da cidade, onde estavam previstas obras do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (PAC Colônia). Nessa abordagem, evidenciam-se as noções de habitabilidade e de subjetividade social, considerando-as essenciais à compreensão das condições necessárias à melhoria da qualidade de vida. Ao investigar a história das favelas na cidade do Rio de Janeiro, é possível perceber avanços e retrocessos nas formas de atuação do poder público em tais espaços. Tendo em vista esse contexto e com base nas experiências realizadas nas comunidades de Brás de Pina e do Canal das Tachas, nas décadas de 1970 e 1990, respectivamente, aponta-se para características comuns à metodologia de intervenção, em ambos os casos, o que propiciou o maior envolvimento e participação dos moradores ao longo do processo. Finalmente utilizam-se informações da pesquisa qualitativa realizada com um grupo de moradores da comunidade Curicica 1, Jacarepaguá, no âmbito de um projeto desenvolvido pela Fundação Oswaldo Cruz, para identificar as principais demandas da comunidade e apontar a viabilidade de elaboração de políticas públicas mais adequadas às realidades locais.

Palavras-chave: 1. Habitabilidade. 2. Subjetividade. 3. Qualidade de vida. 4. Assentamentos urbanos irregulares.

## ABSTRACT

OLIVEIRA, Ana Beatriz Melo da Silva. **Habitabilidade e subjetividade**: uma perspectiva de intervenção em assentamentos urbanos irregulares no Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola Politécnica, Programa de Engenharia Urbana. Rio de Janeiro, 2013.

This dissertation presents and analyzes intervention programs in irregular urban settlements in the city of Rio de Janeiro, basing on a historical overview and review of significant notions to aid this study. It also presents an analysis of the qualitative research conducted with residents of a community located on the west side of town, where works were planned by Programa de Aceleração do Crescimento of the Federal Government (PAC Colônia). In this approach, highlight the notions of habitability and social subjectivity, considering them essential to the understanding of the conditions needed to improve the quality of life. By investigating the history of slums in the city of Rio de Janeiro, you can see progress and setbacks in the forms of acts of public authorities in such spaces. Given this context and based on experiments conducted in the communities Brás de Pina and Canal das Tachas in the decades of 1970 and 1990, respectively, points to common features of the methodology of intervention, in both cases, which led to greater involvement and participation of residents throughout the process. Finally used up information from qualitative research conducted with a group of community residents Curicica 1, the studied area, under a project developed by the Oswaldo Cruz Foundation, to identify the main demands of the community and point out the feasibility of developing public policies more appropriate to local realities.

Key-words: 1. Habitability. 2. Subjectivity. 3. Quality of life. 4. Irregular urban settlements.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Estalagem localizada na Rua do Senado no Rio de Janeiro do início do século XX.	28
Figura 2 – Charge publicada na capa da Revista Ilustrada em Fevereiro de 1893.....	32
Figura 3 – Morro da Favela - Tarsila do Amaral, 1924 .....	40
Figura 4 – Parque Proletário da Gávea .....	43
Figura 5 – Casas no morro do Salgueiro. Rio de Janeiro. 1958 .....	47
Figura 6 – Cidade de Deus. Rio de Janeiro. 1966 .....	56
Figura 7 – Fatores relevantes para a avaliação do bem-estar habitacional.....	77
Figura 8 – Localização da Favela de Brás de Pina. Rio de Janeiro – RJ .....	104
Figura 9 – Fases do remanejamento. Brás de Pina - Rio de Janeiro - RJ .....	119
Figura 10 – Aspecto de umas das ruas de Brás de Pina logo após a urbanização (década de 1970) e nos dias atuais (2011). Rio de Janeiro - RJ.....	122
Figura 11 – Localização da Favela do Canal das Tachas. Recreio dos Bandeirantes. Rio de Janeiro – RJ .....	123
Figura 12 – Conjunto Habitacional - Vista da Rua Flávio de Aquino. Canal das Tachas. Rio de Janeiro – RJ. ....	138
Figura 13 – Localização da comunidade Curicica 1 em relação à cidade do Rio de Janeiro.	150

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Critérios de inadequação dos domicílios urbanos duráveis, segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (rms) - Brasil – 2008.....	71
Tabela 2 – Escolaridade dos moradores. Brás de Pina- RJ. 1965. ....	109
Tabela 3 – Ocupação da população por gênero. Brás de Pina - RJ. 1965 .....	110
Tabela 4 – Renda familiar. Brás de Pina - RJ. 1965.....	110
Tabela 5 – Escolaridade dos moradores. Canal das Tachas - RJ. 1997 – 2000.....	127

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Indicadores de habitabilidade para avaliação do aspecto Produto de acordo com a <i>Metodologia de avaliação dos programas de habitação e saneamento financiados com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)</i> .. .....	78
Quadro 2 – Domínios e facetas do WHOQOL-100.. .....	97



## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 – Origem da população. Canal das Tachas. Rio de Janeiro - RJ. 1998 (%).....	126
Gráfico 2 – Ocupação por setor de atividade. Canal das Tachas. RJ. 1997 - 2000.....	127

## **LISTA DE MAPAS**

Mapa 1 – Localização das Favelas Brás de Pina e do Canal das Tachas por Região Administrativa. Rio de Janeiro.....	103
Mapa 2 – Localização da Favela de Brás de Pina no município do Rio de Janeiro: Zoneamento Industrial.....	107
Mapa 3 – Principais intervenções propostas. Brás de Pina - Rio de Janeiro - RJ... ..	115
Mapa 4 – Principais propostas do Plano de Intervenção. Canal das Tachas. RJ. ....	134
Mapa 5 – Redes de parentesco na comunidade de Curicica 1. Rio de Janeiro. 2009.....	154
Mapa 6 – Redes de serviço existentes antes das obras do PAC-Colônia. ....	170

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AEIS – Área de Especial Interesse Social  
AP – Área de Planejamento  
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento  
BNH – Banco Nacional de Habitação  
CHISAM - Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio  
CJM – Colônia Juliano Moreira  
CODESCO – Companhia de Desenvolvimento de Comunidades  
COHAB - GB – Companhia de Habitação Popular do Estado da Guanabara  
COMLURB – Companhia Municipal de Limpeza Urbana  
COPEG – Companhia de Desenvolvimento do Estado da Guanabara  
CRHF – Centro de Referência Professor Hélio Fraga  
DSSA – Departamento de Saneamento e Saúde Ambiental  
ENSP – Escola Nacional de Saúde Pública  
ETE – Estação de Tratamento de Esgoto  
FAFEG – Federação da Associação de Favelas do Estado da Guanabara  
FCP – Fundação Casa Popular  
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço  
FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz  
GEAP – Grupo de Estudos de Assentamentos Populares  
HMRPS – Hospital Municipal Raphael de Paula Souza  
IAB – Instituto de Arquitetos do Brasil  
IAPs – Institutos de Aposentadorias e Pensões  
INCA – Instituto Nacional do Câncer  
INVI – Instituto de La Vivienda  
IPP – Instituto Pereira Passos  
LIGHT – Companhia de Energia Elétrica do Rio de Janeiro  
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento  
PCRJ – Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro  
PDCFMA – Programa de Desenvolvimento do Campus Fiocruz da Mata Atlântica  
PNH – Política Nacional de Habitação  
POUSOs – Postos de Orientação Urbanística e Social  
PROJAC – Projeto Jacarepaguá (Central de produção da Rede Globo de Televisão)  
PUC - RJ – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro  
RA – Região Administrativa  
SAGMACS – Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais  
SERFHA – Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-higiênicas  
SMH – Secretaria Municipal de Habitação  
SNHIS – Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social  
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para Infância  
VPAAPS – Vice-Presidências de Ambiente, Atenção e Promoção à Saúde (Fiocruz)  
VPPLR – Vice-Presidências de Pesquisa e de Laboratórios de Referência (Fiocruz)

## SUMÁRIO

1. Introdução .....	17
1.1. Objetivo e metodologia.....	19
1.2. Estrutura da dissertação.....	20
2. Programas de intervenção em assentamentos urbanos irregulares no Rio de Janeiro: contextualização histórica .....	23
2.1. Favelas cariocas: formação do espaço e da memória .....	24
2.1.1. Exclusão e transformação no Rio de Janeiro do século XIX .....	24
2.1.2. A habitação dos pobres: dos cortiços às favelas .....	34
2.2. Favelas cariocas: propostas, intervenções e políticas habitacionais .....	41
2.2.1. Mudanças no espaço e na sociedade .....	41
2.2.2. A consolidação da política de remoção de favelas.....	53
2.2.3. O ‘problema’ favela: novas propostas, velhas alternativas.....	58
3. Condições de habitabilidade e subjetividade em assentamentos urbanos irregulares ....	67
3.1. Habitação adequada e condições de habitabilidade .....	68
3.1.1. Habitação adequada .....	68
3.1.2. Habitabilidade: conceitos e critérios de avaliação .....	74
3.2. A construção teórica da subjetividade.....	80
3.2.1. A psicologia e suas contribuições para a noção de subjetividade.....	84
3.2.2. Sujeito e subjetividade.....	88
3.3. Habitabilidade e subjetividade como tópicos de qualidade de vida .....	93
4. Habitabilidade e subjetividade: dois exemplos, dois contextos .....	101
4.1. Favela Brás de Pina: urbanização sim, remoção não! .....	104
4.1.1. A favela de Brás de Pina na década de 1960 .....	104
4.1.2. Desenvolvimento do plano urbanístico e o processo de intervenção .....	113
4.1.3. Conclusões acerca do processo de intervenção em Brás de Pina .....	120

4.2. Favela do Canal das Tachas: ocupação, crescimento e urbanização .....	123
4.2.1. Origem e crescimento da antiga favela do Terreirão .....	123
4.2.2. A proposta do Favela-Bairro e a metodologia desenvolvida .....	128
4.2.3. A permanência nas Tachas e os investimentos .....	136
4.3. Análise comparativa dos processos de intervenção nas duas comunidades .....	139
5. Curicica 1 - Rio de Janeiro: análise de uma pesquisa qualitativa .....	147
5.1. Uma proposta de <i>habitat</i> saudável em comunidade vizinha ao Campus Fiocruz da Mata Atlântica: geração de metodologias e intervenção social para a melhoria do ambiente construído .....	148
5.2. Habitabilidade e subjetividade em Curicica 1 .....	151
5.2.1. História local e transformações .....	151
5.2.2. Condições da habitação e do <i>habitat</i> .....	159
5.2.2.1. Dimensão objetiva .....	160
5.2.2.2. Dimensão subjetiva.....	171
5.3. Habitabilidade e subjetividade: uma vida de superações .....	178
6. Considerações finais .....	185
REFERÊNCIAS .....	189
ANEXOS.....	197

## 1 Introdução

Há décadas a urbanização de favelas tem sido considerada a alternativa mais viável para promover políticas públicas nessas localidades. Muitas transformações ocorreram no modo de pensar e tratar tais espaços, até que se consolidasse a implementação de programas de intervenção em assentamentos urbanos irregulares. No entanto, novos desafios acerca deste tema precisam ser superados.

Neste contexto, alguns acontecimentos pessoais serviram de motivação para o aprofundamento em questões relacionadas aos assentamentos irregulares, à qualidade da moradia e a novas propostas de intervenção. A participação em projetos e pesquisas,<sup>1</sup> que tinham como objeto as favelas, permitiu que se criasse outra perspectiva desse universo tão cheio de possibilidades. Entretanto, foi o convívio com moradores dessas comunidades que contribuiu para que se houvesse uma familiarização maior com esses espaços. Nesse processo surgiu a oportunidade de integrar a equipe de profissionais contratados, inicialmente, para realizar o levantamento quantitativo da pesquisa “Uma proposta de *habitat* saudável em comunidade vizinha ao *Campus* Fiocruz da Mata Atlântica” em Curicica 1, no Rio de Janeiro. Cabe mencionar que a pesquisa qualitativa desse projeto tornou-se objeto do presente estudo<sup>2</sup>.

Em tal ocasião, tanto a proximidade com profissionais de outras áreas do conhecimento, quanto com os próprios moradores de Curicica 1, a partir de um olhar profissional mais atento, auxiliaram a compreensão de que o espaço físico também é composto pela História e

---

<sup>1</sup> Destaca-se, como primeira experiência, a participação como bolsista de iniciação científica (Bolsa PIBIC CNPq/UFRJ) no projeto de pesquisa *Doze décadas de favela: a “recriação” da paisagem urbana da cidade do Rio de Janeiro a partir do processo de produção e reprodução dos espaços populares (1890-2010)*, coordenada pelo professor Cristóvão Duarte no âmbito do Programa de pós-graduação em urbanismo (PROURB) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

<sup>2</sup> Por este motivo, esse projeto é apresentado em linhas gerais no capítulo cinco desta dissertação. Já a metodologia que foi desenvolvida em seu escopo encontra-se no anexo A, por não fazer parte da proposta principal desse trabalho, mas contribuir para a compreensão do projeto mencionado.

memória local. Assim, aspectos subjetivos da comunidade começaram a ser desvendados, à medida que os relatos de seus habitantes extrapolavam as perguntas do questionário e aumentavam o conhecimento sobre aquela realidade.

No estudo sobre qualidade de vida<sup>3</sup> identificou-se as bases necessárias para o presente trabalho, ao considerar as necessidades humanas em sua dimensão objetiva (saúde, alimentação, moradia e etc.) e em sua dimensão subjetiva (vínculos com a família e amigos, participação política e social, relação com o espaço vivido e etc.). Esta noção fomentou a escolha dos fundamentos teóricos nos quais se respaldam este estudo: as condições de habitabilidade e o reconhecimento de uma subjetividade social<sup>4</sup> presente em assentamentos urbanos irregulares.

Para viabilização de tal proposta, foi necessária a adoção de duas referências primordiais. A primeira, *Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro*, do antropólogo Carlos Nelson Ferreira dos Santos<sup>5</sup>, é uma das obras mais conhecidas e citadas, sobre a temática das remoções e da urbanização de favelas nas décadas de 1950 e 1960. A segunda refere-se ao trabalho

---

<sup>3</sup> VITTE, Claudete de Castro Silva. A qualidade de vida urbana e sua dimensão subjetiva: uma contribuição ao debate sobre políticas públicas e sobre a cidade. In: VITTE, Claudete de Castro Silva e KEINERT, Tânia Margarete Mezzomo (orgs). **Qualidade de vida, Planejamento e Gestão Urbana: discussões teórico-metodológicas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

<sup>4</sup> Cabe mencionar que a concretização da temática da subjetividade para nortear o presente estudo ocorreu com a participação no colóquio *Aspectos Humanos da Favela Carioca: ontem e hoje*, ocorrido entre os dias 19 e 21 de maio de 2010, onde estiveram presentes estudiosos consagrados e pioneiros nas questões sociais, políticas e humanas (subjetivas) das favelas desde meados do século XX, como Janice Perlman, Lícia Valladares e José Arthur Rios. Esse evento foi organizado em comemoração aos 50 anos da publicação de *Aspectos Humanos da Favela Carioca*, desenvolvida pela Sociedade para Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (SAGMACS) e coordenado pelo sociólogo José Arthur Rios. A SAGMACS foi criada pelo frei dominicano Louis-Joseph Lebret na década de 1950.

<sup>5</sup> SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. **Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro**. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1981.

desenvolvido por Ana Lúcia Maiolino para sua tese de doutorado<sup>6</sup>, que culminou na produção do livro *Espaço urbano: conflitos e subjetividade*<sup>7</sup>. No referido estudo a autora parte de suas observações, do depoimento de moradores, técnicos da prefeitura e profissionais da equipe que desenvolveu o projeto do programa Favela-Bairro na comunidade Canal das Tachas, para analisar o processo de implementação desse programa, com foco na subjetividade local.

### 1.1 Objetivo e metodologia

O objetivo deste trabalho é assinalar a relação das condições de habitabilidade à subjetividade social presente em assentamentos urbanos irregulares como proposta para a elaboração de programas de intervenção mais abrangentes, participativos e apropriados às demandas dos moradores locais. Em outras palavras, busca-se evidenciar os aspectos objetivos e subjetivos mais representativos para a comunidade, com o intuito de aumentar a qualidade dos projetos de urbanização desenvolvidos pelo poder público.

A metodologia utilizada consiste em pesquisa bibliográfica sobre as noções de habitabilidade, a partir da definição de moradia adequada, e de subjetividade social desenvolvida por Fernando González Rey<sup>8</sup>. A partir deste estudo foram analisados dois exemplos de urbanização de favelas no Rio de Janeiro, em diferentes momentos, considerados como bem sucedidos do ponto de vista do processo da intervenção. Por fim, apresenta-se a comunidade de Curicica 1, sua história, seus moradores e o espaço em que

---

<sup>6</sup> Defendida em 2005 pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

<sup>7</sup> MAIOLINO, Ana Lúcia Gonçalves. **Espaço Urbano: conflitos e subjetividade**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008.

<sup>8</sup> REY, Fernando González. **Sujeito e subjetividade**. Thomson: São Paulo, 2003.



vivem, relacionando-os as dimensões objetiva e subjetiva do lugar como fatores importantes de serem considerados em uma possível proposta de intervenção.

## **1.2 Estrutura da dissertação**

O capítulo um introduz e contextualiza o tema em estudo, definindo o objetivo e a metodologia utilizada. Apresenta também, de forma resumida o conteúdo dos capítulos que compõem esta dissertação. No capítulo dois descreve-se o processo histórico e o cenário atual das intervenções realizadas em assentamentos irregulares cariocas, com o intuito de contextualizar a evolução das propostas de intervenção nessas áreas. Busca-se evidenciar, ao longo desse processo, as condições de habitabilidade e a subjetividade<sup>9</sup> a partir de algumas referências. Almeja-se identificar os avanços e retrocessos das estratégias utilizadas pelo poder público para lidar com o ‘problema’ favela, desde que estas começaram a aparecer na paisagem carioca, e como os interesses das classes privilegiadas interferiram nas formas de intervenção até os dias atuais.

O capítulo três apresenta as bases teóricas das noções de habitabilidade e subjetividade escolhidas para nortear este estudo, com a tentativa de encontrar algo em comum entre elas no que se refere à qualidade de vida. Cabe mencionar aqui que, para o desenvolvimento deste capítulo, foi crucial a adoção de uma linha de pensamento para respaldar a abordagem da subjetividade, que vem sendo tratada por diferentes áreas do conhecimento, como a psicologia, a antropologia e a filosofia.

No capítulo quatro buscou-se, por meio da análise dos casos de Brás de Pina e Canal das Tachas, compreender como as noções de habitabilidade e subjetividade adotadas podem

---

<sup>9</sup> Salienta-se a dificuldade em encontrar informações que considerassem os aspectos subjetivos das populações residentes em habitações populares no final do século XIX e no início do século XX.

contribuir na implementação de programas de intervenção em assentamentos urbanos irregulares. O objetivo desse capítulo é apontar para estratégias de intervenção que colaboraram para que as propostas de urbanização nos dois casos analisados fossem mais apropriadas às realidades locais, ainda que tenham sido realizadas em momentos e contextos distintos. Demonstra a importância de atuar no ambiente físico e nas suas condições de habitabilidade, sem deixar de considerar os aspectos subjetivos, com o intuito de melhorar a qualidade de vida da população local.

Por fim, no último capítulo analisa-se a comunidade de Curicica 1 por meio de depoimentos dos moradores, coletados durante a pesquisa qualitativa do projeto em questão<sup>10</sup>. Apontam-se aspectos objetivos e subjetivos da comunidade que, se levados em consideração na elaboração de propostas de urbanização para a área, como é o caso do PAC-Colônia, contribuiriam para a superação de modelos tradicionais de intervenção, cujo resultado distancia-se das expectativas dos beneficiários diretos.

Finaliza-se com considerações a respeito dos traumas da remoção e da crescente necessidade de participação social na implementação de políticas urbanas e de moradia. Assinalam-se outros pontos importantes que direcionam a viabilidade desta proposta que, mais do que associar habitabilidade e subjetividade em favelas, revela o quanto as dimensões objetiva e subjetiva de um lugar se entrelaçam e interferem no modo de vida dos moradores.

---

<sup>10</sup> Cabe mencionar que a metodologia desenvolvida no âmbito deste projeto encontra-se em anexo por ser considerada importante para a compreensão do contexto em que a pesquisa qualitativa foi realizada, mas a mesma não tornou-se objeto do presente estudo.



## **2 Programas de intervenção em assentamentos urbanos irregulares no Rio de Janeiro: contextualização histórica**

Desde o século XIX, tem-se observado a escassez na oferta de moradia adequada e acessível na cidade do Rio de Janeiro. Tal realidade se agrava ainda mais pela velocidade com que as transformações sociais e urbanas acontecem no cenário carioca. Na disputa pelos espaços privilegiados da cidade, as classes menos favorecidas sempre seguiram na contramão dos interesses públicos e privados. Desta forma, observa-se que a questão habitacional foi um aspecto crucial para a construção da cidade segregada, social e espacialmente, como se observa hoje.

Diante desta leitura, pretende-se, neste capítulo, contextualizar a formação das favelas no Rio de Janeiro, as mudanças nas estruturas físicas, sociais e políticas da cidade para auxiliar na compreensão das condições de moradia que se encontram nos dias atuais nos assentamentos irregulares cariocas. É importante considerar que as características físicas da cidade expressam a relação dialética espaço-sociedade, isto é, podem ser lidas pelas contradições materializadas no território. Esta afirmação ficará mais clara na medida em que o processo de ocupação das encostas e áreas de maneira irregular for analisado neste capítulo, destacando-se as condições da moradia e identificando-se características do modo de vida de seus moradores.

No entanto, será dada uma ênfase maior para as formas escolhidas pelo poder público de intervir nas favelas, as consequências destas escolhas na vida dos favelados e nas condições de moradia. Inicia-se este panorama com uma descrição histórica do Rio de Janeiro do século XIX e as transformações pelas quais passou a cidade e a sociedade nesse período.

Deste modo, constata-se dois pontos principais: por um lado, assiste-se a uma mudança nas propostas de política de governo para assentamentos urbanos irregulares, por outro se

observa um retrocesso na forma autoritária de atuação quando os interesses dos grupos dominantes se afirmaram na implementação dessas propostas. Compreende-se, assim, as presentes políticas e formas de intervenção como resultado de um processo de transformações políticas, sociais, culturais e espaciais.

## **2.1 Favelas cariocas: formação do espaço e da memória**

### **2.1.1 Exclusão e transformação no Rio de Janeiro do século XIX**

No século XIX ocorreram grandes transformações sociais e urbanas no Rio de Janeiro, relacionadas ao contexto nacional. A cidade assistiu a grandes acontecimentos nesse século como, por exemplo, a conquista da independência em 1822, a abolição da escravatura em 1888 e a proclamação da república em 1889. Todos os grandes eventos de cunho social e político manifestaram-se no espaço físico da cidade<sup>11</sup>, que até então se restringia a uma parte da atual área central, bem limitada por morros e áreas de mangue.

Restringia-se basicamente às freguesias da Candelária, São José, Sacramento, Santa Rita e Santana, que correspondem, grosso modo, às atuais regiões administrativas do Centro e Portuária. As demais freguesias existentes eram, então, predominantemente rurais. (ABREU, 1997, p. 37).

Ocorreram muitas mudanças na cidade, principalmente, em decorrência do aumento da população e da necessidade de estruturação da colônia para a chegada da Família Real. A presença da Corte portuguesa na capital colonial demandou algumas alterações de grande vulto no espaço físico da cidade, em busca de modernização e, principalmente, de expansão territorial. A população carioca aumentou de forma significativa desde o final da década de

---

<sup>11</sup> É importante mencionar que o Rio de Janeiro foi a capital, primeiramente da Colônia Portuguesa e posteriormente da República, de 1763 a 1960 (ano da inauguração de Brasília), tendo sido palco de grandes acontecimentos do Brasil durante esse período.

1800, pois muitos europeus desembarcavam no Brasil em busca de novas oportunidades<sup>12</sup>. Já na segunda metade do século XIX, além de imigrantes, “a cidade passa a atrair também numerosos capitais internacionais, cada vez mais disponíveis e à procura de novas fontes de reprodução”. (ABREU, 1997, p. 35). A respeito do crescimento demográfico, observa Maiolino (2008):

Segundo Alencastro (1997), a população do Rio, em 1799, contava com 43.376 habitantes. Engel (1989) assinala que, em 1821, 13 anos após a chegada da família real, a cidade já alcançara um total de 112.695 habitantes. O censo de 1849 registrou 226.000 habitantes e, segundo Abreu (1997), o recenseamento de 1872 indicou uma população residente de cerca de 275.000. Em 1890, a população do Rio alcançava 522.650 habitantes. (MAIOLINO, 2008, p.45).

Deste modo, houve a necessidade de investir fortemente em infraestrutura e realizar grandes obras na cidade. Destacam-se os trabalhos de aterros e drenagem em manguezais, o que permitiu a ocupação de novas áreas. Além disso, “o Rio de Janeiro se tornou, em 1863, uma das primeiras cidades do mundo a receber uma rede de esgotos” (MARQUES, 1995, p.58) e a partir de 1870, começaram a circular bondes de burros e trem a vapor na cidade. Esses investimentos contribuíram para que a capital se expandisse cada vez mais, tanto em direção à zona sul, para locais à margem da Baía de Guanabara onde as classes abastadas começaram a se estabelecer, quanto para o subúrbio, onde se instalariam as classes menos favorecidas.

Dentre as principais causas para tanto investimento, cabe destacar as epidemias, periodicamente presentes no Rio de Janeiro<sup>13</sup>. Pode-se dizer que a precariedade no tratamento dado ao esgoto e à água para consumo, até a instalação das novas redes,

---

<sup>12</sup> Silveira (2004, p. 64) menciona a intensificação do tráfico de escravos até a década de 1940. Já entre os anos de 1870 e 1890, atribui boa parte do aumento demográfico aos imigrantes estrangeiros e aos trabalhadores vindos do Vale do Paraíba (p. 65).

<sup>13</sup> Destacam-se as epidemias de febre amarela em 1850, de cólera em 1855 e de varíola em 1865.

contribuíram para o agravamento no quadro de epidemias.<sup>14</sup> Entretanto, foi em outra questão que se apoiaram os governantes para justificar os surtos das doenças que aterrorizavam a sociedade: a habitação dos pobres.

Conforme mencionado, a cidade se desenvolvia, basicamente, em sua área central antes das obras de expansão. Pessoas de todas as classes sociais “se amontoavam no antigo espaço colonial” (ABREU, 1997, p. 36) e as menos favorecidas não podiam arcar com os custos de moradias individuais. “E houve então o diagnóstico de que os hábitos de moradia dos pobres eram nocivos à sociedade, e isto porque as habitações coletivas seriam focos de irradiação de epidemias”. (CHALHOUB, 1996, p.29). Mas quem eram os pobres? A quem se destinavam essas habitações coletivas e como eram? Para responder tais questões é importante considerar que em meados do século XIX muitos escravos já começavam a conseguir autorização para viverem livremente e buscavam oportunidades para comprar sua alforria definitiva.

Na verdade, obter permissão para ‘para viver sobre si’ era algo pelo qual os escravos da Corte se empenhavam bastante. Viver longe da casa do senhor era uma maneira de adquirir maior autonomia nas atividades produtivas, e representava ainda a possibilidade de levar uma vida praticamente indiferençável em relação à população livre da cidade. Para os senhores, este tipo de arranjo era muitas vezes vantajoso, pois permitia arrancar jornais mais elevados aos cativos, além de desobrigá-los das despesas com o sustento dos negros. Para os escravos, a maior autonomia de movimento tinha ainda a vantagem adicional de facilitar jornadas extras de trabalho com o objetivo de amealhar dinheiro suficiente para comprar sua liberdade aos senhores. (CHALHOUB, 1996, p.27).

O fato de muitos negros já não viverem sob a tutela de seus senhores criou a necessidade de haver um lugar para esse público. Além de escravos, os imigrantes também precisavam de

---

<sup>14</sup> Antes da instalação dos sistemas de infraestrutura, “o abastecimento de água da cidade era realizado por carregadores escravos e/ou bicas públicas associadas a captações isoladas, como as dos rios Carioca, Comprido e Maracanã. O esgotamento, por sua vez, havia sido efetuado através dos ‘tigres’, escravos que, à noite, carregavam tonéis de excretas das habitações até o mar, lançando-os em frente ao largo do Paço”. (MARQUES, 1995, p.55).

moradia e estas deveriam se localizar no centro da cidade onde, segundo Lilian Vaz (1994, p.582), havia trabalho e “fervilhava a vida urbana”. Tanto imigrantes estrangeiros quanto brasileiros buscavam encontrar na capital da colônia melhores condições de vida e oportunidades de prestação de serviços para garantir o sustento diário. Para essa clientela era impossível arcar com os valores cobrados pelo aluguel de casas unifamiliares. São nessas condições que proprietários e empreendedores de todos os tipos passaram a investir nas habitações coletivas.

Esta tipologia de habitação era caracterizada pela presença de cômodos de dimensões mínimas, onde cada um abrigava uma família. Áreas, como cozinha, banheiro e tanque, eram compartilhadas entre todos os moradores. Por representar a única forma de moradia acessível às classes pobres, passou a se espalhar por toda área central da cidade. De acordo com Lilian Vaz (1994), é por volta de 1850 que surgem as primeiras habitações coletivas no Rio de Janeiro conhecidas por estalagens, que seriam conjuntos de pequenas casas enfileiradas. Outra tipologia definida pela autora são as casas-de-cômodos que “eram casas subdivididas internamente”. (VAZ, 1994, p.583).



**Figura 1: Estalagem localizada na Rua do Senado no Rio de Janeiro do início do século XX.<sup>15</sup>**



Fonte: [http://vestibular.uol.com.br/album/livros\\_fuvest\\_2010\\_album.jhtm#fotoNav=7](http://vestibular.uol.com.br/album/livros_fuvest_2010_album.jhtm#fotoNav=7)

No entanto, indiferentes às tipologias existentes, as elites sempre consideravam estes ambientes como quartos estreitos e infectos, onde vivia-se de maneira precária, cuja aglomeração inadequada se tornava um perigo para a sociedade. Tais condições fortaleceram o discurso que enfatizava a necessidade de as moradias serem higiênicas.<sup>16</sup> Pode-se dizer que esse discurso foi estratégico em uma futura investida para afastar os pobres do centro da cidade, até porque ainda prevalecia o pensamento de que as populações residentes nessas moradias eram constituídas de malfeitores de todos os tipos. Instalou-se então um discurso higienista na cidade, fomentado por médicos, sanitaristas e autoridades de diferentes esferas em busca de uma solução para combater a insalubridade nas habitações coletivas e precárias que se multiplicavam nas áreas centrais. Consolidou-se,

<sup>15</sup> FOTOGRAFIA. Estalagem na Rua do Senado. Rio de Janeiro. Disponível em : [http://vestibular.uol.com.br/album/livros\\_fuvest\\_2010\\_album.jhtm#fotoNav=7](http://vestibular.uol.com.br/album/livros_fuvest_2010_album.jhtm#fotoNav=7). Acesso em: 21 jun. 2013.

<sup>16</sup> Cabe mencionar que o termo 'casas higiênicas' já era utilizado em discursos sobre a saúde, incluindo o trato a doentes psiquiátricos no início do século XX. Venâncio (2011) utiliza-se de uma referência de Juliano Moreira (1910) que propôs a transferência das colônias na Ilha do Governador para locais onde alguns pacientes poderiam receber tratamento domiciliar. (MOREIRA, 1910 apud VENÂNCIO, 2011, p. 40).

nesse período, a utilização da palavra cortiço para referenciar as habitações coletivas, em geral, que representavam uma ameaça à salubridade pública. Este “foi o termo que as autoridades sanitárias passaram a utilizar quando desejavam estigmatizar em definitivo determinada habitação coletiva”. (CHALHOULB, 1996, p. 40).<sup>17</sup> Iniciou-se um forte ataque aos cortiços do centro da cidade em busca de sua exterminação total.

A preocupação das autoridades com a saúde pública determinou que as questões relacionadas às habitações coletivas deveriam ser prioritárias. A partir disso criou-se a Junta Central de Higiene dedicada à regulamentação das condições de moradia oferecidas nos cortiços. Todavia, o discurso sanitarista ainda estava muito associado ao discurso policial de que estas habitações eram refúgio de maus elementos. Deste modo, em 1853 o *Regulamento dos Estalajadeiros*<sup>18</sup> foi proposto para aumentar o controle da população residente nos cortiços, por meio de algumas diretrizes que também consideravam as condições de salubridade. Ainda que este documento não tenha sido adotado pela Câmara, vale mencionar alguns de seus aspectos, ressaltados por Chalhoub (1996), que revelam a forma como os moradores das habitações coletivas eram vistos.

Entre as medidas destinadas a facilitar a vigilância da polícia, havia a obrigatoriedade de o estalajadeiro possuir um livro de controle da entrada e saída de hóspedes ou moradores, e no qual estes estariam cuidadosamente identificados. Os subdelegados deveriam visitar frequentemente as habitações coletivas, certificando-se de que lá não se encontravam vadios, estrangeiros em situação irregular, e pessoas ‘suspeitas’, ou que causassem ‘desconfianças’ e ‘receios’ – uma categoria tão abrangente e ambígua que era potencialmente útil contra quaisquer dos moradores de tais habitações. Quanto às condições de higiene, os estalajadeiros eram obrigados a conservar suas casas no ‘melhor asseio possível’, conduzindo ‘o lixo, as águas sujas, e outras matérias imundas’ para os locais onde era permitido o despejo. Ficava proibido o depósito de

---

<sup>17</sup> Chalhoub (1996) narra alguns episódios em que existem conflitos entre as diferentes concepções do que seriam de fato cortiços, principalmente, quando da fiscalização da Junta Central de Higiene.

<sup>18</sup> Segundo Chalhoub (1996, p. 30) este documento foi encaminhado à Câmara Municipal da Corte pela Secretaria de Polícia, onde estalajadeiro é “o indivíduo que der agasalho ou pousada por dinheiro, qualquer que seja a denominação da casa em que a der”.

lixo e 'matérias fecais' em covas feitas no quintal, ou em qualquer outra parte da casa. Os fiscais das freguesias deviam zelar pela obediência ao regulamento. (CHALHOULB, 1996, p. 30).

Após esta primeira tentativa de estabelecer condições para a existência dos cortiços, muitas outras foram apresentadas à Câmara Municipal com o mesmo intuito. No entanto, apenas algumas medidas mais relacionadas às condições de higiene destas construções eram tomadas. Segundo Ibituruna (1886), o aparente descaso possuía suas razões, pois “os cortiços podiam ser insalubres, mas eram também uma enorme fonte de lucros, e combatê-los poderia ser fatal em termos políticos, tamanhos eram os interesses envolvidos” (IBITURUNA, 1886 apud ABREU, 1986, p. 49).

De todo modo, a perseguição aos cortiços se intensificava e já indicava o fim dessas habitações coletivas no centro da cidade. As pressões pela valorização da terra aumentavam e ficava mais difícil de os pobres se manterem nessas localidades. Alguns decretos definiam a proibição da construção de novos cortiços em áreas específicas, mesmo que houvesse diferentes denominações para as tipologias de habitações coletivas. A isto, acrescenta-se também o fato de os cortiços existentes terem que atender a tantas exigências que sua sobrevivência ficava cada vez mais comprometida.

A demolição de muitos cortiços acabava, aos poucos, com a possibilidade de os pobres se estabelecerem nas proximidades das grandes oportunidades de trabalho. Com a abolição da escravatura, o advento da república e o crescimento dos meios de transporte na cidade aumentou a pressão para que os pobres deixassem o Centro carioca, ainda que estes não conseguissem arcar com os altos custos para sua locomoção diariamente. O ato mais simbólico do ataque às habitações coletivas foi a demolição do cortiço *Cabeça de Porco*. Este cortiço ficou famoso por ser o maior de todos os cortiços da área central da cidade na

década de 1880. “Jornais da época referem-se a duas mil pessoas quando se iniciou a demolição”. (VAZ, 1986, p.30).

A respeito de seus moradores, dizia-se que eram ‘capoeiras, ladrões, meretrizes de baixa classe e assassinos’. Entre as centenas de milhares de moradores, muitos eram capoeiras aglutinados pelas relações pessoais, muitos eram trabalhadores da pedreira que procuravam moradia próximo ao trabalho [...]. No cortiço modelo, cortiço real, havia também um armazém, várias cocheiras e galinheiro. Uma reportagem publicada 30 anos após a demolição informa que havia ainda uma barbearia e 10 oficinas de remendar sapatos e que era grande o número de lavadeiras de todas as cores e nacionalidades. Havia ainda bandos de crianças e todos os tipos de animais domésticos. Em suma, ‘uma Babilônia’ com seus ‘habitantes de todo gênero’, que lhe imprimiam o ar de multiplicidade e heterogeneidade, apesar de sua condição básica comum: a pobreza. (VAZ, 1986, p.31).

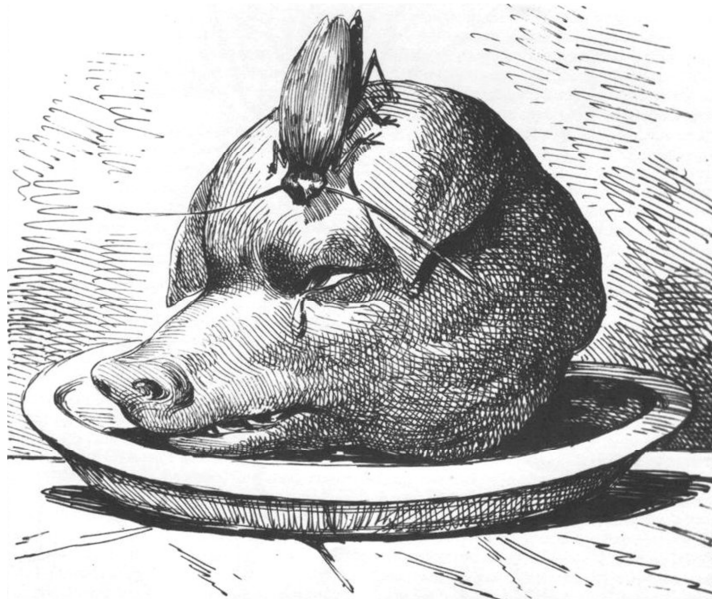
No final do século XIX ainda mantinha-se no imaginário da população o estereótipo dos moradores de cortiços. No caso do Cabeça de Porco, por suas amplas dimensões, era possível que uma série de relações se dessem no interior de suas dependências, como familiares, afetivas e de trabalho. Pode-se dizer também, através da citação acima, que havia um mercado local, e muitos tinham o cortiço como fonte de seu próprio sustento. Vaz (1986, p.31) ainda destaca que era provável que vivessem lá “capangas ou guarda-costas” de autoridades locais, o que garantia a permanência do cortiço, até que outros governantes chegassem ao poder com o fim da monarquia.

Finalmente, após várias tentativas de interdição do cortiço, com os discursos de que suas instalações não atendiam às condições de higiene estabelecidas pela legislação vigente,<sup>19</sup> o Cabeça de Porco foi fechado e em 1893 demolido, quando a cidade estava sob a administração do prefeito Barata Ribeiro. Vaz (1986) ressalta que esta foi a única vez em que o Estado protagonizou a demolição de um cortiço, justamente o mais imponente deles.

---

<sup>19</sup> Sublinha-se que muitos pedidos de licença para a realização de obras de melhoramentos nos cortiços eram negados pela Intendência Municipal, dificultando que os mesmos atendessem a tal legislação.

Figura 2: Charge publicada na capa da Revista Ilustrada em Fevereiro de 1893.<sup>20</sup>



Fonte: <http://www.urbanamente.net/blog/2012/08/01/onde-esse-povo-todo-vai-morar/>

A justificativa de que era necessário abrir o túnel João Ricardo e dar continuidade à rua de mesmo nome foi o primeiro passo para o futuro arrasamento de diversos cortiços e propriedades privadas em geral, como será visto adiante. Apesar dos interesses da Câmara Municipal, tudo convergia para a extinção dos cortiços e, conforme observa Vaz (1994, p.586), “as habitações coletivas que resistiram à ação da legislação não sobreviveram ao ataque de duas novas forças: a renovação urbana e a valorização imobiliária”.

Se no final do século XIX o discurso que prevalecia era o de higienistas e sanitaristas, no início do século XX outra vertente começou a ganhar espaço. A modernização da cidade era algo pelo qual o governo, empresários e classes altas tanto ansiavam. O centro ainda lembrava uma cidade colonial e os prédios públicos disputavam espaço com os cortiços. A cidade que se expandia com as linhas ferroviárias, também se industrializava na intensidade de seu crescimento econômico e descentralizava as atividades e as oportunidades. Deste modo, iniciou-se uma grande investida por parte do poder público pela expulsão dos pobres

<sup>20</sup> REVISTA ILUSTRADA. **Capa**. Nº 656. Fev. 1983. Disponível em: <http://www.urbanamente.net/blog/2012/08/01/onde-esse-povo-todo-vai-morar/>. Acesso em: 21 jun. 2013.

do Centro. Abreu (1997, p. 57) destaca as ações governamentais que criaram as “bases ideológicas da ocupação da nova cidade que iria surgir”:

Assim em 9/12/1882, foi promulgado um decreto que isentava de impostos aduaneiros e concedia outros benefícios às indústrias que construíssem ‘casas populares higiênicas, com fossas, dependências de cozinha e de lavanderia, elevadas do solo e com boa aeração’ para seus operários, o que foi efetivamente realizado por várias delas na década seguinte, desejosas de manter à sua volta uma força de trabalho cativa e disciplinada. (ABREU, 1997, p. 57).

Desta forma, surgiram as primeiras vilas operárias, ainda que se mantivessem muitos cortiços nas áreas centrais da cidade. Então, o poder público decidiu agir de forma mais incisiva pela limpeza<sup>21</sup> e pela modernização do Centro da cidade. Pereira Passos, prefeito do Rio de Janeiro entre os anos de 1902 e 1906, propôs e executou um plano de embelezamento, com o intuito de elevar o *status* da capital. Segundo Abreu (1986, p. 53), as obras da Reforma Passos tiveram base em dois eixos: “o controle da circulação e o controle urbanístico”. Assim, destacam-se ações como a construção de um novo porto, a abertura de novas e largas vias e a construção de imponentes prédios públicos destinados ao lazer das elites. Tudo isso custou muito à cidade e à sociedade, uma vez que foram demolidos quarteirões inteiros e exterminados usos de lazer das classes operárias. O espaço urbano já podia refletir a segregação social existente e o total descomprometimento do poder público com as necessidades básicas dos excluídos. Maiolino (2008) enfatiza o tratamento dado aos moradores dos cortiços que foram desapropriados e que sequer tinham a quem recorrer:

Dessa forma, várias dessas intervenções, mas em especial o alargamento das ruas centrais e a abertura de novas artérias, tiveram como consequência imediata a demolição dos cortiços e a expulsão desses homens e suas famílias, sem que lhes fosse dada qualquer possibilidade de reação. Como resgatado por Maricato (1997), ‘o prefeito teve poderes ditatoriais (inconstitucionais na época) para desapropriar, demolir, contratar, construir, sem possibilidade de contestação por qualquer cidadão que se sentisse atingido’. (MAIOLINO, 2008, p.51).

---

<sup>21</sup> Referente à eliminação das moradias populares das áreas centrais da cidade.

Cabe aqui uma breve observação: é notório que os interesses das diversas partes, seja da elite, dos empreendedores e dos próprios governantes, sempre ditassem quais ações deveriam ser concretizadas, de modo que os excluídos fossem mais prejudicados, não importando quem eram, como viviam ou como se daria sua sobrevivência dali por diante, o que ainda acontece em alguns casos nos dias atuais. Fato é que as populações mais pobres aprenderam com as adversidades a lidar com as circunstâncias mais improváveis e ameaçadoras que lhes eram impostas. No decorrer do texto será constatado que, apesar de representarem peça fundamental para a economia da cidade, as classes menos favorecidas sempre se adaptaram às situações mais difíceis. Ao buscar novos meios de se manterem, encontraram alternativas deficitárias de moradia e condições de vida, o que tem deixado profundas marcas na cidade e na sociedade.

### **2.1.2 A habitação dos pobres: dos cortiços às favelas**

Ao retomar a demolição do mais famoso cortiço do século XIX, coloca-se uma questão: “qual o destino dos moradores expulsos do Cabeça de Porco?”. (VAZ, 1986, p. 35). Vaz (1986) levanta a hipótese de que alguns moradores tenham utilizado restos de madeira para a construção de assentamentos improvisados no morro da Providência que existia atrás do cortiço e onde uma das proprietárias do Cabeça de Porco possuía lotes. Vaz (1994) também considera a existência de alguns casebres no mencionado morro onde, em 1897, se estabeleceram “com a devida autorização dos chefes militares, os soldados egressos da Campanha de Canudos”. (CHALHOUB, 1996, p. 30).

Os soldados assim o fizeram como forma de protestar e pressionar as autoridades a pagarem soldos que não haviam recebido. Estes passaram a chamar o morro da Providência

de morro da Favela<sup>22</sup>, em referência a um tipo de arbusto que existia em um dos morros próximos à cidade de Canudos (Bahia). Mas o morro da Providência não foi o único a acolher moradores das classes mais pobres no final do século XIX. A ocupação do morro de Santo Antônio também começou nos anos de 1890, quando alguns ex-combatentes de Canudos, como no morro da Providência, construíram precários casebres em 1897. Assim, é difícil afirmar qual foi a primeira favela carioca. Fato é que ao final desse século já havia ocupações em alguns morros do Centro, em sua periferia imediata e na zona sul<sup>23</sup>.

Cabe ressaltar que a política de Pereira Passos<sup>24</sup>, conhecida por 'bota-abaixo', contribuiu e muito para o aumento da população residente em encostas no centro da cidade, bem como para a consolidação dos subúrbios. No entanto, os investimentos realizados em determinadas áreas da cidade favoreciam, basicamente, as classes abastadas da sociedade. Estes privilégios destinados a uma pequena parcela da população em detrimento de outra, refletiam-se nas formas de organização do espaço, contribuindo para a segregação dos lugares dos ricos e dos pobres.

Nas favelas do início do século XX as moradias eram tão precárias que traziam fortes traços dos antigos cortiços. Vaz (1994, p. 591) afirma que tais aglomerados eram bem diferentes do que se compreende hoje por favela e que "talvez pudessem até ser consideradas formas indefinidas, intermediárias entre o cortiço e a favela, entre o velho e o novo". Neste momento, aquele universo permanecia desconhecido para a maior parte da sociedade, por

---

<sup>22</sup> Valladares (2000, p.7) ressalta que o morro da Favela passou então a "emprestar seu nome aos aglomerados de casebres sem traçado, arruamento ou acesso aos serviços públicos, construídos em terrenos públicos ou de terceiros, que começam se multiplicar no centro e nas zonas sul e norte da cidade do Rio de Janeiro".

<sup>23</sup> Valladares (2000, p. 7) afirma que três favelas, "a Quinta do Caju, a Mangueira — que não corresponde à atual e muito conhecida favela da Mangueira — e a Serra Morena", já tinham sido ocupadas antes mesmo do morro da Favela.

<sup>24</sup> Francisco Pereira Passos foi nomeado prefeito do Distrito Federal pelo presidente Francisco de Paula Rodrigues Alves, entre os anos de 1902 e 1906.



mais que se encontrasse encravado nas áreas mais nobres da capital. Entretanto, “mesmo ocupando ainda um lugar menor na paisagem da cidade, a favela não escapa ao olho clínico do engenheiro/observador”. (VALLADARES, 2000, p. 13). Em 1906 foi publicado o Relatório *Habitações Populares*, onde Backheuser<sup>25</sup> fez um breve relato da tipologia de habitação presente no morro da Favela que começava a se estabelecer em outras encostas cariocas.

O morro da Favella é íngreme e escarpado; as suas encostas em ribanceiras marchetam-se, porém, de pequenos casebres sem hygiene, sem luz, sem nada. Imagine-se, de facto, casas (!) tão altas como um homem, de chão batido, tendo para paredes trançados de ripas, tomadas as malhas com porções de barro a sopapo, latas de kerosene abertas e juxtapondo-se táboas de caixões; tendo para telhado essa mesma mixtura de materiais presos à ossatura da cobertura por blocos de pedras de modo a que os ventos não as descubram; divisões internas mal acabadas, como que paradas a meio com o propósito único de subdividir o solo para auferir proventos maiores. É isto pállida idéa do que sejam estas furnas onde, ao mais completo desprendimento por comesinhas noções de asseio, se allia uma falta de água, quasi absoluta, mesmo para beber e cosinhar. (BACKHEUSER, 1906 apud VALLADARES, 2000, p. 13).

Para além dos limites restritos do espaço privado da habitação na favela, em 1908, João do Rio publicou na *Gazeta de Notícias* o que se deduz ter sido a primeira descrição do morro de Santo Antônio. Trata-se do conto *Livres acampamentos da miséria*, republicado em 1911 no livro *Vida Vertiginosa* onde o autor apresenta tanto características do lugar, quanto dos moradores. É surpreendente a forma como se aponta para uma realidade tão distinta que se descortina mata adentro: uma “cidade dentro da grande cidade” (RIO, 2006, p. 135):

Eu tinha do morro de Santo Antônio a idéia de um lugar onde pobres operários se aglomeravam à espera de habitações, e a tentação veio de acompanhar a seresta morro acima, em sítio tão laboriosamente grave. [...]

Eu ia à frente com o soldado jovem, que me assegurava do seu heroísmo. Atrás o resto do bando tentava cantar uma modinha a respeito de uns olhos fatais. O morro era como outro qualquer morro. Um caminho amplo e maltratado, descobrindo de um lado, em planos que mais e mais se alargavam, a iluminação da cidade, no admirável noturno de sombras e luzes, e apresentando de outro as fachadas dos prédios familiares ou as

---

<sup>25</sup> BACKHEUSER, Everardo. **Habitações populares**. Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. J.J. Seabra, ministro da Justiça e Negócios Interiores. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1906.

placas de edifícios públicos [...]. Vi, então, que eles se metiam por uma espécie de corredor encoberto pela erva alta e por algum arvoredo. Acompanhei-os, e dei num outro mundo. A iluminação desaparecera. Estávamos na roça, no sertão, longe da cidade. O caminho, que serpeava descendo, era ora estreito, ora largo, mas cheio de depressões e buracos. De um lado e de outro casinhas estreitas, feitas de tábuas de caixão com cercados, indicando quintais. A descida tornava-se difícil. Os passos falhavam, ora em bossas em relevo, ora em fundões perigosos. (RIO, 2006, p. 132-134).

A narrativa do autor remete a um lugar que poderia representar a seus moradores um esconderijo, um refúgio na cidade que lhes virava as costas. A possibilidade de viverem longe dos olhos da sociedade era uma alternativa àqueles que eram física e socialmente excluídos da cidade. A abundância de espaços livres na encosta do morro de Santo Antônio no início do século XX pode indicar o que queriam os moradores que se assentavam do outro lado do morro: talvez privacidade ou um pouco de liberdade.

Grande era a heterogeneidade de pessoas que viviam ali. As relações eram quase que inevitáveis, pois apesar das diferenças, a pobreza era comum a todos e esse era o lugar que ela havia encontrado para se estabelecer: a favela. Pode-se dizer que as populações dos cortiços e das favelas eram as mesmas em busca da consolidação, não somente do seu espaço, mas também de seus costumes e culturas.

Nesta empolgante sociedade, onde cada homem é apenas um animal de instintos impulsivos, em que ora se é muito amigo e grande inimigo de um momento para o outro, as amizades só se demonstram com uma exuberância de abraços e de pegações e de segredinhos assustadora — há o arremedo exato de uma sociedade constituída. [...] Há casas de casais com união livre, mulheres tomadas. As serenatas param-lhes à porta, há raptos e, de vez em quando, os amantes surgem rugindo, com o revólver na mão. [...] Mas também há casas de famílias, com meninas decentes. Um dos seresteiros, de chapéu panamá, diz de vez em quando:

— Deixemos de palavrada, que aqui é família!

Sim, são famílias, e dormindo tarde porque tais casas parecem ter gente acordada, e a vida noturna ali é como uma permanente serenata. Pergunto a profissão de cada um. Quase todos são operários, ‘mas estão parados’. Eles devem descer à cidade, e arranjar algum cobre. As mulheres, decerto, também descem para apanhar fitas nas casas de móveis, amostras de café na praça — ‘troços por aí’. E a vida lhes sorri e não querem mais e não almejam mais nada. (RIO, 2006, p. 136-137).

Essa sociedade parecia aprender a lidar com as possibilidades e encontrava razões para sorrir para a vida, ainda que a cada novo dia tivesse que correr atrás de seu sustento. A miséria residente ali se camuflava no alto do morro, e em meio aos vínculos que se formavam, uma nova identidade se consolidava no cenário onde eles fincavam suas raízes.

As moradias, de “tábuas de caixão” e sobre terreno tão irregular, abrigavam aqueles homens, mulheres e, por vezes, famílias inteiras, em espaços tão pequenos e precários. A realidade presente naquele universo se repetia em outras encostas da cidade, principalmente, nos morros do Centro. As habitações, “em grande parte feitas de improviso, de sobras e farrapos, [...] de madeira servida, tábuas emprestáveis das que se arrancam a caixotes que serviram ao transporte de banha de bacalhau, mal fixadas, remendadas [...]” (LUIZ EDMUNDO, 1938 apud MAIOLINO, 2008, p. 55), mantinham o aspecto ainda mais insalubre do que nos cortiços, que se instalavam em edificações mais estáveis.

A precariedade de tais habitações e do ambiente que encontraram para se estabelecer aumentava a repulsa das classes abastadas em relação aos pobres. Aos poucos as favelas passaram a ser equiparadas aos cortiços, considerados como “focos geradores dos germes da febre amarela”, definição esta que, segundo Chalhoub (2006, p. 88), é cheia de significado simbólico e político. A este respeito, pode-se dizer que as camadas de maior poder aquisitivo enxergavam a população favelada como uma praga que se espalhava por toda cidade disseminando doenças e maus hábitos. Entretanto, o pensamento generalizado dificultava um olhar mais cuidadoso sobre este povo, sobre seus anseios e necessidades, sobre a multiplicidade de caráter e dos estilos de vida presentes ali.

E quando de novo cheguei ao alto do morro, dando outra vez com os olhos na cidade, que embaixo dormia iluminada, imaginei chegar de uma longa viagem a um outro ponto da terra, de uma corrida pelo arraial da sordidez alegre, pelo horror inconsciente da miséria cantadeira, com a visão dos casinhotos e das caras daquele povo vigoroso, refestelado na indigência em vez de trabalhar, conseguindo bem no centro de uma grande cidade a

construção inédita de um acampamento de indolência, livre de todas as leis. De repente, lembrei-me que a varíola cairia ali ferozmente, que talvez eu tivesse passado pela toca dos variolosos. Então, apressei o passo de todo. Vinham a empalidecer na pérola da madrugada as estrelas palpitantes e canoramente galos cantavam por trás das ervas altas, nos quintais vizinhos. (RIO, 2006, p. 140).

A descrição de João do Rio revela que na primeira década do século XX as favelas ainda se camuflavam nos topos dos morros. Contudo, ao final da década de 1920, estes assentamentos já se destacavam de tal forma na paisagem carioca que começaram a preocupar as autoridades. As discussões acerca das habitações higiênicas para as classes menos favorecidas incidiam sempre sobre as investidas do poder público contra os cortiços, mas nenhuma outra medida era tomada, senão expulsar os pobres das áreas centrais da capital. Deste modo, as habitações se consolidavam no subúrbio e nos morros cariocas. As favelas já não representavam caráter provisório e sim ocupações cada vez mais crescentes que aos poucos se enraizavam.

Como prefeito do Rio de Janeiro, Antonio Prado Junior (1927-1930) convidou o urbanista francês Alfred Agache para realizar um plano de embelezamento para a cidade. Agache considerava as favelas “uma das chagas do Rio de Janeiro” (PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL, 1930, apud ABREU, 1997, p.88) e por este motivo, desenvolveu um plano que, dentre outras finalidades, “se constitui, na verdade, no primeiro documento oficial a tratar explicitamente dessa nova forma de habitação popular, que então se proliferava na cidade”. (ABREU, 1997, p. 87).

No entanto, Agache apresenta um olhar diferenciado sobre as favelas superando a visão da pobreza, da imundice e da imoralidade que as camadas de maior poder aquisitivo possuíam a seu respeito.

Pouco a pouco surjem casinhas pertencentes a uma população pobre e heterogenea, nasce um principio de organização social, assiste-se ao começo do sentimento da propriedade territorial. Famílias inteiras vivem ao

lado uma da outra, criam-se laços de vizinhança, estabelecem-se costumes, desenvolvem-se pequenos comercios: armazens, botequins, alfaiates, etc. (AGACHE, 1930, apud MAIOLINO, 2008, p.72).

Considerava-se então que os pobres deveriam ter o seu lugar de moradia, desde que distante do Centro e das elites. Ao ocupar os morros próximos à região central, os pobres se estabeleciam em lugares de grande valor na cidade e, segundo o plano proposto, estes deveriam residir próximo às zonas industriais, nas periferias, em vilas-jardins operárias. Abreu (1997, p. 87) afirma que a solução encontrada por Agache para o ‘problema’ favela foi sua erradicação. Posteriormente, esta foi a medida tomada pelo governo com o intuito de acabar com o ‘mal’ que se espalhava de forma acelerada por toda cidade, também em terrenos planos e não somente nas encostas. “Cabe ainda lembrar que a destruição do morro da Favella era prevista dentro do escopo do Plano Agache, o que, no entanto, acabou ocorrendo apenas parcialmente.” (MAIOLINO, 2008, p. 73).

**Figura 3: Morro da Favela - Tarsila do Amaral, 1924.**



Fonte: [http://falafil.com.br/wp-content/uploads/2013/06/morro\\_da\\_favela-tarsila-do-amaral.jpg](http://falafil.com.br/wp-content/uploads/2013/06/morro_da_favela-tarsila-do-amaral.jpg)

Apesar de ser um plano urbanístico desenvolvido através de estudos e elaboração de diagnóstico, nem todas as propostas foram executadas. Todavia, o Plano Agache deixou aos

cariocas algumas heranças. A grande quantidade de indústrias que se estabeleceu na periferia da cidade neste período atraiu muitos trabalhadores que passaram a ocupar tais locais, ainda desprovidos da infraestrutura e dos equipamentos necessários à população residente. Além disso, em 1937 foi promulgado o Decreto 6000, referente ao Código de Obras do Rio de Janeiro, o que contribuiu para as grandes mudanças na organização espacial da cidade que vieram a acontecer, como será visto adiante.

## **2.2 Favelas cariocas: propostas, intervenções e políticas habitacionais**

### **2.2.1 Mudanças no espaço e na sociedade**

A década de 1930 foi marcada pela revolução que levou à queda o monopólio cafeicultor no Brasil, o que promoveu uma aliança entre distintos grupos da sociedade como ressaltava Abreu (1997, p. 94). Entretanto, o momento que se seguiu, chamado de Governo Provisório, foi um período de instabilidade, onde até mesmo a Constituição foi substituída. No Rio de Janeiro,

A revolução de 1930, conforme já explicitado anteriormente, ‘arquivou’ o Plano Agache. As contradições urbanas por ele levantadas não poderiam, entretanto, ser arquivadas, posto que eram reais e precisavam ser enfrentadas pelo novo momento de organização social que se implantava no país. (ABREU, 1997, p.90).

Em 1937 foi estabelecido o Estado Novo no Brasil, conhecido como de cunho ditatorial. Com a Era Vargas, o Estado passou a se responsabilizar pela reprodução da força de trabalho e, através de um discurso clientelista, acabou por intervir também na questão da moradia, priorizando os trabalhadores formais. Durante esse período, o então presidente ficou conhecido como ‘pai dos pobres’, pois passou a conferir “exclusividade àqueles com

ocupação formal no mercado de trabalho e portadores de carteira profissional” (BURGOS, 1999, p. 27).

Desta forma, foram criados os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), com o intuito de viabilizar o financiamento, tanto para a construção quanto para a venda de unidades habitacionais. Pode-se dizer que houve uma tentativa, por parte de Getúlio Vargas, de estabelecer uma política nacional de habitação. Em 1946, já no governo Dutra, foi proposta a criação de outro órgão destinado a tratar a questão da moradia. A Fundação da Casa Popular (FCP) estava ligada ao Partido Comunista e muito próxima das classes operárias.

A proposta da Fundação da Casa Popular revelava objetivos surpreendentemente amplos, demonstrando até mesmo certa megalomania (ela se propunha financiar, além de moradia, infra-estrutura, saneamento, indústria de material de construção, pesquisa habitacional e até mesmo a formação de pessoal técnico dos municípios); no entanto, sua fragilidade, carência de recursos, desarticulação com os outros órgãos que, de alguma maneira, tratavam da questão e, principalmente, a ausência de ação coordenada para enfrentar de modo global o problema habitacional mostram que a intervenção dos governos do período foi pulverizada e atomizada, longe, portanto, de constituir efetivamente uma política. (BONDUKI, 1994, p. 717).

Cabe salientar que, apesar disso, o Código de Obras<sup>26</sup> de 1937, determinava a extinção das favelas, tanto pela demolição dos casebres existentes, quanto pela proibição da construção de novas habitações nestes lugares. Neste contexto, se fazia cada vez mais necessária a existência de uma política de habitação, o que não se consolidou. No Rio de Janeiro, a solução proposta foi a criação de Parques Proletários, com o intuito de oferecer moradias com melhores condições de salubridade.

Foram construídos os Parques Proletários da Gávea, do Cajú e do Leblon entre os anos de 1942 e 1943. No entanto, pode-se dizer que havia uma preocupação maior em impor medidas civilizatórias aos futuros moradores, do que com as condições de habitabilidade

---

<sup>26</sup> Segundo Maiolino (2008, p.74), este foi o primeiro documento oficial que “reconhece a existência das favelas”.

propriamente ditas. O artigo intitulado *Morrendo na Praia* de Marcelo Monteiro<sup>27</sup> apresenta um pouco das características dos Parques Proletários e suas contradições, como se lê no trecho abaixo:

Feitas de madeira, cobertas com telha vã e divididas em blocos, as casas proletárias não eram equipadas com cozinha, nem instalações sanitárias ou rede de esgoto, somente uma bica d'água. Mas os moradores tinham acesso a uma série de serviços gratuitos dentro do Parque, como cursos profissionalizantes, creche, posto médico e capela. Havia ainda banheiros e tanques coletivos para cada bloco de casas.  
 'Como podia se falar em melhorar a higiene da população com banheiros coletivos?', pergunta a socióloga Monique Carvalho, autora da monografia *Questão Habitacional e Controle Social: A experiência dos Parques Proletários*. 'A qualidade das casas não era importante. A questão do controle era central no projeto e os espaços coletivos facilitavam isso', diz. (MONTEIRO, 2004, grifo do autor).

**Figura 4: Parque Proletário da Gávea.**<sup>28</sup>



Fonte: <http://www.elianebonotto.com/2011/07/os-fatos-alem-das-ideologias-politicas.html>

Enquanto os governantes pensavam uma solução para a questão habitacional no Brasil, no Rio de Janeiro houve um aumento estrondoso da população favelada. Abreu (1997, p. 106)

<sup>27</sup> MONTEIRO, Marcelo. *Morrendo na praia. Viva Favela*, 27 jan. 2004. Disponível em: [http://www.favelatemmemoria.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=70&from\\_info\\_index=11&sid=7](http://www.favelatemmemoria.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=70&from_info_index=11&sid=7). Acesso em: 28 set. 2012.

<sup>28</sup> FOTOGRAFIA Parque Proletário da Gávea. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.elianebonotto.com/2011/07/os-fatos-alem-das-ideologias-politicas.html>. Acesso em: 21 jun. 2013.



caracteriza a década de 1940 como a de maior disseminação das favelas pela cidade. “O censo de 1948 revelou um total de 138.837 habitantes nas 105 favelas existentes, que se concentravam notadamente na área suburbana (44% das favelas e 43% dos favelados), seguida da zona sul (24% e 21% respectivamente) e da zona Centro-Tijuca (22% e 30%)”. (ABREU, 1997, p. 106). De todo modo, o fato de as favelas ganharem mais visibilidade no espaço físico da cidade apressou, por um lado, a concretização da política remocionista que o Código de Obras estipulava, e por outro estimulou pesquisas e estudos sobre aquele universo, até então pouco explorado.

Neste contexto, destaca-se a pesquisa desenvolvida por Ybelmar Chaouin Pinheiro<sup>29</sup> baseada em entrevistas realizadas com moradores de seis favelas cariocas, das quais quatro localizadas na zona norte (Mangueira, Matriz, Salgueiro e Cachoeirinha Pequena) e apenas duas na área central da cidade (Providência e São Carlos). Segundo Maiolino (2008), a pesquisa realizada mostrava uma visão romantizada a respeito dos moradores das favelas, mas apresentava percepções importantes acerca destas populações.

Chaouin Pinheiro menciona a desconfiança dos favelados quando visitados por pessoas que não faziam parte do seu cotidiano, mas por sua experiência acabou por contradizer a imaginária periculosidade de seus moradores, como se supunha na sociedade da época. O repórter afirmou que em todas suas visitas teve “o mesmo favorável acolhimento. [...] Era sempre recebido com gentilezas e com um respeito extraordinário”. (SECS, 2004 apud MAIOLINO, 2008, p. 77). Entretanto, Maiolino (2008) ressalta a importância de se considerar o histórico da exclusão da população favelada, ao analisar seu comportamento em relação à

---

<sup>29</sup> No âmbito de uma série de oito reportagens publicadas pelo Jornal Correio da Manhã entre os meses de agosto a outubro de 1940.

presença de alguém de fora. Assim, justifica o receio dos moradores das favelas pesquisadas, citado por Chaouin Pinheiro, para além da forma poética com que é tratada pelo repórter.

Ora, o que a história nos permite capturar é a reprodução de esquivas resultantes de repulsas muito ásperas, construídas ao longo de décadas, no cotidiano da capital republicana e moderna, que tentava esconder, se livrar de seus pobres e da feiura de seus modos de viver. Cerca de 40 anos após a primeira intervenção efetiva, capitaneada por Pereira Passos, mas acolhida por imensa parcela da sociedade local, a mensagem fora bem, muito bem entendida, subjetivada, entranhada na constituição dos cidadãos de cá e de lá. Havia, de fato, ‘a cidade’ e ‘as cidadezinhas pobres’, que espiavam lá de cima a riqueza da cidade maravilhosa e, definitivamente, essas cidadezinhas não pertenciam à cidade maravilhosa. (MAIOLINO, 2008, p. 77).

Deste modo, compreende-se de forma mais ampla a existência de um ‘desejo remocionista’ por parte dos mais abastados, uma vez que a observação de Maiolino (2008) leva a crer que fora muito bem interiorizado o pensamento de que a favela não fazia parte da cidade, mas se constituía em uma anomalia e que, portanto, deveria ser extinta. Um depoimento do médico sanitário Victor Tavares de Moura,<sup>30</sup> exposto em uma conferência realizada no ano de 1942 na Academia Carioca de Letras, refletia o pensamento da elite carioca da época. Moura mencionou esperar que: “[...] duas favelas, das mais feias do Rio, a do Largo da Memória, e aquela que o carioca apelidou, pitorescamente, de Cidade Maravilhosa, e que vai da margem da Lagoa Rodrigo de Freitas ao leito da linha do bonde do Leblon, não mais estejam manchando a nossa cidade.” (MOURA, 1943 apud LIMA, 2004).

Ao voltar aos relatos de Chaouin Pinheiro, percebe-se que seu olhar, para além da tentativa poética, mantinha a forma discriminada de encarar as condições e modos de vida dos pobres, em relação às altas classes. Isto é bem evidenciado quando o autor menciona a infelicidade escondida nos precários barracos que funcionavam como esconderijos daqueles inculturados homens e mulheres. Seus escritos revelavam desmedida “falta de higiene, um

---

<sup>30</sup>Cabe mencionar que este médico constituiu, em 1941, “uma comissão para o estudo das favelas, tornando-se um dos responsáveis pela execução do projeto piloto dos Parques Proletários”. (Fonte: FIOCRUZ. COC. Base Arch. **Victor Tavares de Moura** – História/ Biografia. Disponível em: <<http://icaatom.coc.fiocruz.br/index.php/victor-tavares-de-moura-2;jsad>>. Acesso em: 21 jun. 2013.

evidente primitivismo moral e social, e descreviam as manifestações culturais como opções menores, a religiosidade dos moradores marcada pela ignorância que os faz ‘alterá-la conforme impõe a sua mentalidade atrasada’”. (MAIOLINO, 2008, p. 78).

Cabe ressaltar que, para Chaouin Pinheiro, a relação entre os modos de morar e viver dos favelados estavam muito relacionadas. Em seus relatos associava as técnicas utilizadas na construção àquilo que se deduz habitar junto com os moradores em seu interior, ou seja, os piores sentimentos, angústias e tristezas. Assim, considera as pobres casas como “coisas humildes de barro, onde se guardam os segredos impenetráveis de uma desventura... Cada casa do morro é um túmulo de uma felicidade... [...] É o abrigo constante de sofrimento e amargura”. (SECS, 2004 apud MAIOLINO, 2008, p. 78).

Esta compreensão leva a crer o quanto a moradia exterior retrata, de certo modo, o interior do indivíduo. Portanto, para homens de “mentalidade atrasada”, ignorantes e sem cultura, uma moradia rústica e precária, quase uma caverna escura e insalubre. Até a altura dos telhados e as mínimas dimensões poderiam caracterizar o desejo de esconder-se, fechar-se em um outro universo dentro da cidade. Ainda que a pobreza fosse o fator preponderante em tais comunidades, Chaouin Pinheiro, já no início dos anos de 1940, identificou diferentes níveis sociais dentro de uma mesma favela, como a presença de casas de cimento, como se lê na citação a seguir.

As de cimento são bem conhecidas por quem viaja para o interior do país [...]. Estas paredes são constituídas de bambus cobertas por uma massa de barro [...]. Quanto ao telhado há raramente sapê sendo genuinamente de latas velhas cortadas em seus vértices e estendidas. [...] têm dimensões demasiadamente diminutas. Encontrei muitos barracões onde a altura não chegava a dois metros. O tamanho varia de 3 a 5 metros quadrados. O chão é de terra batida, sendo que as mais afortunadas são de cimento. (SECS, 2004 apud MAIOLINO, 2008, p. 78).

Figura 5: Casas no morro do Salgueiro. Rio de Janeiro. 1958.<sup>31</sup>



Fonte: <http://www.favelatemmemoria.com.br/galeria>

Essa constatação em relação à heterogeneidade da população residente nas favelas foi comprovada posteriormente, na década de 1960, em um estudo considerado pioneiro sobre a vida nas favelas, como será visto adiante<sup>32</sup>. Entretanto, a pesquisa de Chaouin Pinheiro já apontava para a complexidade daquele universo. Por exemplo, era de se estranhar toda gentileza recebida vinda de pessoas tão sofridas. Para ele, “a quase incompreensível alegria e a simpatia das pessoas com que ia se encontrando lhe apareciam como uma força bruta, de certo positiva, mas algo da ordem da natureza” (MAIOLINO, 2008, p. 78). Nesse sentido, cabe ressaltar a capacidade da adaptação diante das adversidades, ainda que todo sistema

---

<sup>31</sup> ARQUIVO NACIONAL. Acervo Correio da Manhã. Salgueiro. Rio de Janeiro, 1958. Disponível em: [http://www.favelatemmemoria.com.br/galeria\\_salgueiro.asp?DIR=salgueiro&Type=2&img=galeria\\_salgueiro\\_02.jpg](http://www.favelatemmemoria.com.br/galeria_salgueiro.asp?DIR=salgueiro&Type=2&img=galeria_salgueiro_02.jpg). Acesso em: 21 jun. 2013.

<sup>32</sup> SAGMACS (Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais). Aspectos humanos da Favela Carioca. **O Estado de São Paulo**. 15 de Abril de 1960. São Paulo. v.II.

público se estruturasse para desarticular e dissolver as concentrações da pobreza no espaço físico da cidade.

É interessante notar que a realidade da favela conhecida somente por seus moradores e, eventualmente, por ‘desbravadores’ que visitavam estes assentamentos, era muito distante da compreensão tida pelo poder público. Por este motivo, os Parques Proletários estavam distantes de representar uma alternativa aos problemas das favelas cariocas. Ao contrário, motivaram o início de uma organização por parte de seus moradores que recebiam suas transferências para os Parques. Segundo Burgos (1999), em 1945 foram criadas comissões de moradores nas favelas Pavão/ Pavãozinho e, posteriormente, nos morros do Cantagalo e da Babilônia. “Como se vê, despertados pela intervenção do poder público e ante a ameaça de perderem suas casas e suas redes sociais pelo deslocamento forçado, os moradores das favelas começaram a constituir-se em ator político”. (BURGOS, 1999, p.29).

Atentos às articulações que começavam a se formar nas favelas, Igreja e governo decidiram entrar, efetivamente, em cena. O primeiro com ações mais concretas a nível “material e moral” (BURGOS, 1999, p.29). O Segundo apoiando as intervenções propostas pela Igreja. Desta parceria nasceu a Fundação Leão XIII, fundada em 1946, que segundo o documento *Como trabalha a Fundação Leão XIII* (relatórios de 1947 a 1954)<sup>33</sup>, tinha o objetivo de se aproximar dos moradores das favelas e ganhar suas confianças. “Ao invés do conflito político, promete o diálogo, a compreensão; ao invés da luta pelo acesso a bens públicos, o assistencialismo; no lugar da crítica a resignação; em vez do intelectual orgânico, a formação de lideranças tradicionais”. (BURGOS, 1999, p.29).

Através da Fundação Leão XIII, a Igreja atuou em diversas favelas, levando a muitas o saneamento básico, executando um papel do Estado. “Entre 1947 e 1954, a Leão XIII

---

<sup>33</sup> VALLA, 1984 apud BURGOS, 1999, p. 53.

estendeu sua atuação a 34 favelas, implantando em algumas delas serviços básicos como água, esgoto, luz e redes viárias, e mantendo centros sociais em oito das maiores favelas do Rio” (LEEDS & LEEDS, 1978 apud BURGOS, 1999, p. 29). Entretanto, segundo Burgos (1999), a partir da década de 1950 o capital cultural que se estabelecia nas favelas se expandiu para além dos limites da pobreza, fazendo com que intelectuais se interessassem cada vez mais por esse universo. Isto levou a Igreja a uma atuação ainda mais incisiva.

Em 1955 foi fundada a Cruzada São Sebastião que “buscaria reunir de forma mais concreta urbanização e pedagogia cristã” (BURGOS, 1999, p. 30). A constatação de Burgos ajuda a compreender a atuação da Cruzada na urbanização parcial e total de duas favelas, na implantação de redes de luz em outras comunidades, e até mesmo a construção de um conjunto habitacional no Leblon que ficou conhecido como Cruzada.

É interessante notar que, se Leão XIII trabalhava com a perspectiva de influir nas Associações de Moradores e na formação de lideranças, a cruzada atuaria de forma mais direta, posicionando-se, em alguns momentos, como interlocutor dos moradores de favelas junto ao Estado, tal como ocorreu em 1958 e 1959, quando negociou com a administração pública a não remoção de três favelas então ameaçadas, Borel, Esqueleto e Dona Marta. (BURGOS, 1999, p.30).

Já o Estado, apesar de conhecer a necessidade de assumir o controle das intervenções destinadas a tratar a questão habitacional na cidade, continuou a apoiar as iniciativas da Igreja, desta vez de maneira formalizada através da criação do Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-higiênicas (SERFHA). Somente a partir da década de 1960, o SERFHA passou a ter um diálogo mais direto com as favelas. Sua atuação contribuiu, inclusive, para a formação de novas Associações de Moradores, ainda que prevalecesse “a tendência a subordinar politicamente os moradores das favelas”. (BURGOS, 1999, p.31).

Para ajudar na compreensão deste paradoxo, da autonomia que as Associações de Moradores estavam adquirindo e da conformidade e passividade diante das imposições do poder público e do assistencialismo da Igreja, é de extrema importância mencionar a pesquisa intitulada *Aspectos Humanos da Favela Carioca* que ressaltou a heterogeneidade dos moradores e grupos sociais nas favelas. Trata-se de um estudo socioeconômico encomendado pelo Jornal O Estado de São Paulo à Sociedade para Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (SAGMACS) e dirigido por José Arthur Rios e Carlos Alberto de Medina. O estudo foi publicado em encartes suplementares ao jornal em duas partes, uma geral e outra específica, nos dias 13 e 15 abril de 1960, respectivamente. Além dos dados socioeconômicos, questões como família, educação e delinquência foram abordadas de forma mais aprofundada.

Esse estudo explicitou a presença de diferentes camadas sociais nas favelas pesquisadas<sup>34</sup>, e o quanto isso interferia nas relações familiares, de vizinhança, na valorização de aspectos relacionados à moradia, à educação, à alimentação, à saúde e na atuação política de alguns grupos de lideranças nas favelas. Deste modo, foi possível perceber claramente o quanto a ascensão social era almejada pelos diferentes grupos de favelados, sendo seu ápice a possibilidade de sair da favela.

Dentro de cada favela há tensões entre moradores de áreas diferentes, resultantes da distância social percebida pelos favelados. No Parque, há uma 'zona norte', na parte dos fundos, e uma 'zona sul', na parte da frente. Esta é a dos moradores mais estabilizados, mais prósperos. (SAGMACS, 1960, p. 3).

Cabe salientar que os pesquisadores da SAGMACS identificaram cinco níveis sociais distintos onde, numa ordem decrescente, o quinto é formado pelas famílias que alcançaram um patamar econômico que lhes dá condições de viverem com muito mais que suas

---

<sup>34</sup> Favela de São Carlos, do Esqueleto, da Barreira do Vasco, do Vintém, da Radio Nacional, dos Telégrafos, da Providência, do Escondidinho, da Rocinha, de Parada de Lucas e o Parque Proletário da Gávea.

necessidades básicas, sendo possível, inclusive morar fora da favela. O quarto nível refere-se às famílias que conseguem suprir suas necessidades elementares e ainda destinar alguma verba para atividades extras, como lazer, educação e melhorias da habitação. Entretanto, não vislumbram a possibilidade de deixarem a favela. O terceiro é aquele que consegue atender às necessidades primárias, recorrendo a trabalhos extras e, por este motivo, experimentam certo grau de insegurança. O segundo é formado por famílias que dificilmente conseguem suprir suas necessidades mais básicas e o primeiro são aqueles que não têm condição nenhuma de ter suas necessidades elementares supridas.

Esses diferentes níveis econômicos estavam associados diretamente com as relações intrafamiliares. As famílias mais integradas eram aquelas que alcançavam o nível econômico mais alto dentro do universo da favela, enquanto famílias que se encontravam nos grupos sociais mais vulneráveis, provavelmente, caminhavam para um processo gradual de desintegração. “Todos necessitam de trabalhar para viver. A família deixa de ser o que realmente é nas favelas, um grupo de cooperação econômica, onde todos, desde os mais velhos até as crianças, trazem sua parcela de ajuda” (SAGMACS, 1960, p. 3). Além disso, para uma família que mal conseguia o alimento diário, as condições de habitabilidade eram as piores possíveis. Abaixo segue a descrição de uma das moradias, cuja família encontrava-se na primeira camada social no Parque Proletário da Gávea:

Tem uma cozinha, uma sala e um quarto. São compartimentos pequenos, abafados e escuros. O único lugar por onde entra ar e luz é uma porta de entrada, que fica na cozinha. O barraco está em péssimas condições. O telhado é todo esburacado, coberto de tábuas e pedaços de papelão. O assoalho está podre. Quando chove entra água e à noite todos se levantam para não ficarem molhados. Dormem todos no mesmo cômodo, com exceção da menina de cinco anos, que dorme numa cama na sala. O quarto é pequeno e sem janela e o odor é irrespirável. Notamos, entretanto, certa preocupação de limpeza. O barraco estava varrido, a toalha sobre a mesa estava limpa, assim como a cama do nenê. Na sala onde está o berço, d. A afastou uma telha para fazer entrar mais ar e luz. A casa não tem nenhuma espécie de banheiro. Tomam banho numa bacia. As crianças não têm



espaço dentro do barraco para brincar. Urinam dentro da casa, pelos cantos. (SAGMACS, 1960, p. 3).

É interessante notar, apesar da precariedade da moradia, a preocupação identificada com a entrada de luz e ar, incluindo certo grau de limpeza do ambiente. Isso revela o quanto as condições de moradia são importantes mesmo nas camadas de menor poder aquisitivo. É evidente que, à medida que o padrão econômico melhora, mudam também as prioridades. Entretanto, a moradia sempre é considerada uma necessidade, ainda que para as diferentes camadas sociais a habitação possua funções específicas como prioritárias. Turner (1968, p. 18) afirma que “as necessidades e prioridades colocadas pelo povo na habitação, isto é, abrigo, localização e segurança, variam de acordo com as situações e expectativas sociais”. Na terceira camada social, por exemplo, que representava um momento de transição, “o barraco passa a ser o alvo consciente dos esforços da família. Procuram ganhar para consertar ou aumentar o abrigo” (SAGMACS, 1960, p. 4). Outra preocupação que começava a aparecer nesta camada eram os cuidados com as redes de infraestrutura. “Os vizinhos já se unem para obras de benefício comum, rompendo o habitual individualismo. Fazem esgoto, rachando as despesas.” (SAGMACS, 1960, p. 4). Nesta camada começavam a aparecer também outras preocupações como roupa, alimentação mais equilibrada, os filhos passavam a frequentar a escola e às vezes era possível gastar uma parte da verba familiar com o lazer. A sociabilidade é algo característico das camadas superiores. Receber ou fazer visitas custava caro. “São comuns, no entanto, em famílias estáveis e organizadas, as visitas entre parentes e amigos. Geralmente, nos dias de domingo, e, às vezes, embora mais raramente, durante a semana. Visitam-se em caso de doença, morte, datas festivas” (SAGMACS, 1960, p. 6). Evitava-se, porém, as relações com famílias das classes inferiores. “As famílias situadas nos estratos superiores olham com um misto de receio e desdém para as camadas inferiores. Procuram evitar a conversa, o contato com os ‘malandros’ e as ‘vagabundas’. Todas as

providencias são tomadas para preservar os filhos da convivência com as crianças dessas famílias” (SAGMACS, 1960, p. 6).

De uma forma geral, o estudo realizado pela SAGMACS, com muitas outras informações a respeito da vida nas favelas, revelou que a população favelada é tão complexa quanto a população residente na cidade formal e contribuiu para que se enxergasse a favela carioca de forma heterogênea e não de maneira generalizada, apontando para questões prioritárias que deveriam ser tratadas pelo poder público para além das necessidades mais elementares. No entanto, se o governo mal conseguia articular órgãos e instituições para estruturar uma política de habitação para a cidade, como seria possível tratar tantas outras questões com graus de complexidade ainda superiores? A forma mais fácil encontrada pela administração municipal seria bem simples se todos os problemas estivessem, estritamente, relacionados ao espaço geográfico. Porém, acabar com as favelas não significava acabar com todos esses problemas. A população favelada fazia parte da cidade e extinguir as favelas era apenas uma forma de transferir os problemas para outros locais, mais afastados, menos visíveis.

### **2.2.2 A consolidação da política de remoção de favelas**

Antes de iniciar a discussão acerca dos programas de remoção que ocorreram no Rio de Janeiro, é preciso lembrar que em 1960 a capital foi transferida para Brasília e que houve no Rio de Janeiro a perda do *status* de capital do país que ainda ostentava, apesar de tantos problemas sociais que emergiam da ausência de planejamento para todas as transformações que ocorreram na cidade.

Com a eleição de Carlos Lacerda como primeiro governador do Estado da Guanabara, o SERFHA, criado por Negrão de Lima,<sup>35</sup> perdeu forças, principalmente, após a demissão de José Arthur Rios. Logo em seguida, no ano de 1962 foi criada a Companhia de Habitação Popular do Estado da Guanabara (COHAB-GB) com o intuito de construir habitações populares em massa para a remoção total dos moradores das favelas. Por outro lado, fortalecia-se a associação entre Igreja e Estado, por meio da Fundação Leão XIII.

A princípio, sem se definir entre a remoção e a urbanização, o governo estadual trabalhou simultaneamente com as duas perspectivas. De um lado, construiu, entre 1962 e 1965, com financiamento norte-americano (do Usaid), a Cidade de Deus e as vilas Kennedy, Aliança e Esperança; de outro lado 'urbaniza algumas poucas favelas'. (BURGOS, 1999, p.33).

Essas duas vertentes de atuação deram margem para que os moradores das favelas se organizassem cada vez mais em Associações e buscassem lutar pela não remoção. Isto culminou na criação da Federação da Associação de Favelas do Estado da Guanabara (FAFEG), um órgão destinado ao fortalecimento da resistência pela permanência dos moradores nas favelas. Apesar de todos os esforços, com o golpe militar de 1964 ficou, praticamente, impossível resistir às remoções.

A implantação de uma ditadura no país favoreceu a estruturação de um sistema que subsidiasse a política de remoção no Rio de Janeiro. Desta forma, no mesmo ano do golpe militar foi criado o Banco Nacional de Habitação (BNH) na esfera federal que, além de financiar a construção dos conjuntos habitacionais, passou a controlar a atuação da COHAB para agilizar a venda das unidades habitacionais e a remoção dos moradores. Entretanto, em 1966, Negrão de Lima assumiu novamente o poder, desta vez como governador eleito. Nesse momento, evidenciou-se ainda mais a contrariedade nas ações do Estado. Se por um lado Negrão tinha o compromisso de fomentar os melhoramentos nas favelas, por outro

---

<sup>35</sup> Negrão de Lima havia sido prefeito do Rio de Janeiro entre os anos de 1956 e 1957, e sua nomeação havia sido concedida por Juscelino Kubitschek.

lado estava inserido em um sistema ditatorial que determinava as intervenções que deveriam ser priorizadas.

Assim, possivelmente pelos compromissos assumidos em campanha, Negrão de Lima autorizou um grupo de jovens arquitetos, planejadores, economistas e sociólogos a formar a Companhia de Desenvolvimento de Comunidades – CODESCO (Perlman, 1977: 276 -7), que tinha por filosofia enfatizar ‘a importância da posse legal da terra, a necessidade de deixar que os favelados permanecessem próximos aos lugares de trabalho, e a valorização da participação dos favelados na melhoria dos serviços públicos comunitários e nos desenhos e construção das próprias casas. (BURGOS, 1999, p.35).

Apesar da criação da CODESCO, o Governo Federal insistia no fortalecimento da política remocionista, e em 1968 criou um órgão destinado à coordenar o programa de remoção de favelas no Rio de Janeiro. A Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio (CHISAM) foi responsável pela centralização das investidas do governo contra as favelas, uma vez que até então existiam vários órgãos tratando da mesma questão sob perspectivas diferentes. O Governo Federal visava obter resultados mais eficazes, e para isso se impôs diante dos órgãos estaduais, atuando inclusive como executor das tarefas e não somente tomando a posição de coordenador. No entanto,

As dificuldades nascidas dos conflitos entre os vários organismos geraram uma grande desorganização no desenrolar das operações. A COHAB atrasava regularmente a entrega dos imóveis, levando a CHISAM a alterar seu cronograma, ou ainda não oferecia os tipos de habitação solicitados pela CHISAM, que se obrigava a duas alternativas: adiar a remoção ou remover as famílias para habitações inadequadas a seus recursos financeiros. (VALLADARES, 1978, p. 38).

Muitas vezes as famílias eram removidas para conjuntos habitacionais inacabados. Valladares (1978, p. 64) identificou na Cidade de Deus alguns problemas nas unidades habitacionais, como a falta de água nas torneiras, defeitos nos acabamentos e falta de luz elétrica. O governo não estava preocupado com as condições de moradia dos favelados, e sim com a constituição de uma estrutura governamental, ainda que desorganizada, que sustentasse a política de remoção.

**Figura 6: Cidade de Deus. Rio de Janeiro. 1966.**<sup>36</sup>



Fonte: <http://www.favelatemmemoria.com.br/galeria>

Contudo, vale ressaltar que esta atuação compulsória e desmedida, custou caro aos cofres públicos. A inadimplência era altíssima e, segundo Valladares (1978, p.45), “o efeito produzido pelo programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro foi diametralmente oposto ao esperado: em vez de regressivo foi propulsor”. A política de remoção acarretou em sérias consequências para a vida dos ex-favelados. A quebra entre as relações de vizinhança e parentesco existentes em seus locais de origem, as dificuldades encontradas na formação de novas relações, os problemas de mobilidade urbana (gerando a perda de tempo e gastos excessivos com transportes, incompatíveis com suas rendas) foram algumas das principais dificuldades enfrentadas pelos favelados removidos.

Outro efeito compreendido decorrente da violenta política de remoção foi a falta de identidade dos moradores das favelas com os conjuntos habitacionais que, em sua maioria, eram formados por blocos de apartamentos, os quais não tinham nenhuma relação com as características das moradias nas favelas. Com o tempo, alguns conjuntos habitacionais passaram a sofrer grande degradação pela falta de identidade dos moradores com aquele

---

<sup>36</sup> ARQUIVO NACIONAL. Acervo Correio da Manhã. Cidade de Deus. Rio de Janeiro, 1966. Disponível em: [http://www.favelatemmemoria.com.br/galeria\\_cidadededeus.asp?DIR=cidadededeus&Type=2&img=galeria\\_cdd06.jpg](http://www.favelatemmemoria.com.br/galeria_cidadededeus.asp?DIR=cidadededeus&Type=2&img=galeria_cdd06.jpg). Acesso em: 21 jun. 2013.

espaço. Margarida, uma das moradoras do extinto morro da Catacumba, em entrevista concedida a Janice Perlman (2010), relatou:

Chorávamos dia após dia. Nós nem sequer sabíamos onde nossas famílias e amigos estavam. Muitos ficaram doentes. Alguns se tornaram alcoólatras. Várias pessoas idosas morreram - disseram que foi estresse ou pressão alta, mas acho que eles morreram de tristeza... Nós não fomos mantidos juntos, como uma comunidade; não, era uma mistura de pessoas de outras favelas - não conhecíamos um ao outro - nós não confiávamos um no outro ... Nós perdemos a nossa identidade. Perdemos quem eram as nossas comunidades. Nós não éramos ninguém. (PERLMAN, 2010, p. 83, tradução nossa).

O depoimento acima revela que as consequências, os traumas gerados deixaram marcas muito mais profundas do que aquelas identificadas em pesquisas quantitativas e levantamentos de dados, por exemplo. De fato, não se pode mensurar as implicações destas intervenções na vida das populações atingidas. Muitas famílias vendiam seus apartamentos nos conjuntos habitacionais e voltavam para a favela, onde ao menos havia proximidade aos equipamentos públicos e fácil acesso aos locais de trabalho. O instinto pela sobrevivência levava os moradores a tirar o máximo de proveito das situações que lhes foram impostas e a encontrar uma solução, não sem sofrimento e sacrifício. A letra da música *Despejo na Favela*, composta por Adoniram Barbosa em 1975, retrata essa realidade. Ainda que se tratasse de um compositor paulistano, aponta para a realização das mesmas práticas em outras cidades do país e demonstra a capacidade de adaptar-se mesmo diante das mais diversas circunstâncias.

Quando o oficial de justiça chegou/ Lá na favela/ E contra seu desejo/  
Entregou pra seu Narciso/ Um aviso, uma ordem de despejo/ Assinada seu doutor/  
Assim dizia a petição:/ Dentro de dez dias/ Quero a favela vazia/ E os barracos todos no chão/  
É uma ordem superior,/ Ô, ô, ô, ô, meu senhor/ É uma ordem superior,/ Não tem nada não, seu doutor/ Não tem nada não,  
Amanhã mesmo vou deixar/ Meu barracão/ Não tem nada não, seu doutor/  
Vou sair daqui/ Pra não ouvir o ronco do trator/ Pra mim não tem problema/  
Em qualquer canto me arrumo/ De qualquer jeito me ajeito/  
Depois o que eu tenho é tão pouco/ Minha mudança é tão pequena/  
Que cabe no bolso de trás/ Mas essa gente aí, hein?/ Como é que faz?/ Ô,

ô, ô, ô, ô, meu senhor/ Essa gente aí, como é que faz? (OLIVEIRA E MACIER, 1999, p. 77).

Pode-se dizer que o auge da política de remoção no Rio de Janeiro foi entre os anos de 1964, quando ocorreu o golpe militar e foi criado o BNH, e 1973, ano em que a CHISAM foi extinta. Isto se explica com a afirmação de Burgos (1999), segundo o qual a política remocionista teria se esvaziado por dois principais motivos: a destinação de recursos do BNH para atender às classes média e alta e a desarticulação dos grupos e lideranças dos moradores das favelas. “Em resumo, no período de 1968 a 1975, contabilizaram-se 100 mil indivíduos removidos e a destruição de cerca de 60 favelas”. (MAIOLINO, 2008, p.94). É importante mencionar que os vazios deixados pelas favelas removidas, primordialmente na zona sul e centro da cidade foram, rapidamente, servidos de infraestrutura e incorporados ao mercado imobiliário que exercia forte pressão sobre o Estado para a liberação dessas áreas tão concorridas e valorizadas.

### **2.2.3 O ‘problema’ favela: novas propostas, velhas alternativas**

Segundo Burgos (1999), no final da década de 1970, a população favelada vivia o ressentimento causado pelo pesadelo da política remocionista. Se por um lado essa experiência causou enormes traumas para os moradores das favelas removidas, por outro causou a desestruturação política das Associações de Moradores que, cedendo à pressão do Estado e inclinadas a aceitar determinados privilégios, deixaram de cumprir com seu papel e passaram a atuar como “porta-vozes do Estado junto às favelas”. (BURGOS, 1999, p. 39).

Neste contexto, em 1982 Leonel Brizola foi eleito governador do Rio de Janeiro com uma postura populista, quando defendeu a ocupação como um direito, e direcionou seu discurso especialmente para os favelados. Nesse período as condições urbanas nas favelas ainda eram extremamente precárias e insuficientes como relata Burgos:

Segundo levantamento realizado pela prefeitura no início dos anos 80, apenas 1% das 364 favelas cadastradas era servido por rede oficial de esgoto sanitário completa (6% dispunham parcialmente do serviço); 6% possuíam rede de água total e 13%, rede parcial com caráter oficial; e em 92% das localidades, a única forma de esgotamento pluvial era a drenagem natural pelo terreno. A coleta de lixo só foi considerada suficiente em cerca de 17% das áreas faveladas. (BURGOS, 1999, p.41).

Desse modo, Brizola abriu espaço para diversas ações de incentivo à urbanização nas favelas.

Muitos programas habitacionais foram elaborados com o intuito de atender melhor a população favelada, tanto por parte dos órgãos estaduais, quanto por parte de órgãos municipais, além de programas de governo específicos para tratar a questão.

Através do Programa de Favelas da Cedae (Proface), desenvolvido entre 1983 e 1985, o governo levaria sistemas de água e esgoto a cerca de 60 favelas, incorporando-as à rede dos seus bairros; a Comlurb comprou microtratores adaptados às condições das favelas, viabilizando assim a coleta de lixo nas mesmas; um programa de iluminação pública foi iniciado em julho de 1985 pela Comissão Municipal de Energia, visando a superar o déficit então existente, já que apenas 47 das 364 favelas cadastradas dispunham de sistemas de iluminação pública; igualmente importante é o programa Cada Família um Lote, a cargo da Secretaria de Estado de Trabalho e da Habitação, que incluía a regularização da propriedade em áreas faveladas. (BURGOS, 1999, p.41).

Pode-se incluir neste rol de propostas, a experiência do Projeto Multirão realizado em 1982 em uma parceria da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e do Fundo das Nações Unidas para infância (Unicef). Este projeto destinava-se à urbanização de 15 favelas, “incluindo obras de acesso, pavimentação, contenção de encostas e serviços de água e esgoto”. (BURGOS, 1999, p.46). Como se pode notar, houve um fortalecimento na compreensão do direito à cidade, em especial à terra, seus equipamentos e serviços. A década de 1980 testemunhou o progresso nos direitos civis, como afirmam Burgos (1999) e Maiolino (2008), ao se referirem, inclusive, à mudança no comportamento de policiais militares e civis frente às classes menos favorecidas.

Como resultado do processo de transformação do posicionamento do Estado em relação às favelas, em 1988, quando se consolidou a nova Constituição Federal, dois artigos foram



destinados a tratar a política urbana no país: os artigos 182 e 183. Convém ressaltar que o artigo 183 autorizou a posse da terra para “aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família.”<sup>37</sup> Assim, o Estado passou a chancelar a ocupação de terras por aqueles que não encontravam outra possibilidade de adquirirem lote urbano.

Entretanto, como observa Maiolino (2008, p. 99), a Constituição, em seu texto original, definia os Direitos Sociais (art. 6º) “apenas como direito à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à segurança, à previdência social, à proteção à maternidade e à infância, à assistência aos desamparados – sem nenhuma menção ao direito à moradia”. A autora ressalta que “apenas 12 anos depois, com a Emenda Constitucional nº 26, de 14/02/2000<sup>38</sup>, a moradia foi explicitada como direito social no Brasil”.

Como consequência dos parágrafos de política urbana da Constituição, entrou em vigor (treze anos após sua promulgação) a Lei Nº 10.257 de 10 de Julho de 2001, denominada Estatuto das Cidades que “estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental”.<sup>39</sup>

De uma forma geral, pode-se dizer que durante a década de 1980 priorizou-se o investimento em favelas, como forma de amenizar o já citado ressentimento da população

---

<sup>37</sup> BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 24 abr.2010.

<sup>38</sup> BRASIL. Constituição (1988). Emenda Constitucional Nº 26 de 14 de Fevereiro de 2000. Altera a redação do art. 6º da Constituição Federal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc26.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc26.htm)>. Acesso em 16 ago. 2012.

<sup>39</sup> BRASIL. Lei Nº 10.257 de 10 de Julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm). Acesso em: 20 abr. 2010.

favelada. Muitas foram as marcas da violência e da maneira brutal com que foram tratados os moradores alvo das remoções, homens e mulheres dos mais diversos perfis. É importante lembrar que a esse período estão relacionados o crescimento do movimento do tráfico de drogas e do jogo do bicho nas favelas.<sup>40</sup> Acrescenta-se a isso o fato de o governo de Leonel Brizola estimular o crescimento demográfico em áreas irregulares e, conseqüentemente, a segregação socioespacial na cidade.

Ribeiro (1995) identifica tal fragmentação social nas favelas e periferias do Rio de Janeiro e justifica, de certo modo, a fragmentação simbólica destes espaços em momentos diferentes. Segundo o autor, “a fragmentação social constitui-se em pano de fundo da crescente fragmentação simbólica das camadas populares, pela qual destrói-se os signos e valores que anteriormente davam referência à formação de sujeitos coletivos”. (RIBEIRO, 1995, p.17). Logo, Ribeiro compreende que a interferência da atuação do Estado no período da política remocionista motivou um novo modelo de segregação que deu origem a novas formas de controle.

No novo modelo de segregação sócio-espacial, favelas e periferia são marcadas pela retração do antigo tecido associativo e pela expansão de formas criminosas e perversas de sociabilidade. Tal mudança reforça a disseminação da cultura do medo que reconstrói os significados sócio-culturais das favelas e periferia: deixam de ser territórios de coagulação de valores e signos positivos, referências de identidades coletivas, e passam crescentemente ao papel de estigmatizadores e diabolizadores dos pobres, na medida em que se busca associá-los como o lugar e a origem da chamada violência urbana. (RIBEIRO, 1995, p.18).

Com inúmeros problemas sociais e ainda sem uma política pública consolidada que atendesse à necessidade de urbanização das favelas cariocas, a década de 1980 não assistiu a grandes avanços no que se refere à questão habitacional. Somente em 1992, atendendo à determinação do artigo 182 da Constituição Federal, o município do Rio de Janeiro concluiu

---

<sup>40</sup> Não cabe aqui a discussão acerca destes movimentos, visto a complexidade de cada um.

seu Plano Diretor Decenal que “incorporava os princípios que norteavam o debate sobre reforma urbana, e indicava instrumentos que permitiriam o exercício da função social da cidade e da propriedade. Recomendava a integração das favelas aos bairros, incorporando os moradores no processo” (IPP, 2003, p. 7).

A partir de então foram propostos seis programas habitacionais, desenvolvidos pelo Grupo de Estudos de Assentamentos Populares (GEAP) e apresentados em documento conhecido como *Diretrizes da Política Habitacional*. Dentre eles, destacou-se o programa Favela-Bairro implantado pelo prefeito Cesar Maia em 1994. Apesar de ser considerado política habitacional, suas diretrizes apontavam para intervenções no âmbito urbano, com foco na interligação das redes de infraestrutura do bairro às novas redes construídas ou já existentes nas favelas, “intervindo o mínimo possível nos domicílios”. (MAIOLINO, 2008, p. 103).

O Favela-Bairro também incluía a proposta de Regularização Fundiária, de modo a atender o artigo 183 da Constituição Federal, conforme mencionado. Assim, foram criados os Postos de Orientação Urbanística e Social (POUSOs) que incluía atribuições como a definição de limites, verticais e horizontais, para a construção, os usos de ocupação do solo e as áreas de risco. “Cabe aos Pousos a elaboração e fiscalização destes parâmetros, a articulação com os vários órgãos responsáveis pela manutenção física e a promoção social”. (SALOMON, 2005).

Os recursos do Favela-Bairro foram disponibilizados por meio de um contrato da Prefeitura com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e estava previsto para acontecer durante um longo período em fases distintas. A primeira fase foi implementada entre os anos de 1994 e 2000. Em 1999 foi assinado novo contrato para dar andamento às obras do Favela-Bairro. E somente em 2008 “é noticiado que o BID libera o início da fase III do Programa”. (MAIOLINO, 2008, p. 105). Esta continuidade foi garantida pela eleição, em 1996,

do então candidato de Cesar Maia à prefeitura, Luiz Paulo Conde. Em 2000 Cesar Maia assumiu novamente a administração municipal e em 2004 foi reeleito.

O programa teve uma ambiciosa meta de urbanizar todas as favelas médias<sup>41</sup> do Rio de Janeiro em 10 anos, e previa ações também em favelas pequenas e grandes. Houve uma forte conotação nas obras de infraestrutura e na construção de novos espaços públicos, equipamentos e provisão de serviços urbanos, também completado por ações de geração de renda e assistência social, num arranjo institucional inovador em termos de poder público. (FIORI, 2000 apud NOCE, 2008).

Conforme a citação acima e apesar de possuir suas bases em propostas precedentes, o Favela-Bairro representou um programa inovador. Foi elaborada uma metodologia de seleção das favelas que seriam contempladas pelas obras, além de ter sido realizado um concurso público para selecionar propostas de intervenção desenvolvidas por escritórios de arquitetura e urbanismo. Em um primeiro momento, os projetos selecionados foram desenvolvidos com grande autonomia pelos escritórios responsáveis e sua implementação foi acompanhada de perto por seus idealizadores.

Havia também a proposta de que os moradores das comunidades-alvo tivessem uma participação mais ativa na definição dos projetos desenvolvidos pelos escritórios responsáveis. Entretanto, em muitos casos, a participação dos moradores se restringia às lideranças locais, o que nem sempre significava uma representatividade da população beneficiada. Por conseguinte, ao final das obras muitos moradores ficavam insatisfeitos com os resultados. Isto não se devia somente à modificação do espaço físico, mas também à transformação de “espaços representativos, pertencentes a um passado simbólico da comunidade” (SOUZA, 2005, p. 10). O depoimento abaixo retrata a insatisfação de um dos

---

<sup>41</sup> A prefeitura considerava como média, as favelas que possuíam de 500 a 2500 domicílios.

moradores do Morro dos Macacos<sup>42</sup>, durante a execução das obras do Favela-Bairro nessa localidade:

O programa Favela-Bairro não está ouvindo ninguém, colocam tudo nos lugares que eles acham melhor e mais prático. Não querem saber se essa praça deve ficar aí ou lá, se a bica deve ainda continuar com o ladrão disponível para os moradores, se aquela rua pode mudar de nome, se o campinho do alto do Lote pode se transferido para outro local e se os donos das tendinhas e biroskas querem deixar os seus pontos. Esse pessoal não respeita os espaços da comunidade. (SOUZA, 2005, p. 12).

A afirmação acima aponta para alguns dos desafios encontrados durante a execução do programa e para os embates que surgiram entre os diferentes atores envolvidos. De fato, a continuidade do Favela-Bairro dependia de grande vontade política e da disposição de fatores favoráveis à sua implementação. Com isso, sua segunda fase foi marcada por uma forte desaceleração, ainda que estivesse claro aos gestores públicos a necessidade de promover a urbanização de favelas. A este respeito, Maiolino (2008, p. 107) afirma que houve um “enorme vácuo nas políticas municipais voltadas para as áreas de favelas, produzido pela paralização do Programa ao longo do período 2005-2008”. Em nota, a autora menciona que “a prefeitura gastou menos da metade do total previsto para o Favela-Bairro em 2005” (ADEMI, 2006 apud MAIOLINO, 2008, p. 105). No entanto, outros Programas de urbanização de favelas foram criados e estão ganhando espaço em outras esferas governamentais.

Em 2007 foi lançado, pelo Governo Federal, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que destina verbas à infraestrutura, habitação e transporte, e também à ações de cunho econômico e social. No Rio de Janeiro o PAC tem investido em algumas áreas de assentamentos irregulares como o Complexo do Alemão, Manguinhos e a Colônia Juliano Moreira.

---

<sup>42</sup> Favela situada na zona norte do Rio de Janeiro, entre os bairros de Vila Isabel e Engenho Novo.

No âmbito municipal, vem sendo desenvolvido o Programa Morar Carioca que, tão ambicioso quanto o Favela-Bairro, “tem por objetivo principal urbanizar todas as favelas do Rio de Janeiro até 2020, com uma metodologia de ‘integração’”. (SILVA E ROSSI, 2011, p. 13, tradução nossa). O programa segue a mesma linha de intervenção em favelas iniciado pelo Favela-Bairro, uma vez que os escritórios responsáveis pela elaboração das propostas foram selecionados por concurso realizado em convênio da Prefeitura com o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB). Contudo, vale destacar a formação de equipes multidisciplinares e o atendimento a assentamentos de diferentes perfis, como por exemplo, favelas isoladas e complexos, horizontais e verticalizadas.<sup>43</sup>

Esta iniciativa, associada ao Programa Minha Casa, Minha Vida do Governo Federal, iniciado em 2009, com o intuito de subsidiar a compra de imóveis pela população de baixa renda, tem buscado atender de forma menos segregada às demandas dos moradores de assentamentos urbanos irregulares no Rio de Janeiro.

De todo modo, ainda que se assinalem vácuos, *déficits* e demandas não atendidas, é preciso admitir que, a partir da década de 1980, a busca de soluções para a questão dos assentamentos urbanos irregulares vem sendo objeto de discussões em diversas instâncias governamentais, diferentemente de épocas precedentes. (MAIOLINO, 2008, p.107).

---

<sup>43</sup> O Morar Carioca considera o “agrupamento de ‘comunidades’, passando de 1020 pela contagem tradicional, para 625, considerando os 144 complexos e 481 favelas isoladas”. (SILVA E ROSSI, 2011, p. 13, tradução nossa).



### **3 Condições de habitabilidade e subjetividade em assentamentos urbanos irregulares**

O presente capítulo destina-se a delimitar os aportes teóricos<sup>44</sup> que fornecem subsídios para fundamentar o objetivo deste trabalho. A noção de habitabilidade delineada no primeiro item deste capítulo baseia-se na legislação brasileira e em estudos existentes no Brasil e no exterior. A análise revela o quanto uma moradia de qualidade impacta positivamente na vida de seus habitantes e, conseqüentemente, atenta para a urgência em tratar esta questão, ainda não suficientemente examinada.

A noção de subjetividade, apresentada no segundo item deste capítulo, demandou um estudo cuidadoso de diferentes abordagens acerca deste tema. Por se tratar de um assunto que perpassa áreas do conhecimento afastadas das ciências exatas, onde se incluem as engenharias em geral<sup>45</sup>, não foi pequeno o esforço em penetrá-las e conhecê-las mesmo que minimamente. Deste modo, encontrar os estudos de González Rey com toda a construção teórica da subjetividade individual e social, sobre as quais se baseiam este item, constituiu um norte para toda a pesquisa.

Finalmente, o capítulo se encerra buscando-se encontrar na noção de qualidade de vida, uma intercessão entre os aportes teóricos adotados. É a partir das necessidades concretas e abstratas do homem que esses dois temas se encontram visando ao bem estar e à melhoria na saúde das sociedades urbanas atuais. Assim, torna-se mais fácil compreender que esses aspectos da qualidade de vida, tão relacionados entre si, são responsabilidade do poder

---

<sup>44</sup> Sublinha-se a utilização do termo 'noção' para qualificar tais aportes, uma vez que se baseiam em estudos existentes sem, entretanto, ter a pretensão de conceituar temas tão amplos.

<sup>45</sup> O Programa de Engenharia Urbana, dentro do qual se desenvolveu o presente trabalho, está inserido na área de Engenharias da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), tendo como área básica a Engenharia Civil.



público e que há uma demanda urgente, principalmente, dos setores mais vulneráveis da população.

### **3.1 Habitação adequada e condições de habitabilidade**

#### **3.1.1 Habitação adequada**

Sabe-se que a Constituição Federal entende a moradia como um direito social<sup>46</sup>. No entanto, somente em 2005 com a instituição do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS)<sup>47</sup>, a moradia digna passa a ser considerada “como direito e vetor de inclusão social” (BRASIL, 2005), ainda que não haja uma definição clara do termo ‘moradia digna’ e de quais critérios o estabelecem. Não cabe aqui, porém, um estudo aprofundado sobre a temática das condições de dignidade humana, e sim considerar as características de uma moradia que a tornam minimamente habitável a seus moradores.

Antes de compreender o que vem a ser ‘moradia digna’ ou ‘habitação adequada’, cabe ressaltar a importância da habitação e sua relação com as necessidades humanas. Se a princípio o homem teve a necessidade de se proteger das intempéries e dos perigos aos quais estava vulnerável, posteriormente a habitação passou a abranger funções muito mais complexas. Além de atender às necessidades sociais, econômicas e ambientais, deve suprir as aspirações daqueles que a habitam.

---

<sup>46</sup> BRASIL. Constituição (1988). Emenda Constitucional Nº 26 de 14 de Fevereiro de 2000. Altera a redação do art. 6º da Constituição Federal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc26.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc26.htm)>. Acesso em 16 ago. 2012.

<sup>47</sup> BRASIL. Congresso. Lei Nº 11.124, de 16 de junho de 2005. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS. Brasília, DF, 16 jun. 2005. Artigo 2º. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/11124.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/11124.htm)>. Acesso em: 16 ago. 2012.

Desse modo, entende-se a habitação como o espaço de moradia, onde é possível transmitir significados, encontrar estímulos e desenvolver potencialidades. É também lugar de sociabilidade familiar, de lazer e até mesmo de trabalho. A habitação deve ser compreendida de forma ampla e propiciar as condições necessárias para que as atividades básicas de seus habitantes sejam realizadas.

Para que a habitação cumpra as suas funções, é necessário que, além de conter um espaço confortável, seguro e salubre, esteja integrado de forma adequada ao entorno, ao ambiente que a cerca. Isto significa que o conceito de habitação não se restringe apenas à unidade habitacional, mas necessariamente deve ser considerado de forma mais abrangente envolvendo também o seu entorno. (ABIKO, 1995, p. 3).

Ao mencionar o entorno da habitação, Abiko (1995) refere-se aos serviços e redes de infraestrutura urbana, e aos equipamentos sociais. Sabe-se, contudo, que a relação da habitação com seu entorno também abrange as redes de vizinhança, a inclusão em grupos sociais diversos e uma identidade com o espaço vivido. Esta integração da dimensão subjetiva da habitação e seu entorno, com os aspectos objetivos, será tratada mais adiante. Neste momento, o estudo deter-se-á na habitação como elemento físico, com enfoque nas condições da moradia que a tornam adequada.

Deste modo, é imprescindível que a habitação urbana seja alimentada por redes de abastecimento de água e de coleta de esgoto que levam a água potável ao domicílio e se encarregam de retirá-la após seu uso, conduzindo-a a uma estação de tratamento. Além disso, as redes de drenagem, a coleta de resíduos sólidos e a iluminação pública devem garantir o acesso seguro aos locais de moradia.

A localização da habitação é outro fator de relevância nos grandes centros urbanos, quando se considera que isso interfere diretamente nos serviços oferecidos pelo poder público à população de uma determinada localidade. O transporte, os equipamentos de saúde e educação, o acesso a áreas de lazer, são exemplos de serviços públicos que influenciam na

qualidade da habitação. Alguns geógrafos tratam essa questão de forma mais abrangente a exemplo de Souza (2008) que caracteriza a 'segregação residencial', onde se destinam as áreas menos valorizadas o uso residencial de grupos em situação de exclusão.

O fenômeno da segregação residencial é, sem dúvida, muito geral ao longo da história da urbanização. Quase sempre existiram grupos que, devido à sua pobreza, à sua etnia ou a outro fator eram forçados a viverem em certas áreas (geralmente as menos atraentes e bonitas, menos dotadas de infraestrutura, mais insalubres etc.), sendo, na prática ou até formalmente, excluídos de certos espaços, reservados para as classes dominantes da sociedade. (SOUZA, 2008, p. 68).

Esta segregação fica evidente quando se analisa a carência de moradia nas grandes cidades, onde se presume que as condições das habitações são melhores, se relacionadas às localizadas em áreas rurais. No Brasil, onde o *déficit* habitacional ultrapassa 5,5 milhões de moradias, mais de 80% concentra-se em áreas urbanas<sup>48</sup>. A Fundação João Pinheiro, ao desenvolver o documento *Déficit Habitacional no Brasil – 2008*,<sup>49</sup> também trata a Inadequação de Domicílios no país como um grande problema urbano a ser considerado. De tal modo, domicílios inadequados são aqueles que apresentam os seguintes componentes: adensamento excessivo de moradores em domicílios próprios; carência de serviços de infraestrutura; inadequação fundiária urbana; inexistência de unidade sanitária domiciliar exclusiva; cobertura inadequada. A tabela abaixo apresenta os dados de Inadequação de Domicílios no Brasil e revela a gravidade desse problema, principalmente, no que diz respeito à carência de infraestrutura.

---

<sup>48</sup> IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios** - 2008 Microdados. Rio de Janeiro, 2009. CD-ROM.

<sup>49</sup>FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. **Déficit habitacional no Brasil – 2008**. Convênio PNUD/Ministério das Cidades: Belo Horizonte, 2011.

**Tabela 1: Critérios de inadequação dos domicílios urbanos duráveis, segundo regiões geográficas e regiões metropolitanas (rms) - Brasil – 2008.**

ESPECIFICAÇÃO	INADEQUAÇÃO FUNDIÁRIA	DOMICÍLIO SEM BANHEIRO	CARÊNCIA DE INFRAESTRUTURA	ADENSAMENTO EXCESSIVO	COBERTURA INADEQUADA
Norte	61.978	186.252	1.627.757	210.573	85.931
Nordeste	336.407	337.414	3.861.874	341.019	72.791
Sudeste	967.493	147.697	2.152.417	693.888	199.889
Sul	252.224	84.471	1.509.211	110.964	229.059
Centro-Oeste	74.414	44.584	1.797.425	77.669	12.914
<b>Brasil</b>	<b>1.692.516</b>	<b>800.418</b>	<b>10.948.684</b>	<b>1.434.113</b>	<b>600.584</b>
<i>Total das RMs</i>	1.025.316	199.753	2.386.271	639.426	147.021

Fonte: FJP. Déficit Habitacional no Brasil, 2008. p: 60.

Apesar dos altos índices de inadequação, a posse de um domicílio representa certa estabilidade financeira para alguns setores da sociedade. Em outros casos, a ocupação de uma moradia, mesmo que em condição precária ou em área de risco, torna-se questão de sobrevivência e uma alternativa de enfrentamento à crescente desigualdade e exclusão social.

A maior segurança numa sociedade incapaz de proporcionar o seguro social efetivo ou de garantir o pleno emprego é, certamente, a posse de uma moradia. Mesmo que esta não se construa em mais do que um barraco em lote situado em área não urbanizada, sempre poderá assegurar à família a possibilidade de reduzir, havendo crise, suas despesas ao mínimo absoluto. (TURNER, 1968, p.19).

Neste contexto, compreende-se a existência de casas nas mais diversas condições e em áreas cada vez menos apropriadas para morar. Entretanto, o habitar é uma necessidade humana que se agrava nas grandes cidades pelas péssimas condições de vida das classes menos favorecidas. É por este motivo que não basta assegurar o direito à moradia, mas estabelecer condições mínimas para que uma habitação seja adequada ao uso residencial.

Segundo Fernandes (2003), a Agência das Nações Unidas, através do documento *Agenda Habitat II*, trata a moradia adequada como estratégia para a implementação do Plano de Ação Global, por reconhecer que as populações periféricas de grandes cidades vivem em enorme precariedade. Por esse motivo, assume as condições da moradia como uma das principais questões a serem tratadas e define o que deve ter uma habitação para ser adequada:

Habitação adequada para todos é mais do que um teto sobre a cabeça das pessoas. É também possuir privacidade e espaço adequados, acessibilidade física, garantia de posse, estabilidade estrutural e durabilidade, iluminação adequada, aquecimento e ventilação, infraestrutura básica adequada, como fornecimento de água, esgoto e coleta de lixo, qualidade ambiental adequada e fatores relacionados à saúde, localização adequada e acessível em relação a trabalho e instalações básicas: tudo deveria ser disponível a um custo acessível. (FERNANDES, 2003, p. 48).

Em se tratando de um documento internacional, aponta diretrizes para políticas públicas que deveriam proporcionar melhorias nas condições de vida destas populações. No entanto, as realidades específicas aos grupos sociais residentes em assentamentos populares, ainda se encontram distantes deste referencial de habitação adequada. No Rio de Janeiro, a presença de grandes áreas ocupadas de forma irregular durante décadas convergiu para a existência de bairros inteiros em condições muito precárias. Cabe mencionar que a Prefeitura da cidade tem investido em programas de melhorias habitacionais para atender à demanda de alguns desses assentamentos. A chamada ‘cidade informal’<sup>50</sup> ganhou tal proporção que foi necessária a criação de diretrizes urbanas especiais para tais áreas.

Em 1992, com a promulgação do Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro, foi criada a subseção única que trata das Áreas de Especial Interesse Social (AEIS), com o objetivo de incluí-las em programas da política habitacional do município, bem como estabelecer “padrões especiais de urbanização, parcelamento da terra e uso e ocupação do solo” (PCRJ, 1993). Esta medida afirma a necessidade de uma legislação específica para favelas e loteamentos irregulares. O código de obras do município determina os critérios para construção e legalização de edificações na ‘cidade formal’, no entanto, é necessário que sejam estabelecidos critérios mínimos para que uma habitação seja considerada adequada

---

<sup>50</sup> Compreende-se cidade informal como aquela de crescimento espontâneo, sem planejamento e investimentos de infraestrutura por parte do poder público, cujas moradias não obedecem à legislação edilícia municipal, muitas vezes caracterizadas pela autoconstrução.

em áreas de construções irregulares. Carvalho (2008) descreve em que condições as habitações das AEIS no Rio de Janeiro podem ser regularizadas:

Para a legalização edilícia nos assentamentos inseridos nas AEIS, o instrumento em vigor é o decreto de nº. 25.748 de 9 de setembro de 2005<sup>51</sup>, que simplifica os critérios para a concessão de Habite-se em relação à legislação vigente para a cidade formal. Este decreto determina que vãos de ventilação e de iluminação para o exterior serão somente exigidos em compartimentos habitáveis,<sup>52</sup> sem que haja parâmetros mínimos de dimensões para estes vãos ou para os compartimentos; dispensa as edificações das exigências mínimas de área livre, afastamentos frontal, lateral ou de fundos, prismas e vagas de estacionamento; aceita até doze unidades habitacionais em um mesmo lote; e permite que somente edificações com até 4 pavimentos sejam regularizadas. O processo de legalização da edificação também é facilitado, pois só exige de informação gráfica a planta de situação como parte da documentação para a regularização da edificação.

Para a regularização edilícia nas favelas recém-urbanizadas inscritas em AEIS, os critérios de habitabilidade mínima exigidos pela CRU/SMU<sup>53</sup> são ainda mais simplificados. Nelas, basta que o domicílio tenha estrutura sólida, possua cozinha, banheiro e que apenas um dos cômodos habitáveis da edificação tenha vão de ventilação e iluminação para o exterior para que a moradia receba título de 'Habite-se'. (CARVALHO, 2008, p. 15).

De acordo com as informações acima, pode-se dizer que o poder público incentiva a construção de habitações não condizentes com o que se deve considerar adequado, de acordo, por exemplo, com a definição do *Habitat II*, descrita anteriormente. Além disso, ainda legaliza edificações existentes nestas condições<sup>54</sup>. Vale ressaltar que, segundo Carvalho (2008, p.21)<sup>55</sup> a moradia urbana deveria oferecer “proteção, conforto, saúde,

<sup>51</sup> PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Decreto Nº. 25.748 de 9 de Setembro de 2005. Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, Ano XIX, Nº. 123, pág. 4, de 12/9/2005. Rio de Janeiro: PCRJ, 2005.

<sup>52</sup> Nota da autora: “Segundo o Regulamento de Construções e Edificações, publicado no Decreto ‘E’ no. 3.800, de 20 de abril de 1970 do Código de Obras do município do Rio de Janeiro, são considerados compartimentos habitáveis: dormitórios, salas, lojas e sobrelojas, salas comerciais e locais de reunião” (CARVALHO, 2008, p. 15).

<sup>53</sup> Coordenadoria de Orientação e Regularização Urbanística da Secretaria Municipal de Urbanismo da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro - CRU/SMU.

<sup>54</sup> Por outro lado, é importante sublinhar que não interessa aos moradores investir em suas casas, quando não existe a certeza da permanência. No entanto, a viabilidade de ‘legalizá-las’ deveria, de certo modo, estimular a realização de melhorias.

<sup>55</sup> Carvalho define a habitação adequada a partir dos conceitos de habitação saudável, habitação confortável e habitação sustentável.

privacidade, domesticidade, segurança, economia entre outros”, mas às classes menos favorecidas é dado apenas o direito à moradia, sem considerar a qualidade das mesmas. Ao analisar, no subitem seguinte, os conceitos e os critérios de habitabilidade que devem nortear este estudo, pretende-se apontar para novas formas de encarar o problema habitacional no Brasil, assegurar o direito à moradia e garantir a qualidade de vida destas populações nos grandes centros urbanos.

### **3.1.2 Habitabilidade: conceitos e critérios de avaliação**

Ao examinar-se o *déficit* habitacional brasileiro e as alternativas que vem sendo utilizadas como estratégia para assegurar o direito à moradia para populações de baixa renda, verifica-se um maior investimento do poder público em programas habitacionais destinados às famílias mais vulneráveis. Nesta perspectiva, um grande avanço, em nível nacional, foi a aprovação da Política Nacional de Habitação (PNH) em 2004, principal instrumento de orientação das estratégias e das ações a serem implementadas pelo Governo Federal (BONDUKI, ROSSETTO e GHILARDI, 2009). Mas, somente com a criação de um Sistema Nacional destinado às habitações de interesse social (SNHIS), torna-se possível “viabilizar para a população de menor renda o acesso à terra urbanizada e à habitação digna e sustentável” (BRASIL, 2005).<sup>56</sup> Deve-se ressaltar que, pela primeira vez na legislação brasileira, a moradia digna é considerada como um direito.

Nesse novo contexto político e social, torna-se imprescindível o estabelecimento de critérios que determinem quando uma habitação é considerada adequada. Alguns estudos apontam para a importância das condições de habitabilidade das moradias, sejam as produzidas por

---

<sup>56</sup> É importante mencionar que a Lei nº 11.124 de 16 de Junho 2005, também instituía o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) que foi vetado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

programas habitacionais do governo ou mesmo aquelas que se estabeleceram de acordo com as necessidades e as possibilidades de seus habitantes. Uma das principais iniciativas brasileiras de avaliação de programas habitacionais que ressalta essa necessidade é a chamada *Metodologia de avaliação dos programas de habitação e saneamento financiados com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)*,<sup>57</sup> elaborada entre os anos de 1999 e 2001 e que ainda tem sido aprimorada.

Para esta metodologia foram considerados sete aspectos de avaliação que vão desde a concepção dos empreendimentos até o seu resultado final e suas consequências para os beneficiários diretos e para o ambiente. São estes: economicidade, procedimento de gestão, produto, impacto nas condições de vida dos moradores, impacto na cidade e no ambiente, atendimento às necessidades e impacto macroeconômico. Esses aspectos e seus respectivos indicadores foram adaptados à avaliação dos diferentes programas,<sup>58</sup> de acordo com os objetivos a serem alcançados.

Dentre esses aspectos, o 'Produto' refere-se ao "resultado concreto e palpável dos programas habitacionais" (BONDUKI, 2001, p. 207) e por isso avalia a moradia para além de suas características construtivas. Os indicadores que o compõem compreendem a moradia de forma ampla e abrangem tanto as características objetivas quanto subjetivas da habitação.

Nesse sentido, os indicadores que compõem a avaliação desse aspecto – *habitabilidade* (urbana e da unidade habitacional), *espacialidade* e

---

<sup>57</sup> Desenvolvida por uma equipe vinculada à Escola de Engenharia de São Carlos, da Universidade de São Paulo e coordenada inicialmente pelo prof. Nabil Georges Bonduki. Tem por objetivo atender à Resolução 259 de 24/4/ 1997, item 1 do Conselho Curador do FGTS que, visa "dar maior transparência às ações empreendidas com os recursos do trabalhador", e determina que sejam "desenvolvidos estudos visando a definição de uma metodologia a ser aplicada na avaliação dos programas de aplicação lastreados em recursos do FGTS" (BUZZAR e FABRÍCIO, 2007, p. 226).

<sup>58</sup> Pró-moradia, Carta de Crédito Associativo, Carta de Crédito Individual, Apoio à Produção e Pró-Saneamento, todos com recursos do FGTS.



*construtibilidade*, além da *satisfação do usuário* – agregam as dimensões valorativas da qualidade do projeto e da obra em termos arquitetônico-urbanísticos, do conforto da moradia, da sustentabilidade das soluções técnicas, da racionalidade construtiva que o produto manifesta, além de sua inserção urbana e ambiental. (BONDUKI, 2001, p. 207, grifo do autor).

De tal modo, percebe-se que os indicadores citados acima buscam compreender a habitação de forma integral, uma vez que os programas avaliados destinam-se à produção de moradias de qualidade. Quando se pretende avaliar o desempenho de políticas públicas, há que se pensar de forma global, e verificar se os investimentos conseguem atingir os resultados esperados. Contudo, quando se trata de condições mínimas para que uma habitação seja adequada é importante enfatizar aspectos específicos. Por esse motivo, com base em estudos realizados no Brasil e em outros países, serão apresentadas algumas definições do termo ‘habitabilidade’ e critérios que o estabelecem. O indicador ‘habitabilidade’, acima mencionado, será retomado mais adiante.

Pode-se afirmar que em alguns países da América Latina, a discussão acerca desta temática está bem avançada. O Chile e o México são alguns exemplos de países que possuem pesquisas importantes sobre habitabilidade e as condições de moradia. No Chile, o *Instituto de La Vivienda (INVI)*<sup>59</sup> se destina a “resolver os problemas de habitação e melhoria da qualidade de vida através de uma abordagem inter e transdisciplinar necessário para resolver o problema”<sup>60</sup>, e desenvolvem documentos que tem norteado os programas habitacionais do país.

O *Bienestar Habitacional (Guía de diseño para un hábitat residencial sustentable)* é um dos documentos desenvolvidos pelo INVI que dá orientações para a elaboração de projetos de

---

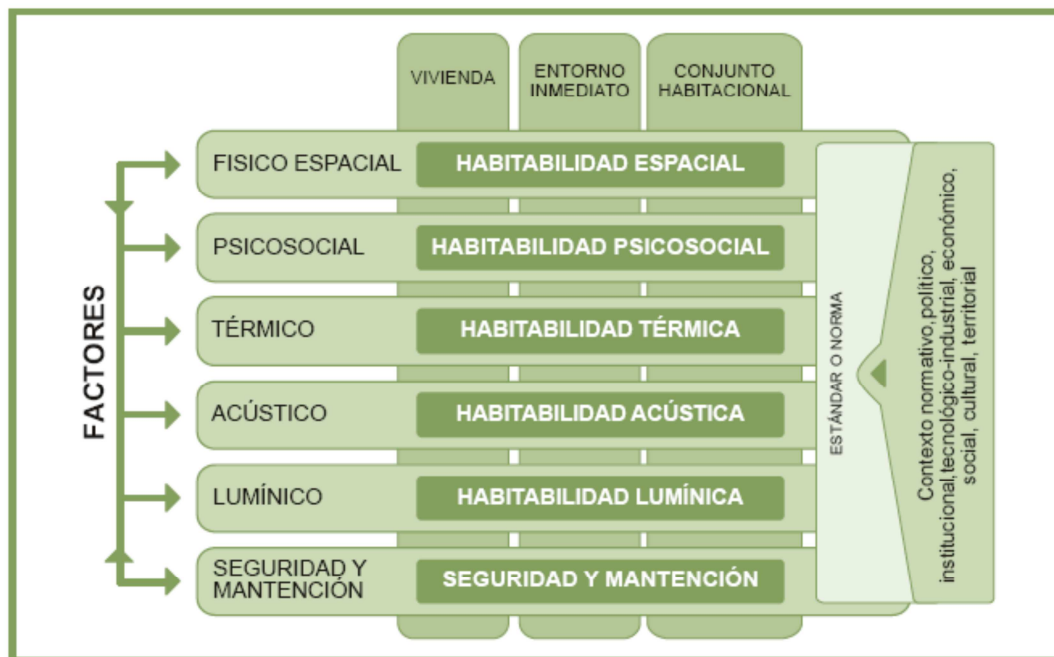
<sup>59</sup> O *Instituto de La Vivienda (INVI)* foi criado como uma unidade acadêmica ligada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Chile em 1984.

<sup>60</sup> UNIVERSIDAD DE CHILE. Facultad de Arquitectura y Urbanismo. INVI. El Instituto. **Presentación**. Santiago. Tradução nossa. Disponível em: <<http://vivienda.uchilefau.cl/el-instituto.htm>>. Acesso em: 21 jun. 2013.

arquitetura para a moradia e define critérios e padrões para avaliação do ‘bem-estar habitacional’ em três escalas diferentes: a *vivienda*, que se refere ao edifício em si; o *entorno inmediato* relacionado às ruas adjacentes ao edifício; e o *conjunto habitacional* que diz respeito ao bairro. A figura 8 apresenta os fatores nos quais estes critérios de avaliação se baseiam e relaciona-os às condições de habitabilidade, conforme a definição a seguir:

La habitabilidad está determinada por la relación y adecuación entre el hombre y su entorno y se refiere a cómo cada una de las escalas territoriales es evaluada según su capacidad de satisfacer las necesidades humanas. Este concepto se relaciona con el cumplimiento de estándares mínimos, ya que la habitabilidad es la ‘cualidad de habitable, y en particular la que, con arreglo a determinadas normas legales, tiene un local o una vivienda’. (INVI, 2004, p. 14).

**Figura 7: Fatores relevantes para a avaliação do bem-estar habitacional.**



Fonte: *Bienestar Habitacional* - Guía de diseño para un hábitat residencial sustentable (INVI, 2004, p.15)

Percebe-se então que, nesse caso, a “relação e adequação do homem ao seu entorno” está associada às questões de conforto ambiental, espacial e psicosocial. Agregam ainda, questões construtivas como a segurança e manutenção da moradia. Esta é uma concepção ampla do termo habitabilidade, talvez a mais apropriada para alcançar níveis desejáveis para uma habitação adequada.

Outra concepção que pode ser considerada mais abrangente e norteadora deste estudo é a sugerida por Bonduki (2001), como indicador do aspecto geral de ‘Produto’, conforme explicitado. A metodologia proposta diferencia a habitabilidade urbana da habitabilidade da unidade habitacional. Ambas incluem, além das propriedades físicas, seja da habitação ou no meio urbano em que se insere, as percepções dos moradores e suas aspirações mais subjetivas. A definição deste indicador é dada da seguinte maneira:

O indicador referente à *habitabilidade da unidade habitacional* diz respeito ao conjunto de aspectos que interferem na qualidade de vida e comodidade dos moradores, bem como na satisfação de suas necessidades físicas, psicológicas e sociais [...]. O indicador *habitabilidade urbana* parte do pressuposto de que a moradia é entendida em seu sentido amplo, conjugando-se ao direito à cidade. Essa avaliação deve verificar em que medida a habitação responde a uma preocupação dessa ordem, de estar inserida na malha urbana, baseada em sua relação com a rede de infraestrutura e a possibilidade de acesso a equipamentos públicos. (BONDUKI, 2001, p. 208, grifo do autor).

É possível perceber que há uma semelhança entre os dois conceitos apresentados, principalmente, porque ambos associam as características arquitetônicas e urbanísticas àquelas de cunho psicológico e social. O quadro abaixo apresenta os conceitos empregados para cada indicador apresentado, onde é possível notar tais semelhanças:

**Quadro 1: Indicadores de habitabilidade para avaliação do aspecto Produto de acordo com a Metodologia de avaliação dos programas de habitação e saneamento financiados com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).**

Indicador	Conceitos empregados
Habitabilidade da unidade habitacional	Conforto ambiental (luminoso, térmico e acústico);
	Segurança do usuário (estrutural e relativa a incêndios, acidentes atmosféricos e utilização);
	Salubridade (estanqueidade, higiene e condições atmosféricas);
Habitabilidade Urbana	Rede de infraestrutura;
	Acesso aos equipamentos públicos;

	Estudo de implantação urbana (incluindo acessibilidade física, barreiras arquitetônicas e patologias/ problemas construtivos).
--	--

Fonte: Adaptação da autora, com informações retiradas de BONDUKI (2001).

Os critérios apresentados nas duas propostas acima assinalam, de forma clara, quais são as condições mínimas de habitabilidade para que uma habitação seja considerada adequada. No entanto, vale ressaltar que muitos outros aspectos são importantes para avaliar as condições de habitabilidade: aspectos abrangentes que extrapolam os limites do entorno imediato ou do bairro, ou mesmo especificidades do lugar que caracterizam que qualquer habitação sempre estará situada em uma realidade social, econômica e ambiental, sendo impossível dissociá-la de seu contexto urbano mais amplo.

Alcalá (2007) conceptualiza la habitabilidad en el espacio urbano como una condición habitacional donde La vivienda está integrada físicamente a la ciudad, con buena accesibilidad a servicios y equipamientos, rodeada de un espacio público de calidad, y se carece de ésta cuando La vivienda aún estando en buenas condiciones se encuentra emplazada en un área vulnerable, marginal y de difícil acceso. Por lo tanto, desde el punto de vista habitacional es necesario analizar las políticas urbanas que podrían tener un impacto directo en la mejora de las condiciones habitacionales, las cuales tendrían como ámbitos y ejes de actuación: los espacios o áreas interbarriales, el sistema viario, el espacio público dentro y fuera de los barrios, las infraestructuras, los servicios y el transporte público, los espacios verdes, el enriquecimiento funcional de las áreas residenciales, los programas destinados a crear nuevas centralidades (actividades y usos diversos) y los espacios comunes de referencia. (OLMOS E HAYDEÉ, 2008, p.49).

Portanto, a noção de habitabilidade é ampla e deve considerar que os critérios destinados a sua caracterização tendem a ser inúmeros. Trata-se, na verdade, de um tema que abrange outras faces coletivas e privadas, físicas, psicológicas, sociais e culturais. “É um conceito complexo, que envolve muitos aspectos que afetam a qualidade da moradia” (HABITAT BRASIL),<sup>61</sup> inclusive os aspectos subjetivos intrínsecos ao lugar e às pessoas que nele residem. “Talvez, a moradia influencie nossa vida muito mais por sua representação

<sup>61</sup> HABITAT BRASIL. **O que é habitabilidade?** Disponível em: <<http://www.habitatbrasil.org.br/producao-social-do-habitat/o-que-e-habitabilidade>>. Acesso em: 9 ago. 2012.

simbólica, apesar de se apresentar como objeto físico construído. A moradia movimenta valores, necessidades e preferências, conduzindo o estado de satisfação do indivíduo”. (BERGAN, 2005, p. 28). Assim, será abordada a seguir a noção de subjetividade que, associada às condições de habitabilidade constituem tópicos fundamentais à qualidade de vida.

### **3.2 A construção teórica da subjetividade**

O estudo da subjetividade sempre esteve relacionado às discussões acerca do sujeito. A noção de subjetividade desenvolveu-se em diferentes vertentes, seja na filosofia, na antropologia, na psicologia e em outras áreas do conhecimento.

Para nortear este estudo considera-se que “a compreensão do que é sujeito está intimamente condicionada à ideia de pessoa” (SILVA, 1996, p. 80), que representa uma totalidade em si. Segundo Silva (1996), a tradição judaico-cristã contribuiu para essa compreensão, ainda que já houvesse no pensamento grego clássico elementos que dariam suporte a tal visão.

Para os pensadores gregos, desde os primórdios do início do filosofar até o momento dos clássicos, preocupados em descobrir o que permanece enquanto tudo parece mudar, procurando o ser das coisas, duas categorias relacionam-se nessa busca, ora complementarmente, ora em oposição, ora dialeticamente: a matéria e a forma, ou a matéria e as ideias, ou a matéria e o espírito ou, ainda, o corpo e a alma. (SILVA, 1996, p. 80).

Entretanto, é a partir do surgimento do cristianismo que a pessoa passa a ser vista como uma unidade indissolúvel, a integração total do corpóreo e do espiritual. Esta visão faz da pessoa um universo em si mesmo, onde “cada homem tem, desse modo, a possibilidade de chegar ao conhecimento”. (SILVA, 1996, p.80).

Na abordagem de Frankl (1978),<sup>62</sup> o conhecimento do homem enquanto pessoa, corpo, alma (*psiquê*) e espírito, está relacionado à busca de um sentido. Segundo o autor “o sentido é na verdade tão singular quanto cada uma das situações que a vida apresenta. E nós próprios, que nos deparamos com elas, somos singulares e únicos”. (FRANKL, 1978, p.19). Assim, pode-se definir a pessoa como “alguém dotado de individualidade e com desejo de realização nos mais diversos campos”. (SILVA, 1996, p.88).

A pessoa, porém, não representa uma totalidade fechada a outras realidades, ao contrário, ela é necessariamente “um ser relacional”. (SILVA, 1996, p. 82). Por este motivo, “a necessidade de um grupo de referência onde ocorram relações diretas de ajuda mútua, amparo e trocas afetivas, cognitivas, valorativas é radical para a vida da pessoa”. (SILVA, 1996, p. 84).

Se de um ponto de vista puramente físico já ocorre esta radical dependência de um outro, que geralmente é um grupo, ao menos um casal humano, de um ponto de vista cultural, ou seja, aquela dimensão da vida humana que a constitui verdadeiramente humana, o homem é intrinsecamente dependente e isto por toda vida. (SILVA, 1996, p. 88).

Assim, são nas relações que se formam por meio de grupos distintos, ao longo de toda a vida, que a pessoa se torna um sujeito. De acordo com Marcel, filósofo francês existencialista, a verdadeira subjetividade acontece na relação entre o *eu* e o *tu*, a que o autor denomina intersubjetividade. Zilles (1988) ressalta, ainda no pensamento de Marcel, a ideia de que “desde o instante em que se estabelece uma comunicação entre mim e o outro, ambos penetramos num mundo novo”. (ZILLES, 1988, p. 99).

Deste modo, com base na concepção de sujeito, enquanto pessoa que se relaciona, é que se pretende chegar a uma noção de subjetividade social, sem, entretanto, desconsiderar a

---

<sup>62</sup> Cabe mencionar que Victor Frankl, neurologista e psiquiatra austríaco, viveu no campo de concentração de Theresienstadt durante o holocausto nazista. Lá desenvolveu a teoria da busca do sentido da vida que deu origem a Logoterapia.

personalidade de cada indivíduo.<sup>63</sup> Busca-se, assim, apresentar a subjetividade como um “sistema complexo produzido de forma simultânea no nível social e individual”. (GONZÁLEZ REY, 2003, p. 202).

Cabe mencionar que, em uma das vertentes da antropologia, discute-se a questão da individualidade nas sociedades contemporâneas, destacando que o estilo de vida nos grandes centros urbanos, de certo modo reflete o sistema capitalista voltado para sua economia de mercado e conduz as sociedades marcadas pela “fragmentação das relações entre grupos e indivíduos”. (CAVALCANTI, 1996, p. 118).

O indivíduo que daí emerge é bem descrito por Simmel (1973) como de um caráter marcado por uma atitude ‘blasé’ – uma certa incapacidade de reagir a novas sensações com a energia apropriada – e uma atitude de reserva nas relações com outros indivíduos, uma antipatia que seria uma forma de proteção contra a indiferença e a sugestibilidade indiscriminada. (CAVALCANTI, 1996, p. 118).

O presente trabalho alinha-se a esta crítica da Antropologia Urbana às visões individualizantes dos sujeitos e busca apontar para a subjetividade coletiva presente nos interesses e projetos individuais em um grupo social específico. Essa abordagem, também compartilhada pela Psicologia Social, tem como uma de suas referências mais significativas o trabalho de Fernando González Rey<sup>64</sup>, sobre o qual se desenvolve o subitem a seguir.

Para introduzir-se o estudo da temática da subjetividade no campo da psicologia, faz-se necessário compreender a discussão central que vem norteando a construção de teorias e de diferentes enfoques nesta disciplina. No final do século XIX a psicologia surgiu como

---

<sup>63</sup> É importante ressaltar esta afirmação porque, a partir da compreensão deste sujeito, Silva (1996) chega à noção de sujeito coletivo, representado por um grupo constituído por pessoas, que segundo o autor, possui uma identidade própria.

<sup>64</sup> Fernando González Rey desenvolve categorias dentro do tema da subjetividade. Sua trajetória nesta linha de pesquisa teve início no grupo de discussões teóricas do Departamento de Psicologia Geral da Faculdade de Psicologia da Universidade de La Habana, sendo aprofundada na Psicologia Social “com uma base teórica dialética e complexa, na qual o individual e o social não constituíram uma dicotomia, nem se excluíram reciprocamente” (REY, 2003, p. 201), mas contribuíram para a compreensão de uma subjetividade social que será abordada e adotada no decorrer deste item.

ciência que buscava aprofundar seus estudos na complexidade do pensamento humano, superando o enfoque físico que as ciências naturais impunham naquele momento. Desde então a psicologia tem se desenvolvido por meio de diferentes vertentes que ora focam os processos mentais do indivíduo, ora o caracterizam como um produto do meio em que vive. Essa dicotomia entre individual e social não tem contribuído para a construção de teorias psicológicas que compreendam o sujeito em sua integralidade, uma vez que esses aspectos são interdependentes. Sendo assim, faz-se necessário compreender as formas de organização da psique de um indivíduo, a partir da observação das influências que este recebe dos espaços sociais de convivência e considerar que ele traz consigo uma personalidade própria onde se integram experiências e história, categorias constituintes do sujeito, como será visto adiante. Portanto, é através da superação dessa dicotomia que se pode abarcar ambos os aspectos como constituintes de um único sistema como sugere González Rey:

A superação da mencionada dicotomia é possível somente a partir de uma representação dialética dessa relação, em que ambos fazem parte de um mesmo sistema e, por sua vez, relacionam-se de forma contraditória dentro dele, gerando suas forças motrizes, dentro das quais um e outro, ou seja, o social e o individual, atuam de forma recíproca como constituintes do outro, e são simultaneamente constituídos pelo outro. (GONZÁLEZ REY, 2003, p. 95).

Desse modo, ainda que um indivíduo receba influências do externo é em seu trânsito para o interno que essa influência se qualifica. Da mesma forma, o sujeito que atua num contexto social com características singulares, pode transformá-lo em determinados momentos. É nesta simultaneidade de contribuições e constituições que se encontra a dimensão subjetiva, seja em nível social ou individual.

Para a adoção de uma definição de subjetividade que norteasse este estudo, considerou-se fundamental adotar tal compreensão dos sujeitos expressa por González Rey, o que permite



eliminar essa dicotomia individual x social e “colocar esta relação dentro de uma perspectiva teórica diferente”. (GONZÁLEZ REY, 2003, p.202).

No entanto, antes de explorar outras considerações dos estudos de González Rey específicos sobre a subjetividade social, é importante ressaltar que o tema da subjetividade tem acompanhado a psicologia desde seu surgimento como disciplina na Alemanha, ainda que, em muitos casos, não fosse reconhecido com uma categoria específica de análise. Com vistas a apreender algumas dessas análises, passa-se à apresentação de contribuições de diferentes teorias à definição de subjetividade social. A redação do subitem a seguir sintetiza as ideias de Fernando Luis Gonzalez Rey expressas no livro *Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural* e apresenta informações adicionais.

### **3.2.1 A psicologia e suas contribuições para a noção de subjetividade**

Entre os anos de 1900 e 1920 Wilhelm Wundt desenvolveu a chamada *Völkerpsychologie*, propondo o desenvolvimento de uma Psicologia Social que enfatizava a importância do histórico na formação da psique humana, incluindo os aspectos culturais produzidos por uma comunidade. A esse respeito Wundt afirma: “A consciência individual é totalmente incapaz de nos oferecer a história do pensamento humano, pois ela está condicionada por uma história anterior, a respeito da qual ela não pode, por si mesma, dar-nos nenhum conhecimento”. (WUNDT, 1916 apud GONZÁLEZ REY, 2003, p.3). Nesta citação o autor assinala a importância do contexto social e histórico na vida de um indivíduo, e aponta para a presença de aspectos singulares que constituem uma produção subjetiva, tendo em vista a complexidade de seus processos psicológicos.

Entretanto, foi outra vertente dos estudos de Wundt que influenciou grande parte de seus discípulos norte-americanos: a Psicologia Experimental. “Ainda que Wundt fosse firme

defensor do experimento na prática investigativa, para ele o experimento não era estranho à capacidade integral de expressão dos sujeitos estudados, e no plano teórico ele sempre manteve uma orientação mentalista”. (GONZÁLEZ REY, 2003, p. 3). Mas, conforme analisado pelo autor, foram as tendências empíricas e instrumentalistas que dominaram o discurso norte-americano no início do século XX, com ênfase no exercício da psicologia como profissão.

Logo, a Psicologia Moderna foi, profundamente, influenciada pelo funcionalismo, cujo enfoque voltava-se para o contexto social, responsabilizando-o pela ‘formação’ do indivíduo, de acordo com a mentalidade existente na sociedade. Tal visão descaracterizava a percepção do sujeito e colocava-o em uma posição passiva. O forte pragmatismo presente entre os autores que defendiam o funcionalismo foi um dos pilares que deram base para o aparecimento do Behaviorismo norte-americano.

Apesar de o Behaviorismo ter sido iniciado com J. Watson, esta teoria de base empírica possuiu diferentes vertentes, mas todas alicerçadas no objetivismo comportamental. Vale ressaltar que o behaviorismo surgiu nos Estados Unidos, no período entre-guerras, buscando-se um controle da conduta humana e visando-se ‘criar’ indivíduos segundo concepções ideológicas determinadas. De todo modo, seja pela linha de ‘estímulo-resposta’ ou pela crença na ‘interiorização’ de um padrão comportamental, foi nesse momento que a psicologia afastou-se dos métodos qualitativos da pesquisa científica e intensificou a quantificação, o que tornou mais difícil a compreensão dos processos psicológicos estudados.

Gonzalez Rey analisa que, no final do século XIX, Sigmund Freud desenvolveu a teoria psicanalítica, e passou a enfatizar o caráter interpretativo da psicologia, levando-a ao campo clínico. Sua teoria originou outras vertentes da Psicanálise servindo de referencial para

muitos teóricos. De uma forma geral, Freud defendia que o indivíduo era o lugar onde se revelavam as forças pré-existentes do *superego* e do *id*, sobre as quais não se tinha poder de transformação. Todavia, este indivíduo poderia receber influências externas, armazenadas em seu *ego*, capazes de reprimi-lo.

Neste contexto, a dicotomia 'sociedade x indivíduo' aparecia claramente, uma vez que um intervinha sobre o outro de forma controladora, o que não acontecia no Behaviorismo, onde um era produzido pelo outro. Assim, de acordo com a ótica de compreensão de González Rey, apesar de a psicanálise compreender o indivíduo com estruturas psicológicas pré-determinadas - não por sua história, cultura ou experiências, mas por sua própria natureza - pode-se dizer que esta contribuiu para a compreensão da psique como um processo constitutivo do sujeito, subsidiando posteriormente a construção da teoria da subjetividade. Apesar dos avanços de algumas vertentes europeias da Psicanálise, que contribuíram para a compreensão do sujeito e de seus aspectos subjetivos, nos Estados Unidos observou-se um fortalecimento do pensamento humanista.

A Psicologia Humanista concentrou seus esforços no indivíduo, considerando-o como "sujeito capaz de autodeterminar-se, autorealizar-se, autoatualizar-se, etc." como define González Rey (2003, p.59). Se por um lado essa visão é limitada e restringe-se ao indivíduo, é possível extrair dela aspectos importantes da subjetividade individual. Nesta concepção, o sujeito é visto de forma processual, capaz de expressar características pessoais e individualidade, deixando de ser qualificado dentro de uma universalidade.

González Rey também aborda a evolução do tema da subjetividade, com a definição de elementos associados ao indivíduo e sua percepção como sujeito e destaca algumas das principais contribuições que tiveram origem na Psicologia Soviética. Vygotsky e Rubinstein são apontados por González Rey como os primeiros teóricos que atentaram para os aspectos

culturais na constituição da psique humana e, por este motivo, seus escritos são fundamentais para a construção teórica da subjetividade.

Conforme destacado também por outro autor, “Segundo Vigotski, às características biológicas asseguradas pela evolução da espécie são acrescidas funções produzidas na história de cada indivíduo singular por decorrência das apropriações do patrimônio material e intelectual historicamente construído” (MARTINS, 2007, p. 126).

Retornando a Gonzalez Rey, outro aspecto importante na percepção de Vygotsky e Rubinstein foi a compreensão do social e do individual como elementos que interagem, ainda que em dados momentos, houvesse uma contraposição. A subjetividade está, portanto, no centro dessa relação, na intercessão das configurações do ambiente e do indivíduo, nos seus aspectos cognitivos. Mas até que ponto se atribui ao contexto social a constituição do sujeito?

Vygotsky apresentou o conceito de interiorização, que atribuía ao meio social o exercício de influências que passavam a caracterizar o indivíduo. Por outro lado, Rubinstein defendia o princípio da refração, onde todas as influências recebidas do meio social passavam por um processo de transformação em nível qualitativo, conformando-se aos princípios do sujeito. Assim, pode-se observar um grande esforço na tentativa de vencer a dicotomia existente, e propor um enfoque histórico-cultural para as vertentes da psicologia vigentes, principalmente, quando se considera a consolidação marxista na antiga União Soviética.

Esta visão encontrou na psicologia elementos que fundamentavam suas concepções. Nesse cenário político era importante conduzir o sujeito a uma formação ideológica comum e predominante, voltada para o objetivismo. Entretanto, num sentido inverso, autores como Castoriadis e Guattari trouxeram grandes contribuições, com base na obra de Marx, para a produção da teoria da subjetividade. O primeiro buscou suas referências na Psicanálise,

reportando-se ao imaginário como produção subjetiva, enquanto conferiu ao sujeito a capacidade de ser gerador de significados e sentidos. Nas palavras de González Rey (2003), Castoriadis “rompe com o marxismo enquanto caráter progressivo e racional do curso das necessidades na história, mas divide com Marx o caráter necessário das formações históricas e sociais, não aceitando a definição de fontes únicas e universais para a aparição das desigualdades” (GONZÁLEZ REY, 2003, p. 109). Já Guattari afastou-se da Psicanálise criando um segmento teórico próprio. Aproximou-se do discurso marxista e criticou o que chamava de subjetividade capitalística, ou seja, aquela constituída tanto pelo sistema de produção em série que dirigia ao consumo em massa, quanto pela eliminação da singularização criada a partir da padronização e do controle social.

### **3.2.2 Sujeito e subjetividade**

Conforme avaliado por González Rey, a dicotomia entre o social e o individual presente nas teorias apresentadas revela que, em um primeiro momento, a psicologia deu ênfase ao indivíduo e à organização da psique e, em um segundo momento, as atenções voltaram-se para as teorias de cunho social que defendem a formação de uma realidade social a partir dos processos humanos. É nesse contexto que o indivíduo se torna protagonista no espaço social, configurando-o com seus sentidos<sup>65</sup> de dimensões simbólica, social e subjetiva, assumindo o papel de sujeito.

Deste modo, compreende-se que em algumas vertentes da psicologia o indivíduo estava submetido a uma ordem universal, a uma estrutura psicológica imutável, ou a influências

---

<sup>65</sup> Cabe ressaltar que os sentidos subjetivos de que trata González Rey dentro de uma estrutura da psique humana não tem nenhuma relação com a busca do sentido de vida, mencionado anteriormente, da qual trata Victor Frankl. Este último é um sentido pessoal que possui um caráter ontológico e não resulta de um contexto cultural. Considera-se que as duas influências co-existem, sendo a segunda imutável e permanente que, de certo, impulsiona a subjetividade individual de cada pessoa.

externas que o impediam de possuir qualquer singularidade. No entanto, o sujeito é aquele que atua, que cria, que transforma o lugar, enquanto é constituído e transformado por ele, porque está inserido em uma história, uma cultura, um contexto social.

Nesse contexto, González Rey aborda a contribuição do marxismo para a noção de subjetividade, e destaca que a mais significativa foi a noção de constituição histórica do sujeito:

O marxismo, pela primeira vez, representa no pensamento filosófico o caráter histórico e social do homem, que supunha o trânsito de um sujeito universal, fechado dentro de um conjunto de categorias metafísicas, para um sujeito concreto, que mostra em sua condição atual a síntese de sua história social, não como acumulação, mas como expressão de uma nova condição. A assimilação organizada do marxismo pela psicologia que se apresenta pela primeira vez na psicologia soviética, incorporou a visão marxista do homem na construção do pensamento psicológico e, pela primeira vez, reconheceu a formação da psique dentro do espaço histórico-cultural do homem. (GONZÁLEZ REY, 2003, p. 222).

Para Marx, a individualidade se colocava como um produto de sua história condicionada por uma realidade social. Cabe mencionar que a visão apresentada não enfatizava personalidade e singularidade do homem como pessoa, já mencionadas. O que Marx destacava era o comportamento do homem na história, e com isso a presença de momentos de ruptura e de transformação na sociedade. De todo modo, o enfoque histórico-cultural serviu de embasamento teórico para consolidar o tema da subjetividade dentro da psicologia, principalmente, pelo fato de compreender de forma dialética a relação entre indivíduo e sociedade. O sujeito que participa de um espaço social, e nele registra sua história e constrói relações, passa por um processo de produção de sentidos que determinam configurações subjetivas. Essas configurações dinâmicas constituem sistemas de organização da psique, que caracterizam a subjetividade.

Vygostsky, importante precursor da psicologia sócio-histórica e que tomava por base os conceitos do materialismo histórico, se referia a esses sistemas dentro de sua construção

teórica da psique como sistemas complexos e por isso desenvolveu a categoria de sentido. Esta categoria foi fundamental para construção da teoria da subjetividade, pois os sentidos são interpretações individuais da experiência humana em diferentes espaços sociais. Na concepção de Vygotsky essa categoria estava diretamente associada à linguagem, pois “o sentido de uma palavra é um agregado de todos os fatos psicológicos que surgem em nossa consciência como resultado daquela palavra”. (VYGOTSKY, 1933 apud GONZÁLEZ REY, 2004, p. 48).

Segundo González Rey (2004, p.80), “a psicologia soviética tratou de resolver a questão da formação social do psíquico” e contribuiu para a compreensão de que as influências externas que afetam o sujeito dentro de uma realidade social submetem-se a processos simbólicos e significações inerentes ao indivíduo, produzindo uma organização e representação singular do fenômeno social vivenciado. Essas representações foram chamadas de ‘sentidos subjetivos’, pois são produzidos individualmente e carregados de subjetividade. Os sentidos não são eventos isolados na vida do sujeito, ao contrário, são constituídos por uma série de fatores que perpassam diferentes espaços de produção subjetiva, enquanto os constitui, estando em constante transformação. Com base nos estudos de González Rey, Silva (2008, p. 35) afirma que “a produção de sentidos subjetivos está sempre relacionada à produção de espaços simbólicos produzidos pela cultura, como gênero, moralidade, religião, parentesco, sexualidade etc., além das emoções singulares que estão configuradas na história do sujeito concreto”.

“As configurações subjetivas são as formas mais complexas de organização dos sentidos subjetivos”. (SILVA, 2008, p. 37). Sua formação depende do momento vivido pelo sujeito, uma vez que os sentidos, dinâmicos e complexos, se organizam de diferentes formas em diferentes momentos formando configurações diferentes, dentro de um sistema maior de

organização da psique humana. A interposição de sentidos subjetivos em configurações distintas remete a processualidade e complexidade de tais configurações que se inserem dentro de um contexto social, histórico e cultural. Portanto, a subjetividade de um indivíduo segue um sistema subjetivo que não permite compreender o pensamento do sujeito de forma definitiva, mas que aponta alguns elementos norteadores de um momento específico da história do indivíduo e da sociedade.

Essa concepção da organização subjetiva das influências sociais permite superar a dicotomia do social e do individual de forma definitiva, pois nenhuma influência social concreta ou comportamento pontual do sujeito podem ser analisados isoladamente, como um determinante gerado fora da condição subjetiva do próprio sujeito, na qual se sintetizam os sentidos de suas múltiplas experiências sociais ao longo de sua história individual. Assim, todo comportamento concreto do sujeito em determinado espaço social é inseparável dos sentidos procedentes de outros espaços sociais, os quais se organizam no plano subjetivo nas configurações da personalidade de cada sujeito. (GONZÁLEZ REY, 2003, p. 196).

Na organização da psique humana a personalidade tem um papel fundamental. Para González Rey (2003) a personalidade funciona como um “sistema subjetivo auto-organizador da experiência histórica do sujeito concreto” (p. 241), “no qual se expressa a organização das configurações subjetivas da pessoa” (p. 259). É o sujeito e a sua personalidade que caracterizam uma subjetividade individual. González Rey considera a subjetividade um macrossistema, no qual se organizam as categorias de sentidos, configurações e sistemas subjetivos. Ainda quanto à citação anterior, é a partir dessa organização subjetiva da psique, dentro de um enfoque histórico-cultural, que se encontram indivíduo e sociedade, um como parte integrante do outro; que se complementam enquanto se contradizem e que coexistem pela existência do outro.

Portanto, se existe uma subjetividade individual caracterizada por uma organização pessoal do sujeito, pode-se dizer que existe uma subjetividade social caracterizada por sistemas sociais nos quais influem sujeitos diferentes. A subjetividade individual se constitui num



processo de organização do sujeito psicológico concreto. No entanto, como já mencionado, é no meio social que a pessoa se torna sujeito à medida que participa e contribui para a construção da sociedade, tanto nas relações sociais, quanto com sua subjetividade individual.

A subjetividade social, assim como a subjetividade individual, é considerada por González Rey (2003, p. 203) como um sistema complexo formado por “sentidos subjetivos de diferente procedência social” que “se integra na configuração única e diferenciada” de um lugar. A subjetividade social segue a mesma estrutura organizacional da subjetividade individual sendo formada por sentidos subjetivos, configurações e sistemas.

Cada espaço social é constituído por sujeitos que participam de outros espaços sociais. Destarte, os sentidos subjetivos que formam a configuração de uma subjetividade social fluem de um espaço social a outro, sempre transformados pela subjetividade individual do sujeito que permeia esses espaços. Isto faz com que a subjetividade social seja um sistema extremamente flexível e em constante mutação. González Rey (2003) ainda ressalta que a subjetividade social é uma construção ontológica da sociedade, que, ao ser identificada por seus elementos de sentido e significação, representa uma realidade social de um contexto histórico-cultural, sendo um importante instrumento de pesquisa sobre as sociedades.

Considera-se que o estudo da subjetividade pode contribuir significativamente na proposição de políticas públicas mais apropriadas a grupos sociais específicos. Compreende-se que os programas de governo não se destinam a atender as necessidades individuais de cada cidadão, entretanto é imprescindível que as propostas desenvolvidas pelo poder público estejam mais atentas às realidades a que se propõem e considerem a subjetividade do lugar como um viés possível na implementação de políticas sociais.

### **3.3 Habitabilidade e subjetividade como tópicos de qualidade de vida**

Após estabelecer fundamentos para as noções de habitabilidade e de subjetividade, utiliza-se a definição de qualidade de vida como um ponto de encontro entre os temas adotados. Ao analisar as favelas cariocas a partir do embasamento teórico apresentado acima, percebe-se o quanto este espaço urbano deve ser apreciado com um olhar cuidadoso, atento às suas realidades e especificidades. Do ponto de vista das condições de habitabilidade é possível identificar, com certa facilidade, a carência de equipamentos públicos para atender a população, de infraestrutura urbana, de controle ambiental (tendo em vista a quantidade de domicílios situados em área de risco), sem contar a crescente demanda por melhorias habitacionais decorrente da precariedade das habitações causada, principalmente, pela ausência de regularização fundiária, pelo adensamento populacional e pelo alto nível de vulnerabilidade social nessas áreas.

As intervenções realizadas nestes assentamentos por parte do poder público focam, sobretudo, investimentos nas redes de água, esgoto e drenagem, incluem a pavimentação e o calçamento de vias e, por vezes, a criação de áreas de lazer. No entanto, os projetos são, geralmente, desenvolvidos por equipes técnicas que elaboram o diagnóstico urbano da área, mantendo o mínimo de comunicação com a comunidade local para quem se destinam tais melhorias. Sendo assim, a forma de promover a urbanização nessas localidades está longe de considerar as reais necessidades e os anseios da população, a partir do enfoque da subjetividade. Isso pode ocasionar a falta de identidade dos moradores pelas novas instalações (que muitas vezes requerem novos hábitos) e, conseqüentemente, a falta de apreço e cuidado com as transformações urbanas realizadas.

Identificam-se alguns casos em que, pouco tempo depois da realização das obras, já era possível observar algumas modificações realizadas pelos moradores, principalmente, quando se trata de novas habitações. Além da dificuldade de adaptar as moradias às necessidades da família, muitas perdem seus pontos de comércio e logo encontram meios de viabilizar seus negócios e garantir a renda mensal. Um exemplo recente é o dos apartamentos entregues no final de 2009 aos moradores do Complexo de Manguinhos, pelo PAC- Manguinhos do Governo Federal. Em matéria publicada pelo jornal O Globo em 14 de Agosto de 2010, pode-se perceber que os moradores não hesitaram em adaptar seus novos apartamentos aos seus interesses e necessidades:

Moradores de pelo menos uma dezena de apartamentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), no complexo de Manguinhos, na zona norte, estão transformando os imóveis que receberam gratuitamente do governo federal em estabelecimentos comerciais. No condomínio João Nogueira, é possível ver bares, quitandas, lojas de ferragens e bazares à beira da Avenida Suburbana. Há até um açougue com frigorífico improvisado na sala de um dos apartamentos térreos. Pela regra os imóveis não podem ser alugados, transformados em pontos comerciais ou modificados. O governo do estado que atuou em parceria com a União, avisa que poderá retomar as moradias. (DUTRA e MOTTA, 2010).

Muitos destes moradores utilizam as instalações dos novos apartamentos apenas para a atividade comercial e moram em outras residências na mesma comunidade, revelando a fragilidade das soluções propostas por esse tipo de ação do governo. Como já foi tratado no capítulo anterior, as consequências desse tipo de intervenção são previsíveis e já eram identificadas desde as décadas de 1960 e 1970. Quando as propostas de intervenção são impostas aos moradores e não discutidas em uma construção compartilhada torna-se muito difícil a manutenção dessas áreas por parte dos moradores. O discurso de que será preciso uma reeducação e mudanças nos hábitos cotidianos não passa de uma forma autoritária de tentar resolver o problema, além de colocar sobre a população a responsabilidade do cuidado e manutenção das novas instalações.

Essas ações de cunho educativo tornaram-se comuns na implementação de determinados programas de urbanização de favelas. A esse respeito, com base na metodologia de intervenção do programa Favela-Bairro utilizada em Acari, Freire (2008) afirma:

Com o propósito de provocar uma 'mudança de atitude', as agentes orientavam os moradores sobre em que áreas poderiam fazer uso particularizado do espaço, como o interior ou quintal de suas casas, e em que áreas não poderiam construir ou se apropriar para fins privativos, como as ruas e praças. Validando a importância desse trabalho educativo, um líder comunitário afirmava-nos que 'o Favela-Bairro muda toda a estrutura da comunidade, e, por isso, o morador também tem que ser educado para se adaptar a essa nova estrutura'.

Essa reeducação em relação aos usos dos espaços da localidade era, no entanto, experienciada pelos moradores de maneiras bastante diversas. Alguns a recebiam aparentemente sem crítica ou resistência, incorporando talvez para si a identidade de cidadão incompetente, que por 'não entender nada de espaço' não sabe nele se comportar adequadamente, devendo para tanto ser educado por aqueles que detêm tal competência. Já outros moradores percebiam esse trabalho educativo das agentes comunitárias como uma forma autoritária de desapropriação dos usos cotidianos que faziam desses espaços. (FREIRE, 2008, p. 102).

Neste depoimento fica evidente o autoritarismo com que eram tratados os moradores de algumas áreas que passavam por obras de urbanização promovidas pelo poder público, como é o caso do programa Favela-Bairro. Tal relação não incentiva o diálogo com a sociedade e a participação popular, ao contrário, cria um obstáculo à apropriação das intervenções por parte dos moradores. A finalidade aqui é apontar para a importância de se considerar os aspectos subjetivos locais, para além das ações educativas que não são garantia de melhorar as condições de habitabilidade. Bueno (2000) atenta para a importância de se conhecer os anseios dos moradores, levando-os em conta no desenvolvimento de uma proposta de urbanização:

O levantamento das aspirações e propostas dos moradores relativas à área a ser urbanizada deve ser feito com a aplicação de diferentes técnicas, para que dê conta de toda a subjetividade envolvida na definição do que um determinado grupo social quer para seu futuro. [...] Esse levantamento não se extingue nesta fase inicial. Pelo contrário, o desenvolvimento do projeto deve ir envolvendo a população de tal forma que ela se sinta participante

do processo e veja suas aspirações – as que tiverem viabilidade técnica e econômica, é claro – concretamente refletidas. (BUENO, 2000, p. 322).

Acredita-se que este seja o caminho para que os programas de urbanização e habitação sejam mais eficazes e atendam tanto aos setores populares quanto ao poder público de forma mais qualitativa e não somente quantitativa. É com esse intuito que se afirma que a subjetividade social aliada às condições de habitabilidade adequadas seja condicionante para alcançar níveis desejáveis de qualidade de vida em assentamentos urbanos irregulares. Muitos autores relacionam a qualidade de vida, de forma geral, com o grau de bem-estar individual ou coletivo. Isto depende de diversos fatores, mas principalmente, da satisfação das necessidades humanas. Forattini (1991) define dois tipos de necessidades específicas: as concretas e as abstratas. “Aquelas são de caráter geral, como alimentação e moradia. As abstratas revestem-se de aspecto mais particular, como a auto-estima”. (FORATTINI, 1991, p. 75). Em outras palavras, a qualidade de vida é constituída por suas dimensões objetivas e subjetivas. No presente estudo, as condições de habitabilidade estão relacionadas aos aspectos objetivos, enquanto a subjetividade caracteriza os aspectos não mensuráveis da qualidade de vida de uma população<sup>66</sup>.

Ainda que a maioria dos instrumentos utilizados para identificar os níveis de qualidade de vida por região esteja baseada em dados quantitativos (como acesso à habitação, saúde, escolaridade e trabalho), algumas experiências demonstram que é possível considerar os aspectos subjetivos em nível de política pública. A própria noção de qualidade de vida necessita de dados quantitativos e qualitativos para ser analisada e já existem alguns instrumentos para realizar esse tipo de avaliação em cidades e municípios. A Divisão de

---

<sup>66</sup> Cabe mencionar que não há como dissociar a duas dimensões da qualidade de vida e que, na prática, elas se justapõem na vida e no cotidiano de cada sujeito. As condições de habitabilidade e a subjetividade permeiam todas as dimensões, se relacionam e se complementam. Entretanto, como forma de facilitar a compreensão e, ao mesmo tempo, ressaltar a forma unilateral de atuação do poder público, optou-se por estabelecer essa relação direta entre as dimensões apresentadas e as noções adotadas.

Saúde Mental da Organização Mundial da Saúde desenvolveu o WHOQOL-100 que é um instrumento de avaliação de qualidade de vida constituído em âmbito internacional. A compreensão de qualidade de vida como “a percepção do indivíduo de sua posição na vida no contexto da cultura e sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações” (WHOQOL GROUP, 1994 apud FLECK, *et al.* 1999) favoreceu a produção de uma ferramenta desenvolvida por profissionais de diferentes culturas e que se baseou em três aspectos fundamentais: (1) subjetividade; (2) multidimensionalidade; (3) presença de dimensões positivas (ex. mobilidade) e negativas (ex. dor).

A versão em português do WHOQOL-100<sup>67</sup> foi desenvolvida no Departamento de Psiquiatria e Medicina Legal da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FLECK, *et al.* 1999) de acordo com os domínios apresentados no quadro baixo:

**Quadro 2: Domínios e facetas do WHOQOL-100.**

<b>Domínio I - Domínio físico</b>	1. Dor e desconforto 2. Energia e fadiga 3. Sono e repouso
<b>Domínio II - Domínio psicológico</b>	4. Sentimentos positivos 5. Pensar, aprender, memória e concentração 6. Auto-estima 7. Imagem corporal e aparência 8. Sentimentos negativos
<b>Domínio III - Nível de Independência</b>	9. Mobilidade 10. Atividades da vida cotidiana 11. Dependência de medicação ou de tratamentos 12. Capacidade de trabalho
<b>Domínio IV - Relações sociais</b>	13. Relações pessoais 14. Apoio social 15. Atividade sexual
<b>Domínio V- Ambiente</b>	16. Segurança física e proteção 17. Ambiente no lar 18. Recursos financeiros 19. Cuidados de saúde e sociais: disponibilidade e qualidade 20. Oportunidades de adquirir novas informações e habilidades

<sup>67</sup> Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/psiq/whoqol-100.html>>.

	21. Participação em, e oportunidades de recreação/ lazer
	22. Ambiente físico: (poluição/ruído/trânsito/clima)
	23. Transporte
<b>Domínio VI- Aspectos espirituais/Religião/Crenças pessoais</b>	24. Espiritualidade/religião/crenças pessoais

Fonte: Adaptação da autora com informações retiradas de FLECK, *et al.* (1999, p. 200).

Ao observar o quadro acima é possível identificar uma série de questões relacionadas à subjetividade do homem. Não cabe aqui aprofundar a análise dos domínios apresentados ou mesmo como este instrumento é aplicado e interpretado, mas afirmar que aspectos subjetivos devem ser considerados como dados que fomentam políticas públicas, se associados a indicadores sociais já consagrados e, atualmente, muito utilizados para avaliar a qualidade de vida. Convém ressaltar, contudo, que os aspectos objetivos são primordiais, uma vez que dizem respeito às condições básicas da vida.

Assim, sem um mínimo de bem-estar material e de conforto urbano não é possível avançar no debate da qualidade de vida: efetivamente não faz sentido discutir a incorporação de necessidades mais complexas quando as necessidades básicas não estão sendo assistidas. (VITTE, 2009, p. 98).

O desafio de melhorar a qualidade de vida em assentamentos urbanos irregulares passa, essencialmente, pelo esforço que se emprega em intervir nas condições de habitabilidade, por meio do conhecimento da subjetividade social existente, que só poderá ser identificada através da proximidade com os moradores, do diálogo, da participação em uma relação de troca em todas as etapas do projeto.

Promover a qualidade de vida local é função do poder público, desde que se busque atingir maiores níveis de aceitação por parte da comunidade beneficiada. Compreende-se que a metodologia proposta neste trabalho contribuirá para a eficácia das propostas de intervenção em assentamentos urbanos irregulares. Por mais audacioso que pareça, algumas experiências revelam o caminho a ser percorrido como um aliado para a elaboração

de políticas públicas de qualidade. A seguir serão analisados dois casos onde destacam-se os processos de intervenção, tomados como referência para o presente trabalho.





#### 4 Habitabilidade e subjetividade: dois exemplos, dois contextos

O presente capítulo destina-se à apresentação de dois casos de urbanização em favelas, Brás de Pina na zona norte e Canal das Tachas na zona oeste do Rio de Janeiro, ambos considerados bem sucedidos em relação ao processo de intervenção, se comparados a outros onde não houve uma apropriação das transformações urbanas por parte dos moradores. Procurou-se realizar as análises sob a ótica da habitabilidade e da subjetividade, ou seja, com ênfase nos aspectos físicos das localidades escolhidas antes de receberem as obras e os subjetivos presentes naquele grupo que receberia tais benefícios.

O processo de urbanização da favela de Brás de Pina teve início no auge da ditadura militar no Brasil com a articulação de seus moradores para que não se tornassem vítimas da política de remoção implantada pelo governo carioca da época. O texto que trata esse caso está baseado na experiência do arquiteto e antropólogo Carlos Nelson Ferreira dos Santos, que participou ativamente das transformações urbanas ocorridas em Brás de Pina. Sua história com esta comunidade é narrada no livro *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*,<sup>68</sup> onde o autor faz uma análise aprofundada sobre as relações existentes, os atores envolvidos e os conflitos presentes antes, durante e após as intervenções realizadas.

Já a favela do Canal das Tachas foi uma das comunidades contempladas pelo Programa Favela-Bairro, onde buscou-se investir em infraestrutura, áreas de lazer e novos espaços públicos, equipamentos urbanos e até em prestação de serviços de assistência social aos seus moradores. A experiência é relatada por Ana Lúcia Gonçalves Maiolino em seu livro *Espaço urbano: conflitos e subjetividade*.<sup>69</sup> Com base em dados levantados por meio de

---

<sup>68</sup> SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. **Movimentos urbanos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

<sup>69</sup> MAIOLINO, Ana Lúcia Gonçalves. **Espaço Urbano: conflitos e subjetividade**. Rio de Janeiro: Mauad X/Faperj, 2008.

pesquisas qualitativas, a autora identifica as 'subjetividades' presentes e traça um panorama geral daquele lugar, desde sua história, seus dramas, até os sonhos pós-intervenção. Sendo assim, este capítulo abordará os acontecimentos na favela do Canal das Tachas, apropriando-se da análise realizada por Maiolino, relativa aos aspectos subjetivos.

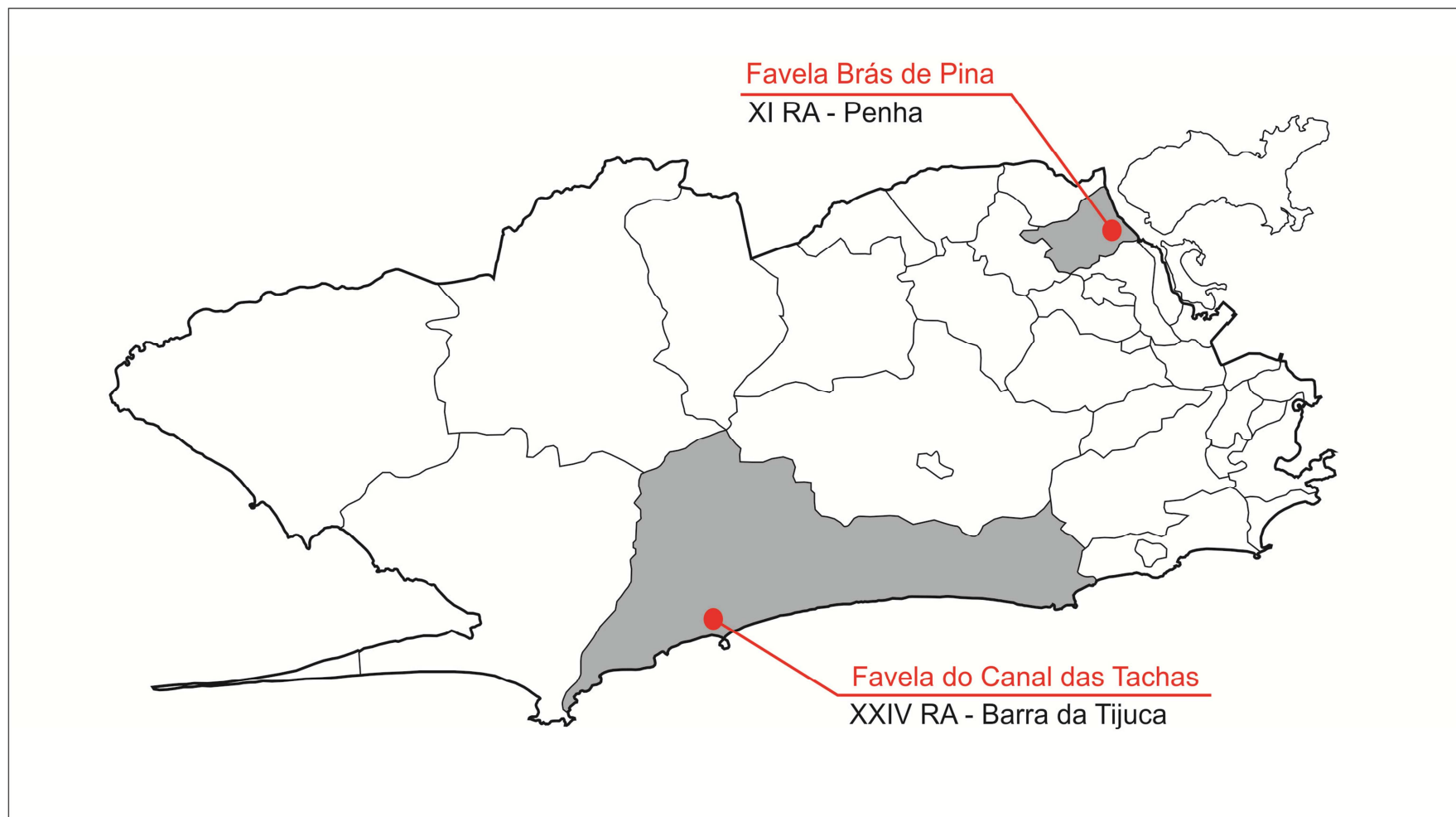
Cabe mencionar a oportunidade ímpar de entrevistar o professor Humberto Kzure-Cerqueira<sup>70</sup> que forneceu preciosas e exclusivas informações a respeito do processo de intervenção urbana no Canal das Tachas, desde sua concepção até sua elaboração, enriquecendo, de uma forma geral, todo este trabalho. A entrevista foi realizada no dia 9 de agosto de 2012 e encontra-se transcrita no anexo B deste trabalho.

Com base nessas duas experiências, pretende-se, neste capítulo, identificar, desde o desenvolvimento dos projetos urbanos, a atuação do governo, dos técnicos e dos moradores; e compreender o caminho percorrido durante o processo de intervenção, buscando-se encontrar, entre os dois casos, afinidades e semelhanças, bem como diferenças metodológicas que contribuam para que os programas de urbanização em assentamentos informais atendam, de forma mais abrangente, às expectativas dos moradores.

---

<sup>70</sup> Arquiteto responsável pelo escritório *CASULO ideias e projetos do habitat* que foi designado para desenvolver o plano de intervenção do Favela-Bairro no Canal das Tachas.

Mapa 1: Localização das Favelas Brás de Pina e do Canal das Tachas por Região Administrativa. Rio de Janeiro.



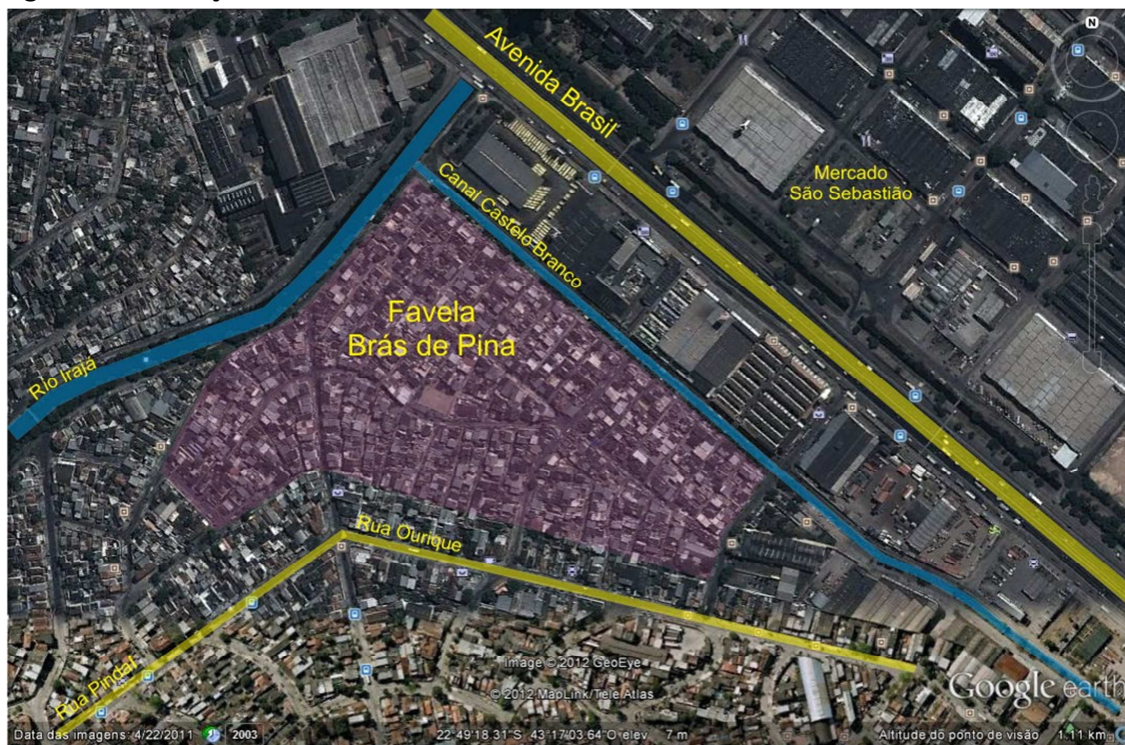
Fonte: A própria autora.

#### 4.1 Favela Brás de Pina: urbanização sim, remoção não.

##### 4.1.1 A favela de Brás de Pina na década de 1960

Brás de Pina é o menor dos bairros que compõem a XI Região Administrativa (RA) da cidade do Rio de Janeiro, formada também pelos bairros da Penha e Penha Circular. A favela de Brás de Pina recebe o nome do bairro, e se localiza muito próxima à Avenida Brasil, com dois limites físicos bem definidos: o Rio Irajá e o Canal Castelo Branco.<sup>71</sup>

**Figura 8: Localização da Favela de Brás de Pina. Rio de Janeiro – RJ.**



Fonte: Delimitação da área de estudo, sobre Imagem do Google Earth (2011).

Existem registros da existência dessa favela desde a década de 1930, data anterior à inauguração da Avenida Brasil, em 1946, e do Mercado São Sebastião em 1960.<sup>72</sup> No entanto, o entorno dessa área já possuía perfil de zona industrial desde a promulgação do Decreto 6000/1937. Sem dúvida, esta foi uma das razões pela qual se iniciou a ocupação no

<sup>71</sup> A partir deste ponto, ao falar de Brás de Pina refiro-me ao espaço físico da favela e não ao bairro.

<sup>72</sup> Cabe mencionar que a antiga parada de Brás de Pina da estação de ferro Leopoldina já existia desde 1886.

local. Este decreto estabelecia, dentre outras questões, as áreas da cidade destinadas ao uso industrial, excluindo-se delas terrenos do centro e da zona sul da cidade, principalmente, pela valorização imobiliária desses.

Em segundo lugar, é também a partir da década de 1930 que o Estado passa a intervir no processo de localização industrial, surgindo dessa iniciativa o Decreto-lei 6.000/37, que definiu pela primeira vez uma zona industrial na cidade. Como dessa nova área foram excluídos os bairros da zona sul e norte do Rio (muitos dos quais com importante tradição fabril, como Gávea, Jardim Botânico e Laranjeiras), as mudanças em forma e conteúdo impostas ao espaço passaram a ser inevitáveis. Impedidas de se expandir nessas áreas da cidade, e ocupando terrenos agora extremamente valorizados, essas indústrias logo optaram por transferir-se para outros locais, ou encerraram mesmo suas atividades, loteando seus terrenos e obtendo, com isso grandes lucros. (ABREU, 1997, p.100).

A citação acima remete a uma questão importante: a intervenção do Estado acerca dos usos no espaço físico da cidade. Cabe mencionar, que “o primeiro reconhecimento institucional da distribuição diferenciada das funções na cidade ocorreu em 1925, quando foi estabelecido o primeiro zoneamento de usos” (SILVEIRA, 2004, p. 68). Pode-se afirmar que o decreto supracitado representou a materialização de um processo de “hierarquização da sociedade brasileira”. (SANTOS, 1983, p. 21). Ou seja, da mesma forma como o poder público, no início do século XX, expulsava os pobres dos locais que servia com redes de infraestrutura (e que acabaram se tornando as mais nobres da cidade), nesse momento a estratégia utilizada foi a definição dos usos permitidos em cada área. Percebe-se assim, a contribuição do Estado com a segregação socioespacial da cidade, como ressalta Silveira (2007):

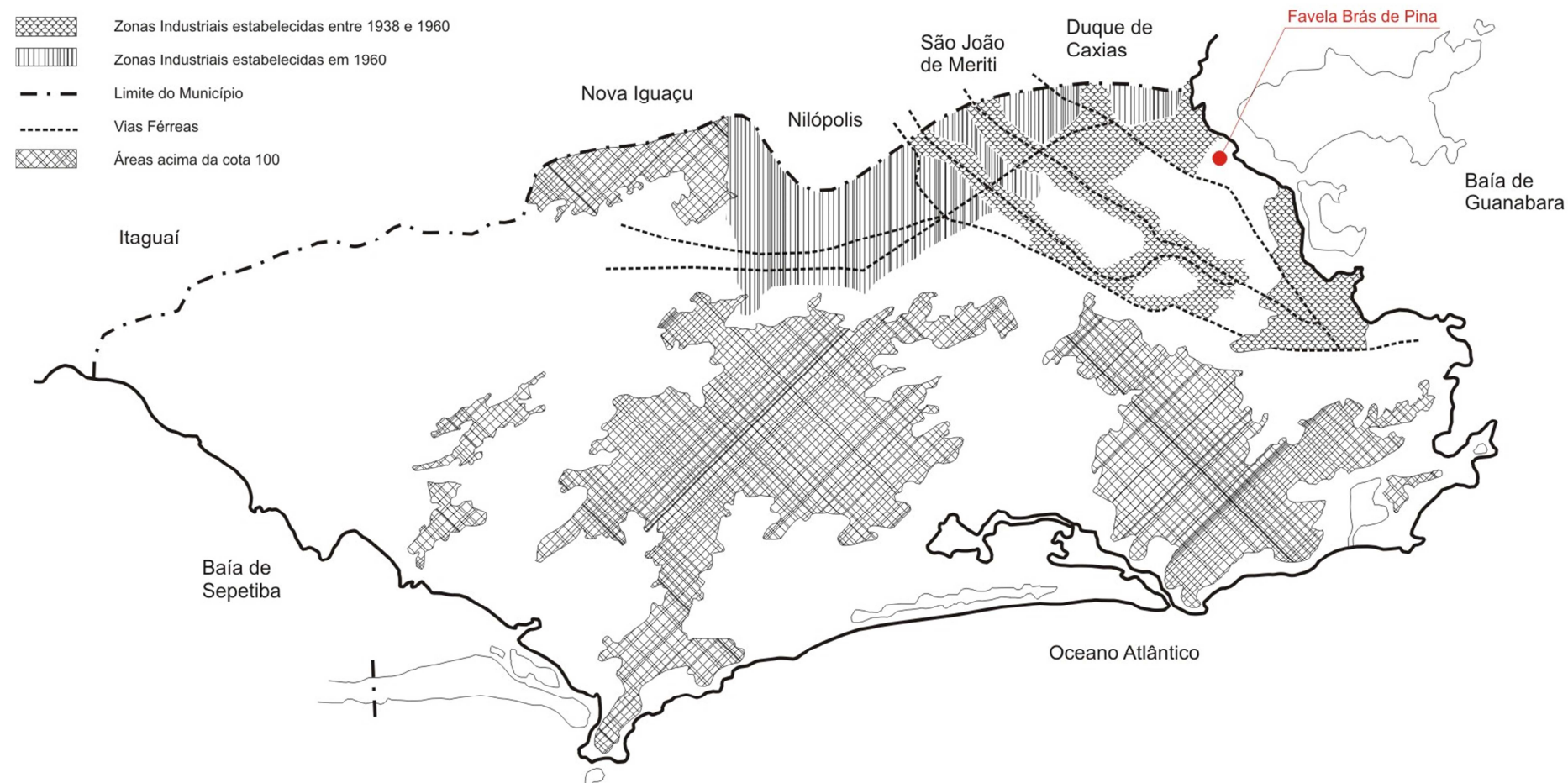
Mais uma vez, na história das intervenções urbanas na cidade do Rio de Janeiro, as ideias de higienização – de limpeza urbana – constituem o imperativo evidenciado. Permanecem as ideias de ‘criar áreas privilegiadas e de limpá-las de presenças indesejáveis ou de impedir o seu uso por quem não tem qualidade suficiente para consumi-las’ [...] ‘Trata-se de um fenômeno progressivo de uso seletivo do espaço, atrelado a outro de valores econômicos cada vez mais explícitos’. (SANTOS, 1983 apud SILVEIRA, 2007, p. 73).

Levar as indústrias para fora das áreas mais valorizadas da cidade também representava afastar os pobres destes locais. Por conseguinte, observou-se a um aumento considerável de assentamentos irregulares no entorno das novas zonas industriais. Esse também era “um dos fatores determinantes da localização de algumas indústrias, que buscavam mão-de-obra farta, barata e espacialmente concentrada”. (ABREU, 1997, p.103).

Na década de 1960 os terrenos localizados às margens da Avenida Brasil e dos ramais da linha férrea também já alcançavam altos níveis de valorização, e aliado ao contexto político e social, se tornavam alvos das políticas da época. Apesar de não estar inserida na zona industrial da cidade, a favela de Brás de Pina era uma opção de moradia para aqueles que trabalhavam nas indústrias do entorno, ou para aqueles que vislumbravam lucrar com a prestação de serviços na favela e no bairro.



**Mapa 2: Localização da Favela de Brás de Pina no município do Rio de Janeiro: Zoneamento Industrial.**



Fonte: Adaptação do Mapa Econômico da Guanabara de 1969 (ABREU, 1997, p.102) com a localização da Favela de Brás de Pina.



Entre as décadas de 1950 e 1960 a população residente em favelas cariocas praticamente duplicou e a incerteza da permanência de seus moradores em tais assentamentos estimulou a articulação e a criação de inúmeras Associações de Moradores. No Rio de Janeiro, as favelas eram locais que apresentavam uma ameaça para o regime ditatorial implantado e por este motivo, como explicitado no capítulo dois, optou-se por uma política de remoção que, além de esvaziar áreas valorizadas da cidade, visava desarticular os pobres favelados. Convém lembrar que a Igreja também atuava ativamente nestas áreas, principalmente, por meio das ações de melhoramentos da Fundação Leão XIII e da Cruzada São Sebastião.

Brás de Pina foi uma das primeiras favelas escolhidas pelo governo de Carlos Lacerda para a remoção. Ainda em 1964 foi anunciada a transferência de milhares de famílias, vindas de diferentes pontos da cidade, para as recém-construídas Vilas Aliança, Kennedy e Esperança. Na iminência de serem removidos, houve uma forte articulação entre os moradores de Brás de Pina e a fusão das duas Associações de Moradores, que recebiam grande influência da Igreja Católica através do pároco de uma paróquia vizinha à comunidade.

A COHAB, como era de costume, anunciava o dia da remoção de determinada favela e, em geral, havia pouca resistência. No entanto, em Brás de Pina foi diferente. No dia anunciado para a remoção estavam presentes tanto o governador, quanto representantes da Igreja Católica e o próprio cardeal Dom Jaime de Barros Câmara, os moradores, policiais, imprensa e curiosos. A remoção acabou sendo adiada, pois os ânimos de muitos estavam alterados, sem contar que, de acordo com Santos (1981, p.35), “houve uma boa dose de ‘emoção religiosa’ no apoio dado a favela”, uma vez que era véspera de natal.

Nesse momento a Associação de Moradores de Brás de Pina já estava decidida a lutar pela urbanização da área e para isto deveria buscar auxílio técnico para embasar o discurso em propostas concretas. Contataram, então, o grupo de “especialistas em urbanização”

(SANTOS, 1981, p.44) que assessorava a FAFEG, do qual Santos também fazia parte. Foi assim que os estudantes de arquitetura e urbanismo<sup>73</sup> iniciaram suas atividades em Brás de Pina, por meio do diálogo com os diversos atores, mesmo em meio às dificuldades nas relações pessoais e aos interesses implícitos de todas as partes.

No entanto, é importante destacar quem eram os moradores de Brás de Pina no início do desenvolvimento da proposta de urbanização, que começou a ser desenvolvida logo após o episódio da tentativa de remoção. Segundo dados<sup>74</sup> apresentados por Santos (1981, p. 40), a população de Brás de Pina era de “4.416 pessoas distribuídas em 892 famílias”, onde a maior parte era chefiada por homens (81,6%). Tratava-se de uma população relativamente jovem, em idade economicamente ativa, onde 96, 1% tinha até 60 anos de idade.

Apesar de haver em Brás de Pina um alto índice de moradores empregados (77,4%) e 85,6% dos chefes de família possuírem carteira de trabalho assinada (principalmente, por se tratar de uma área cercada por indústrias), havia um expressivo percentual de analfabetos nesta comunidade (cerca de 30%). Contudo, mais da metade da população possuía o chamado curso primário concluído, que atualmente corresponde ao ensino fundamental.

**Tabela 2: Escolaridade dos moradores. Brás de Pina- RJ. 1965.**

Grau de Instrução	%
Analfabetos	27,7
Apenas Alfabetizados	11,1
Ensino Fundamental	52,2
Acima do Ensino Fundamental	9,0
TOTAL	100,0

Fonte: Adaptação da autora, com dados fornecidos por SANTOS (1981, p.41).

<sup>73</sup> O grupo era formado pelos, então, estudantes Fernando, Aroeira, Zilda, Sueli, Wanderley, Sylvia e Carlos Nelson (Santos).

<sup>74</sup> Os dados apresentados a partir daqui sobre Brás de Pina, tanto os socioeconômicos quanto o diagnóstico urbano, foram levantados pelos próprios moradores aos finais de semana, seguindo as instruções dadas pelos estudantes de arquitetura, para viabilizar o desenvolvimento do plano de urbanização.

Os dados sobre a ocupação dos moradores demonstram que, para os homens, o ofício estava muito associado aos setores da construção civil e dos transportes, mas que também era grande a quantidade de pessoas que se dedicavam à prestação de serviços sem vínculo empregatício. Percebe-se também, que existiam mais opções de trabalho para homens do que para mulheres, como um retrato da sociedade naquele momento. Em geral, as mulheres se dedicavam à prestação de serviços domésticos.

**Tabela 3: Ocupação da população por gênero. Brás de Pina - RJ. 1965.**

Ocupação	Homens (%)	Ocupação	Mulheres (%)
Construção Civil	13,8	Domésticas	69,5
Transportes	11,1	Corte e Construção	10,7
Prestação de Serviços*	17,4	Prestação de Serviços*	6,6
Mecânica	5,7	Outros	13,2
Marcenaria e Carpintaria	5,4	-----	
Outros	46,6	-----	
TOTAL	100,0		100,0

Fonte: Adaptação da autora, com dados fornecidos por SANTOS (1981, p.41).

\*Inclui biscateiros e diaristas.

Outro dado importante é a proximidade do local de moradia com o local de trabalho. No caso de Brás de Pina, 54% dos trabalhadores iam a pé, de bicicleta ou de ônibus para o trabalho. Isso mostra o quanto a favela de Brás de Pina estava bem localizada em relação a oferta de transportes e de trabalho. Contudo, ainda assim a renda no local era muito baixa e a maior parte da população se concentrava nas faixas até 1 ½ salários mínimos.

**Tabela 4: Renda familiar. Brás de Pina - RJ. 1965.**

Salários Mínimos	%
- 1	18,7
1 – 1 ½	41,4
1 ½ – 2	17,4
2 – 2 ½	7,4
2 ½ – 3	6,3
3 +	5,8
TOTAL	97,0 <sup>75</sup>

Fonte: Adaptação de dados fornecidos por SANTOS (1981, p.41).

<sup>75</sup> Acredita-se que haja uma porcentagem das famílias que não souberam ou não quiseram responder a esta pergunta, principalmente pelo fato de o levantamento de dados ter sido realizado pelos próprios moradores.

Diante desse quadro econômico, seria praticamente impossível viabilizar a contratação de profissionais formados e experientes para o desenvolvimento de um projeto de urbanização para Brás de Pina, incluindo a elaboração do diagnóstico urbano. No entanto, com a colaboração de boa parte dos moradores, o levantamento foi realizado e os técnicos principiantes puderam dar início às atividades.

Esses moradores se estabeleceram sobre um terreno encharcado que, além de se inserir no encontro do Rio Irajá com um de seus efluentes, era muito próximo à Baía de Guanabara, ou seja, naturalmente, uma área tomada pelas cheias. Isto tornava a vida daquela população muito mais difícil, pois “não eram só casas que os favelados tinham feito para morar. Eles também tiveram que fazer o chão onde assentá-las”. (SANTOS, 1981, p.36). As inundações eram constantes no local, principalmente, quando chovia e os rios transbordavam. Boa parte dos barracos era assentada sobre palafitas e eram os próprios moradores que tinham que “puxar a lama”<sup>76</sup> quando as águas diminuía. As condições das habitações eram extremamente precárias, sendo 95% delas construídas com madeira. Entretanto, com o tempo e o esforço contínuo dos moradores, o charco foi reduzido a uma pequena área central do terreno de Brás de Pina.

A escolha pela madeira como material construtivo predominante justifica-se por ser um material leve e barato para ser empregado em moradias sobre palafitas cuja permanência, por parte de seus moradores, era incerta. Aliás, esta incerteza favorecia a precariedade nas condições de moradia no âmbito urbano também. Como não havia, até então, nenhum investimento do Estado para a construção de redes de infraestrutura na favela, tudo era realizado pelos próprios moradores. Contudo, a autoconstrução, adotada para viabilizar, ainda que com uma série de limitações, o acesso aos serviços mais básicos, apresentava

---

<sup>76</sup> Expressão usada pelos moradores, conforme um dos depoimentos dado a Santos, sobre a técnica para tornar o solo mais estável para a moradia. (SANTOS,1981, p.36).

alguns problemas que devem ser considerados. A ausência de orientação técnica acarretou em uma série de erros construtivos, prejudicando o bom funcionamento das redes. Por outro lado, a falta de recursos estimulava a improvisação e, conseqüentemente, soluções inadequadas para os problemas em questão.

Em Brás de Pina, o esgoto era conduzido por valas a céu aberto e apenas em 15% da área havia manilhas que conduziam o esgoto de forma mais apropriada, ainda que não houvesse uma destinação correta. Na verdade, nem na circunvizinhança onde as redes de infraestrutura eram oficiais havia uma destinação adequada para o esgoto, que era lançado diretamente na área que correspondia à favela de Brás de Pina.<sup>77</sup> A canalização de água, presente em 50% da superfície da favela não funcionava corretamente. O sistema de iluminação oficial só atendia a 8% das famílias. Grande parte das outras moradias recebia a luz elétrica daquelas que possuíam o relógio, em um esquema conhecido como 'cabines'.

As ruas que constituíam e delimitavam a área de Brás de Pina eram basicamente três que se configuravam como continuação das ruas existentes no bairro, as Ruas Taborari, Alquindar e Iguaperiba. As outras, mais estreitas e muitas vezes sem saída, se configuravam como becos. Na ocasião da intervenção não havia coleta de lixo, e este era depositado "no charco ou em monturos". (SANTOS, 1981, p.38). O tratamento dado ao lixo e ao esgoto revelavam alguns aspectos da qualidade de vida daqueles moradores. O discurso da remoção poderia ser convincente, e foi para as famílias que aceitaram ser transferidas (aproximadamente cento e oitenta). Contudo, a alternativa da urbanização se apresentava muito mais apropriada para a população que havia dedicado tantos anos e, por vezes, uma vida inteira àquele lugar. Brás

---

<sup>77</sup> Santos faz uma crítica sobre os simbolismos presentes no tratamento dado às favelas e seus moradores. Cita o fato do lançamento de esgoto ser direcionado, por meio de manilhas, para a área de Brás de Pina. Outros autores, como Perlman (2010), destacam a chegada de diversos e enormes caminhões de lixo para remover tudo e todos, percebendo que havia um forte simbolismo por trás dessa ação, ao considerar que os moradores e seus pertences poderiam ser tratados como lixo.

de Pina havia sido construída por eles e essa era a inspiração necessária para lutar por sua permanência e pelas transformações urbanas.

#### **4.1.2 Desenvolvimento do plano urbanístico e o processo de intervenção**

No presente subitem será apresentado o plano urbanístico desenvolvido e a metodologia utilizada para viabilizar a intervenção. Contudo, será dada uma ênfase maior para o processo participativo sobre o qual se desenvolveu a proposta. De acordo com Santos (1981), o plano abarcava melhorias relacionadas ao aterro das áreas encharcadas, à reorganização espacial por meio do reassentamento de algumas moradias, à expansão das redes de infraestrutura para cobertura integral por toda área do assentamento e à proposta de um novo traçado viário com o calçamento e a pavimentação das ruas que dão acesso ao interior da favela.

Apesar de inexperientes, os estudantes de arquitetura optaram por uma metodologia diferenciada de proximidade com seus 'clientes', os moradores. Um escritório técnico foi montado dentro de Brás de Pina, para que todos tivessem acesso ao projeto e pudessem expor seus anseios com relação ao mesmo.

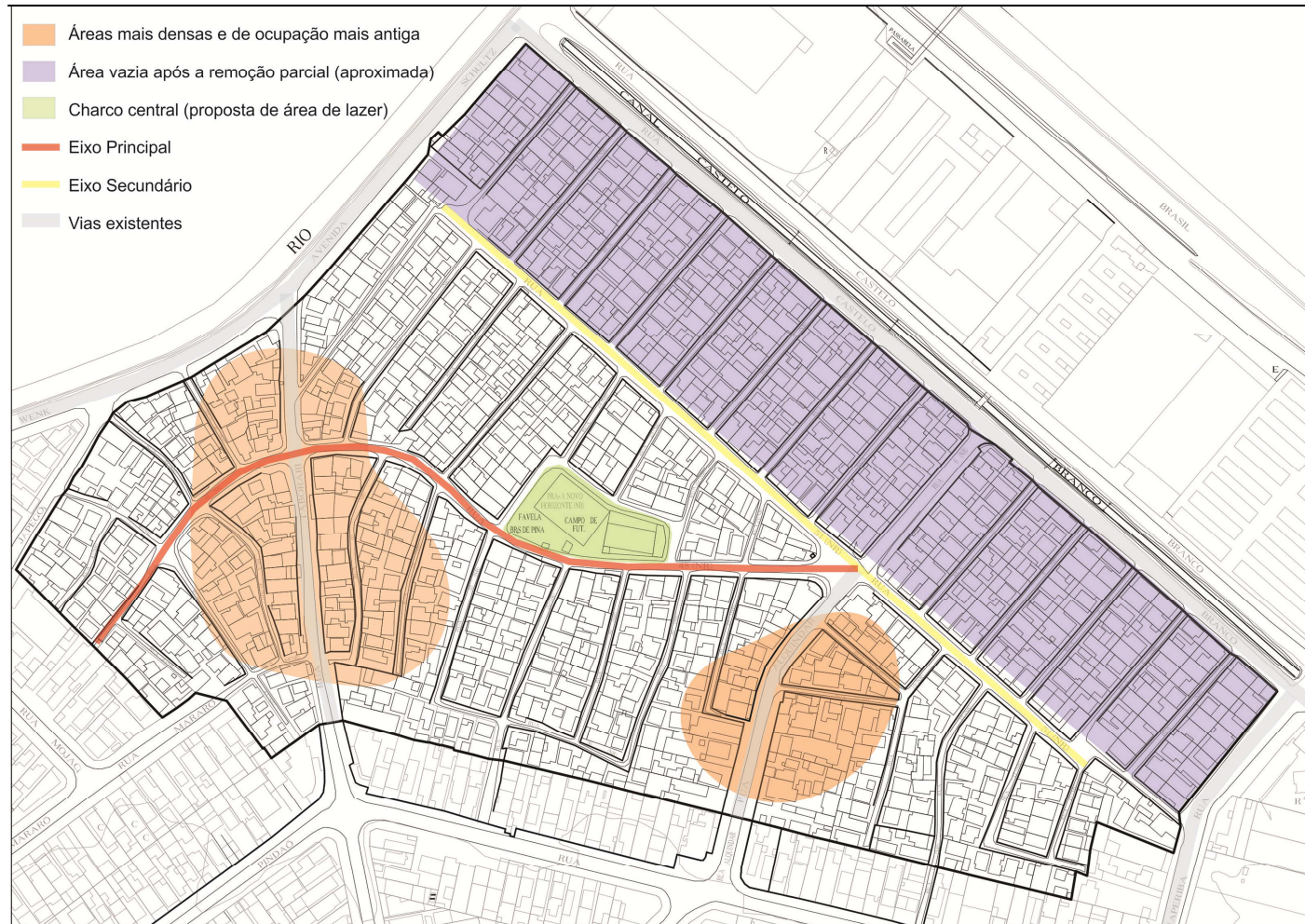
Como urbanista nunca tive melhor experiência profissional do que a desse tempo em que trabalhamos tão diretamente com nossos 'clientes'. Ainda que parecesse lógico o contrário, é muito raro que urbanistas tenham contato face a face com as pessoas para quem fazem planos. Vivíamos com o escritório cheio de favelados que o invadiam para ver o que fazíamos e ficavam para discussões que varavam a noite. (SANTOS, 1981, p.45).

Concluída a etapa de levantamento e a partir dos depoimentos dos moradores, iniciou-se a proposta de arruamento. Vale mencionar que, após a tentativa de remoção ocorrida no final de 1964 e com a saída de quase duzentas famílias da comunidade, alguns vazios urbanos surgiram, principalmente, porque o governo tratava de destruir e aterrar os barracos abandonados. Isto viabilizava a abertura de novas ruas para melhorar o acesso e também a aeração das moradias na comunidade de Brás de Pina, que já era bastante densa nesta

ocasião. Santos (1981, p.40) calcula uma média de 5,4 pessoas por domicílio, em habitações com 20 m<sup>2</sup> aproximadamente, o que representava, para os padrões habitacionais, números inaceitáveis.

O projeto foi elaborado considerando o remanejamento de algumas famílias, novas áreas de aterro e um projeto de arruamento com a definição de quadras e lotes. A tendência era que os novos lotes fossem menores do que aqueles já existentes nas áreas mais consolidadas. No entanto, tudo era discutido e definido com os moradores até que se chegasse a uma proposta viável. Santos (1981, p.46) descreve o processo, com suas palavras, como sendo “tudo muito simples: através de uma análise da situação registrada e tendo em vista o que os moradores diziam querer para si mesmos, fizemos um esquema viário e um estudo de divisão de terra”. O mapa abaixo mostra as principais intervenções do plano, com a delimitação das quadras e ruas.

Mapa 3: Principais intervenções propostas. Brás de Pina - Rio de Janeiro - RJ.



Fonte: Síntese de informações fornecidas por SANTOS (1981, p.39) sobre base cartográfica da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (2008).



O desenvolvimento do plano de urbanização de Brás de Pina aconteceu ao longo do ano de 1965, enquanto a política remocionista de Carlos Lacerda era posta em prática em outras favelas cariocas. Cabe aqui uma contextualização política, pois a partir do ano seguinte alguns acontecimentos viabilizaram a implementação da urbanização em Brás de Pina.

Quando Negrão de Lima foi eleito por voto popular e direto, e se apresentou como opositor de Carlos Lacerda, um de seus principais discursos era a utilização de novas alternativas para as favelas cariocas. Outro fator importante foi a crítica à política habitacional implantada com as erradicações e a construção dos modelos de habitação popular sobre os quais foram construídas as ‘vilas’<sup>78</sup> por parte dos financiadores norte-americanos. Para acrescentar, Santos (1981) ainda considera que a opinião pública estava sensibilizada em relação aos favelados. Tudo isso contribuiu para que houvesse alguns investimentos em projetos de melhoramento de favelas, mas essa também não foi a política adotada por Negrão de Lima. Conforme mencionado no capítulo dois, o governador ainda estava submetido ao Governo Federal e a sua ditadura e mesmo suas investidas em urbanização deveriam ser discretas.

Nesse mesmo ano, Silvio Ferraz,<sup>79</sup> jornalista que já havia se envolvido em algumas movimentações a favor de intervenções em favelas, conseguiu junto ao diretor da Companhia de Desenvolvimento do Estado da Guanabara (COPEG) autorização para formar um grupo de trabalho que se dedicaria a tais atividades, o GT 3881. De acordo com Silvio Ferraz, o GT era formado por ele, um economista, uma socióloga, um desenhista e um

---

<sup>78</sup> Aliança, Kennedy e Esperança.

<sup>79</sup> Silvio Ferraz contou em entrevista concedida ao Viva Favela que descobriu na COPEG “uma correspondência entre a USaid (agência norte-americana para desenvolvimento de projetos de infra-estrutura internacionais) e o governo da Guanabara dizendo que eles haviam doado 250 mil dólares para fazer um estudo de viabilidade de urbanização de favelas em 1966” (VIVA FAVELA, 2004). Com essa verba o GT 3881 foi criado.

arquiteto. A princípio quatro assentamentos receberiam obras de recuperação, mas apenas três<sup>80</sup> se concretizaram e somente em Brás de Pina as intervenções foram concluídas.

Como todo estudo de viabilidade, seu início foi marcado pelo levantamento de dados. Essa atribuição ficou a cargo da Pontifícia Universidade Católica<sup>81</sup> (PUC-RJ) e da Escola de Medicina<sup>82</sup> do Rio de Janeiro. Os arquitetos que participaram do plano urbano em Brás de Pina foram contratados para participar da pesquisa sobre o *Levantamento urbanístico de três favelas cariocas*<sup>83</sup>. Após esta primeira fase, que durou cerca de um ano, e com o intuito de consolidar as intervenções, o GT 3881 foi transformado na CODESCO com o aval de Negrão de Lima. A CODESCO passou a atuar como mediadora entre o BNH e os moradores para viabilizar que as redes de infraestrutura fossem implementadas com recursos do governo e que através de financiamento os moradores tivessem condições de investir em moradias melhores, mais estáveis e salubres.

As obras começaram em 1969. Enquanto o grupo de arquitetos da QUADRA<sup>84</sup> trabalhava na sede da CODESCO, em Brás de Pina foi implantado um escritório deste órgão, conhecido como Casa Branca. O que era apenas um anteprojeto de urbanização teve que ser adaptado para sua concretização. Foi desenvolvida uma metodologia, conhecida por 'Operação Dominó' onde a primeira área a ser urbanizada era aquela que não possuía nenhuma moradia. Após a urbanização, este trecho recebeu alguns moradores remanejados de uma

---

<sup>80</sup> Morro União, Mata Machado e Brás de Pina.

<sup>81</sup> Estudo censitário sócioeconômico.

<sup>82</sup> Estudo Sanitário.

<sup>83</sup> Nome dado à pesquisa do Centro de Pesquisas Habitacionais – CENPHA (SANTOS, 1981, p.40).

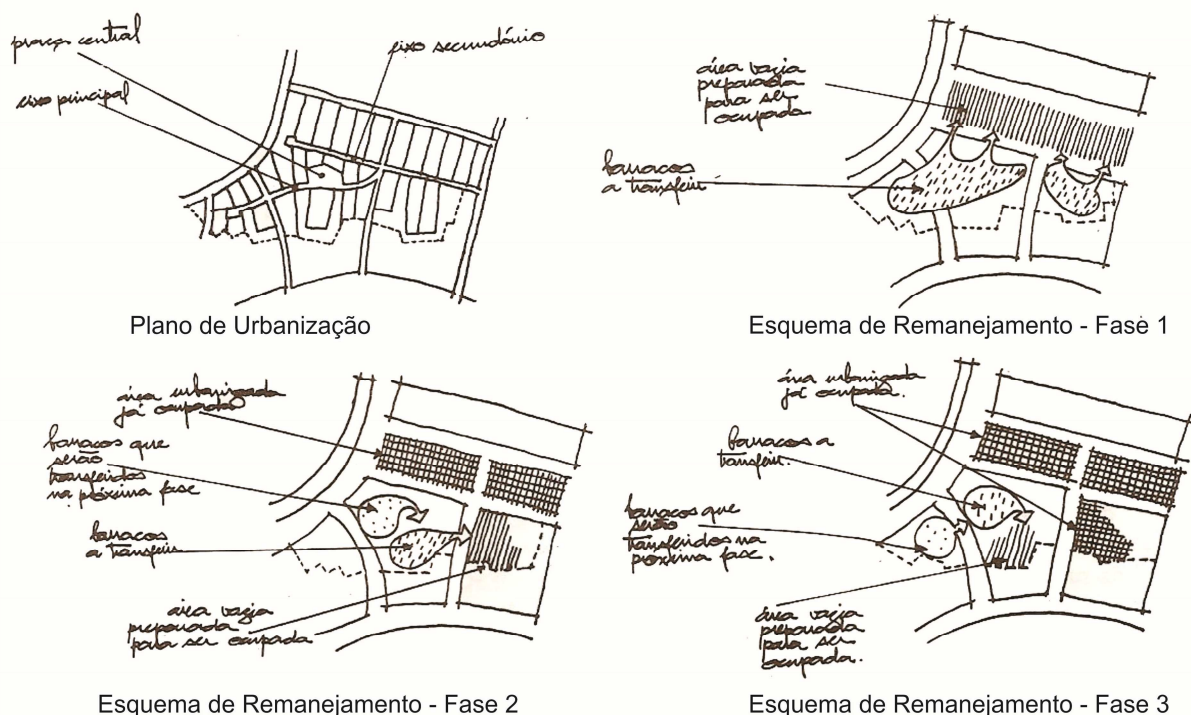
<sup>84</sup> Escritório formado pelos arquitetos Sueli de Azevedo, Sylvia Wanderley, Rogério Aroeira Neves e Carlos Nelson Ferreira dos Santos.

segunda área, liberando um novo terreno para ser urbanizado, e assim por diante. Silvio Ferraz (2004) descreve como se deram as primeiras ações em Brás de Pina:

Quando começamos as obras em Brás de Pina nosso primeiro passo foi desapropriar dois terrenos monumentais que estavam vazios e ficavam entre a favela e a Avenida Brasil. Brás de Pina era cercada por uns galpões enormes, um conjunto habitacional, um riacho e tinha uma parte enorme de pântano bem no meio. Nessa área as casas eram todas construídas sobre palafitas, quando chovia era um Deus nos acuda. E quando a maré esvaziava era aquele cheiro insuportável! Quem ganhou a concorrência para fazer a obra foi uma empreiteira então iniciante chamada Plarcon Engenharia, que anos depois se revelou uma distinta empresa e construiu quase toda a Barra da Tijuca. A Plarcon começou fazendo um reticulado de ruas nesses terrenos que estavam vazios. Tudo seguindo um padrão próprio que a gente mesmo criou. As ruas, por exemplo, não tinham os mesmos 7,5m como no resto da cidade. A gente diminuiu o suficiente para passar um caminhão de bombeiro. O passo seguinte foi fazer o que chamamos de 'Operação Dominó'. Pegamos os moradores de uma determinada parte da favela e transferimos para a área urbanizada. Depois repetíamos a operação com os moradores de outras partes da favela até que toda a área estivesse urbanizada. A escolha dos lotes era toda feita por sorteio. Mas nada definitivo. As famílias que tinham mais afinidade ficavam juntas. (FERRAZ, 2004).

A presença de muitos barracos de madeira favoreceu esta metodologia, uma vez que a facilidade no desmonte, transporte e remontagem da estrutura contribuía para uma rápida transposição das moradias. Os remanejamentos eram feitos de modo que a distância entre lotes não ultrapassasse duzentos metros. Familiares e vizinhos eram reassentados próximos, conforme a escolha dos moradores. “Em cada mudança os projetos dos lotes disponíveis eram apresentados aos favelados [...]. Isso fazia parte de uma tentativa de preservar, tanto quanto possível, certas estruturas de vizinhança que pareciam ser interessantes” (SANTOS, 1981, p.60). A figura abaixo mostra as diferentes fases dos reassentamentos.

Figura 9: Fases do remanejamento. Brás de Pina - Rio de Janeiro - RJ



Fonte: Santos (1981, p.62).

A obra durou, aproximadamente, dois anos, mas a CODESCO ainda permaneceu em Brás de Pina após a conclusão da urbanização. Isso porque seu papel era fazer a mediação entre os moradores e o governo também durante a elaboração do projeto das novas casas. Segundo Santos (1981), essa foi uma estratégia da CODESCO, que dizia manter o vínculo com os moradores devido o plano de financiamento, para garantir sua permanência lá por, pelo menos, vinte anos. Santos (1981) identifica e analisa as tensões<sup>85</sup> existentes entre os atores envolvidos e conclui revelando os diversos conflitos existentes e as relações que se faziam nos diferentes momentos e etapas no processo de urbanização de Brás de Pina. De todo modo, os fenômenos sociais que se apresentaram pré, pós e durante as obras foram

<sup>85</sup> Um dos episódios mais marcantes se traduz em um ato de vandalismo de representantes da associação e do padre, que destruíram parte da Casa Branca.

definitivos para que as intervenções se dessem da forma como aconteceu. Em outro lugar, com seus diferentes atores e momentos, os fatos certamente seriam diferentes.

#### **4.1.3 Conclusões acerca do processo de intervenção em Brás de Pina**

Em Brás de Pina a ameaça da remoção fortaleceu os laços existentes e facilitou o desenvolvimento do projeto quanto às decisões que precisavam ser tomadas. Todos que permaneceram na comunidade concordaram que a elaboração de um plano urbanístico era indispensável. Este serviria de instrumento que facilitaria o diálogo com o poder público para conseguir as melhorias necessárias. Isso contribuiu para que os moradores, durante a fase de elaboração do plano, demonstrassem uma certa coesão de ideias através, principalmente, da fala dos representantes da Associação.

Contudo, quando o cenário político mudou e constatou-se a viabilidade das intervenções exigidas, mediante a presença da CODESCO na favela, os interesses<sup>86</sup> afluíram. “Começaram a surgir os comportamentos individualistas e nos moldes capitalistas, que encontraram, enfim, condições plenas para virem à tona. Passaram a aparecer, portanto, de forma inequívoca”. (SANTOS, 1981, p.66). A Associação de Moradores perdeu força, principalmente, porque a Casa Branca tornou-se o local onde o futuro dos favelados seria decidido. Além do projeto urbano, como mencionado, a CODESCO era responsável por definir com os moradores as plantas das casas que desejavam construir para requisitar o financiamento junto ao BNH.

Quanto à subjetividade coletiva presente nesta comunidade, pode-se dizer que para o contexto político daquele momento, o importante era possuir melhores condições de vida e a garantia da permanência na favela. Depois que a situação já havia se acalmado, o espírito

---

<sup>86</sup> Interesses estes que sempre existiram, mas eram, de alguma forma, superados.

comunitário deu lugar às subjetividades individuais, confirmando o que Velho (1999) afirma com relação às ideologias individualistas<sup>87</sup> presentes nas sociedades modernas. Santos (1981) não descreve os anseios individuais e coletivos dos moradores durante o processo de elaboração do plano, uma vez que o principal interesse era a permanência no local. Por esse motivo, a proposta desenvolvida por aqueles estudantes de arquitetura considerava muito mais a viabilidade das intervenções baseada nos aspectos físicos da área (o charco central, as ruas existentes, os terrenos desocupados).

No momento em que a CODESCO entrou em cena o plano já existia, sendo necessárias apenas algumas modificações. Assim, os moradores já não eram muito consultados em relação às transformações urbanísticas, nem tinham tanto interesse nisso. As atenções estavam voltadas para os lotes que queriam escolher e as casas que iriam construir. Sublinha-se, entretanto, a possibilidade de participação dos moradores em todo processo, tanto pela presença do escritório dos técnicos da FAFEG na fase de elaboração do plano, quanto pela presença da Casa Branca no período de intervenção. No entanto, aos poucos os moradores foram se desarticulando e o envolvimento no processo se restringiu às visitas na Casa Branca. De todo modo, Brás de Pina é considerada a primeira e uma das mais bem sucedidas experiências de intervenção em favelas cariocas. Em termos de habitabilidade, houve grande êxito na construção das redes de infraestrutura e na qualidade das casas construídas. De acordo com Blanck<sup>88</sup>, em 1977 75% das habitações já eram de alvenaria.

O caso da antiga favela de Brás de Pina provou que a opção pelo investimento na urbanização é mais barato e dá mais retorno aos cofres públicos do que, por exemplo, a remoção dos moradores de comunidades pobres para conjuntos habitacionais afastados do Centro. Brás de Pina

---

<sup>87</sup> Para Velho (1999, p. 99) as ideologias individualistas caracterizam a sociedade moderna, uma vez que essas “fixam o indivíduo socialmente significativo como valor básico da cultura”.

<sup>88</sup> Ver nota 31 em SANTOS, 1981, p. 94.

serviria depois como inspiração para outros programas urbanísticos do Estado. O próprio Favela-Bairro, dos anos 90, resgata ideias sugeridas pela primeira vez pelo Quadra. (FERRAZ, 2004).<sup>89</sup>

O sucesso das intervenções de Brás de Pina se deve também à escolha que fizeram os estudantes de permanecerem dentro da favela durante o desenvolvimento do estudo preliminar para urbanização da área. Essa escolha favoreceu a forma como a CODESCO viria a atuar com os moradores. Se não fosse assim, talvez a história de Brás de Pina tivesse tomado outro rumo. A proposta foi tão inovadora que, posteriormente, serviu de referência para outras experiências. Atualmente Brás de Pina mantém as características da urbanização realizada no final da década de 1960, apresentando transformações, principalmente, em relação à oferta de comércio local e à densidade urbana que tende a aumentar. Entretanto, essa intervenção concorreu para que não houvesse um crescimento desordenado como acontece em muitas favelas cariocas.

**Figura 10: Aspecto de umas das ruas de Brás de Pina logo após a urbanização (década de 1970) e nos dias atuais (2011). Rio de Janeiro - RJ.**



Fontes: Santos (1981.p. 73) e Google Maps (jul/2011), respectivamente.

<sup>89</sup> Outra observação muito interessante feita por Silvio Ferraz (2004) é que, atualmente, uma das favelas mais violentas do subúrbio carioca, conhecida como Favela do Quitungo, localiza-se no bairro de Brás de Pina e, paradoxalmente, originou-se como habitação popular para receber moradores de favelas removidas.

## 4.2 Favela do Canal das Tachas: ocupação, crescimento e urbanização

### 4.2.1 Origem e crescimento da antiga favela do Terreirão

Antes de ser chamado de favela do Canal das Tachas, o local era conhecido como Terreirão. Trata-se de um assentamento irregular situado no Recreio dos Bandeirantes, um dos bairros que compõem a XXIV Região Administrativa (Barra da Tijuca) do Rio de Janeiro. O nome Terreirão, de acordo com alguns moradores, deve-se a presença de um grande terreno que ficava próximo ao local das primeiras ocupações. Lá funcionava uma área de lazer, tanto de crianças durante o dia, quanto para as festas e confraternizações de adultos à noite.

**Figura 11: Localização da Favela do Canal das Tachas. Recreio dos Bandeirantes. Rio de Janeiro – RJ.**



Fonte: Delimitação da área de estudo, sobre Imagem do Google Earth (2009).

Além da antiga favela do Terreirão, a favela Três (atual Vila da Amizade) também se localizava nas margens do Canal das Tachas e por isso, ambas possuem um terreno extremamente encharcado. Por esse motivo e pela ausência de infraestrutura, muitas moradias dessas favelas encontravam-se em péssimas condições quando foram contempladas pelo Programa Favela-Bairro na década de 1990.



Essa área começou a ser ocupada por migrantes de outros estados do Brasil, em especial mineiros e capixabas, na década de 1950. Estes vinham para trabalhar nas lavouras existentes no local e, com o tempo, traziam sua família e outros familiares. Assim, começaram a surgir os primeiros barracos de estuque. Alguns homens eram destinados a trabalhar em feiras livres da zona norte da cidade, especialmente nas regiões da Tijuca e Méier. Tal fato possibilitava a realização de diferentes contatos com o intuito de conseguir trabalho também para as mulheres, basicamente como domésticas em casas de família.

Tratava-se de uma zona rural, não havia luz e a água tinha que ser buscada no pé do morro. As casas não possuíam banheiro e as condições eram muito precárias. Em entrevista a Maiolino (2008), uma das moradoras<sup>90</sup> afirmou que a mortalidade de crianças era muito grande e que, só no final da década de 1960 foi instalado um posto de saúde na região. O transporte também era muito escasso. Na realidade, só havia uma única condução com destino ao bairro de Cascadura e os gastos com a passagem eram muito altos.

Geograficamente, essa região era muito afastada das áreas mais consolidadas da cidade e não havia estradas ou avenidas que facilitassem o acesso. Apesar de já haver alguns loteamentos, esse era um local que não sofria as transformações urbanas pelas quais passava o Rio de Janeiro, pelo menos até a década de 1960. Mas a expansão da cidade não demorou a acontecer, principalmente, porque já havia uma grande movimentação do Estado para a liberação de novas áreas na zona sul e no centro cariocas.

Como lembrado no relatório da Casulo (1994), na década de 1960 ocorre uma expansão da cidade em direção à Baixada de Jacarepaguá, sendo marcos importantes desse período a abertura da rodovia Rio-Santos e a instituição, pela Prefeitura, do Plano de Alinhamento para a área (PA5596), em 1965, que regulamentou suas vias, definindo os usos para fins residenciais, comerciais e industriais. Ainda conforme esse relatório, 'a

---

<sup>90</sup> Depoimento da moradora Rosângela Abreu Aleixo em entrevista concedida a Maiolino no dia 31 de outubro de 2003. (MAIOLINO, 2008, p.39).

partir dos anos 70, a criação da auto-estrada Lagoa-Barra propiciou acesso rápido até a Barra da Tijuca viabilizando uma ocupação mais intensa da área e modificando o perfil da região, com a substituição das atividades agrícolas e de pesca pelas da indústria da construção civil'. (MAIOLINO, 2008, p.59).

Este cenário atraiu pessoas de classe média que passaram a investir em terrenos e a construir empreendimentos na região da Barra e do Recreio. Deste modo, os moradores do Terreirão vislumbraram a possibilidade de trabalho próximo a seu local de moradia. A lavoura foi aos poucos sendo substituída pelo setor da construção civil. Migrantes de outros estados do Brasil, principalmente do nordeste, e moradores de diferentes regiões do estado também foram atraídos à região, mudando consideravelmente as características do lugar.

Segundo Maiolino (2008), os assentamentos irregulares situados na região da Barra da Tijuca e do Recreio, tiveram um crescimento muito elevado na década de 1980. Ao considerar as novas oportunidades oferecidas nessa região e a dificuldade na oferta de moradias acessíveis e baratas em toda a cidade, é possível compreender melhor os fluxos intraurbanos ocorridos. Além disso, como já mencionado no capítulo dois, não houve na década de 1980 grandes investimentos em intervenções urbanas e muito menos a consolidação de uma nova política habitacional.

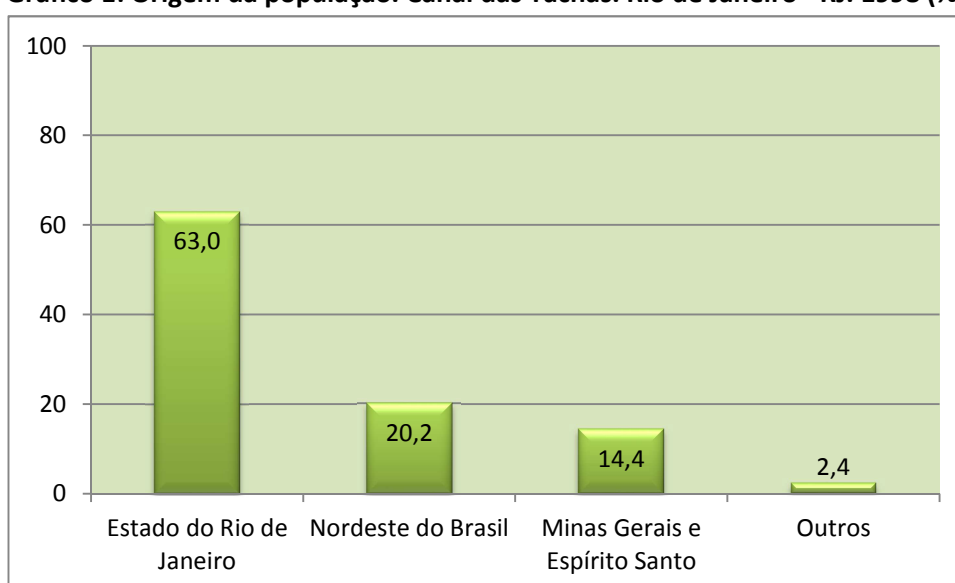
Retornando às análises demográficas sobre as favelas do Rio de Janeiro, Lago (1999) observa que, desde a década de 1980, as favelas das áreas englobadas pelas Regiões Administrativas da Barra da Tijuca (aí inserido o bairro do Recreio dos Bandeirantes) e Jacarepaguá, que conformam a Área de Planejamento 4 (AP4) do município, vêm apresentando as mais elevadas taxas de crescimento de toda cidade, sensivelmente superiores às das favelas localizadas nas áreas consolidadas<sup>91</sup>, muito embora nos anos 80, seu peso absoluto ainda fosse muito baixo. Exemplificando esse fato, Lago (1999) cita que as favelas dessa região apresentavam, em 1980, em torno de 27 mil habitantes e, em 1991, 75 mil, enquanto na cidade como um todo esses números situavam-se em cerca de 717 mil e 963 mil, respectivamente. (MAIOLINO, 2008, p.61).

---

<sup>91</sup> Nota da autora: "As áreas consolidadas são as AP1 (Regiões administrativas Portuária, Centro, Rio Cumprido, São Cristóvão e Santa Teresa), AP2 (Regiões administrativas de Botafogo, Copacabana, Lagoa, Tijuca e Vila Isabel) e AP3 (Regiões administrativas de Ramos, Penha Inhaúma, Méier, Irajá, Madureira, Ilha do Governador, Anchieta e Pavuna) [...]. Na década de 1980, enquanto na AP4 as favelas cresceram 9,8% ao ano, nas Zonas Norte e Sul (AP2) o crescimento foi de 1,5%". (MAIOLINO, 2008, p. 61).

Com mais de 4000 habitantes no final da década de 1990, a favela do Terreirão representava um universo de pesquisa que confirmava as mudanças demográficas da região. Embora seus primeiros moradores tivessem vindo, em geral, da região sudeste do país, a presença de nordestinos, nessa ocasião, já superava a de mineiros e capixabas. Contudo, a comunidade do Terreirão recebera, em sua maioria, pessoas de outros lugares do estado do Rio de Janeiro.

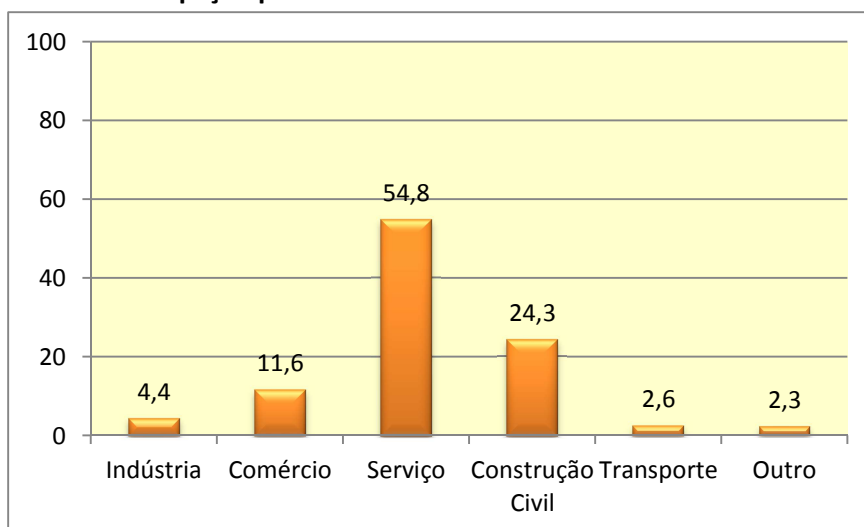
**Gráfico 1: Origem da população. Canal das Tachas. Rio de Janeiro - RJ. 1998 (%).**



Fonte: Adaptação de dados fornecidos por SILVA, LIMA, QUINTSLR, 1998 apud MAIOLINO, 2008, p. 147.

Os dados revelam também, confirmando uma tendência dessa região, que a oferta de trabalho era grande e que a maior parte dos moradores do Terreirão encontrava-se com alguma ocupação em 1998 (88,6% da população economicamente ativa).<sup>92</sup> O gráfico abaixo revela em que setores de atividades a presença da população era maior, com destaque para os setores de serviços e da construção civil.

<sup>92</sup> Considera-se população economicamente ativa aqueles com 15 anos ou mais de idade.

**Gráfico 2: Ocupação por setor de atividade. Canal das Tachas. RJ. 1997 - 2000.**

Fonte: Adaptação de dados fornecidos por SILVA, LIMA e QUINTSLR, 1998.

O percentual de pessoas no setor de prestação de serviços também pode ser relacionado ao alto índice de moradores ocupados que não possuíam Carteira de Trabalho assinada (53,9%). Eram pessoas, em geral muito jovens, pois mais da metade da população (55,2%) tinha menos de 24 anos e apenas 2% tinha mais de 60 anos. Quanto à escolaridade, pode-se dizer que a taxa de analfabetismo era bem alta, atingindo quase 25% da população, mas a grande maioria possuía o Ensino Fundamental incompleto.

**Tabela 5: Escolaridade dos moradores. Canal das Tachas - RJ. 1997 – 2000**

Grau de Instrução	%
Sem instrução	24,4
Pré-escolar	2,7
Ensino Fundamental	66,6
Acima do Ensino Fundamental	6,2
TOTAL	100,0

Fonte: Adaptação de dados fornecidos por SILVA, LIMA e QUINTSLR, 1998.

No entanto, os dados sobre escolaridade não representavam um problema para a geração de renda na favela do Canal das Tachas. Isso fica evidente quando Maiolino (2008), baseada em dados levantados por Silva, Lima e Quintslr (1998), afirma que “o Canal das Tachas detinha a maior renda média mensal das pessoas ocupadas, R\$ 410,00, dentre as doze

favelas analisadas. A faixa para as demais comunidades se situava entre R\$ 293,00 e R\$ 367,78, enquanto a média geral no município era de R\$ 482,00". (MAIOLINO, 2008, p.148).

No subitem seguinte serão mencionadas algumas características das condições da habitação e do *habitat* na favela do Canal das Tachas, a partir de informações relatadas pelos próprios moradores sobre as características físicas do Terreirão. Isso se deve, principalmente, pelo fato de os dados apresentados por Silva, Lima, Quintslr (1998) serem referentes a um momento posterior à conclusão das obras do Favela-Bairro que incluíram intervenções em infraestrutura e a construção de novas unidades habitacionais para atender aos moradores que tiveram que ser reassentados. Por hora, ressaltam-se duas importantes observações feitas por Maiolino (2008) sobre a população do Canal das Tachas do final da década de 1990:

- a favela não é uma invasão recente numa área nobre do Rio de Janeiro, ao contrário, nasceu quando a área era praticamente desabitada, em meados da década de 50, marcada pela tradição rural de mineiros e capixabas, e cresceu juntamente com o boom da expansão do eixo Barra – Jacarepaguá, nos anos 70/80, sendo grande, nesse período, o contingente de nordestinos que afluíu à região, trabalhando na indústria da construção civil e, em seguida na prestação de serviços à classe média residente na área;
- trata-se de uma comunidade de trabalhadores, que ingressam no mercado de trabalho muito cedo e que, apesar da dificuldade de inserção em empregos com carteira assinada, apresentam elevada renda e baixo índice de pobreza (referência a 1 SM), comparados a outras áreas de favela da cidade. (MAIOLINO, 2008, p.149).

#### **4.2.2 A proposta do Favela-Bairro e a metodologia desenvolvida**

Antes de apresentar as propostas de intervenção desenvolvidas para o Canal das Tachas, é importante expor como eram as condições de vida daquela população. Como já observado, o terreno sobre o qual estava assentada a comunidade do Terreirão e da favela do Três era bastante alagadiço, devido à sua proximidade com o curso hídrico. Segundo alguns

depoimentos de moradores, não havia infraestrutura e quando chovia, o rio transbordava e “enchia d’água”<sup>93</sup>, principalmente, as casas que se situavam às suas margens. Uma das moradoras<sup>94</sup> relatou, inclusive, as vezes que sua casa cedeu pela instabilidade do terreno encharcado:

Lá eu não tinha condições de melhorar a casa. O que eu tinha que fazer é ficar levantando, porque ela ia abaixando. A porta, uma vez, virou quase uma janela, ficou quase na metade. Aí eu tive que aterrar dentro e levantar o telhado. Levantei três vezes o telhado. Tinha que arrancar as telhas, aterrar, fazer o piso e, quando ia ver, ela descia de novo, porque lá era taboa, né? Aquela terra molhada, aí, ia descendo. O dinheiro já era pouco e ainda tinha que ficar levantando casa direto... (MAIOLINO, 2008, p.169).

Ainda de acordo com a narrativa dos moradores, não havia distribuição de água potável e coleta de esgoto canalizado. Ou seja, as águas servidas eram lançadas diretamente no canal e a água utilizada pelos moradores era retirada de poços. Na fala de uma moradora:<sup>95</sup> “o poço ali misturava com a água do valão. Tinha muito cheiro, um cheiro horrível. A gente comprava pedra de enxofre e jogava dentro”. (MAIOLINO, 2008, p.173).

Percebe-se que os depoimentos mais dramáticos se referem à proximidade da moradia com o Rio das Tachas. Essa foi uma das constatações de Maiolino (2008) ao afirmar que, para os moradores, alguns lugares mais afastados do valão eram considerados melhores e que, portanto, havia hierarquias relacionadas ao local de moradia dentro da mesma comunidade. Assim, a autora exemplifica: “Então, Ana Paula, que morava no Terreirão, mas afastada do canal, achava que o pessoal da beira do valão era o que vivia pior, enquanto Léa, que

---

<sup>93</sup> Expressão usada por Lenice da Silva Ramos em entrevista concedida a Maiolino no dia 21 de outubro de 2003. (MAIOLINO, 2008, p.168).

<sup>94</sup> Depoimento de Marta Rodrigues Pereira em entrevista concedida a Maiolino no dia 31 de outubro de 2003. (MAIOLINO, 2008, p.169).

<sup>95</sup> Depoimento de Tânia Azevedo Santana, em entrevista concedida a Maiolino no dia 27 de julho de 2003. (MAIOLINO, 2008, p.173).

morava no valão (no trecho do Terreirão) indicava que o pessoal da Favela 3 é que vivia mal mesmo”. (MAIOLINO, 2008, p.176).

Outro problema enfrentado pela população do Canal das Tachas era a precariedade no sistema de transporte. Mesmo depois de décadas, a deficiência dos sistemas de locomoção mantinha-se no local. As conduções passavam em intervalos enormes e seus pontos de parada eram muito distantes. Isso acarretava em grandes prejuízos a população. A ausência de lazer também era bastante sentida pelos moradores do Terreirão, que antes dispunham de uma enorme área livre que aos poucos foi diminuindo. Este cenário já apresentava diversos desafios para uma possível proposta de urbanização.

Deste modo, a favela do Terreirão foi contemplada para receber um plano de intervenção que deveria ser desenvolvido por uma das equipes selecionadas pelo Programa Favela-Bairro. A seleção dessas equipes se deu por meio de um concurso para eleger propostas metodológicas físicoespaciais de urbanização em assentamentos irregulares. O fato de o Favela-Bairro condicionar suas ações a uma definição prévia das metodologias de intervenção aponta para uma administração que ainda não sabia como lidar com esta nova forma de governar, mas que já admitia os espaços favelizados como parte constituinte da cidade.

Segundo Kzure-Cerqueira (2012), a escolha das comunidades-alvo do Programa, onde as equipes selecionadas desenvolveriam os projetos, foi realizada a partir de um estudo da Prefeitura de compatibilização das metodologias desenvolvidas em relação às informações das possíveis áreas de intervenção. Foi assim que a equipe do escritório *CASULO ideias e projetos do habitat* chegou à favela do Terreirão nos anos de 1990.

Acredita-se que diversos movimentos políticos fizeram com que essa comunidade fosse contemplada pelo Programa naquele momento. Principalmente, porque essa era (e continua

sendo) uma área em crescente valorização imobiliária, onde havia uma grande investida do poder público pela retirada das populações menos favorecidas da região<sup>96</sup>. No entanto, como bem constata Kzure-Cerqueira (2012):

O Canal das Tachas entrou não pela correlação de forças internas da comunidade, mas entrou como um elemento que viria a simbolizar um tipo de ação política, municipal, pra limpar a barra do que tinha sido feito, dos atropelos todos que haviam sido feitos ali. (KZURE-CERQUEIRA, 2012).

De todo modo, se configurou como uma oportunidade única para os moradores do Terreirão que não tinham muita clareza de quais transformações urbanas o Favela-Bairro traria. Por tal motivo, aumentava ainda mais o sentimento de insegurança da população quanto à sua permanência no local, o que aos poucos foi se conformando em uma relação de cumplicidade e confiança entre moradores e técnicos. Antes de apresentar as propostas do plano de intervenção, cabe expor uma breve explicação da metodologia sobre a qual se optou trabalhar no Canal das Tachas. Pode-se afirmar que a forma como os técnicos do CASULO se posicionaram a favor da comunidade foi essencial no andamento do plano de intervenção.

Antes de desenvolverem a metodologia que foi selecionada por meio do concurso para o Favela-Bairro, desde a formação da equipe, já havia uma preocupação com a multidisciplinaridade dos profissionais envolvidos no processo. A presença de diferentes visões acerca do mesmo tema era uma forma de evitar que a proposta metodológica se tornasse uma imposição arbitrada pelos urbanistas, que muitas vezes sobrepõem suas ideias ao saber popular e toda a estrutura social existente. Foi com esse pensamento que os técnicos do CASULO desenvolveram o plano de intervenção para o Canal das Tachas,

---

<sup>96</sup> Essa realidade das remoções de favelas na zona oeste e, principalmente na Barra da Tijuca e no Recreio dos Bandeirantes, não mudou. Cabe sublinhar que o subprefeito desta região naquele momento, Eduardo Paes, é o atual prefeito do Rio de Janeiro.



buscando-se afirmar o discurso sobre o qual a metodologia preliminar havia sido desenvolvida.

Entretanto, para viabilizar a escolha feita pelos técnicos e em especial pelo arquiteto Kzure-Cerqueira, era necessário “compreender quais eram os movimentos culturais locais”, “compreender as pessoas e intervir nas suas vidas”. (KZURE-CERQUEIRA, 2012). E isso só foi possível por haver muita determinação e persistência na proposta de um plano para os moradores e não para atender aos interesses políticos, das lideranças locais ou da classe média alta predominante nesta área. Uma das principais estratégias utilizadas era a de realizar reuniões e abrir espaço para que os moradores se posicionassem. Deste modo, era possível firmar compromissos da parte dos técnicos do CASULO e da Prefeitura para aumentar a segurança da permanência no local, o que até então era uma incerteza para todos.

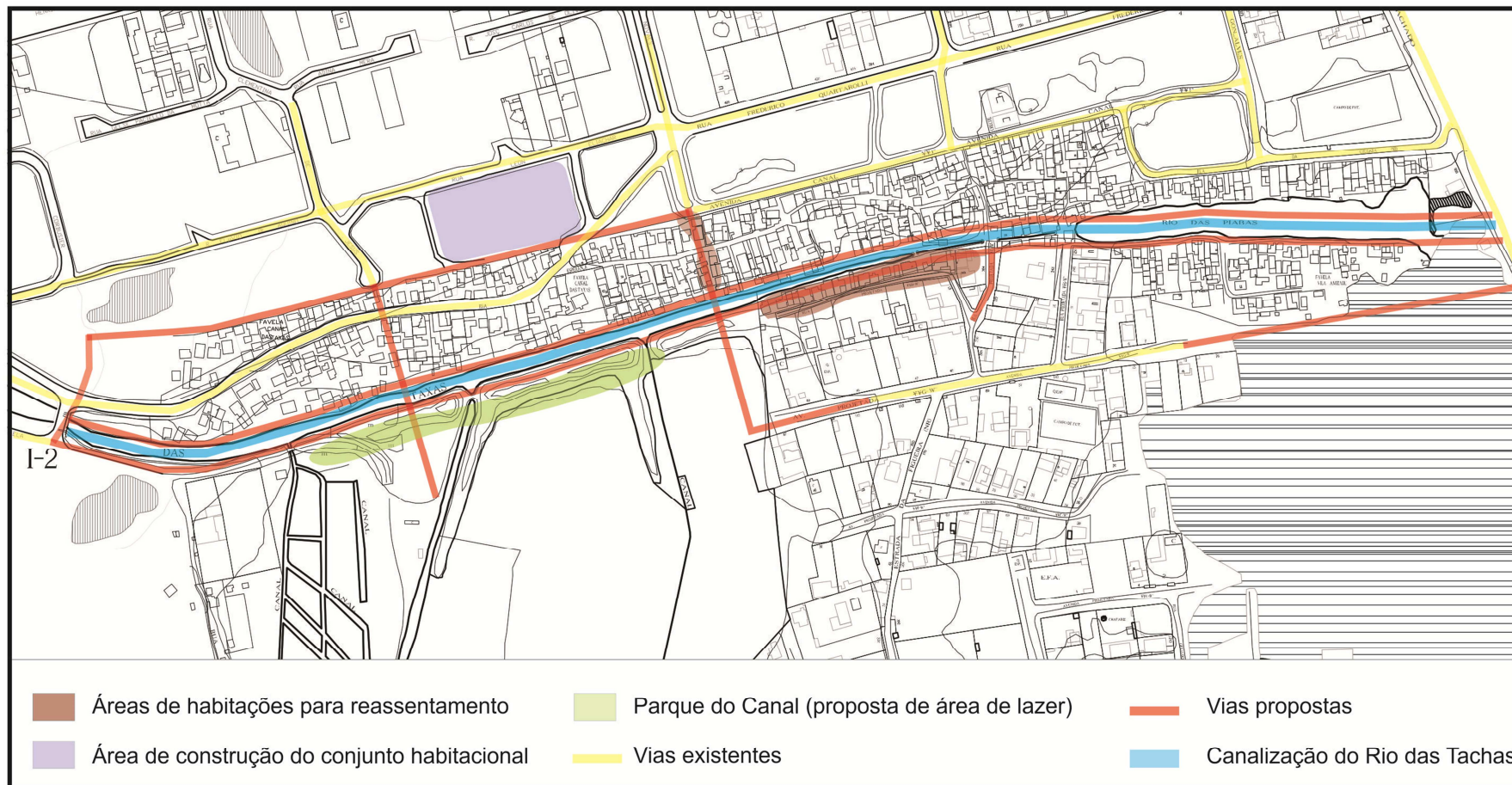
Com o desenvolvimento de um diagnóstico da comunidade e a proximidade com os moradores, identificou-se as duas principais necessidades expostas nos depoimentos: a infraestrutura e o direito de permanência. Necessidades que podem parecer óbvias e que até reafirmam o quanto as características físicas de um lugar são prioritárias para quem vive em péssimas condições de habitabilidade. No entanto, é também a subjetividade que sustenta os desejos de uma comunidade, conforme a observação de Kzure-Cerqueira:

É, eu me surpreendi ao ver as pessoas discutindo água e esgoto, principalmente água e esgoto, e a permanência nas casas, por que eles reconheciam aquilo ali como lugar onde eles construíram ao longo dos anos a sua vizinhança, sua história, sua memória. (KZURE-CERQUEIRA, 2012).

Era, exatamente, dessas informações que os técnicos se apropriavam para desenvolver o plano de intervenção. As principais medidas tomadas estavam relacionadas à infraestrutura (rede de esgotamento sanitário e ampliação da rede de abastecimento de água), incluindo a

construção de pequenas Estações de Tratamento de Esgoto (ETE); ao projeto de microdrenagem e de canalização do Rio das Tachas; e à pavimentação e abertura de vias, mantendo o sistema viário já consolidado pelos moradores, pois revelavam os percursos utilizados. O mapa a seguir mostra as principais propostas destacadas acima e evidencia a malha viária onde se buscou integrar mais o interior da favela às ruas adjacentes, além de criar vias nas margens do canal para evitar a construção de novas residências.

Mapa 4: Principais propostas do Plano de Intervenção. Canal das Tachas. RJ.



Fonte: Síntese de informações retiradas do Plano de intervenção - Favelas Terreiro e Vila da Amizade (FAVELA-BAIRRO, 1994).

Antes das obras do Favela-Bairro, famílias inteiras moravam, praticamente, dentro do leito do Rio das Tachas, em péssimas condições como já foi mencionado. A canalização desse rio, que encontrava-se excessivamente assoreado, foi uma das principais intervenções propostas. Para viabilizar a dragagem do rio, os técnicos tiveram que realizar um estudo aprofundado<sup>97</sup> sobre a bacia de Jacarepaguá e apontar para a importância do Rio das Tachas nesse sistema hidrográfico. Essa proposta, juntamente com a necessidade de abertura de algumas vias, acarretou no reassentamento de algumas famílias.

Após alguns embates com a Prefeitura e, principalmente, com a classe média do entorno, foi possível garantir a permanência dos moradores que deveriam ser reassentados no local e não em bairros distantes. Um conjunto habitacional foi construído em um terreno em frente à antiga favela do Terreirão, com oitenta novas casas de tipologias diferentes. O remanejamento foi realizado em duas etapas: “em 1996, foram relocadas dez famílias da Rua Esperança, para a abertura da Rua Guiomar Novaes até a praia; em 1997, mudaram as famílias que moravam ao longo do valão, para a execução da canalização”. (MAIOLINO, 2008, p. 205).

Outra proposta interessante foi a criação de um parque e espaços públicos de lazer nas margens do Canal das Tachas, para manter livre de construções a faixa alagável do Rio. Além disso, o plano de intervenção consolidava pequenos espaços de convívio entre os moradores em diversos pontos da comunidade. O projeto contemplava ainda a construção de um centro de equipamentos públicos para atender à comunidade, mais conhecido como CEMASI (Centro Municipal de Assistência Social Integrada) e uma creche, de acordo com as demandas verificadas no diagnóstico.

---

<sup>97</sup> Realizado em consultoria pelo oceanógrafo David Zee.

Infelizmente, nem todas as propostas do plano de intervenções foram executadas durante a obra. O Parque do Canal, por exemplo, não foi construído e a canalização do Rio das Tachas não foi realizada em todo o trecho projetado. Maiolino (2008) ainda identificou no discurso de alguns moradores que, mesmo após a obra, havia problemas na infraestrutura, sem contar a baixa qualidade construtiva das novas casas do conjunto habitacional. No entanto, apesar de diferentes avaliações por parte dos moradores e, tendo em vista todas as barreiras que surgiram durante a implementação do Favela-Bairro no Canal das Tachas, pode-se afirmar que esta foi uma proposta inovadora que conseguiu atender às necessidades básicas dos moradores, melhorando as condições de habitabilidade e a qualidade de vida no local.

#### **4.2.3 A permanência nas Tachas e os investimentos**

No passado, a incerteza da permanência na favela do Terreirão e na Vila da Amizade sempre gerou uma preocupação nos moradores, a ponto de evitarem investimentos em suas casas. Os primeiros boatos relacionados às obras do Favela-Bairro sempre vinham acompanhados da possibilidade, cada vez mais real, da remoção de moradias, principalmente, daquelas localizadas às margens do valão. Cabe mencionar que a remoção de moradores de outras favelas da região para locais distantes aumentava a desconfiança nos programas de urbanização do Governo.

Essa história de relocação do pessoal da Restinga para Santa Cruz, ao que parece ocorrida em 1994 ou 95, é relatada por inúmeros moradores, mas as versões são variadas e, em muitos casos, há um deslocamento desse fato para a própria situação que eles viviam. Alguns falavam de remoção para Bangu, outros para Campo Grande, o que só faz reforçar minha hipótese de que, na verdade, pouco importava o lugar. O que estava entranhado naquelas pessoas era o temor de ser mandado para longe dali. (MAIOLINO, 2008, p.182).

Por outro lado, quando da presença dos técnicos na comunidade e da realização de assembleias para discutir as intervenções do Favela-Bairro, fica evidente no depoimento de muitos moradores que a participação ainda era pequena. Segundo Kzure-Cerqueira (2012), os líderes da Associação de Moradores diziam responder pelo coletivo, mas de fato não se tratava de uma representatividade efetiva, uma vez que os moradores eram excluídos da participação nas discussões. O que fazia com que muitas das informações fossem distorcidas e chegassem aos moradores como boato. Finalmente, a partir da possibilidade real de remoção, os moradores passaram a frequentar as reuniões e a expor suas opiniões. Desse modo, foi possível legitimar a atuação da Associação de Moradores nos encontros realizados.

Apesar de não haver uma articulação entre os moradores<sup>98</sup>, fortalecida pela Associação, existiam elos que sustentavam o desejo de permanência. Havia identidades com o lugar que eles construíram e que representava os encontros e desencontros, as histórias da infância, as memórias. Em diversos relatos dos moradores, a satisfação em morar num lugar calmo e sem violência, livre da ação de grupos criminosos, também era uma das principais motivações à permanência.

A relocação para o conjunto habitacional construído num terreno em frente às moradias remanescentes levou um pouco mais de segurança aos moradores, ainda que muitas dúvidas e questionamentos pairassem até o dia da mudança. Após a transferência, ficaram evidentes muitos problemas construtivos das novas moradias e começaram a aflorar tanto as satisfações, quanto as insatisfações individuais. No entanto, se antes a incerteza da permanência era a razão para que muitas moradias continuassem em péssimas condições de habitabilidade, nas novas moradias houve uma segurança maior para investirem em

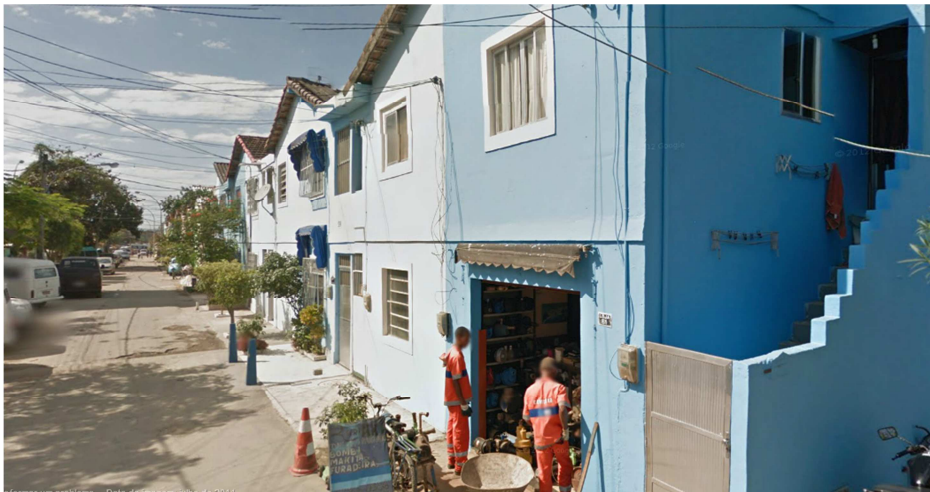
---

<sup>98</sup> E isso também se deve à presença de níveis hierárquicos dentro da própria comunidade, como já foi mencionado.

melhorias, até porque após a mudança houve também a elevação de *status* entre estes moradores. Ainda assim, o sentimento de insegurança em relação à permanência continuava:

Esse medo de ‘perder a casa’, tão claramente expresso por alguns moradores, não é fruto de desconfianças infundadas, mas de um temor muito concreto, já que até hoje ninguém na área dispõe de qualquer papel que lhes assegure a posse daquelas construções, que tanto mexeram com suas vidas e nas quais têm investido afetiva e financeiramente. (MAIOLINO, 2008, p.161).

**Figura 12: Conjunto Habitacional - Vista da Rua Flávio de Aquino. Canal das Tachas. Rio de Janeiro – RJ.**



Fonte: Google Maps (jul/2011).

A imagem acima demonstra que há, de certo modo, uma preocupação com a manutenção das casas. Vale ressaltar também que as tipologias de plantas elaboradas pelos técnicos foram desenvolvidas de modo que pudessem ser adaptadas pelos próprios moradores, sendo possível acrescentar novos cômodos em uma área de quintal nos fundos da moradia, ou mesmo a utilização de parte do pavimento inferior para fins comerciais. Além disso, houve um intenso trabalho dos técnicos para manter os laços de vizinhança e parentesco existentes quando foi definida a localização das famílias que seriam relocadas para as novas casas.

Para finalizar, é importante destacar que a intensa valorização desta área convergiu para um adensamento ainda maior nesta localidade e com isso as redes de infraestrutura executadas durante as obras do Favela-Bairro já não são suficientes para atender a população atual. Por esse motivo, passados mais de dez anos do fim das intervenções, a favela do Canal das Tachas foi novamente selecionada para receber obras, agora do Programa Morar Carioca.

#### **4.3 Análise comparativa dos processos de intervenção nas duas comunidades**

As intervenções realizadas tanto em Brás de Pina, quanto no Canal das Tachas apontam para características do processo que devem ser destacadas e analisadas do ponto de vista dos termos conceituais utilizados neste estudo. Dessa forma, cumpre observar que, apesar de se tratar de fatos que ocorreram em contextos totalmente diferentes, é possível identificar muitas semelhanças nas duas propostas metodológicas desenvolvidas.

Inicia-se esta análise apontando para o cenário político em que se configuraram tais intervenções. Brás de Pina foi uma das primeiras favelas a serem escolhidas pelo governo de Carlos Lacerda para a remoção. Entretanto, havia uma conjuntura social, religiosa e também política que favoreceu a permanência da maior parte de moradores no local. A eleição de Negrão de Lima foi um dos fatores mais importantes para a concretização da urbanização da favela. Apesar da pressão que sofria por parte do poder ditatorial, o governador buscou manter seu discurso contra o modelo remocionista implantado por Lacerda, por mais contraditório que fossem as duas linhas de atuação em um mesmo governo.

Essa estratégia política assim como aconteceu no período da candidatura de Eduardo Paes à Câmara dos Vereadores em 1996, quando interessava conquistar os votos das populações de menor poder aquisitivo, após uma grande investida pela remoção de comunidades inteiras que ocupavam terrenos de alto valor imobiliário na Barra da Tijuca e no Recreio dos



Bandeirantes. Pode-se dizer que o fato ocorrido contribuiu para que a favela do Canal das Tachas fosse a única nesta região a receber obras na primeira fase do Favela-Bairro, mesmo com toda a pressão da classe média alta que habitava o entorno desta área.

Outra questão importante a se analisar é a atuação do poder público no início da implantação das propostas de urbanização. Pode-se afirmar que houve uma transferência da responsabilidade para os técnicos contratados em relação ao desenvolvimento do plano de intervenção em ambos os casos. Entretanto, havia sempre a presença do governo na comunidade, ainda que nos dois casos estudados, isso tenha ocorrido de formas diferentes e, conseqüentemente, com efeitos distintos.

Em Brás de Pina, conforme mencionado, a presença da CODESCO se deu por meio de um escritório que funcionava como “ponto de encontro da QUADRA com os funcionários da CODESCO, mais os assistentes sociais e os engenheiros da companhia empreiteira” (SANTOS, 1981, p. 65). No entanto, Santos (1981, p. 66) afirma que havia um forte simbolismo na Casa Branca, pois representava a presença concreta do Estado na favela. Aos poucos, a Casa Branca passou a ser mais frequentada pelos moradores do que a própria Associação, uma vez que lá eram definidas as plantas de suas futuras casas.

Já no Canal das Tachas, esta representatividade da prefeitura se deu, basicamente, pela presença do fiscal de obras da Secretaria Municipal de Habitação (SMH). O trecho abaixo revela o quanto o entrosamento entre o fiscal e o arquiteto Kzure-Cerqueira facilitou o diálogo com a Prefeitura.

Humberto menciona que assumiu a comunidade com todos os seus problemas e que teve em Gilberto Bernardino, fiscal do projeto e do início das obras, pela SMH, um parceiro: *‘O Gilberto também assumia. Ele foi um engenheiro de extrema sensibilidade e respeito’*. Comentei que o Gilberto não havia sido muito citado pelos meus entrevistados, e ele descreveu seu *‘jeito mais crítico. Ele é um pouco irônico. Às vezes, era meio duro, mas é um cara de uma sensibilidade fantástica, tanto que me tornei amigo dele, e ele*

*comprou muitas das minhas ideias e a gente foi viabilizando*'. (MAIOLINO, 2008, p. 196, grifo da autora).

Cabe ressaltar a grande atuação dos técnicos desde a concepção das propostas de urbanização até o fim das obras, tanto em Brás de Pina quanto no Canal das Tachas. 'Assumir a comunidade' significava abraçá-la com todos os seus desafios, seja no âmbito urbano ou social. Ou seja, assumir a responsabilidade que o poder público deveria assumir. Desse modo, seja através, primeiramente da QUADRA e posteriormente do GT 3881 em Brás de Pina, ou do CASULO no Canal das Tachas, a metodologia adotada foi uma opção exclusiva dos técnicos que participaram do processo. A escolha feita colaborou para que houvesse uma participação mais efetiva por parte dos moradores, pois os técnicos estavam sempre dispostos a ouvi-los e a contemplar, na medida do possível, suas sugestões, seus anseios e necessidades.

Além disso, o estabelecimento de um escritório *in loco* foi um dos procedimentos que mais contribuiu para a aproximação entre moradores e técnicos, principalmente, por propiciar a vivência da realidade e do cotidiano da comunidade por parte dos profissionais. Assim, ficou mais fácil tornar o processo de elaboração das propostas de intervenção participativo. Na verdade, para além do rótulo da participação, destaca-se o esforço que havia na busca por um envolvimento maior entre os técnicos e moradores. Nesse contexto, é importante mencionar o quanto esse processo é trabalhoso e exige vontade e empenho daqueles que podem determinar como se dará o encaminhamento dos investimentos públicos. A esse respeito afirma Ribeiro (2005):

Limitada ao exercício da administração de recursos, a ação estratégica é incapaz de estimular o ato socializador radical e de orientar a conquista da legitimidade, na medida em que esse ato e essa conquista dependem do envolvimento gratuito de numerosos outros. Por não suportar esse envolvimento, a ação estratégica veiculada pelo pensamento dominante, que é, sobretudo, gestora, deixa transparecer que a reprodução sistêmica da vida urbana restringe-se a círculos sociais cada vez mais estreitos, que

tendem a ser mutuamente destrutivos. Com essa proposta, como é possível preservar a sociabilidade e amadurecer a urbanidade? (RIBEIRO, 2005, p.420).

Outro ponto fundamental nesse processo foi a presença de profissionais com diferentes formações nas equipes. Os arquitetos da QUADRA já possuíam um olhar diferenciado, uma vez que tiveram a possibilidade de conviver com os moradores de Brás de Pina antes mesmo de concluírem seus estudos na universidade. Com certeza esse convívio contribuiu para que formassem uma opinião crítica acerca do que aprendiam em sala de aula. Assim, como arquitetos contratados pela CODESCO passaram a interagir com profissionais de outras áreas (economia e sociologia) que também constituíam esta equipe, além dos assistentes sociais e engenheiros já mencionados.

Para o CASULO, era imprescindível a formação de uma equipe multidisciplinar já na etapa de formulação de uma proposta para a participação no concurso público promovido pela Prefeitura para o Favela-Bairro. Cabe mencionar que participaram, nessa etapa, além de arquitetos, profissionais de referência nas áreas da sociologia, do serviço social, da geografia, do direito e etc. Dentre as participações citadas, destacam-se as de Ana Clara Torres Ribeiro<sup>99</sup>, Lilian Fessler Vaz<sup>100</sup> e Maria Luiza Testa Tambellini<sup>101</sup>. Segundo Kzure-

---

<sup>99</sup> Socióloga, Doutora pelo Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (1988), foi Professora Associada I do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Pesquisadora IA do CNPq, contemplada pelo Programa Cientista do Nosso Estado da FAPERJ. Presidiu, a partir do final de maio de 2011, a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR). No IPPUR/UFRJ, coordenou, desde 1998, o Laboratório da Conjuntura Social: tecnologia e território (LASTRO).  
(Fonte: < <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4783873P5> >).

<sup>100</sup> Possui graduação no Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1967), mestrado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1985), doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (1994) e pós-doutorado na MSH, Paris (2002). Atualmente é professora colaboradora voluntária, aposentada, nível associado II, do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo PROURB/UFRJ, consultora do CNPq e da CAPES, membro da diretoria da ANPUR (gestão 2011-2012). (Fonte: < <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4788611A9> >).

<sup>101</sup> Possui graduação em Serviço Social pela Universidade de Ribeirão Preto (1968). Atualmente é professora auxiliar da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de Planejamento Urbano e Regional, com ênfase em Serviços Urbanos e Regionais.

Cerqueira (2012), o “pensamento coletivo de vários saberes” foi fundamental para evitar que a opinião dos técnicos se sobrepusesse a dos moradores.

Existe, inclusive, uma proximidade muito grande no discurso de Santos (1981) e Kzure-Cerqueira (2012) em relação ao autoritarismo presente, muitas vezes, na postura do urbanista que se coloca como detentor de um conhecimento técnico que supera o saber popular. Por esse motivo, as experiências estudadas representaram um diferencial em relação a postura tomada por parte dos técnicos.

Por fim, identificou-se que os moradores, nos dois casos, se apropriaram dos projetos e participaram do processo da elaboração dos mesmos. A partir dos discursos dos moradores, percebeu-se que as intervenções mais esperadas ainda estavam relacionadas à infraestrutura.

Confirma-se então, a afirmação de Vitte (2009), já mencionada no capítulo anterior, sobre a prioridade no atendimento das necessidades básicas ante às necessidades mais complexas. Vale lembrar que as duas favelas situavam-se sobre um terreno encharcado que em tempo de cheia dos rios ou de fortes chuvas inundava com facilidade, o que acarretava graves consequências para a vida dos moradores, sem menção alguma às condições de saúde. O esgoto, lançado no valão ou *in natura*, aumentava os riscos de contaminação da água de consumo. Dentro desse cenário, é fácil compreender que as maiores aspirações girassem em torno da construção de redes de água potável, de esgoto, de drenagem e somente após o atendimento a essas necessidades é que talvez começassem a expor questões mais subjetivas.

No entanto, também foi possível identificar os aspectos subjetivos intrínsecos e mais relevantes, nos dois exemplos de intervenção citados. Os moradores das duas favelas

demonstravam, claramente, a preocupação e insegurança quanto à permanência no local de moradia. Contudo, sabe-se que a realidade da remoção teve um papel diferente para cada uma delas. Foi, justamente, a notícia da remoção dos moradores de Brás de Pina que motivou a articulação interna (moradores e associação) e externa (Igreja e técnicos) pela urbanização da favela como uma alternativa viável. Já no Canal das Tachas, a notícia de que haveria obras de urbanização na comunidade aumentou o sentimento de insegurança quanto à permanência no local.

A diferença no sentimento provocado nos dois grupos de moradores contribui para a compreensão dos caminhos percorridos em cada caso. Em Brás de Pina, inicialmente, foram os moradores, com o apoio do padre, que buscaram a ajuda dos técnicos para realizar um projeto de urbanização que foi, posteriormente, utilizado como instrumento para pressionar o poder público e viabilizar as obras. No Canal das Tachas o caminho foi inverso. Era necessário, por parte da Prefeitura, criar medidas que atendessem às exigências do Plano Diretor do Rio de Janeiro de 1992. E assim, os moradores da favela do Canal das Tachas foram 'presenteados' com as obras de urbanização na primeira fase do Favela-Bairro. Foi assim que os técnicos, contratados pela Prefeitura, entraram em cena e incluíram os moradores nesse processo.

Isso justifica a desconfiança gerada entre os moradores das Favelas do Terreirão e da Vila da Amizade, pois se tratava de uma ação do Estado, sem uma solicitação prévia dos moradores, onde permanecia certo mistério sobre qual seria o desfecho daquelas ações. Pode-se dizer que este sentimento ainda é resquício de um passado marcado por fortes investimentos nas remoções intensivas das favelas cariocas.

Durante casi 50 años los residentes de las *favelas* de Río viven con el trauma de la remoción de manera violenta y exagerada. Esto provocó una resistencia muy fuerte de los habitantes de estos asentamientos en relación a las intervenciones realizadas por el gobierno en estas áreas. Por lo tanto,

el gobierno aún enfrenta muchas dificultades en realizar intervenciones, aunque el objetivo es mejorar las condiciones de vida de estas poblaciones. (SILVA e ROSSI, 2011, p. 20).

Nesse contexto, sublinha-se que a experiência da urbanização de Brás de Pina se tornou um paradigma de intervenção em assentamentos urbanos irregulares, servindo de inspiração para a implementação de programas de mesmo âmbito, com ênfase na participação dos moradores no processo.

Finalmente, as intervenções físicas sugeridas foram muito parecidas para os dois casos. Além das redes de infraestrutura, foram propostas aberturas de novas vias, tratamento paisagístico, principalmente, nas áreas de charco ou nas margens dos cursos hídricos e o remanejamento, quando necessário, na mesma localidade, mantendo as famílias que tinham mais afinidades próximas umas das outras. Percebe-se que as intervenções mais necessárias e aquelas mais almejadas pelos moradores tendem a ser similares nesses assentamentos. Isso não significa que é possível criar um modelo, pois cada lugar apresenta suas especificidades que devem sempre ser consideradas, mas que a diferença se dará em detalhes do projeto. O envolvimento efetivo dos moradores nas discussões e no desenvolvimento das propostas já proporcionará um elo maior entre a comunidade e as novas instalações urbanas, aumentando a apropriação, a identidade e a responsabilidade dos moradores com o lugar de (con)vivência.



## **5 Curicica 1 - Rio de Janeiro: análise de uma pesquisa qualitativa**

Nos capítulos anteriores buscou-se apontar para a necessidade de se considerar os aspectos objetivos e subjetivos de um lugar como fator de grande relevância para a elaboração de programas de intervenção em favelas. A cidade do Rio de Janeiro, como foi visto, possui experiências que indicam que este é um caminho viável para a consolidação de programas de urbanização mais eficazes do ponto de vista da apropriação das novas instalações por parte dos moradores.

Com base nos conceitos e experiências de propostas de intervenção estudadas, o objetivo deste capítulo é analisar informações levantadas por meio de pesquisa qualitativa realizada com moradores de Curicica 1, comunidade situada na XVI Região Administrativa (Jacarepaguá) da cidade do Rio de Janeiro, e identificar aspectos da habitabilidade e subjetividade presentes nos discursos dos entrevistados.

Para tanto, inicia-se com a apresentação do projeto dentro do qual a pesquisa foi realizada, e em seguida analisam-se trechos retirados das entrevistas para identificar aspectos comuns nas falas dos entrevistados que, de certo modo, revelam as condições de habitabilidade e a subjetividade deste grupo. Finalmente, encontra-se nas informações retiradas do depoimento de uma das moradoras de Curicica 1, uma síntese desses aspectos na sua trajetória de vida que relaciona história da cidade e da comunidade. Assim, é possível perceber o quanto a subjetividade individual e social interferem na qualidade da habitação e, conseqüentemente, na qualidade de vida.



### **5.1 Uma proposta de *habitat* saudável em comunidade vizinha ao Campus Fiocruz da Mata Atlântica: geração de metodologias e intervenção social para a melhoria do ambiente construído**

O projeto que dá título a este subitem foi selecionado por meio do Edital PDTSP 1/2007, ‘Cidades Saudáveis: Saúde, Ambiente e Desenvolvimento’ com financiamento das Vice-Presidências de Ambiente, Atenção e Promoção à Saúde (VPAAPS) e de Pesquisa e de Laboratórios de Referência (VPPLR) da Fundação Oswaldo Cruz. O projeto realizou-se por meio de parceria entre o Departamento de Saneamento e Saúde Ambiental da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (DSSA/Ensp) com o Programa de Desenvolvimento do Campus Fiocruz da Mata Atlântica (PDCFMA), este sediado em Jacarepaguá na área da antiga Colônia Juliano Moreira (CJM), onde se desenvolveu o projeto entre os anos de 2008 e 2011.

Conforme descreveu-se na introdução do Relatório Final<sup>102</sup> deste projeto, algumas modificações fizeram-se necessárias durante sua execução, em relação ao texto original apresentado e aprovado pelo Edital PDTSP 1/2007. Dentre elas destaca-se o desenvolvimento de “uma metodologia para intervenção em ambientes construídos, visando à redução dos riscos e agravos à saúde, através da seleção e intervenção física em 24 unidades habitacionais” (FIOCRUZ, 2010, p. 19), o que não foi realizado devido alguns entraves surgidos durante a elaboração do projeto.

Do ponto de vista operacional, a transformação em *habitat* saudável inicia-se quando a população assume o compromisso de melhorar continuamente a saúde e bem estar local, transformando as condições de habitabilidade em sua totalidade. Neste aspecto, a redução dos recursos alocados para a proposta de intervenção, aliada à realidade de uma equipe executiva restrita, reduziu significativamente o número de moradias a serem tidas como objeto de intervenção, levando, necessariamente à exclusão, dada a limitação da intervenção em apenas dez casas (FIOCRUZ, 2010, p. 19).

---

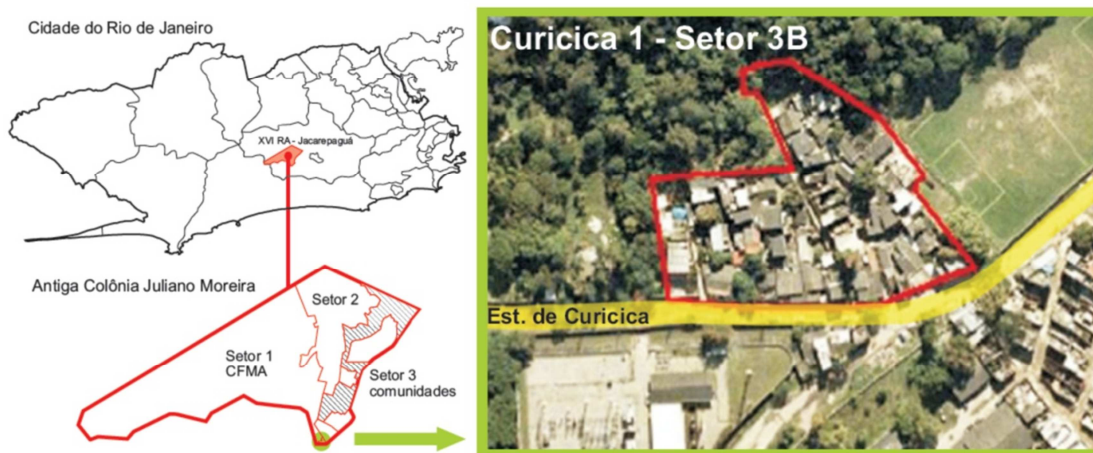
<sup>102</sup> FIOCRUZ, 2010.

Deste modo, optou-se pela não realização de intervenções físicas nas moradias de Curicica 1. Pode-se dizer que esse foi o ponto de partida para que o projeto tivesse, ao longo de seu processo de desenvolvimento, um caráter mais educacional do que operacional, visando à participação, compreensão e conscientização dos moradores em relação à importância de se viver em um *habitat* saudável. Entretanto, o objetivo geral do projeto permaneceu com o intuito de “desenvolver, avaliar, sistematizar e disponibilizar metodologia transdisciplinar e participativa para intervenção em ambientes construídos, em assentamentos urbanos irregulares, visando à promoção da qualidade de vida dos moradores” (FIOCRUZ, 2010, p. 21). Essa metodologia, que não é objeto do presente estudo, encontra-se descrita de forma sucinta no anexo A.

Em geral, essa metodologia se propôs a desenvolver indicadores de vulnerabilidade física e social da habitação, por meio de pesquisa quantitativa e qualitativa. Os primeiros foram elaborados a partir do diagnóstico urbano e das informações a respeito das moradias. Os indicadores sociais foram selecionados a partir de estudos conhecidos e utilizados conforme a relevância que tinham para a pesquisa. Finalmente, os indicadores forneceram bases para o desenvolvimento de oficinas temáticas de educação socioespacial para discussão ampliada com os moradores.

A escolha da comunidade-alvo também representou uma das principais etapas desta metodologia, quando a equipe do projeto concluiu que Curicica 1 apresentava as condições mais apropriadas para a implementação do projeto. A figura abaixo apresenta a localização da comunidade na área da antiga CJM e em relação à cidade do Rio de Janeiro.

**Figura 13: - Localização da comunidade Curicica 1 em relação à cidade do Rio de Janeiro.**



Fonte: Estudo do PDCFMA sobre imagem do Google Earth e planta da cidade do Rio de Janeiro disponível no Armazém de Dados (IPP/PCRJ).

Ao observar o entorno de Curicica 1, nota-se que a área possui limites bem definidos, seja por propriedades privadas (Projac<sup>103</sup>) ou por área de propriedade federal, como é o caso do Hospital Municipal Raphael de Paula Souza (HMRPS), que atende a muitas especialidades<sup>104</sup> e o Centro de Referência Hélio Fraga (CRHF), especializado no tratamento de tuberculose e pneumopatias em geral. A comunidade ainda é limitada pelo eco-limite que determina o início da área do Parque Estadual da Pedra Branca e pela Estrada de Curicica, onde se encontra a maior oferta de infraestrutura. Desse modo, compreende-se a tendência de verticalização e de adensamento urbano em Curicica 1.

<sup>103</sup> A sigla é a abreviatura de Projeto Jacarepaguá, onde se localiza a central de produção da Rede Globo de Televisão.

<sup>104</sup> Os Serviços disponibilizados são: Clínica Médica, Pneumologia, Pediatria, Infectologia, Ginecologia, Cirurgia Geral e atendimento ambulatorial nos Programas de Hipertensão Arterial e Diabetes - PHD, Asma, Planejamento Familiar, PPD, Teste do pezinho, endoscopia, colonoscopia, broncoscopia, Pré-natal e Odontologia. (Fonte: PCRJ/ SMS. **Hospital Municipal Raphael de Paula Souza**. Divisão de apoio didático e tecnologia educacional. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.sms.rio.rj.gov.br/servidor/cgi/public/cgilua.exe/sys/reader/htm/preindexview.htm?editionsectio&nid=164>>. Acesso em: 21 jun. 2013).

## 5.2 Habitabilidade e subjetividade em Curicica 1

Com o intuito de conhecer melhor os moradores de Curicica 1, suas subjetividades e memórias, realizou-se uma análise dos depoimentos transcritos e categorizados retirados da pesquisa qualitativa do projeto em estudo. Apresenta-se a seguir uma síntese de muitos elementos mencionados que poderiam ser um material precioso para discussão acerca dos diversos temas levantados. Não é possível aprofundar questões de grande relevância neste trabalho, entretanto espera-se que esta análise contribua para a melhor compreensão, em termos gerais, do leitor sobre a comunidade de Curicica 1, e represente uma documentação da história de seus moradores, como retribuição a toda atenção e tempo dispensados ao longo da realização do projeto.

Assim, na primeira parte deste subitem, busca-se narrar um pouco da história contada, por meio da associação das transformações sociais e urbanas. Na segunda parte se destacam os aspectos objetivos e subjetivos da habitação e do *habitat* de maior relevância em Curicica 1, com o intuito de contribuir para a implementação de políticas públicas que atendam as demandas dos moradores do local.

### 5.2.1 História local e transformações

Os primeiros moradores da área que, atualmente, caracteriza a comunidade de Curicica 1 foram os trabalhadores da construção do Conjunto Sanatorial de Curicica<sup>105</sup>. A dificuldade de acesso à região na década de 1940 comprometia a locomoção dos operários, o que contribuiu para que áreas do poder público fossem destinadas à moradia. Os próprios

---

<sup>105</sup> Desde 2002 é administrado pela Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (SMS – RJ), quando passou a ser chamado Hospital Municipal Raphael de Paula Souza (HMRPS), sendo amplamente conhecido como Hospital de Curicica.

moradores contaram como ocorreu esta cessão de uso por parte do diretor do hospital às famílias dos construtores.

*Tânia: “[...] no nosso caso o terreno foi doado para os funcionários antigos, não é? Teve essa coisa porque tinha que morar perto pra atender o Hospital; dava problema na máquina e tinha que estar lá; dava problema porque um maluco invadiu lá o Hospital e o guarda tinha que ir pra lá. Meu pai estava sempre lá, entendeu? Acordavam de madrugada, o cara que mexia com a máquina levantava e corria de madrugada para consertar. Tinha que estar por perto porque a condução era muito difícil. A pessoa não podia morar longe. Por isso que eles cederam para os funcionários esse terreno”.*

Com a inauguração do Hospital em 1952, muitos dos construtores foram contratados para trabalhar em diversos setores e, posteriormente, “se incorporaram ao quadro funcional da unidade. Outros se mantiveram trabalhando sem entrar para o quadro funcional”. (FIOCRUZ, 2010, p. 100). Após a conclusão das obras, muitos outros funcionários foram admitidos pelo hospital, o que acabou atraindo famílias inteiras para o local.

*Sofia: “Começou assim com os funcionários de Curicica. O meu padraсто ele entrou aqui na obra. Ele entrou na obra do Raphael. Ele começou na obra mesmo na construção do hospital. Depois ele ficou trabalhando na cozinha como auxiliar de serviços diversos e se tornou cozinheiro, entendeu? E se aposentou como cozinheiro do hospital”.*

De uma forma geral, o terreno foi dividido em grandes lotes para as primeiras famílias de funcionários (aproximadamente, dez). Não se sabe, ao certo, se as primeiras moradias foram edificadas ainda durante a construção do hospital ou somente após a sua conclusão. Alguns depoimentos relacionam os primeiros moradores às famílias que ocupavam os lotes que se situam às margens da Estrada de Curicica.

No depoimento a seguir fica claro que a constituição de relações de amizade no cotidiano de trabalho no hospital também influenciava a cessão de uso dos terrenos:

*Sara: “Ele veio morar aqui porque meu pai deu um pedaço para ele. Lá aquela casa dele era grande, ele que dividiu lá. Meu pai deu, do pedaço do meu pai, o pedaço era tão grande que meu pai deu porque eram amigos daí do hospital”.*

Posteriormente, outras famílias obtiveram permissão para construir novas casas, sendo a área dividida em novos lotes. Cabe mencionar que os filhos de funcionários, também começaram a construir suas moradias nos lotes de seus pais, o que caracterizou a existência de “regras de herança construídas informalmente durante o processo de constituição da comunidade”. (FIOCRUZ, 2010, p. 101). De acordo com o Relatório Final do projeto, a formação de lotes ocupados por famílias inteiras é uma peculiaridade de Curicica 1, o que remete à uma ideia de patrimônio que os pais constituíram e que deixarão para seus descendentes. A figura abaixo apresenta os lotes da comunidade formados por pessoas da mesma família e destaca os maiores, cujo acesso é feito pela Estrada de Curicica. As edificações representadas pela letra M foram chamadas de ‘casas matrizes’ por terem sido as primeiras construídas nos lotes.

Mapa 5: Redes de parentesco na comunidade de Curicica 1. Rio de Janeiro. 2009.



Fonte: Levantamento de campo e reelaboração da estrutura fundiária de *Curicica 1* pela equipe do Projeto *Uma proposta de habitat saudável em comunidade vizinha ao Campus Fiocruz da Mata Atlântica*, com base no levantamento de campo/ 2009 e sobre base cartográfica da PCRJ (2008).

Vale lembrar, que todo processo de ocupação ao longo de décadas foi acompanhado de perto pelos diretores do Hospital de Curicica. Pode-se mencionar, inclusive, a existência de um Livro Preto, onde estaria registrada a cessão de uso dos terrenos aos moradores, conforme alguns depoimentos.

Evidencia-se, nesse processo, a relação de dependência criada entre o hospital, representado pela pessoa do diretor, e seus funcionários, o que caracterizava um sistema paternalista. A construção de moradias no 'quintal' do hospital gerou a necessidade de fornecimento de água e eletricidade para aquelas famílias, por exemplo. Muitas outras necessidades dos moradores eram providas pelo diretor por meio da estrutura do hospital. Essa prática acabou sendo reproduzida pelos diretores seguintes, e formalizou esse paternalismo. Os moradores de Curicica 1 tinham todo auxílio que precisavam. Uma das moradoras da comunidade, quando indagada se havia uma boa relação com o diretor, respondeu:

*Sara: "Tínhamos! Era quase que se fosse assim amigos íntimos. Minha irmã... na época de infância dela, ela teve um problema de saúde, o diretor vinha em casa, o diretor vinha com meu pai pra ir embora, assim pra casa, aí meu pai: 'Ah, vamos lá ver esta família!'. Aí vinha. Não só aqui em casa, não, como os outros, tinham um relacionamento bom, nós fomos criados aí dentro do hospital".*

No hospital havia uma capela que era utilizada pelos moradores, havia um clube, cinema, campo de futebol, cursos, além da assistência médica e hospitalar. Todas essas instalações na área do hospital estavam de acordo com as exigências de um programa técnico aprovado pelo Ministério da Educação e Saúde, segundo nota do Relatório Final do projeto. O hospital concentrava a maior parte das atividades realizadas pelos moradores de Curicica 1. As festas e concursos promovidos pela comunidade tinham sempre a tutela do diretor. O depoimento abaixo retrata o nível de relação dos moradores com o hospital:



*Tânia: “Esse clube tinha festa. O Hospital trazia de helicóptero o Papai Noel e nós ganhávamos - sem brincadeira - presente pra todo mundo. E outra coisa, a gente ganhava cesta de Natal que não se vê mais hoje. Boa, com bacalhau, azeite. Eles davam mesmo coisa boa pra gente. [...] Aliás, nesse Hospital era uma beleza, eles sempre davam cursos para os funcionários. Só não estudava quem não queria”.*

Muitos dos moradores entrevistados passaram sua infância em Curicica 1 e seus depoimentos revelam as boas lembranças que ainda traziam dessa época. Os relatos da infância estão muito associados à qualidade ambiental, à proximidade com o atual Parque Estadual da Pedra Branca e aos sítios vizinhos ao hospital. Dentre os tipos de lazer mais citados estavam o banho de rio e ‘roubar’ as frutas dos quintais vizinhos. O depoimento abaixo demonstra o quanto a infância em Curicica 1 se tornou uma referência para eles.

*Sofia: “Mas era muito gostoso de se viver aqui. Muito. Muito. O rio era limpinho. A gente tomava banho no rio dos passarinhos. Nossa! Todo dia a gente apanhava aquela água vazia. [...] Foi uma infância boa. Nunca mais. [...] A gente quando tá na infância chora pra querer crescer, pra ficar melhor. Ô saudade. Saudade. Quem me dera que os meus netos tivessem a infância que eu tive.*

*Mas que falta faz aquele caminho. Você sabe que às vezes, uma vez eu parei assim pra meditar e eu achei, há muito tempo que eu não consigo fazer isso, quando eu consegui eu tornei a ver aquela estradinha nossa de novo. Aquela estrada de barro que ia aqui para o Projac. E todas as partes dos sítios do senhor Ratinho. Aquela jaqueira enorme que eu subia e tomava tiro de chumbinho. Pegava as jacas, goiaba, tudo o que você possa imaginar, sabe? Goiaba, jaca, tinha até frutas assim como maçã, laranja, banana a rodo, entendeu? Era muita coisa, muita coisa. E a gente adorava ganhar essas coisas”.*

Com o tempo os moradores de Curicica 1 estabeleceram relações de amizade tanto entre as crianças, quanto entre os adultos, o que de certa forma marcou suas memórias e contribuiu para a formação de identidades com o lugar. O fortalecimento das relações sociais não só criou vínculos simbólicos entre os moradores, como motivou a realização de melhorias do ponto de vista estrutural da comunidade. Começou a haver uma mobilização para a construção de uma rede de esgoto e até mesmo para asfaltar os becos, como mencionado no seguinte depoimento:

*Pedro: “Isso já tem muito tempo, esse bequinho era lama... enchia d’água isso tudo, a gente que ajudou seu Nelson a asfaltar isso aqui, cada um dava um tanto, eu cheguei junto dei minha parte e ajudei a fazer o serviço”.*

Apesar dos laços que se fortaleciam e motivavam iniciativas de colaboração e cooperação, o paternalismo que acompanhou todo processo de constituição da comunidade dificultou um engajamento maior dos moradores na busca por melhorias para o local, pois eles sempre estavam submetidos às determinações do diretor do hospital.

Todavia, as transformações no espaço passaram a acontecer de forma acelerada. Os moradores narraram a chegada de uma empresa de produtos químicos conhecida como Plestin que se instalou em um terreno em frente à comunidade onde antes havia um sítio. A Light (Companhia de Energia Elétrica do Rio de Janeiro) também se instalou na comunidade ocupando uma das áreas que servia de lazer para os moradores locais. Por fim, um dos maiores impactos em relação ao espaço se deu em 1995 com a inauguração do Projac que ocupou uma área de quase dois milhões de metros quadrados, impossibilitando inclusive o acesso ao rio que os moradores sempre mencionavam. Todas essas transformações impulsionaram a ocupação de novas áreas no entorno do hospital. Até mesmo o terreno da Plestin, após o seu fechamento, foi ocupado por outros moradores.

*Sofia: “Aí acabou a Plestin. Aí depois teve a invasão. A invasão que eu falo é a Comunidade Campo da Paz. Que no fundo as pessoas que moravam aqui, eu sei que todo mundo precisa de moradia, mas... na verdade ninguém gostou não porque acabou o nosso verde. [...] começou a primeira invasão em frente ao Hospital de Curicica que foi a Comunidade Village, Comunidade Pedro Unido. Em frente ao hospital. Foi a primeira. Foi em oitenta e pouco. [...] Aí veio a Travessa Calmeti lá atrás. A Travessa Calmeti já existia. Aí veio a Dois Irmãos. [...] Agora a daqui da Vila União foi primeiro que a Dois Irmãos. A Dois Irmãos foi depois da Vila União. Aí por último essa daqui de frente. Essa daqui de frente é a mais recente”.*

Essas novas ocupações impactaram de forma negativa a vida dos moradores de Curicica 1, inclusive pela formação de lideranças que passaram a exercer um poder paralelo na região, o que será tratado adiante. No entanto, pode-se dizer que uma das transformações mais significativas para a vida dos moradores de Curicica 1, diz respeito à mudança na postura do diretor do hospital:

*Tânia: “Aí teve uma vez que não foi há muito tempo atrás que o diretor falou: ‘dane-se, vocês se viram, eu não sou mãe nem pai de vocês. O que os diretores fizeram antigamente é problema deles, eu não quero saber. Vocês não estão morando? Não deixaram vocês fazerem? Agora vocês se viram. Eu não sou líder de vocês, eu não ganho pra tomar conta de vocês. Vocês se viram pra lá’. Assim. [...] Eu acho que foi em 1975, 1976. Eu me lembro disso porque foi quando eu comecei a trabalhar”.*

Tânia retrata o fim da tutela do diretor do hospital em relação aos moradores de Curicica 1.

De fato, com o passar do tempo, os moradores deixaram de ter acesso aos equipamentos que o hospital oferecia. Alguns moradores narraram, de maneira informal, a falta que eles sentiam do campo de futebol, por exemplo. Segundo relatos, o filho de um dos moradores mais antigos se apossou do campo e construiu um muro ao seu redor, limitando seu uso apenas a convidados e a pessoas que se dispusessem a alugá-lo.

Tudo isso contribuiu para a desmobilização dos moradores e as relações de amizade entre eles também foi afetada. Assim, se em um primeiro momento os filhos construíam no quintal dos pais suas próprias casas, em outro momento eles passaram a alugar ou vender suas moradias para sair da comunidade.

De todo modo, e seguindo a uma tendência natural, como mencionado no capítulo dois, aqueles que melhoravam de vida acabavam saindo de Curicica 1, e isto se confirma no depoimento a seguir:

*Tânia: “Porque tem muitos de família e muitos que não são de família ali, não é? Tem até pessoas que eram de família, melhorou de vida e foram embora e alugaram. Uns venderam e outros alugaram”.*

Em outro depoimento, uma das moradoras associou sua volta à comunidade a um momento difícil de sua vida.

*Sara: “Aí depois que me separei vim ficar para tomar conta do meu pai e da minha mãe, que eles dois estavam sozinhos. [...] minhas irmãs todas casaram e construíram família, aí eu como tive estes problemas de separação para não morar sozinha, meu pai me levou, ‘Vem morar aqui comigo e cuidar do seu pai e da sua mãe, não precisa trabalhar’, a condição foi essa, de não trabalhar”.*

Mas não eram somente as dificuldades que traziam os moradores de volta a comunidade, os laços familiares e de amizade, apesar das transformações, sempre permaneceram. Essa é uma importante característica de Curicica 1, levada em consideração por muitos moradores.

*Vitória: “Ah eu morei lá [Botafogo] uns nove meses e eu ficava de lá para cá. Vinha sempre aqui, eu não levei toda a minha roupa para lá não [...]. É, tinha tudo. Tudo o que eu queria estava na mão, mas não a minha felicidade. Tanto que abri mão para poder voltar para a minha casa. Sentia muita falta da minha família, foram os piores nove meses da minha vida. [...] Foi quase umas férias de nove meses. Ainda mais que não tirei tudo meu de dentro de casa. Tanto que o dia que eu casar eu vou construir aqui. Aqui em cima por que não saio daqui. Aqui no segundo andar, e tem estrutura para isso”.*

Vitória, como a maioria dos moradores, considerava Curicica 1 um bom lugar para morar. Mesmo para aqueles que acompanharam todas as transformações ao longo de, pelo menos, meio século de história, as memórias da infância e adolescência ainda permaneciam muito forte em seus pensamentos. Entretanto, ressalta-se que a saída de alguns dos moradores mais antigos na comunidade, abriu a possibilidade de chegada de pessoas novas e, porque não dizer, estranhas àqueles que permaneceram. Isto contribuiu para que aumentasse a sensação de desconfiança e insegurança entre os moradores. Além disso, o fim da tutela do Estado, na pessoa do diretor do hospital, diminuiu os momentos de interação e lazer entre os funcionários-vizinhos. O coletivismo existente deu lugar ao individualismo entre eles. Pode-se dizer que o processo de ocupação da comunidade e todas as transformações pelas quais passaram seus moradores, ajudaram a constituir uma subjetividade social que, se associada as condições de moradia, aponta para aspectos relevantes que devem ser considerados em propostas de intervenção na área como será tratado a seguir.

### **5.2.2 Condições da habitação e do *habitat***

Antes de iniciar este subitem, vale lembrar que o conceito ampliado de habitabilidade abrange a moradia enquanto unidade habitacional, e também seu entorno e o contexto

urbano em que está inserida. Por outro lado, a construção de uma subjetividade social só é possível a partir da relação de diferentes sujeitos e suas subjetividades individuais.

Deste modo, é possível afirmar que a dialética ‘indivíduo-sociedade’ também pode ser representada nas formas de morar, uma vez que cada família constitui um grupo social específico que interage e modifica os diferentes espaços que habita. Ainda com base nos depoimentos dos moradores, busca-se identificar os aspectos objetivos e subjetivos da habitação e do *habitat* em Curicica 1 que podem contribuir para a melhoria da qualidade de vida nesta comunidade. Vale lembrar que a escolha destes aspectos, também é um resultado da subjetividade individual de quem escreve. Por esse motivo não representa uma totalidade de opiniões e não contempla todas as questões levantadas pelos moradores. Trata-se apenas de uma tentativa de identificar os principais pontos abordados pelos moradores nas entrevistas qualitativas.

#### **5.2.2.1 Dimensão objetiva**

Pode-se dizer que as transformações ambientais ocorridas em Curicica 1 impactaram de forma relevante a vida dos moradores. As casas eram muito parecidas, as técnicas e os materiais utilizados para a construção das primeiras habitações eram os mesmos, e a maior parte das casas possuía apenas um pavimento.

Vale lembrar que a história de Curicica 1 remete a uma comunidade de aproximadamente sessenta anos. Por conseguinte, as moradias construídas pelos primeiros moradores, segundo relatos dos mesmos, possuíam elementos construtivos semelhantes, e seguiam a uma tendência de utilização das tecnologias mais comuns.

Apresentam-se abaixo características das habitações segundo: (a) os elementos construtivos utilizados; (b) a espacialidade das casas e dos lotes e (c) o conforto ambiental presente nas

moradias. Acrescenta-se a estas, informações relacionadas ao *habitat*, a partir (d) do adensamento urbano e (e) das redes de infraestrutura. A descrição dos temas aborda as mudanças ocorridas e relaciona os anseios dos moradores em cada um destes aspectos.

*a) Elementos construtivos*

*Tânia: “Então, a minha casa era assim de estuque, era embolsada, tudo direitinho, pintada [...]. O piso era cimento. Cimento que a gente passava cera vermelha [...]. Era a tecnologia da época, exatamente. E o chão de todos era assim, cimento que a gente encerava. Aquelas ceras antigas que hoje até existe, não é, enceradeira também”.*

Em geral, as primeiras habitações eram de estuque e o piso cimentado, exceto nas moradias mais vulneráveis. Nesses casos, onde não havia nenhum tipo de revestimento, o chão era de terra batida, o que remete a uma condição de muita precariedade. Os tipos de coberturas utilizadas também não eram muito resistentes, e facilmente permitiam a entrada de água no interior das moradias, o que interferia diretamente na salubridade dos domicílios, principalmente, se associado à ausência de piso.

Desse modo, os moradores mencionavam a destinação, sempre que possível, de parte de seus recursos para a reforma das casas. As melhorias realizadas estavam sempre relacionadas à construção de paredes em alvenaria, à colocação ou substituição de revestimentos e de coberturas e à ampliação da edificação.

A substituição das antigas paredes de estuque por alvenaria demandava a construção de elementos estruturantes da construção:

*Antônio: “Ai meu pai fez de novo coluna em volta da casa porque a casa não tinha coluna. Fez coluna em volta da casa aqui, colocou laje, colocou ela toda pronta e depois começou isso aqui de cima”.*

Nesse depoimento o entrevistado menciona duas informações importantes de serem abordadas. A primeira destaca a autoconstrução como uma prática comum em assentamentos urbanos irregulares, o que não garante a qualidade da construção. A

segunda aponta para a verticalização da edificação, o que não era possível em casas de estuque.

Assim, alguns moradores chegaram a narrar a demolição de casas inteiras para a construção de novas moradias em alvenaria. As grandes e antigas casas deram lugar a outras, menores, e nem sempre bem construídas. Sara, que reconhecia haver problemas estruturais em sua moradia, concluiu:

*“Antes tivesse deixado aquela... Acho que ela estaria em pé até hoje”.*

As antigas telhas cerâmicas também foram substituídas, em sua maioria, por telhas de fibrocimento, que do ponto de vista dos moradores, eram mais baratas, mais leves e de fácil manutenção. No entanto, é importante mencionar que o amianto, presente na composição de grande parte das telhas de fibrocimento comercializadas no Brasil, pode oferecer graves riscos à saúde de pessoas que lidam direta ou indiretamente com este material. “Segundo o Instituto Nacional do Câncer (INCA), entre as doenças provocadas pela exposição ao amianto aparecem o câncer de pulmão, câncer de laringe, do trato digestivo e de ovário, além da asbestose”. (FIOCRUZ, 2010, p. 128).

Em suma, as intervenções realizadas nas habitações nem sempre poderiam ser consideradas melhorias, ainda que os moradores demonstrassem possuir conhecimentos sobre construção. No entanto, a maioria dos entrevistados, quando indagados sobre a realização de reformas afirmavam a necessidade de novos investimentos na casa, principalmente, na construção de novos cômodos, o que confirma o adensamento e prejudica ainda mais a qualidade das moradias.

#### *b) Espacialidade*

Os lotes, segundo muitos moradores, eram considerados minissítios. Havia plantações de banana, manga, goiaba, caju, laranja, tangerina, cana-de-açúcar e ainda algumas criações como a de galinha, pato, ganso e vaca. Entretanto, conforme mencionado, com a vinda de novos funcionários para o hospital, os próprios moradores começaram a ceder parte de seus lotes para que outros funcionários pudessem construir. Os filhos, que também edificavam novas casas, contribuíram para diminuir a qualidade das habitações já existentes. Assim, à medida que os espaços livres nos lotes foram ocupados, os moradores tiveram que abdicar de suas práticas de cultivo, bem como dos espaços privados de convívio.

O tamanho e a quantidade de cômodos também era algo que os moradores apreciavam nas antigas residências. Sua composição, em geral, atendia à estrutura familiar e permitia a diferenciação entre os espaços, privilegiando a privacidade entre seus membros.

*Tânia: “Meu quarto, quarto da minha mãe, quarto dos meus irmãos, uma sala, uma cozinha, um banheiro, e tinha uma varanda. Eram sete cômodos... quer dizer... seis cômodos, mas com uma varandinha”.*

*Sara: “As meninas dormiam no seu quarto, era um para duas meninas, dois quartos, sabe? Eram quatro meninas e duas em cada... Cada uma na sua cama, cada uma tendo seu... tudo individual. Não era nada de dormir junto, dormir com pai e mãe, nem com irmão”.*

Esta realidade contrasta com a composição atual das casas, caracterizada pela falta de espaço, de privacidade e pelo adensamento domiciliar, conforme o depoimento a seguir:

*Claudio: “Falta espaço, que esse aqui não é um espaço, a gente tem que reconhecer que não é um espaço bastante para ter um conforto legal. Você vê que tem um espaço para um sofá. Se chegarem mais duas pessoas agora aqui, eu to perdido, entendeu? Não é o ideal pra gente poder sobreviver, entendeu? A gente precisava de algo mais, mas não tem para onde fazer esse ideal. Só se daqui a um tempo pegar uma carta de crédito e ir embora daqui...”.*

Interessante notar a percepção dos moradores a respeito das condições de suas moradias.

Claudio admite que sua casa é inadequada do ponto de vista da espacialidade, mas reconhece não haver possibilidade de ampliação, chegando à conclusão de que o melhor seria deixar a comunidade. De um modo geral, os moradores identificam as condições que



tornam suas habitações inadequadas. A inserção do banheiro no interior do domicílio, por exemplo, foi um avanço em termos de melhorias nas construções.

Algumas das moradias mais antigas não possuíam banheiro, em outras se tratava de uma estrutura localizada na parte externa à edificação. Os investimentos destinados a obras e reformas privilegiavam outros ambientes, e o banheiro se tornava um dos cômodos mais insalubres da casa. O primeiro depoimento abaixo menciona a ausência de banheiro no domicílio que foi adquirido em condições muito precárias assim que a família chegou à comunidade. O segundo confirma que a construção do banheiro independente à moradia era uma prática comum.

*Fernanda: “E quando nós viemos para aqui, a casa era muito precária, o telhado tudo quebrado, com muito vazamento, muita goteira, muita fiação dentro de casa, banheiro não tinha, banheiro não tinha... azulejo, não tinha nada, era barro, então criava aquele lodo, aqui não tinha, eram aqueles tacos todos arrancados, entendeu [...]. Então a gente foi melhorando aos pouquinhos, com muita dificuldade, muita dificuldade...”.*

*Antônio: “Era uma sala, um quarto, um banheiro do lado de fora, uma cozinha e na cozinha era um fogão de lenha. Para a gente ir ao banheiro, tinha que ir lá fora ao banheiro, porque era fora de casa”.*

A transferência do banheiro para o interior da moradia e a diminuição dos espaços livres nos lotes, associado ao crescimento das famílias contribuiu para que se iniciasse o processo de verticalização em Curicica 1. No entanto, conclui-se que a constante necessidade de ampliação das edificações provém da busca de se reproduzir os espaços das antigas casas.

### *c) Conforto ambiental*

Pode-se dizer que as casas mais antigas eram mais agradáveis do ponto de vista do conforto ambiental. Por serem maiores, possuíam grandes vãos de iluminação e ventilação natural. Não havia uma proximidade muito grande entre as edificações, o que facilitava a entrada da luz do sol, bem como a ventilação cruzada.

Tânia: *“Tinham janelas em todos os quartos, eram grandes as janelas, aquelas janelas pesadas, a madeira era pesada [...]. Mais ventilada do que essa aqui. Tinha janela pra caramba, tinha janela nos quartos, na sala, na cozinha. Era bem ventilado. [...] As outras casas eram assim também. Todas elas, dos vizinhos também eram assim bem ventiladas, bem arejadas”.*

Essas características da habitação permitiam a melhor circulação de ar, o que diminuía a umidade no interior das casas. Por se tratar de uma área localizada aos pés de um maciço, o terreno onde se situa Curicica 1 é extremamente úmido:

Tânia: *“Era úmida. Todas as casas aqui são úmidas até hoje. Por exemplo, aqui... aqui a gente levantou, mas você vê que tem umidade ali... olha, você vê até hoje”.*

A maioria das casas em Curicica 1 apresentam uma mancha de umidade na parte inferior das paredes. A infiltração ascendente é um dos problemas mais recorrentes no local. Deste modo, em habitações mal ventiladas, a forte umidade pode se tornar um risco à saúde dos moradores. Coberturas inadequadas associadas à ausência de piso em terrenos encharcados criam o ambiente ideal para a proliferação de vetores e para o aparecimento de doenças, principalmente, de cunho respiratório, como mostra o depoimento a seguir:

Ana: *“Lá em Maragogipe, no interior, o clima é melhor... essa casa aqui, por exemplo, tem muita infiltração, tem muita umidade, mofo. Então, para quem tem alergias piora, não é. [...] Eu não trato, não. Devia até tratar, mas eu não trato, não. Porque eu não tinha problema de alergia quando eu morava em Maragogipe e aí vim morar aqui e fiquei com alergia. Eu acredito que seja a umidade ou então a mudança de temperatura aqui no Rio”.*

Mais uma vez, é interessante notar o conhecimento que os moradores têm a respeito desse assunto, e como eles mesmos conseguem identificar a solução:

Claudio: *“Hoje? Está mal arejada para caramba... se tu ver, olha só... é questão de lógica: não tem nenhuma janela para lá... aquele quarto só tem uma janela ali... então logicamente não circula ar. Pô, tinha que ter uma saída de ar para algum lugar para poder circular. Não existe uma saída de ar, então é mal arejada. Não tinha justamente nem vizinho ali para gente poder botar a janela pro vizinho. Então a gente decidiu deixar do jeito que está, mas é mal arejada pra caramba. Eu já tive até problema de sinusite alérgica por falta de arejar, a poeira... Aí a gente emassou aí, pintou tudo direitinho, agora está tudo direitinho, tudo pintado e emassado. Aí diminuiu essa... Compramos um guarda roupa. Botamos um novo porque antes estava muito velho, então poeira também, mofo na parede... Então isso aí dá um problema terrível de alergia quando tem em muita quantidade”.*

No depoimento acima, o entrevistado menciona que, em algum momento, havia possibilidade de abertura de novos vãos de ventilação. Entretanto, a realidade em assentamentos urbanos irregulares revela que o crescente adensamento dificulta a presença de vãos em quantidade e dimensões adequadas, que propiciem a ventilação natural.

*d) Adensamento urbano*

Muito do que já foi tratado aborda o aumento populacional em Curicica 1, incluindo a chegada de novas famílias ao local. À medida que os filhos cresciam e casavam, edificavam novas moradias ocupando as áreas livres dos lotes ou construindo outros pavimentos nas habitações existentes, o que reduzia a qualidade das antigas casas:

*Joana: “Porque aqui o que mudou foi que foi levantando mais as casas [...] Não é assim que tem mais, é que levantaram mais as casas, antigamente elas tinham tudo um andar só”.*

As casas começaram a ganhar novos andares e a distância entre as construções diminuiu, prejudicando não somente o conforto ambiental, mas também a privacidade entre os familiares. Com a saída de alguns membros da família da comunidade, foi possível garantir alguma forma de renda por meio do aluguel dos domicílios desocupados. Assim, iniciou-se uma transição no perfil da população local. O aumento de moradores em Curicica 1 contribuiu para que as mudanças ocorressem de maneira acelerada, acarretando em diversos problemas, dentre o quais, pode-se destacar a sobrecarga na rede de coleta de esgoto construída pelos moradores.

*e) Infraestrutura*

As redes que haviam sido construídas pelos moradores ficaram defasadas, e as maiores queixas estavam relacionadas à ausência de infraestrutura na região. Não havia, conforme descrito anteriormente, redes oficiais que abasteciam o interior da comunidade, e as instalações antigas sempre apresentavam problemas. Alguns moradores relataram que,

quando chovia, o esgoto transbordava dentro das casas e a manutenção era quase impossível, uma vez que muitas casas foram construídas sobre a tubulação.

*Claudio: “Este aqui não tem um esgoto, não tem nada, cara. Onde a gente mora aqui não tem um saneamento básico da forma correta. [...] Ceda a gente quase não vê... a gente não vê aqui nunca... eu nunca vi a Ceda aqui, entendeu. Eles não cobram e também não passam aqui. Eu preferia que pagasse água porque aí ficaria uma coisa mais legalizadinha, cara. É melhor também, sei lá... tudo o que puder fugir da clandestinidade é melhor, cara. Tu não está pagando e é clandestino... O que custa tu pagar, pô. Eu pago. Se tiver que pagar, eu pago água...”.*

O depoimento acima apresenta um discurso que se repete entre os moradores, o desejo que regularizar a rede de abastecimento de água e de coleta de esgoto, o que significaria ter acesso a um serviço de qualidade. Vale lembrar que o PAC-Colônia<sup>106</sup>, que prevê obras de urbanização na área, incluindo a construção das redes oficiais de infraestrutura, não havia iniciado as melhorias propostas na comunidade até a conclusão deste trabalho.

Outro problema muito presente na fala dos moradores era a péssima qualidade da pavimentação na rua principal. Segundo eles, a presença do Projac aumentou a circulação de veículos de grande porte na Estrada de Curicica, o que exigia mais ações visando à manutenção do asfalto nesta rua, o que não acontecia.

*Tânia: “Agora nossa rua mesmo que é pra asfaltar e fazer um monte de coisa, a gente luta há anos e anos e nada conseguimos. Foi a única coisa que não mudou. Aliás, ficou pior. Bem pior porque passa carro, fez buraco. Antigamente era só lama e a gente dava o jeitinho da gente e tal, mas agora não tem como dar jeitinho porque são carros e caminhões pesados que passam por aqui, então não tem como dar jeitinho... só a Prefeitura mesmo”.*

A consciência de que somente a Prefeitura poderia oferecer um serviço de qualidade aos moradores e resolver as questões relacionadas à infraestrutura em Curicica 1 gerava um

<sup>106</sup> “Estão previstas a urbanização da região e implantação de infraestrutura, inclusive das comunidades Entre Rios – onde foram concluídas as obras e o Espaço de Desenvolvimento Infantil (EDI) Zilda Arns –, Arco-Íris, Vale do Ipê, Caminho da Creche, Parque Dois Irmãos, Curicica 1 e Nossa Senhora dos Remédios; a canalização e retificação dos rios Engenho Novo e Areal; a construção de 1.665 moradias e regularização fundiária da área com entrega dos títulos de propriedade. Também está programada a preservação da memória local com a recuperação do aqueduto e do centro histórico, onde será criado o Museu Bispo do Rosário, no antigo Pavilhão 1.” (Fonte: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/smh/exibeconteudo?article-id=159877>>).

sentimento de impotência para aqueles que estavam acostumados, em um primeiro momento, a recorrer à administração do hospital e, posteriormente, a resolver seus próprios problemas. O depoimento acima também revela o descaso do poder público em relação à solicitação dos moradores que lutavam na busca por seus direitos, e não obtinham nenhuma resposta satisfatória da Prefeitura.

Entretanto, a maior lacuna que ficou após o fim da tutela do diretor do Hospital de Curicica foi a ausência de opções de lazer para a população ou as péssimas condições em que se encontram, como é o caso da praça B que dista cerca de um quilômetro de distância da comunidade. Fica evidente nos depoimentos a seguir que esta é uma das maiores demandas dos moradores no local:

*Fernanda: “Não, nós temos lugares também que tem praça, mas que não tem nem a imagem de uma praça, porque praça para mim é um lugar onde tem banco, onde tem jardim. Aqui não tem jardins em praça quase que nenhuma, nós temos a Praça B aqui, que é uma vergonha aquilo. Um lugar onde as crianças brincam, é um balanço velho, quebrado, cheio de sujeira, é uma coisa fora do comum, uma coisa inacreditável. Se eu filmar aquela praça dizendo que é uma praça e chegar em determinado lugar as pessoas vão perguntar: ‘Cadê a praça?’. Não tem, não tem, é uma vergonha. Um lugar espaçoso, uma praça grande, boa de fazer várias coisas, as pessoas jogam futebol, mas não tem gramado, é na areia suja”.*

*Ana: “Não, aqui nunca teve praça. E acho difícil ter praça aqui, não tem lugar. Aqui não tem nada para as crianças. Não tem espaço voltado para o lazer. Devia ter porque tem rede comunitária aqui, não tem? Eles deviam tratar até disso e fazer algo voltado para as crianças. Tem muita criança carente aqui que precisa de um futebol e não tem”.*

*Tânia: “A dificuldade de ter um lugar para caminhar, um lugar para fazer uma ginástica, um lugar para se ocupar, uma piscina, um clube. Um espaço para caminhar, um espaço para tomar banho de piscina. Para ler, para jogar bola, para sentar e jogar cartas para eles se distraírem”.*

O depoimento de Ana destaca a necessidade de lazer para as crianças, enquanto Tânia se refere aos idosos. De todo modo, essa é uma das questões de maior relevância em Curicica

1. Muitos outros depoimentos relataram a falta de equipamentos de lazer, ou mencionaram

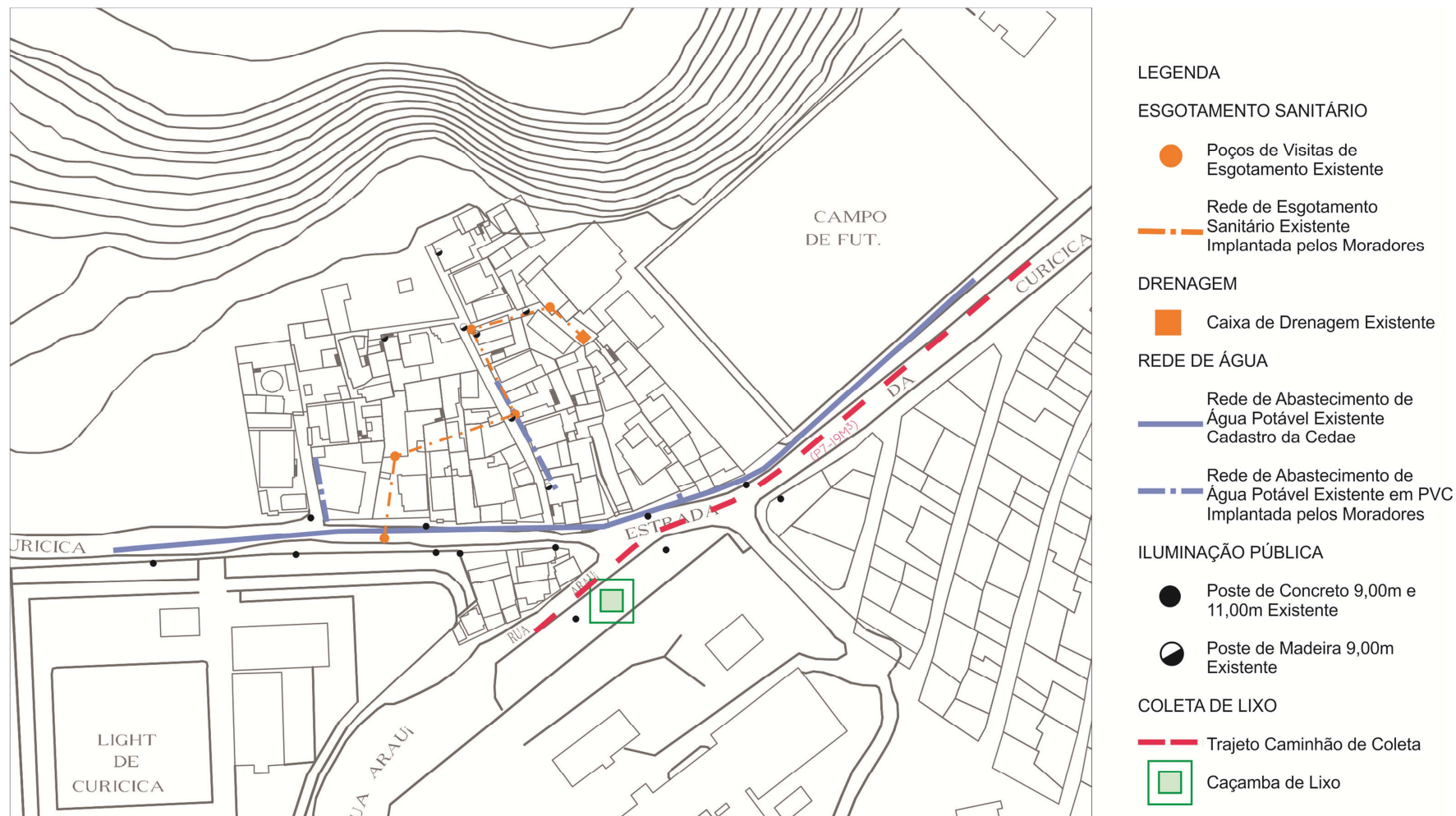
a distância dos locais mais próximos, além de considerarem que estes se encontram em estado de total degradação.

Para finalizar, cabe mencionar o funcionamento do sistema de coleta de lixo. De acordo com relatos dos moradores, o caminhão de coleta direta só passava na Estrada de Curicica. No entanto, havia uma caçamba de coleta indireta onde os moradores poderiam depositar o lixo. Na verdade, as maiores queixas não se direcionavam à Companhia de Limpeza Urbana (Comlurb), e sim aos próprios moradores que não colocavam o lixo dentro da caçamba, o que gerava muita sujeira e a proliferação de vetores de doenças.

*Tânia: “Aí quando entrou essa comunidade de invasão aqui, não passava mais lixeiro aqui não, só passava lá. Olha o sacrifício que a gente tinha que pegar o lixo daqui e levar lá pra lixeira. Aí o que faz essa benção aqui que é esse computador? É só você passar um e-mail pra Comlurb ou pegar o telefone e falar com eles. Aí eu falo: ‘É necessário que a gente vá na mídia? É necessário que a gente faça uma carta para que vocês voltem a passar na nossa comunidade, na nossa rua?’. Aí a moça diz: ‘Não, senhora, não é preciso, não. Não está passando, não?’. E eu: ‘Não, porque depois que teve as invasões de lá, não estão passando mais aqui’. Ela: ‘Não, senhora, isso não está certo, não. Tem que passar aí’. Aí pronto, nunca mais tivemos problemas. É por isso que eu digo pra você: nós não temos o líder, mas nós temos os meios de comunicação”.*

O depoimento acima aponta para o funcionamento de um canal de comunicação entre a população e a Comlurb, o que dificilmente acontecia na comunicação com outras concessionárias do estado. Cabe sublinhar, porém, a ênfase dada pela moradora à questão da invasão de áreas no entorno do hospital, formando novos assentamentos urbanos irregulares, o que será abordado no próximo subitem. O mapa abaixo mostra a precariedade das redes de serviços existentes em Curicica 1 e revela que apenas as casas localizadas na Estrada de Estrada de Curicica eram servidas com as redes oficiais.

Mapa 6: Redes de serviço existentes antes das obras do PAC-Colônia.



Fonte: FIOCRUZ, 2010, p. 50 - Síntese dos dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Habitação – SMH, sobre base cartográfica da PCRJ (2008).

### 5.2.2.2 Dimensão subjetiva

O processo de constituição da subjetividade em Curicica 1 foi iniciado com a chegada dos primeiros moradores ao local. A cessão de uso de terrenos públicos para a construção de moradias para os funcionários do hospital interessava tanto ao diretor quanto aos próprios trabalhadores. Era fundamental mantê-los próximos ao local de trabalho, uma vez que a dificuldade de acesso dos funcionários a região inviabilizava o bom funcionamento do hospital.

Esta relação de dependência entre ambas as partes, conforme mencionado, caracterizou o paternalismo existente e direcionou a organização de sistemas sociais na comunidade. Deste modo, Curicica 1 se configurou como um espaço social constituído por sujeitos e suas subjetividades. Com base nessa afirmação, pode-se dizer que este espaço expressa sentidos e significados vividos por um grupo que possui alguns objetivos e anseios comuns, fortalecidos pela história local da qual fazem parte.

Neste subitem, apresenta-se aspectos, mencionados com frequência nas entrevistas qualitativas, que de certo modo contribuíram para a constituição de uma subjetividade social relacionada a habitação e ao *habitat* em Curicica 1. Assim, evidenciam-se questões sobre: (a) a relação de parentesco e vizinhança; (b) a coletividade e a individualidade; (c) a formação de novas comunidades e (d) o direito à moradia. Ressalta-se que estes temas podem ser tratados tanto no âmbito das relações sociais quanto dos anseios mais individuais dos entrevistados.

#### *a) Sobre as relações de parentesco e vizinhança*

Um das principais características de Curicica 1 era a convivência de familiares que moravam em terrenos compartilhados. Cabe sublinhar que a presença de parentes no



mesmo lote ou em casas próximas poderia, segundo muitos moradores, ajudar ou atrapalhar. Por um lado, ter familiares por perto significava poder contar com a ajuda deles se acontecesse algo mais sério, principalmente, se estivesse relacionado a doenças. Em alguns casos era possível receber ajuda também para necessidades financeiras:

*Tânia: “O bom é que eles se preocupam com a gente e a gente com eles. Eles perguntam se tem alguma coisa com algum problema que eles possam resolver. Se for financeiro, se não der, a gente se une pra ver o que a gente pode fazer. É muito legal”.*

Mas nem todas as famílias eram assim, e a proximidade com familiares poderia representar falta de liberdade e de privacidade, pois eles sempre acabavam sabendo de tudo o que acontecia nas outras casas. Se os familiares eram invasivos e não respeitavam a intimidade das outras famílias, provavelmente a relação se tornaria mais maléfica do que benéfica.

*Sofia: “Porque é triste o convívio familiar, entendeu? Assim as pessoas elas não têm limites assim para as coisas. Elas não te respeitam. Você respeita os limites dela, mas ela não respeita o teu. Você quer melhorar a situação pra você, mas as pessoas não aceitam então torna difícil para você e para os próprios. Então quer dizer fica muito difícil”.*

Entre os casos de dificuldade nas relações familiares destacavam-se aqueles cujos pais já haviam morrido. Pode-se dizer que os pais, de certa forma, mantinham os filhos unidos, ainda que fosse apenas pela necessidade de cuidados especiais que requeriam. Isto fica evidente no depoimento de Raquel:

*“Parente eu não procuro. Quando a minha mãe era viva eles sempre procuravam a minha mãe, depois que morreu não vieram mais”.*

Pode-se dizer que “cuidar dos pais idosos se coloca como uma obrigação moral, algo que tem que ser feito, que é esperado socialmente. Mesmo que não gostem, e criem uma tensão em função de terem outras necessidades.” (FIOCRUZ, 2010, p. 107).

Vale lembrar que, muitas vezes, quando a família passava por uma desintegração, seja pela morte dos pais ou por motivos diversos, os vizinhos se tornavam uma família:

Sofia: *“Mas é um elo de amizade que vai nessa direção aqui [...] tudo criado desde pequenininho mesmo junto. Então o que torna bem dizer uma família. A gente sente qualquer coisa um com o outro... É, amigas sim, mesmo, de coração”.*

Os moradores que residiam há mais tempo na comunidade, ou seja, aqueles que nasceram ou viveram a maior parte de sua infância lá, nas décadas de 1950 e 1960, criaram fortes vínculos de amizade entre vizinhos. Esses moradores narraram, de forma muito positiva, como foram esses anos e em muitos casos, afirmavam que sua permanência no local se devia aos laços de vizinhança existentes:

Claudio: *“Positivo demais, não é, cara! Porque é isso aí que às vezes prende você até no local. De tão forte que se torna, não é?”.*

Por outro lado, essas relações passaram por transformações e, em alguns relatos, fica explícito que esses laços se tratavam de uma realidade do passado. João, quando indagado sobre a relação de vizinhança, nota uma mudança negativa neste sentido, o que caracteriza uma tendência individualista, como será tratado adiante.

João: *“Maravilhoso, 1000% melhor que hoje. Você sabe o que é você ter um filho e ele ficar brincando na rua sem problema nenhum, porque sempre tem alguém vigiando? Aquele tipo de vizinhança que um toma conta do outro, um vizinho toma conta do outro. Hoje você já não faz isso. [...] É muito bom, aqui é diferente, aqui mudou muito, antigamente era bom”.*

#### *b) Sobre a coletividade e a individualidade*

O fortalecimento dos laços de amizade que se constituíam contribuiu para a formação de uma coletividade entre os moradores de Curicica 1. Ou seja, para além de um bom convívio, começou a haver uma mobilização do grupo no intuito de solucionar problemas que eram comuns a todos. “O mutirão realizado pelos moradores, no passado, realça esse espírito de coletividade demonstrado na prática. As melhorias de infraestrutura existentes na localidade foram obra da participação conjunta destes moradores.” (FIOCRUZ, 2010, p. 106). Eram eles quem compravam os materiais e executavam a mão de obra. Cada família ajudava como

podia e todos tinham a autorização e o apoio da direção do hospital para a realização das melhorias.

Contudo, quando a relação de dependência do hospital foi dissolvida, os moradores perderam, de certo modo, a referência que até então possuíam. O coletivismo existente deu lugar ao individualismo na comunidade.

Interessante notar que, em muitos depoimentos, os moradores faziam questão de deixar claro que havia uma distância entre eles, um limite pré-estabelecido entre as relações. Acredita-se que o crescimento do individualismo nas sociedades contemporâneas, já mencionado em capítulos anteriores, conferiu aos moradores uma postura mais autônoma, uma vez que, a partir daquele momento, cada família deveria seguir seu próprio caminho.

Os depoimentos abaixo confirmam esta afirmação:

Ana: *“Não, não costumo ir na casa de ninguém aqui. Minha relação com os vizinhos é do portão para fora. Bom dia, boa tarde e boa noite. Meu filho brinca com as crianças na rua, mas eu não costumo ter muito contato com os pais não. Tanto que eu nem conheço todos que moram aqui”.*

Sofia: *“Assim, eles estão na casa deles e eu estou na minha. Eu sempre fui assim. Eu não sou muito de estar na rua. Sentada conversando. Eu não gosto”.*

Tânia: *“Aqui nós somos individuais. Até porque eu já disse para você daquela situação, não é? Nós chegamos aqui, cada um ficou no seu canto, não tinha nenhum líder. Ninguém foi trabalhado para ter líder do lugar. Aí quando acontece alguma coisa aí um vai lá e fala com o outro e resolve o que der para resolver. [...] Mas cada um na sua casa, não precisa ficar ninguém enfiado na casa de ninguém para ser feliz e para ter isso tudo”.*

A última fala está diretamente relacionada ao poder paralelo. Para muitos moradores o individualismo foi a forma encontrada para evitar que se instalasse na comunidade uma liderança da milícia presente na região. Deste modo, a articulação dos moradores a fim de promover o desenvolvimento do local ficou prejudicada e a formação de Associações de Moradores ganhou uma conotação diferente naquela comunidade.

c) *Sobre a formação de novas comunidades*

Antes de mencionar as novas comunidades que se formaram no entorno do HMRPS, cabe sublinhar que os moradores de Curicica 1 não consideravam que suas casas tivessem sido construídas dentro de um processo de invasão:

*Claudio: “População... Que ocupou mais áreas que não eram habitadas, não é... tem áreas que não eram habitadas, então... vieram pessoas e fizeram comunidades... aqui nessa parte aqui não é invasão, não”.*

Essa afirmação, muito presente em várias entrevistas tem um motivo relevante e que deve ser considerado. Muitas das invasões que ocorreram nos arredores de Curicica 1 foram lideradas por milicianos que se apossavam de grandes terrenos, loteavam e vendiam. Não cabe aqui abordar as formas de controle do poder paralelo na região, muito menos como se deu o processo de ocupação das áreas dominadas. No entanto, um depoimento de Tânia marca a necessidade que os moradores de Curicica 1 tinham de afirmar que não estavam sob o domínio de nenhum destes movimentos, uma vez que esta comunidade não se constituiu a partir de um processo de invasão.

*“Não sei se você já ouviu falar do Brizola? Brizola fez essa tal de comunidade, invasão... que ele adotou isso, então aí pronto. Dali pra cá qualquer terreninho que estivesse vazio, os mais espertos falavam assim: ‘Ah é agora, tem uns terreninhos lá então vamos lá tomar conta’. A comunidade veio como? Veio através dessas invasões. A associação veio como? Através das invasões. Porque quando eu morava aqui não se falava em associação, se falava em condomínio. Mas a gente não tinha estrutura de condomínio. Então por isso que eu digo pra você: nós não temos condomínio nem temos o líder porque não sabemos lidar com o líder porque éramos independentes – somos ainda independentes – nós não invadimos nada. Fomos colocados aqui e não invadimos. Eles têm o líder deles, tem as Associações deles que eles respeitam e aqui se colocar uma associação ninguém vai respeitar não. Se botar um de nós pra comandar vai ter confusão porque não estamos acostumados com isso, entendeu? Eles não, eles já invadiram com o líder, o líder já é olhado com respeito e o que botar alguém dentro da associação vai ser respeitado, certo? No nosso caso não. Nosso caso não tem como, entendeu? Porque eles não aceitam. Você conversa com eles aí e você vê. Eu não estou falando nenhuma mentira nem estou querendo falar de ninguém aqui. Mas você vê. Você conversa com eles e não tem como comandar eles: ‘Porque isso está errado, porque não pode’. Você está falando de uma coisa, ele vai e fala de outra coisa que não tem nada a ver com a situação do homem lá que ele está com a mulher do outro. Não interessa. Na associação não se interessa isso. O que interessa é o comportamento das pessoas dentro dali daquele meio. Aí então é isso. Então continuamos assim abandonados. Não que a gente não se reúne às vezes, um vizinho ou outro, aqueles mais cabeça, aqueles que mais sabem*

*o porquê de estar correndo atrás daquilo. Aí a gente vai até a Prefeitura. Muitas das vezes nós fomos à Prefeitura e não conseguimos nada. Nada. Levamos papel, levamos abaixo assinado, fizemos de tudo e nada conseguimos. Por quê? Porque os líderes de hoje são totalmente diferentes. Nós somos passivos. Você conclui o quê? Que os líderes né botam pra quebrar. E nós não, somos passivos, queremos dentro da lei resolver nossos problemas. Como é que fala? Saneamento básico, a estrutura de escola para essas crianças, uma distração, uma praça, uma coisa qualquer. Fizemos isso tudo. Nos reunimos pra fazer isso e não conseguimos até hoje e continuamos na mesma até hoje. [...] Aqui não. Nós não invadimos nada, continuamos aqui. Quem é que vai liderar um lugar que nós não invadimos? Não tem. Porque se você procurar ver, a maioria das invasões é a maioria que tem associação. Onde não tem invasão, não tem associação. Você vai comprar um terreno direitinho aí, ou é condomínio ou você não tem ninguém liderando. Mas, quando é invasão, não tem como porque o cara botou o peito lá pra invadir com o povo, então ele que vai liderar, que vai mandar, ele que vai abrir a associação”.*

A fala de Tânia remete à compreensão de Associação de Moradores como o lugar onde os líderes do poder paralelo administram e controlam a região dominada. Para eles, a associação não se caracteriza pela conjunção de grupos que possuem interesses comuns e que elegem líderes comunitários para representá-los na busca pelo cumprimento dos seus direitos. A moradora chega a demonstrar a falta de esperança no poder público que, segundo ela, não funciona para grupos ‘passivos’.

Pode-se concluir que a falta de êxito nas poucas tentativas de associação na busca por direitos foi o suficiente para fazer os moradores de Curicica 1 desacreditarem no Estado, tendo em vista a decepção que já traziam diante do fim da tutela do diretor do hospital. Tal descrédito fica evidente quando Tânia menciona: *“Então continuamos assim abandonados”*. É esse sentimento de abandono que permanece nos moradores de Curicica 1, não havendo muito estímulo para que eles se articulem na luta por seus direitos.

#### *d) Sobre o direito à moradia*

Possuir um local de moradia, um terreno onde pudessem construir, ou mesmo realizar melhorias nas habitações existentes é um privilégio que os moradores de Curicica 1

reconhecem ter. Em algumas falas representavam a necessidade de afirmação daquele espaço como deles, e mencionavam a legislação para defender esse direito:

*Claudio: “A legislação diz o seguinte: que todo cidadão tem o direito a habitação. Então hoje em dia eu estou baseado nisso aí e estou morando aqui, entendeu? Meu direito é de ficar aqui, então beleza”.*

Os próprios moradores construíram muito mais do que casas e toda infraestrutura existente em Curicica 1. Eles construíram as memórias desse lugar e as relações que resistem a todas as transformações espaciais e sociais. Assim, pode-se dizer que o reconhecimento do direito à permanência na comunidade sustenta o sonho da moradia, da casa própria. A história local, as memórias, as identidades alimentam os sonhos dessas famílias que persistem apesar de todas as transformações.

*Antônio: “Vou, eu tenho que fazer minha casa rapaz. É o meu sonho ter minha casa própria, queria acabar esse ano a minha casa, a minha intenção é acabar toda esse ano, mas vou terminar ela se Deus quiser, ele vai me dar força”.*

*Joana: “Pra ajudar, pra eu poder me mudar. Pra ver se eu consigo realizar meu sonho que é fazer a minha casa, pois é. Ter a minha casa, é isso”.*

De fato, possuir uma moradia, uma habitação adequada sempre estará no topo das prioridades dos moradores, principalmente, em assentamentos urbanos irregulares. É preciso que estas aspirações deixem de ser consideradas ‘sonhos’ e sejam encaradas como direito garantido pela Constituição Federal. Considerar a subjetividade dos diferentes grupos sociais pode contribuir para a implementação e a apropriação de políticas públicas de provimento de moradias adequadas, incluindo o acesso aos serviços públicos básicos, que permitam a superação das discussões acerca do déficit habitacional no Brasil. Assim, seria possível reconhecer o direito à moradia em sua forma plena e não como uma utopia impossível de ser alcançada.

### 5.3 Habitabilidade e subjetividade: uma vida de superações

Este subitem se desenvolve a partir da história de vida de uma das moradoras de Curicica 1, cuja trajetória perpassa a história da cidade e chega à história local como resultado das transformações, ora impostas pelos contextos políticos e sociais, ora impostas pela vida, pelos amigos e por ela própria. Márcia, no momento da entrevista, tinha sessenta e seis anos e morava em Curicica 1 há quase quarenta.

Nascida no bairro do Flamengo, Márcia passou sua infância na zona sul da cidade do Rio de Janeiro. Segundo seu depoimento, ela morou no morro da Catacumba até a morte de seu pai, quando ela tinha sete anos de idade. Essa favela localizava-se às margens da Lagoa Rodrigo de Freitas e foi removida no governo de Negrão de Lima na década de 1970. Na antiga área desse morro se situa, atualmente, o Parque da Catacumba. Márcia possui poucas lembranças dessa fase de sua vida, uma vez que seus pais morreram quando ela era ainda muito nova.

*“Meu pai morreu, quando eu era pequenininha, minha mãe também. Então a família do meu pai me pegou para me criar, pegou eu e meu irmão para criar. Meu pai quando morreu, eu tinha sete anos de idade. A gente morava lá na Catatumba. Morava ali”.*

Foi assim que no início da década de 1950, Márcia foi morar com sua madrinha na Favela da Praia do Pinto, também na zona sul, enquanto seus irmãos foram morar com sua prima no bairro da Penha, zona norte da cidade. Interessante notar a desintegração da família a partir da morte dos pais e o quanto isso foi decisivo para fragilizar, desde a infância os elos familiares, como será visto adiante.

Márcia morou na favela da Praia do Pinto no Leblon e depois se mudou para o Parque Proletário da Gávea, onde viveu até os vinte e quatro anos. Acredita-se que a ocupação da Praia do Pinto tenha sido muito semelhante à de Curicica 1, quando nas primeiras décadas

do século XX se estabeleceram pescadores e operários que trabalharam na construção do Jockey Club Brasileiro, com a devida autorização. Já o Parque Proletário da Gávea foi construído na década de 1940 visando atender às determinações do Código de Obras de 1937, conforme explicitado no capítulo dois. De acordo com o depoimento de Márcia, não fica claro se sua transferência para o Parque se caracterizou como uma remoção, ainda que este tenha sido construído para receber moradores de favelas removidas. Anos depois, todos os moradores da Praia do Pinto, por vontade própria ou não, tiveram que deixar esta comunidade<sup>107</sup>.

A vida de Márcia foi marcada por dificuldades, principalmente, pelas condições sociais de seus familiares. Sua madrinha era empregada doméstica e trabalhava em casas de famílias. Márcia estudou somente até a 4ª série e aos doze anos já trabalhava cuidando de crianças. Foi nessa época que começou a fazer uso de bebida alcoólica. Aos quatorze anos começou a trabalhar como doméstica, seguindo o exemplo de sua madrinha.

Anos mais tarde, no final da década de 1960, Márcia teve que deixar o Parque Proletário:

*“Vim daquela vez pra Cidade de Deus. Aí o Parque da Gávea foi abaixo, não é? Aí mandaram a gente pra Cidade de Deus”.*

Márcia deixou tudo pra trás e teve que se submeter às condições impostas pelo Estado.

Segundo Valladares (1978), a população removida para os conjuntos habitacionais da Cidade de Deus, encontravam as moradias sem infraestrutura e inacabados. De acordo com a mesma autora, os moradores que haviam sido removidos para a área reclamavam da falta de água e luz, dos problemas de acabamento nas unidades e da péssima localização.

Apesar disso, a avaliação das moradias na Cidade de Deus, do ponto de vista de Márcia, foi positiva:

---

<sup>107</sup> É importante considerar que após algumas tentativas de remoção da favela da Praia do Pinto, ocorreu na madrugada do dia 11 de maio de 1969 um incêndio que obrigou os moradores a deixarem seus barracos. Muitos afirmavam que o incêndio havia sido provocado por ordem dos governantes do regime ditatorial.



*“A comunidade até que era uma casinha boa. A Prefeitura deu uma casinha boa, era uma meia água, sabe? Era uma meia água, uma casinha boa”.*

Na Cidade de Deus Márcia viveu alguns anos até conhecer seu futuro marido com quem foi morar, a princípio, na casa da sogra na Estrada de Santa Efigênia, próxima a Estrada dos Bandeirantes. Em seguida mudou-se para Curicica 1, após a morte da avó de seu esposo, a quem pertencia a casa.

Os problemas com o álcool se agravavam cada vez mais. Ambos, Márcia e seu marido na época, bebiam muito e quando se mudaram para Curicica 1 encontraram um barraco de estuque de, aproximadamente, vinte e cinco anos. A cobertura era feita com sapê e não havia revestimento no piso, era terra batida. Nas palavras da entrevistada, a casa possuía muitos buracos e quando chovia *“era lama pura”*. Não havia água e nem luz no barraco onde Márcia foi morar e a situação social do casal, que já tinha um filho de dois anos, se tornou cada vez mais degradante. Essa condição fazia com que Márcia se sentisse inferior a todos os outros moradores de Curicica 1, afinal sua família não estava inserida naquele grupo que havia participado da história da construção da hospital.

*“Então, na época quando eu vim morar aqui era barraco de estuque, era cheio de buraco. Era o pior barraco que tinha aqui na rua era o meu. Era a pior mulher, a pior mendiga era eu. Eu e meus filhos, morava eu e meus filhos. [...] O nosso barraco aqui era um barraco de estuque, não tinha piso, não tinha nada, nada, nada, nada. Quer dizer, eu na época bebia muito, meu marido também bebia muito e a gente não ligava para nada, nada, nada, sabe o que é nada? Não tinha um banheiro, não tinha nada. Tinha aquele buraco ali, ali a gente fazia, a água escorria pelo esgoto, era uma coisa, entendeu?”.*

O depoimento acima revela como Márcia entendia sua condição na comunidade: *“a pior mulher, a pior mendiga”*. Na década de 1970, quando Márcia foi morar em Curicica 1, conforme mencionado, muitas outras casas eram de estuque e não possuíam piso, mas a forma como Márcia enxergava sua situação a levou a se colocar e a se conformar em tal condição junto com sua família. Consequentemente, não havia estímulo para que se

buscasse melhorar a moradia, realizar pequenas reformas e reparos para que os filhos tivessem o mínimo de conforto e dignidade em sua habitação. Isto levou Márcia a entregar sua filha de cinco anos para que sua irmã a criasse, tal era a precariedade em que vivia. Apesar de Márcia ter trabalhado a vida toda e afirmar que a bebida não chegava a atrapalhar seu trabalho, todo dinheiro era revertido para sustentar o vício.

*“Era, bebia muito. Sempre trabalhei, mas sempre no álcool. Então eu aí, não tinha condições de arrumar a casa nem nada, nem eu, nem ele, não é? [...] Fim de semana era só, chegava do serviço era botequim da vida, tinha conta em tudo que era barraca por aqui [...]. Recebia pagamento, mixaria, mas era só pra pagar. Quer dizer não tinha um dinheiro pra comprar um tijolo, pra comprar nada. Por quê? A cachaça não deixava”.*

Vale ressaltar, pelo discurso de Márcia, que ela reconhecia a importância de realizar melhorias em sua casa, mas como ela mesma concluiu, *“a cachaça não deixava”*. Quando indagada sobre sua relação com a vizinhança a resposta novamente enfatizou sua percepção:

*“A vizinhança era bem, mas ficava tudo olhando, não é? Ficava tudo com pena da gente, era mendiga, né?! Aqui eu era mendiga aqui, eu e meus filhos. A nossa casa era a pior que tinha, pode perguntar aí, todo mundo aí, que me conhece há muitos anos”.*

Em outra fala Márcia demonstra que ela mesma se fechava em sua casa e não permitia que outras pessoas se aproximassem, nem mesmo para prestar algum tipo de ajuda.

*“Ah, antes eu não falava com ninguém, eu era muito brigona, não dava conversa pra ninguém. Os outros olhavam pra minha cara, eu já xingava. Revoltada, né? Cheia de cachaça, né? Aí eu achava que os outros estavam reparando na minha cara. Eu não atendia ninguém na minha casa, batia lá no portão eu não atendia ninguém, que eu não deixava entrar com vergonha, né? De entrar dentro da minha casa. Até os meus filhos tinham vergonha”.*

No entanto, é interessante perceber em seus relatos que foi a partir da aproximação com alguns vizinhos que as mudanças em sua vida começaram a acontecer. Ao observar a situação de Márcia, algumas pessoas tomaram a iniciativa de convidá-la para frequentar uma igreja da região. Depois de muita insistência, Márcia aceitou o convite e passou a

frequentar, juntamente com suas vizinhas, as reuniões da igreja. É justamente a esse fato que Márcia atribui todas as mudanças que ocorreram. A narrativa abaixo evidencia não somente as mudanças pessoais, mas também (e simultaneamente) as mudanças e melhorias na casa.

*“Ah, Aquele lá de cima, meu filho. Depois que eu entrei pra igreja, parei de beber. Foi o primeiro passo que eu fiz: parar de beber, parei de beber e parei de fumar. Daí pra lá que foi que comecei a arrumar minha casa, entendeu? A ter aquela consciência que todo dinheirinho que tinha eu pegava era pra bebida, pra cigarro, pra farra, eu gostava de pagode, eu gostava de forró. [...] Aí, quando eu comecei a frequentar a igreja, aí tinha uma irmã na igreja, a minha líder da igreja dizia pra mim que o primeiro dinheiro que nós fizemos empréstimo, aí ela virou e falou assim: ‘ó, você vai me dar o dinheiro’, tinha quatrocentos reais, ‘eu vou segurar esses quatrocentos reais pra você arrumar sua casa. Primeira coisa: você vai botar laje na sua casa’. Eu disse assim: ‘é ruim, hein!’ Ela disse: ‘não, você vai botar, você vai passar o natal sem nada, vai beber água’, ela ainda falou assim pra mim: ‘mas eu vou fazer, vou guardar esse dinheiro, que eu vou arrumar uma pessoa, você vai botar laje na sua casa’. Foi que eu comecei de lá pra cá a fazer. Eu pegava empréstimo, comprava material, pagava pedreiro, arrumava o pedreiro, pagava, foi que eu construí a minha casa, até hoje”.*

Nota-se, com a declaração acima, a grande influência que Márcia recebeu para realizar as melhorias em sua moradia. Neste caso, pode-se dizer que sua aproximação de outras pessoas e o fortalecimento de vínculos de amizade, tanto na igreja como na comunidade foram fundamentais para essa transformação. Convém mencionar que o marido de Márcia morreu no início da década de 1990, após vinte e cinco anos de união e que pouco tempo depois ela iniciou outro relacionamento com um funcionário do hospital, morador da comunidade. Ele também contribuiu, inclusive financeiramente, para a realização das melhorias na casa. Entretanto, Márcia ressalta que foi sua amiga e vizinha quem deu o maior incentivo para que as reformas acontecessem:

*“Eu imaginava assim: fazer só um cômodo, arrumar direitinho, botar um piso, só, mais nada. [...] Foi essa minha amiga que me orientou tudinho. Ela fez tudinho.”*

Além disso, Márcia destacou um momento muito importante de sua vida que foi o casamento com seu segundo marido, após dezesseis anos de união. Esse fato teve grande

relevância para ela, pois todos os amigos, inclusive Tânia, a vizinha que Márcia considerava sua melhor amiga, demonstraram ajuda e solidariedade. Ela ganhou toda a mobília de sua ‘casa nova’ e também tudo o que ela precisou para realizar o casamento.

*“Isso aqui foi assim, eu ganhei da moça, que eu trabalhei, eu trabalhava em condomínio, a vizinha minha me deu. Isso aqui ficou pronto na semana do meu casamento. Quando tava chegando o dia do meu casamento eu disse: ‘Caramba eu vou me casar e nós não temos móveis, Tânia. Não tenho móvel. Não tenho nada’. ‘Não, mas você vai fazer a festa de casamento, você vai ter o móvel, vai ter as coisas dentro da sua casa, vai receber gente na sua casa’, ‘mas como é que eu vou receber, eu não tenho sofá pra pessoa sentar, não tem nada aqui dentro de casa?’. Eu tinha minha geladeira, uma geladeira velha aquela que tá lá, essa nova aí foi minha filha que me deu depois que eu casei, ela me deu aquela nova. Aí as amigas da minha igreja fizeram uma lista que me deram esse jogo de sofá novinho, compraram nas Casas Bahia, tem até o cartão escrito ali. Todas elas assinaram e me deram de presente de casamento. Essa pintura foi um rapaz conhecido meu que fez essa textura, também me deu que eu não paguei nada. A tinta que pintou, a Tânia que comprou pra mim que me deu. É isso. Esses quadros eu ganhei da onde que eu trabalhei, as moças lá que me deram. Os enfeites também tudo que eu ganhei pra arrumar a minha casa. [...] Está aí, olha o retrato de casamento. Isso tudo eu ganhei pra festa de casamento. O bolo quem me deu foi minha patroa, os enfeites foi uma moça da igreja, salgadinhos, tudinho, eu ganhei a festa completa. As mesas com as cadeiras, enfeites com tudo. Foi lá na Tânia a festa”.*

A transformação nas relações de vizinhança e a aproximação com outros grupos sociais, em especial da igreja, contribuíram acima de tudo para mudar a percepção que Márcia tinha de si mesma no contexto da comunidade. Cabe aqui, uma observação no que diz respeito à desintegração da família. Márcia, que perdeu seus pais muito cedo e foi separada de seus irmãos na mesma época, reconhece:

*“Fomos divididos. [...] Eu nunca fui ligada à família.”*

Essa ausência de laços familiares desde sua infância, provavelmente, contribuiu para que Márcia não permitisse a aproximação de outras pessoas, mantendo-se fechada com seus problemas dentro de seu próprio núcleo familiar.

A relação de confiança que se formou com outras pessoas pode ter preenchido uma lacuna que havia há muitos anos. Fica evidente que Márcia reconhece seus novos amigos como sua nova família, uma vez que sua relação com eles seja melhor do que com seus familiares:

*“Não, família eu não recorro, não. Se tiver de recorrer, eu recorro a Tânia. Ela que me levantou, ela que me ajuda, se eu tiver de qualquer coisa, eles ali dentro, todos eles ali dentro de onde ela mora.”*

A elevação da autoestima de Márcia se deve em muito às suas novas relações de amizade, principalmente, com seus vizinhos. Sua nova casa também expressava isso. Pode-se dizer que a realização de melhorias na residência significava para Márcia mostrar aos outros sua transformação interior:

*“A nossa casa era a pior que tinha, pode perguntar aí, todo mundo aí, que me conhece há muitos anos. Agora hoje em dia eles veem a minha casa e ficam bobos.”*

Durante a entrevista a moradora continuou narrando muitas outras melhorias que ela ainda planejava realizar como a colocação de piso em novas áreas da casa, inclusive em partes externas, o emboço na fachada da casa, na frente da sala e até mesmo a colocação de uma nova laje para construir um cômodo para seu filho em um segundo pavimento. Ainda assim, com o desejo de realizar outras reformas, Márcia já considerava sua casa uma “mansão” o que, de certo modo, retrata a mudança na percepção que possuía de si mesma. E quando indagada sobre qual seria a melhor casa da comunidade, ela foi enfática:

*“[Risos] Eu acho a minha bonita, eu hein? Muito bonita! Todo mundo que vem aqui adora a minha casa. Muito bonita a minha casa.”*

## 6 Considerações finais

A questão do acesso à moradia no Rio de Janeiro sempre representou as desigualdades sociais presentes na cidade. A constante busca das classes menos favorecidas pela conquista de um espaço contribuiu para a consolidação das favelas no cenário carioca como uma tentativa de se estabelecerem em locais onde a oferta de oportunidades e infraestrutura era maior.

Entretanto, os esforços do poder público e das elites sempre seguiram no sentido oposto, reafirmando a cada nova investida o estigma da exclusão manifestada pela segregação socioespacial na cidade. Cabe sublinhar que a dificuldade no acesso à terra urbana, ou seja, àquela servida por redes de infraestrutura e sistemas necessários ao bom funcionamento da cidade, sempre foi o principal fator de segregação em sociedades marcadas pela injustiça social.

Neste contexto, justifica-se a apropriação da noção de habitabilidade, fundamentado na legislação que regulamenta a “moradia digna como direito e vetor de inclusão social”. (BRASIL, 2005). Entende-se, contudo, que a moradia não se restringe à unidade habitacional, mas abrange o espaço urbano em que se insere com o acesso universal e integral aos serviços públicos de saneamento básico.<sup>108</sup> Ressalta-se que, tanto nos casos de Brás de Pina e Canal das Tachas, quanto em Curicica 1, a infraestrutura aparece como principal necessidade dos moradores, após a garantia de permanência.

Todavia, a moradia adequada em áreas mais vulneráveis da cidade, conforme os critérios estudados, está longe de se tornar uma realidade, ainda que esteja respaldada na legislação

---

<sup>108</sup> BRASIL. Congresso. Lei Nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. Brasília, DF, 5 jan. 2007. Inciso I e II do Art. 2º.

brasileira. Vale mencionar que a habitação em assentamentos urbanos irregulares é caracterizada pela autoconstrução, o que compromete significativamente a qualidade das edificações nesses locais. Nesse sentido, em 2008 foi promulgada a Lei Nº 11.888 que “assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social” com o intuito de “otimizar e qualificar o uso e o aproveitamento racional do espaço edificado e de seu entorno, bem como dos recursos humanos, técnicos e econômicos empregados no projeto e na construção da habitação”. (BRASIL, 2008). Além disso, é importante ressaltar que em seu escopo, essa lei se propõe a assegurar o direito à moradia, o que indica a fragilidade no cumprimento do direito garantido pela Constituição.

Do mesmo modo, é fundamental considerar que os programas e políticas públicas voltadas à questão habitacional se destinam a pessoas e grupos sociais específicos que sabem identificar, por meio de suas histórias e memórias, necessidades do lugar, passíveis de serem supridas pelo Estado. Tal compreensão está inserida na noção de subjetividade social adotada, que poderia se tornar um instrumento na implementação de ações do poder público em assentamentos urbanos irregulares. Os dois casos de urbanização analisados no capítulo quatro demonstram que essa é uma alternativa possível no aprimoramento de programas de intervenção.

Cabe mencionar que muitas propostas de governo para espaços urbanos caracterizados como favelas ainda são determinadas a partir de uma perspectiva autoritária, onde as intervenções são definidas pelos técnicos sem que haja a participação dos verdadeiros beneficiados. Além disso, ressalta-se a descontinuidade de programas de intervenção quando da mudança na administração do poder público a cada eleição. Isso sempre

representará um obstáculo ao aprimoramento de propostas desenvolvidas pelo Estado para a realização de melhorias em assentamentos irregulares.

Entretanto, algumas estratégias metodológicas vêm sendo apropriadas e podem ser identificadas ao longo deste trabalho. Destacam-se a formação de equipes multidisciplinares na proposição da metodologia de intervenção; a presença de um escritório técnico no local das obras para que os moradores tenham acesso às informações acerca dos projetos que serão desenvolvidos; e a participação de moradores e técnicos em discussões para definição das propostas a serem implementadas. A adoção de tais práticas já representaria um grande avanço na elaboração de políticas habitacionais, tornando-as mais eficazes à medida que os moradores identificam o atendimento às suas necessidades nas intervenções propostas.

Uma importante ferramenta de pesquisa, que também poderia ser apropriada neste tipo de intervenção, é a realização de entrevistas com moradores ainda na fase de diagnóstico da comunidade. Essa seria uma forma de registro dos anseios de alguns representantes de diferentes perfis dentro de um mesmo grupo social, de onde seria possível extrair necessidades comuns. González Rey (2003, p. 267) afirma que “os sentidos subjetivos aparecem de forma gradual e diferente dentro do espaço de expressão do sujeito, pelo qual o investigador deve transitar”.<sup>109</sup>

É importante considerar que a realização de entrevistas também contribui na aproximação entre profissionais e moradores, de modo que esses possam adquirir uma confiança mútua. Pode-se dizer que tal aproximação foi fundamental para o desenvolvimento do projeto ‘Uma proposta de *habitat* saudável em comunidade vizinha ao *Campus* Fiocruz da Mata Atlântica’.

---

<sup>109</sup> González Rey sugere, para além da realização de entrevistas, o desenvolvimento da Epsitemologia Qualitativa, que “define o caráter dialógico da investigação qualitativa” (2003, p. 269). Segundo o autor, “esta forma de ver a investigação não só rompe com a neutralidade do investigador, mas obriga este a manter uma relação ativa com as pessoas investigadas, o que faz deste momento não só um momento de registro ou ‘coleta’, mas também um importante momento de produção teórica”. (2003, p. 269).



Quando a equipe do projeto iniciou suas atividades pairavam, entre os moradores, muitas dúvidas em relação à presença da Fiocruz naquele local e, conforme está descrito no anexo B, havia uma forte desconfiança a respeito de uma possível remoção para locais distantes.

Tal atitude confirma as marcas deixadas por um passado ainda presente na vida de muitos moradores de assentamentos urbanos irregulares, enquanto também aponta para outra realidade: muitos governos ainda investem na remoção de favelas, principalmente, aquelas localizadas em áreas valorizadas da cidade. No Rio de Janeiro, que nos próximos anos sediará grandes eventos de cunho esportivo, estão sendo realizadas grandes transformações urbanas que tem destruído comunidades inteiras, enquanto outras resistem bravamente à remoção.

Enfim, é necessário que as propostas de intervenções em favelas deixem de ser apenas um discurso de governo e se enquadrem dentro de uma Política Nacional de Habitação com critérios e normas que garantam na prática o direito à moradia adequada, o acesso a serviços e equipamentos públicos de qualidade, a satisfação dos moradores com o seu espaço vivido. Somente nessas condições seria possível considerar a proposta deste trabalho como uma alternativa viável na busca pela qualidade de vida em assentamentos urbanos irregulares.

## REFERÊNCIAS

ABIKO, Alex Kenia. **Introdução à gestão habitacional**. São Paulo: EPUSP, 1995.

ABREU, Maurício de Almeida. Da habitação ao habitat. **Revista do Rio de Janeiro**, Niterói, vol. I, n.2, jan/abr, 1986.

\_\_\_\_\_. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. 3 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/IPLANRIO, 1997.

BERGAN, Kurt. **Casa Saudável**: um estudo sobre os sentidos da moradia. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Arquitetura UFRJ/FAU/PROARQ, 2005.

BONDUKI, Nabil. Origens da habitação social no Brasil. **Análise Social**, Lisboa, v. 29, n.127, 1994.

\_\_\_\_\_. Uma metodologia para avaliar programas de habitação. In: BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. (orgs). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/ PUC-SP, 2001. p. 184-224.

\_\_\_\_\_; ROSSETTO, Rossella; GHILARDI, Flávio Henrique. Política e Sistema Nacional de Habitação, Plano Nacional de Habitação. In: **Capacitação em Habitação de Interesse Social**. Brasília, 2009. Disponível em:

<<http://www.agehab.go.gov.br/pehis/download/texto%20 1.pdf>>. Acesso em: 15 Jun. 2012.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 24 abr. 2010.

\_\_\_\_\_. Congresso. Lei Nº 10.257 de 10 de Julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/LEIS\\_2001/L10257.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/LEIS_2001/L10257.htm)>. Acesso em: 20 abr. 2010.

\_\_\_\_\_. Congresso. Lei Nº 11.124 de 16 de junho de 2005. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2005/lei/l11124.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/lei/l11124.htm)>. Acesso em: 16 ago. 2012.

\_\_\_\_\_. Congresso. Lei Nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm)>. Acesso em: 21 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. Congresso. Lei Nº 11.888 de 24 de dezembro de 2007. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2007-2010/2008/Lei/L11888.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2008/Lei/L11888.htm)>. Acesso em: 20 jun. 2013.

BUENO, Laura Machado de Mello. **Projeto e favela**: metodologia para projetos de urbanização. Tese de Doutorado. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, 2000.

BURGOS, Marcelo Bauman. Dos parques proletários ao Favela-Bairro: As políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (orgs.). **Um século de favela**. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p. 25-60.

BUZZAR, Miguel Antônio; FABRÍCIO, Márcio Minto. Desenvolvimento de metodologia de avaliação para o aspecto produto habitacional do programa de arrendamento residencial. **Risco** – Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo – EESC-USP. Nº 5. Jan. 2007. p. 226-235. Disponível em: <<http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/risco/n5/22.pdf>>. Acesso em: 8 jun. 2012.

CARVALHO, Solange Araujo de. **Avaliação da aplicabilidade do conceito de habitabilidade nas moradias das favelas cariocas** – o caso de Vila Canoas. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Arquitetura – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

CASTRO. Tânia Lima d’Albuquerque e. Posto de Orientação Urbanística e Social – POUSO: a consolidação de novos bairros. PCRJ/ SMU

CAVALCANTI, Jovanka Baracuhy. Cotidiano, cidade e representação social. In: KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro; LIMA, Jacob Carlos; RIFIOTIS, Theophilos. **Cultura & Subjetividade**. João Pessoa: Editora Universitária/UEPB, 1996.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHILE. Centro de Políticas Públicas (org.). **Caminho ao Bicentenário**: Propuestas para Chile. 1ªEd. Santiago: Centro de Políticas Públicas, PUC. 2008, V.1. p. 271 – 304.

DUTRA, Marcelo; MOTTA, Claudio. A aceleração da desordem. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, p. 18, 14 ago. 2010.

FAVELA-BAIRRO. Casulo idéias e projetos do habitat. **Favelas Terreirão e Vila da Amizade/ Estudo Preliminar** – Relatório. Programa Favela-Bairro. PCRJ, 1994.

FERNANDES, Marlene. **Agenda Habitat para Municípios**. Rio de Janeiro: IBAM, 2003.

FERRAZ, Silvio. O elo perdido. **Viva Favela**, 23 nov. 2004. Entrevistador: Marcelo Monteiro. Disponível em:

<[http://www.favelatemmemoria.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=7&from\\_info\\_index=6&infoid=109](http://www.favelatemmemoria.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=7&from_info_index=6&infoid=109)>. Acesso em: 19 jul. 2012.

FIOCRUZ. Programa de Desenvolvimento do Campus Fiocruz da Mata Atlântica (PDCFMA). **Relatório Final** – Uma proposta de *habitat* saudável em comunidade vizinha ao Campus Fiocruz da Mata Atlântica: geração de metodologias e intervenção social para a melhoria do ambiente construído. Rio de Janeiro, 2010.

FLECK, Marcelo Pio de Almeida *et al.* Desenvolvimento da versão em português do instrumento de avaliação de qualidade de vida da OMS (WHOQOL-100). **Rev. Bras. Psiquiatria**. [online]. Vol.21, n.1, p. 19-28, 1999. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/rbp/v21n1/v21n1a06.pdf>>. Acesso em: 5 jul. 2012.

FORATTINI, O.P. Qualidade de vida e meio urbano. A cidade de São Paulo, Brasil. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, 25: 75-86, 1991.

FRANKL, Victor. **Fundamentos antropológicos da psicoterapia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

FREIRE, Américo; OLIVEIRA, Lúcia Lippi (orgs). **Capítulos da memória do urbanismo carioca: depoimentos ao CPDOC/FGV**. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2002. 232p. il.

FREIRE, Letícia de Luna. Favela, bairro ou comunidade? Quando uma política urbana torna-se uma política de significados. **Revista Dilemas**. Vol. 1, n. 2, p. 95-114. OUT-NOV-DEZ – 2008. Disponível em:

<<http://revistadil.dominiotemporario.com/doc/Dilemas2Art4.pdf>>. Acesso em: 1 jul. 2012.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). Centro de Estatística e Informações. **Déficit habitacional no Brasil** – 2008. Convênio PNUD/Ministério das Cidades, Belo Horizonte, 2011.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. **O social na psicologia e a psicologia social: a emergência do sujeito**. Petrópolis: Vozes, 2004.

\_\_\_\_\_. **Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural**. Tradução de Raquel Souza Lobo Guzzo. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

HABITAT BRASIL. O que é habitabilidade? Disponível em:

<<http://www.habitatbrasil.org.br/producao-social-do-habitat/o-que-e-habitabilidade.>>.

Acesso em: 14 dez. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios** - 2008 microdados. [Rio de Janeiro, 2009]. CD-ROM.

INSTITUTO DE LA VIVIENDA (INVI). **Bienestar Habitacional** – Guía de diseño para un hábitat

residencial sustentable. Santiago: Instituto de la Vivienda / F.A.U. / U. de Chile, 2004.

INSTITUTO PEREIRA PASSOS (IPP). O Rio de Janeiro e o Favela-Bairro. **Rio Estudos**, Nº 120. Rio de Janeiro, set. 2003.

KZURE-CERQUEIRA, Humberto. **Humberto Kzure-Cerqueira**: depoimento [ago. 2012]. Entrevistadores: Ana Beatriz Melo S. de Oliveira e Carmen Beatriz Silveira. Rio de Janeiro, 2012.

LARCHER, J.V.M. **Diretrizes visando à melhoria de projetos e soluções construtivas na expansão de habitações de interesse social**. Dissertação de Mestrado. Curitiba: Pós-Graduação em Construção Civil – Setor de Tecnologia. Universidade Federal do Paraná, 2005.

LÉFÈBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, Jacqueline de Cássia Pinheiro. Modernização e Higienismo Social: Projetos de Habitações Populares em Recife e Rio de Janeiro durante o Estado Novo (1937-1945). **Revista Espaço Acadêmico**, n.35, abr. 2004. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/035/35elima.htm>>. Acesso em 28 set. 2012.

MAIOLINO, Ana Lúcia Gonçalves. **Espaço Urbano**: conflitos e subjetividade. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008.

MARCEL, Gabriel. **Os homens contra o homem**. Porto: Editora Educação Nacional.

MARQUES, E. C. Da higiene a construção da cidade: o estado e o saneamento no Rio de Janeiro. **História, ciências, saúde**. Rio de Janeiro, II (2): 51-67, jul – out, 1995.

MARTINS, L. M. Algumas reflexões sobre o desenvolvimento omnilateral dos educandos. In: MEIRA, M. E. & FACCI, M. G. D. (Orgs.). **Psicologia Histórico-Cultural**: contribuições para o encontro entre a subjetividade e a educação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

MONTEIRO, Marcelo. Morrendo na praia. **Viva Favela**, n.27, jan. 2004. Disponível em: <[http://www.favelatemmemoria.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=70&from\\_info\\_index=11&sid=7](http://www.favelatemmemoria.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=70&from_info_index=11&sid=7)>. Acesso em: 28 set. 2012.

NOCE, Luiz Gustavo Della. **O reassentamento como promotor de capital social em políticas públicas urbanas**: uma análise da ação estatal em três estudos de caso. Tese de Doutorado. USP/ FAU, 2008.

OLIVEIRA, Jane Souto de; MACIER, Maria Hortense. “A palavra é: favela”. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (orgs.). **Um século de favela**. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p. 61-114.

OLMOS, Moreno; HAYDEÉ, Silvia. La habitabilidad urbana como condición de calidad de vida. **Palapa** – Revista de la Facultad de Arquitectura y Diseño – Universidad de Colima, México.

Vol. III, Nº 2, Julho – Dezembro , 2008, pp. 47-54. Disponível em:  
<<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=94814774007>>. Acesso em: 7 fev. 2012.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (PCRJ). **Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: PCRJ, 1993.

PERLMAN, Janice. **Favelas: four decades of living on the edge in Rio de Janeiro**. New York: Oxford, 2010.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Sociabilidade, hoje: leitura da experiência urbana. **Caderno CRH**, v. 18, n. 45, Salvador, set./dez. 2005. p. 411-422. Disponível em:  
<<http://www.cadernocrh.ufba.br/>>. Acesso em: 1 dez. 2012.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Rio de Janeiro: exemplo de metrópole partida e sem rumo? **Série Estudos e Debates**, n.4. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, nov. 1995.

RIO, João do. **Vida Vertiginosa**. Rio de Janeiro: H Garnier, 1911.

SALOMON, Maria Helena Röhe. Programa Favela-Bairro: construir cidade onde havia casa. O caso de Vila Canoa. **Arquitextos**, Texto Especial, São Paulo, n.331, set. 2005. Disponível em:  
<<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.064/429>>. Acesso em: 26 dez. 2010.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. **Movimentos urbanos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

\_\_\_\_\_. Velhas novidades nos modos de urbanização brasileiros. In: Valadares,L. (Org.). **Habitação em questão**. Rio de Janeiro, Zahar, 1983. p.17-47.

SILVA, Jair Militão da. **A autonomia da escola pública**. Campinas: Papyrus, 1996.

SILVA, Denise Britz do Nascimento; LIMA, José Matias de; QUINTSLR, Pedro Luis de Souza. Pesquisa sócio-econômica das comunidades de baixa renda. Boletim O Mercado de Trabalho do Rio de Janeiro: **Conjuntura e Análise**, ano 2, n. 3, ago. 1998. Disponível em:  
<[http://www.iets.inf.br/article.php3?id\\_article=1194&var\\_recherche=pESQUISA+s%D3CIO+eCON%D4MICA](http://www.iets.inf.br/article.php3?id_article=1194&var_recherche=pESQUISA+s%D3CIO+eCON%D4MICA)>. Acesso em: 27 jul. 2012.

SILVA, Giselle de Fátima. **Os sentidos subjetivos de adolescentes com câncer**. Dissertação de Mestrado. Campinas: Pós-graduação em psicologia – Centro de ciências da vida. Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2008.

SILVA, Ana Beatriz Melo da; ROSSI, Angela Maria Gabriella. **El uso de reasentamiento como alternativa para los asentamientos precarios de Rio de Janeiro – Brasil**. In: Congreso de Urbanismo y Ordenación Del Territorio, n.II, Madrid, 2011.

SILVA, Janaina Cassiano. ARCE HAI. Alessandra. **A psicologia histórico-cultural e o marxismo: em defesa do desenvolvimento humano integral**. Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional. Universidade Estadual de Maringá. 2011.

SILVEIRA, Carmen Beatriz. **O entrelaçamento urbano-cultural: centralidade e memória na cidade do Rio de Janeiro**. Tese de Doutorado. UFRJ/ IPPUR, 2004.

\_\_\_\_\_. Políticas públicas e “praticantes ordinários da cidade”. In: RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Cadernos PPG-AU/FAUFBA**. Ano V, número especial Resistência em espaços opacos, 2007. Salvador: PPG-AU/FAUFBA, 2007. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

SOCIEDADE DE ANÁLISES GRÁFICAS E MECANOGRÁFICAS APLICADAS AOS COMPLEXOS SOCIAIS (SAGMACS). Aspectos humanos da Favela Carioca. **O Estado de São Paulo**. 15 de Abril de 1960. São Paulo. v.II.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 4ª Ed.

SOUZA, Roberto; *et al.* **Sistema de gestão da qualidade para empresas construtoras**. São Paulo: Pini, 1995.

SOUZA, Rogério Ferreira de. **Ações e Contradições: impactos do Programa Favela-Bairro em uma favela carioca**. In: Congresso Brasileiro de Sociologia, n. XII, Belo Horizonte, 2005.

TURNER, John. Habitação de baixa renda no Brasil: políticas atuais e oportunidades futuras. **Arquitetura** – Revista do Instituto de Arquitetos do Brasil, Nº 68. Fev. 1968. p.17-19.

VALLADARES, Lícia. **Passa-se uma casa**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

\_\_\_\_\_. A gênese da favela carioca. A produção anterior às ciências sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.15, n.44, p. 5-34, out. 2000.

VARÓN, Fernando Ospina; OBREGÓN, Ramón Bermúdez. **Vivienda social: una mirada desde el hábitat y la arquitectura**. Bogotá: Alcaldía Mayor de Bogota DC, 2008.

VAZ, Lilian Fessler. Notas sobre o Cabeça de Porco. **Revista do Rio de Janeiro**, Niterói, vol. I, n.2, jan/abr, 1986.

\_\_\_\_\_. Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos – a modernização da moradia no Rio de Janeiro. **Análise Social**, Lisboa, v. 29, n.127, 1994.

VELHO, Gilberto. **Subjetividade e sociedade: uma experiência de geração**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1986.

\_\_\_\_\_. Memória, identidade e projeto. In: VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

VENANCIO, Ana Teresa A. Da colônia agrícola ao hospital-colônia: configurações para a assistência psiquiátrica no Brasil na primeira metade do século XX. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.18, supl.1, dez. 2011, p.35-52.

VITTE, Claudete de Castro Silva. A qualidade de vida urbana e sua dimensão subjetiva: uma contribuição ao debate sobre políticas públicas e sobre a cidade. In: VITTE, Claudete de Castro Silva; KEINERT, Tânia Margarete Mezzomo (orgs). **Qualidade de vida, Planejamento e Gestão Urbana**: discussões teórico-metodológicas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

ZILLES, Urbano. **Gabriel Marcel e o existencialismo**. Porto Alegre: Academia/PUC, 1988.

**Entrevistas realizadas no âmbito do projeto “Uma proposta de *habitat* saudável em comunidade vizinha ao *Campus* Fiocruz da Mata Atlântica: geração de metodologias e intervenção social para a melhoria do ambiente construído”.**

As entrevistas, em sua maioria, foram realizadas em duas partes, e posteriormente transcritas e codificadas para manter o sigilo sobre a identidade dos entrevistados. Abaixo segue a lista das entrevistas utilizadas como referência para este trabalho:

- Ana – 23 de setembro de 2009;
- Antônio – 11 e 22 de setembro de 2009;
- Claudio – 6 e 9 de outubro de 2009;
- Fernanda – 11 e 14 de agosto de 2009;
- Joana – 5 e 20 de outubro de 2009;
- João – 13 de outubro de 2009;
- Márcia – 15 e 22 de setembro de 2009;
- Pedro – 25 de agosto e 15 de setembro de 2009;
- Raquel – 17 e 22 de setembro de 2009;
- Sara – 26 de agosto e 3 de setembro de 2009;
- Sofia – 10 e 18 de setembro de 2009;
- Tânia – 25 de agosto e 2 de setembro de 2009;
- Vitória – 18 de setembro e 15 de outubro de 2009.





## **ANEXOS**



## ANEXO A

### Metodologia transdisciplinar e participativa

Uma proposta de *habitat* saudável em comunidade vizinha ao *Campus* Fiocruz da Mata Atlântica: geração de metodologias e intervenção social para a melhoria do ambiente construído.

A metodologia de intervenção desenvolvida se baseou na definição de premissas que nortearam todo processo percorrido. Essa definição deveria atender ao objetivo do projeto, e para tanto três pressupostos foram adotados: transdisciplinaridade, participação e qualidade de vida. A transdisciplinaridade está diretamente associada à intersectorialidade. Em se tratando de política pública, o atendimento integral ao cidadão deve ser um resultado de ações associadas entre diferentes esferas e órgãos do poder público.

As referências à **intersectorialidade** e à **transdisciplinaridade** contidas neste projeto estão respaldadas no artigo 23 da Constituição Federal de 1988 que, ao estabelecer as competências comuns da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclui, entre outros aspectos, cuidar da saúde, proteger o meio ambiente, proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência, bem como promover programas de construção de moradia, melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico. (FIOCRUZ, 2010, p. 27, grifo do autor).

De acordo com a citação acima e com base na própria Constituição Federal que define os direitos sociais do cidadão de forma ampliada, é necessário investir cada vez mais em ações sistêmicas, evitando-se assim intervenções pontuais e desarticuladas, como acontece na maioria dos estados e municípios brasileiros, a fim de evitar “a duplicidade de meios para fins idênticos”, conforme ressalta a Lei orgânica do SUS Nº 8.080/1990 art. 7º X e XIII.

É neste contexto que a participação social deve ser estimulada, “não somente por ser um direito adquirido, mas pelo ‘... pressuposto de que a intersectorialidade vai além dos saberes científicos e das políticas de governo, envolvendo também a sociedade, na medida em que sua materialização implica transformar as organizações e suas práticas...’”. (Galindo, E. & Furtado, M.F. 2005 apud FIOCRUZ, 2010, p. 29). Vale lembrar que a participação social como

exercício da cidadania interfere, conforme tratado anteriormente, na qualidade de vida dos cidadãos. No caso da pesquisa estudada, a qualidade de vida, entendida como fator crucial para a saúde, envolve a concepção de Promoção da Saúde, de acordo com a seguinte definição:

Conforme assinalou-se anteriormente, a metodologia respaldou-se, ainda, na noção de Promoção da Saúde que tem sido relevante no contexto da 'renovação do pensamento sanitário contemporâneo buscando contrapor-se ao modelo biomédico, hospitalocêntrico e curativo que domina o pensamento sanitário desde o século XIX' (RABELLO, LUCIOLA SANTOS, 2010). Nesse intuito, a Promoção da Saúde incorpora a abordagem dos Determinantes Sociais da Saúde que ressalta os condicionantes da qualidade de vida, incluindo aspectos sociais, culturais, econômicos, educacionais, habitacionais e ambientais, de um modo geral. Ao contemplar estes aspectos como constitutivos da qualidade de vida, a noção de Promoção da Saúde conforma um campo da saúde pública que se traduz numa concepção positiva de saúde, focalizando a sua produção no âmbito do cotidiano das populações de acordo com os seus recursos e acesso à qualidade de vida. (FIOCRUZ, 2010, p. 24).

Os aspectos acima referidos que constituem a noção de qualidade de vida, somados à concepção ampla de saúde, serviram de base para associar as abordagens propostas para a elaboração da metodologia (socioespacial e antropológica), por meio das seguintes dimensões: arquitetônica e urbanística; de saúde ambiental; simbólica e histórica; econômica, educativa e demográfica. Todas as etapas da pesquisa foram norteadas por essas premissas e abordagens metodológicas.

A formação de uma equipe multidisciplinar foi uma das estratégias adotadas, logo de início, no intuito de se desenvolver um trabalho que abarcasse diferentes visões acerca do mesmo universo de pesquisa. Esta conjunção foi primordial nas etapas da pesquisa quantitativa e qualitativa, o que tornou a investigação mais consistente, sob o olhar de profissionais de áreas distintas. Deste modo, a equipe que era "constituída por arquitetos urbanistas, sociólogos, antropólogos e educadores – além de estagiários dessas áreas – (...) contou, também, com um consultor da área da epidemiologia". (FIOCRUZ, 2010, p. 30).

Outra importante etapa da metodologia se deu no momento da escolha da comunidade-alvo da pesquisa. Como o título do projeto especifica, a área de intervenção deveria se localizar no entorno do *Campus* Fiocruz da Mata Atlântica (CFMA), na área da antiga Colônia Juliano Moreira (CJM) em Jacarepaguá, Rio de Janeiro. Assim, as sete comunidades<sup>110</sup> que, no momento da pesquisa, haviam sido selecionadas para receber obras do PAC-Colônia, receberam visitas de campo da equipe do projeto. Deste conjunto, Curicica 1 foi considerada a comunidade de maior viabilidade para a realização da pesquisa por ser a menor dentre elas, a de ocupação mais antiga, e por se tratar de uma área que não estava sob a dominação de grupos do poder paralelo. “Também influenciou a escolha de *Curicica 1* a cobertura da comunidade pela Estratégia de Saúde da Família (ESF) e pela política de vigilância da exclusão social que tem os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) como núcleo de articulação da rede social”. (FIOCRUZ, 2010, p. 32).

Concluídas as visitas e selecionado o local da pesquisa, iniciaram-se as atividades relacionadas ao diagnóstico da comunidade, constituído de pesquisa quantitativa, qualitativa e da elaboração de mapas com as condições urbanas da área estudada e seu entorno. Cabe mencionar que a presença da Fiocruz nos trabalhos de campo em Curicica 1 se deu em um momento de desconfiança dos moradores, uma vez que os técnicos da prefeitura também iniciavam seus levantamentos para as obras do PAC- Colônia. A falta de esclarecimento a respeito das intervenções previstas nessas obras gerava muitos boatos em torno da possível remoção dos moradores para lugares distantes. Tal postura confirma aquilo que foi mencionado no capítulo dois, em relação ao trauma deixado pela política remocionista.

Contudo, os contatos cotidianos, por meio de visitas sistemáticas às famílias e das reuniões realizadas com representantes da comunidade, que incluíram temas como as características e atribuições da Fiocruz, bem como informações significativas sobre a questão fundiária, parecem ter

---

<sup>110</sup>Vila Arco-Íris, Área Verde, Entre Rios, Caminho da Creche, Parque Dois Irmãos, Vale do Ipê e Curicica 1.

desencadeado um processo de diálogo aberto e de estabelecimento de laços de confiança, mediante os esclarecimentos relativos ao direito à moradia, inscrito na Constituição de 1988, e às intenções da Fiocruz no *campus* da Mata Atlântica. (FIOCRUZ, 2010, p. 16).

Diversas reuniões foram realizadas pela equipe do projeto para tratar as questões que surgiam como desafios da pesquisa. Mesmo o questionário a ser aplicado na fase do levantamento quantitativo passou por revisões de toda equipe de modo a torná-lo o mais abrangente possível, relacionando os “aspectos construtivos, de salubridade e de manutenção das moradias, com os econômicos, demográficos, educativos e de saúde das famílias”. (FIOCRUZ, 2010, p. 33).

As visitas sempre eram realizadas por duplas formadas por um arquiteto urbanista e um cientista social. O primeiro era responsável pela elaboração de um croqui da moradia e pela aplicação das perguntas do questionário relacionadas à habitação e ao *habitat*. O segundo realizava a aplicação do questionário em seus aspectos socioeconômicos, demográficos e de saúde. Além disso, as habitações eram fotografadas e ao final de cada dia de trabalho os profissionais elaboravam seus diários de campo com suas percepções acerca das visitas. É interessante notar o quanto o olhar dos pesquisadores, e por que não dizer suas subjetividades, revelavam detalhes da pesquisa que muitas vezes não apareciam no levantamento de dados. Os diários de campo foram, sem dúvida, importantes meios de verificação que enriqueceram toda pesquisa.

Durante quase dois meses (entre janeiro e março de 2009) os questionários foram aplicados em mais de 70% dos domicílios. Priorizou-se o diálogo com os chefes de família, e em último caso com outro responsável pela moradia. “Ao término do levantamento, todos os dados obtidos passaram por uma análise crítica da equipe de trabalho, no intuito de esclarecer dúvidas no preenchimento do questionário e atingir-se uma homogeneidade nas

informações coletadas”. (FIOCRUZ, 2010, p. 36). Com isso foi possível realizar-se a codificação e sistematização dos dados.

A análise das informações físicas das habitações também contou com as observações apontadas nos croquis desenhados e nos diários de campo. Notou-se que as informações relacionadas à presença de animais domésticos e/ ou silvestres, à higiene, ao tratamento do lixo no domicílio e nos locais públicos, bem como a proliferação de vetores transmissores de doenças eram de grande importância e por este motivo precisaram ser contempladas de forma mais abrangente. Assim, foi elaborado um questionário complementar apenas com as informações consideradas relevantes e que não haviam sido levantadas anteriormente, dentre elas pode-se citar aquelas que apontavam para os riscos de acidentes na habitação. Como nem todos os moradores contatados na primeira visita foram encontrados, o levantamento complementar atingiu a 66% das moradias ocupadas em Curicica 1, mantendo ainda um número expressivo que pode ser considerado uma representação do universo de estudo.

Como parte estruturante do projeto e com ênfase nos aspectos antropológicos, foi realizada a pesquisa qualitativa. Após a primeira etapa de levantamento de dados, foram mapeados os informantes-chave da comunidade que poderiam contribuir para uma compreensão mais ampla sobre a história e o crescimento de Curicica 1. Deste modo, foram identificados “lideranças informais, líderes religiosos, de esporte, de atividades culturais e de grupos de bordadeiras, cozinheiras e outros, de forma a incluir moradores mais idosos e mais antigos, bem como os mais recentes”. (FIOCRUZ, 2010, p. 43).

As entrevistas qualitativas foram realizadas com quinze moradores que, em geral, se adequavam em um dos perfis mencionados acima e seguiam um roteiro de perguntas abertas que abordavam os seguintes aspectos:



identificação do grupo doméstico do entrevistado; origem e trajetória social; informações referentes à família; informações sobre as condições de moradia atual; história local com foco principal no processo de ocupação da área e nas mudanças ambientais e sociais observadas; divisões subjetivas da comunidade; trajetória de estudo; inserção no mercado de trabalho; redes de sociabilidade; adultismo, racismo, sexismo e outros sistemas de diferenciações; repertório cultural, lazer, tempo livre e uso da cidade, cidadania; vulnerabilidades, obstáculos e violências, planos para o futuro. (FIOCRUZ, 2010, p. 42).

Por se tratar de um roteiro abrangente, os pesquisadores foram orientados a identificar se havia um ambiente propício para a entrevista que deveria ser realizada em mais de um encontro, para que não se tornasse muito cansativa para o entrevistado. Além disso, as conversas eram gravadas e, posteriormente, transcritas e codificadas para manter em sigilo a identidade dos entrevistados<sup>111</sup>.

O passo seguinte no desenvolvimento da metodologia utilizada foi a construção dos indicadores de vulnerabilidade física e social da habitação, com base nos dados levantados. Para compreender melhor o que são indicadores e o motivo pelo qual foram construídos, é importante considerar a definição a baixo:

No que concerne aos objetivos desta investigação, portanto, indicadores constituem, grosso modo, instrumentos operacionais que apontam ações necessárias em determinados territórios, por meio da identificação de dados essenciais à qualidade de vida. Destinam-se a fornecer um conjunto de informações a respeito de carências, incertezas, dificuldades ou instabilidades socioespaciais, culturais e econômicas que permitam avaliar e propor intervenções que contribuam para mudanças nas condições essenciais de habitabilidade e de saúde. Embora configurem informações objetivas, frequentemente, tais instrumentos devem ser acompanhados de análises qualitativas que possam ampliar a compreensão do universo investigado e comprovar (ou não) os valores a eles atribuídos. (FIOCRUZ, 2010, p. 44).

Assim, a função dos indicadores nesta pesquisa era apontar, de forma geral, as vulnerabilidades dos domicílios e das condições de vida dos moradores. Os indicadores

---

<sup>111</sup> É com base nas informações levantadas nesta pesquisa que o próximo item deste capítulo se desenvolve. Deste modo, utiliza-se a codificação feita pelos pesquisadores para nomear os entrevistados citados aqui.

físicos, ou seja, aqueles que tratavam especificamente da qualidade da moradia, foram desenvolvidos com base nos dados levantados em campo que apontavam as fragilidades mais comuns às habitações de Curicica 1. Os indicadores sociais foram selecionados a partir de indicadores já consagrados e muito utilizados para avaliar as condições de vida de um universo estudado. A escolha de apenas seis deveu-se a necessidade de se concentrar a análise em aspectos ao estudo proposto de acordo com as características da comunidade. Isso possibilitou que a equipe da pesquisa pudesse compreender melhor os moradores de Curicica 1 e investisse seus esforços em tratar algumas questões apontadas pelos indicadores como mais relevantes naquela localidade.

Ao analisar os dados da pesquisa quantitativa relativos à habitação, foram identificados alguns aspectos da moradia que poderiam interferir na saúde de seus moradores e que eram recorrentes em diversos domicílios. Diante destes aspectos foram desenvolvidos os indicadores de vulnerabilidade física das habitações, tornando-se possível verificar que muitos problemas estavam relacionados às características do terreno em que a comunidade se insere e à composição das edificações nos lotes. Outros estavam relacionados à ausência de infraestrutura urbana e havia ainda aqueles que careciam de cuidados e manutenção.

Como se sabe, alguns desses aspectos apontados pela pesquisa são recorrentes na maioria dos assentamentos urbanos irregulares do Rio de Janeiro, e pode-se dizer que estão muito mais associados à exclusão dos grupos menos favorecidos dentro da cidade do que a outros fatores. Logo, não há como dissociar as condições físicas da habitação das condições sociais em que vivem seus moradores.

As moradias dos assentamentos urbanos irregulares, muitas vezes, não apresentam condições de habitabilidade desejáveis, seja pela precariedade dos materiais utilizados na sua construção e pelas dificuldades de sua manutenção, pela ausência de ventilação e iluminação adequadas, pela exiguidade dos seus compartimentos ou pelas deficiências de saneamento.

Tais assentamentos que, em diversos casos, abrigam habitações de interesse social, construídas em 'Áreas de Especial Interesse Social' (AEIS), revelam aspectos de uma urbanização que cristaliza a desigualdade socioeconômica e cultural e acentua a perda da qualidade de vida urbana com impacto significativo na Saúde Pública. (FIOCRUZ, 2010, p. 45).

Diante de tal informação, os indicadores sociais selecionados foram de grande importância, uma vez que apontavam para questões sobre renda, escolaridade, desemprego e etc. Estes ajudaram a compreender quem são os moradores de Curicica 1 e até mesmo contribuíram para responder a algumas questões surgidas durante a pesquisa. Em geral, os indicadores sociais "podem apoiar tanto o planejamento e as formulações de políticas sociais como o monitoramento das condições de vida da população por parte do poder público e da sociedade civil". (FIOCRUZ, 2010, p. 46). O quadro a seguir apresenta os indicadores de vulnerabilidade física e social da habitação utilizados na pesquisa estudada e uma síntese de cada um deles:

**Quadro 3: Indicadores de Vulnerabilidade Física e Social da Habitação.**

<b>Indicadores de Vulnerabilidade Física da Habitação</b>	
Iluminação e Ventilação	Ausência ou insuficiência de vãos para iluminação e ventilação, além da presença de elementos que obstruem tais vãos.
Adensamento Domiciliar	Presença de três ou mais moradores por cômodo utilizado como dormitório.
Umidade e Mofo	Presença de infiltrações, ausência ou inadequação de impermeabilizações e revestimentos.
Materiais Nocivos à saúde	Presença de amianto em coberturas e caixas d'água.
Condições Construtivas e manutenção	Presença de situações de riscos aos moradores, originadas pela ausência de revestimento nas paredes e pisos, presença de instalações elétricas aparentes, trincas ou fissuras nos revestimentos, bem como em danos na própria estrutura, ausência de caixa d'água ou a sua existência com ausência de vedação e manutenção .
Cuidados da Habitação e do Habitat	Indicador não mensurável relacionado ao tratamento dado à água para consumo, aos animais domésticos, ao lixo e aos hábitos de higiene.
<b>Indicadores de Vulnerabilidade Social da Habitação</b>	
Renda Familiar	Domicílios com renda familiar até 3 salários mínimos.
Crianças de 0 – 14 anos	Domicílios com um total de três ou mais moradores de 0 – 14 anos de idade.
Domicílios com Idosos	Domicílios com um ou mais moradores acima de 60 anos de idade.

Escolaridade das Mães	Domicílios com mães com escolaridade abaixo do Ensino Fundamental Completo.
Falta de Apoio das Redes de Parentesco e Grupos de Convívio	Domicílios onde as famílias apresentam fragilidade de laços de parentesco, de vizinhança, amizade, religiosos, políticos e outros.
Situação de Crise Prolongada ou Permanente nas Famílias	Domicílios onde as famílias se encontram em situação de crise prolongada ou permanente (doenças crônicas, desemprego).

Fonte: Quadro organizado pela autora com informações retiradas de FIOCRUZ, 2010.

Todos os aspectos analisados pelos indicadores, bem como o estudo das soluções propostas para cada uma das vulnerabilidades identificadas serviram de subsídio para a realização das oficinas de habitação saudável que foram posteriormente realizadas com os moradores. No total foram seis oficinas realizadas ao longo de dois meses, e “pretendeu-se, nesses encontros, revisitar os indicadores propostos, através do diálogo com os moradores, com a utilização de diversas dinâmicas”. (FIOCRUZ, 2010, p. 47). Além disso, as oficinas se configuraram como uma oportunidade de apresentar para os moradores todo o trabalho desenvolvido pela equipe do projeto, bem como o resultado da pesquisa e de todo levantamento de dados. Cabe sublinhar que,

O envolvimento construído no desenvolvimento das atividades propostas permitiu o estabelecimento de uma relação de confiança entre pesquisadores e representantes da comunidade e foi fundamental para que as oficinas transcorressem com uma participação intensa. Num ambiente em que se valorizou a escuta do outro, evidenciou-se a desenvoltura dos moradores que se manifestaram com liberdade, tecendo considerações sobre os dados apresentados, expondo suas sugestões e revelando aspectos significativos dos fatos e situações comentados no decorrer desses eventos. (FIOCRUZ, 2010, p.47).

As oficinas de habitação saudável privilegiaram as questões tratadas pelos indicadores físicos e a percepção dos moradores em relação aos seus espaços de convívio, a história de ocupação e a identidade com o lugar. Dos seis encontros temáticos realizados, o primeiro, chamado de Evento de Apresentação destinou-se esclarecer aos moradores o que seriam as oficinas; outros dois destinaram-se a tratar, objetivamente, dos aspectos físicos da habitação

como a Iluminação, ventilação, umidade e materiais nocivos à saúde; dois encontros dedicaram-se a discutir a história do lugar e o reconhecimento do espaço vivido como uma construção dos próprios moradores, identificando, inclusive, os ambientes públicos ou privados com os quais mais se identificam. Por fim, o último encontro foi dedicado à apresentação e discussão dos indicadores elaborados. “As oficinas de habitação saudável representaram o momento de consolidação do processo participativo desencadeado pela implementação das pesquisas quantitativa e qualitativa na comunidade de Curicica 1”. (FIOCRUZ, 2010, p. 156).

Cabe mencionar que as oficinas geraram demandas tanto por parte da equipe do projeto, quanto por parte dos moradores de Curicica 1. Deste modo, foi realizado um encontro, chamado de Mesa Intersectorial, com representantes do poder público municipal, com alguns moradores representantes de Curicica 1, a equipe do projeto e ainda profissionais de outros projetos que trabalham a mesma temática, para avaliação dos indicadores criados. As questões discutidas nessa Mesa foram apropriadas e serviram para complementar tais indicadores, tornando-os ainda mais abrangentes.

Em Curicica 1, os temas abordados nas oficinas motivaram os moradores a realização de algumas intervenções físicas em seus domicílios. Isso demandou uma assistência técnica por parte da equipe de arquitetos para orientar as modificações que os moradores desejavam realizar. Este foi um dos resultados mais evidentes de que o projeto havia alcançado seu objetivo: gerar na população a consciência de que a melhoria das condições da habitação podem produzir impactos significativos na saúde pública. Tal conhecimento motiva o exercício da cidadania e o direito à cidade na busca pela moradia digna como componente essencial de Promoção à Saúde.

## ANEXO B

### Entrevista – Humberto Kzure-Cerqueira

Data: 09/08/2012

Entrevistadores: Ana Beatriz Melo e Carmen Beatriz Silveira

Transcrição: Samantha Gifalli

**Ana Beatriz Melo e Carmen B. Silveira: Como se deu o processo de desenvolvimento da proposta de urbanização para o Favela-Bairro no Canal das Tachas?**

Humberto Kzure-Cerqueira: Bom, meu nome é Humberto Kzure-Cerqueira, sou urbanista e professor de urbanismo e planejamento urbano e regional na Universidade Federal Rural. Acho que é importante, antes de responder propriamente sua questão, eu penso que é importante sublinhar alguns aspectos em relação a como foi construído o nosso pensamento sobre abordar uma intervenção em favela. Essa equipe era formada por profissionais de várias áreas onde havia a participação da professora Ana Clara Torres Ribeiro, na época do concurso, para a preparação da *Metodologia para intervenção física e espacial*. Se não me falha a memória, era assim que o concurso era escrito pelo Instituto de Arquitetos do Brasil do Rio de Janeiro. E aí como eu fazia o mestrado no IPPUR e tive uma formação, mesmo na arquitetura, sempre voltada para a multidisciplinaridade, então sempre me senti como arquiteto mais confortável em trabalhar a dinâmica da cidade, as contradições da cidade, os tecidos que conformam alguns fragmentos que articulam a cidade de uma maneira mais multidisciplinar, e não ter a visão de arquiteto de arbitrar as intervenções sem um pensamento coletivo de várias saberes. Com isso, eu pude convidar a professora Lilian Fessler Vaz, a Ana Clara Torres Ribeiro, a Maria Luiza Testa Tambellini que é assistente social (a Ana Clara é Socióloga e a Lilian é Arquiteta), e vários outros profissionais de várias categorias para que nos auxiliassem a pensar como que nesse momento a Prefeitura do Rio de Janeiro lança um concurso dessa natureza já com um indicativo de reconhecimento dos

tecidos favelizados como tecidos sociais e também econômicos importantes para a própria compreensão de uma paisagem que se formou no Rio de Janeiro de maneira fragmentada, de maneira como diz o professor Lobato Corrêa, a partir dos processos de discussão urbana e que gerou todas essas contradições e todos esses fragmentos de exclusões da cidade. Então, na medida em que a Prefeitura reconheceu, e é importante entender que ela reconhece em um momento político e econômico mundialmente importante que é quando o neoliberalismo vai se instaurando, e eu entendo que a perspectiva de urbanizar favelas e de regularização desses tecidos estava se dando por conta da possibilidade de você ampliar o fluxo de capitais nessas cidades e não apenas de uma política de inclusão. Tanto é verdade que os projetos de urbanização foram feitos e não necessariamente essas populações se libertaram do estigma de favelizados. Então, essas pessoas foram importantes como tantos outros (desculpa não lembrar todos agora), mas foram importantes na construção do pensamento. E eu destaco, e acho que é importante destacar e sempre procurei fazer isso publicamente, a importância da Ana Clara quando eu dizia para ela assim: é fundamental trabalharmos numa perspectiva de compreensão da identidade e da memória. Assuntos que são amplamente tratados pela sociologia contemporânea e especialmente por ela que se dedicava a esses estudos. E ela fez um texto brilhante sobre essa discussão e que foi motivo de destaque da Prefeitura e do Instituto de Arquitetos quando nos classificaram entre os escritórios, ou entre as equipes melhor dizendo, contempladas com esses projetos. E a Ana Clara não se deteve apenas a dar sua contribuição sobre o que ela pensa em relação a identidades e memórias, mas também sobre as barreiras sociais e como essas categorias são importantes para o planejador, para o urbanista, qualquer que seja a formação desse urbanista que não é uma categoria exclusiva dos arquitetos, de pensar em compreender melhor os fenômenos socioespaciais que se materializam nessas áreas de favela. Bom, o

nosso investimento era também parte da afirmação do nosso discurso. Eu me recusava, particularmente, a desenvolver uma metodologia que fosse uma metodologia apenas atenta a questão física e espacial. E aí nós investimos no discurso social e ambiental. Foi importante ter uma assistente social e uma socióloga porque posteriormente, depois do concurso, nas novas contratações para a implementação do Favela-Bairro, a Prefeitura começou a exigir a participação obrigatória de assistentes sociais e de sociólogos ou antropólogos para a segunda fase que não era mais concurso, mas era a licitação. E eu acho isso muito produtivo, pois de alguma maneira toda essa equipe vencedora deu um *start* e um alerta para uma Prefeitura que ainda não sabia como construir uma metodologia e, na verdade, todo esse saber foi construído pela importância que tem os técnicos do Rio de Janeiro e o saber acadêmico acumulado, como os próprios técnicos administrativos e profissionais que são vinculados diretamente a Prefeitura. Então, os escritórios contribuíram para construir esse novo saber de urbanização que nem mesmo os engenheiros ou os assistentes sociais sabiam como fazer abordagens e intervir nessas áreas. Aí a nossa preocupação era não fazer um projeto apenas com a cara e as soluções da engenharia ou da arquitetura mais profissional, mas na investigação social e cultural.

**Ana Beatriz Melo e Carmen B. Silveira: Como ocorreu a escolha das comunidades que foram contempladas com as obras de urbanização do Favela-Bairro?**

Humberto Kzure-Cerqueira: O que eu posso dizer é que na época o gerenciamento era da Maria Lúcia Cerqueira Petersen, conhecida com Lu Petersen. Quando eu fiz essa pergunta em 94/95 eles diziam que a matriz que eles definiram para o local do escritório ia ao encontro dos discursos executados pelos escritórios em relação à expectativa para esse tipo de projeto, mas que no nosso caso tinha uma preocupação social muito grande e que eles entendiam que nós deveríamos intervir numa área que era uma área que tinha seus



conflitos relacionados à terra, mas que não tinham outros conflitos, assim uma área que não é de encosta, e que talvez nós estivéssemos mais adequados. Essas coisas eram subjetivas, porque era a Prefeitura construindo a matriz a partir dos estudos prévios que eles fizeram de cada comunidade e tentando compatibilizar as metodologias do nosso discurso com aquela identificação previa desses territórios. Mas eu sei que também tem o componente político. Na época o atual prefeito Eduardo Paes era subprefeito da Barra. Ele era subprefeito da Barra, um cargo político definido pelo prefeito Cesar Maia que tinha uma política na região administrativa da Barra da Tijuca, Jacarepaguá e Recreio dos Bandeirantes, que era uma política de desmonte das favelas para favorecimento, como nós sabemos, dos grandes empreendimentos que estavam nessa política neoliberal, se voltando para a Barra da Tijuca como uma das alternativas que legitimassem esse discurso. O discurso ambiental, o discurso da qualidade de vida, o discurso da modernização e se tem esse discurso, a favela não cabe. E foram feitas várias desmobilizações de assentamentos em prol de novos investimentos que estavam acontecendo como o do antigo Shopping Center Via Parque que também havia um assentamento que fora retirado. E estava muito próximo de eleições para o Legislativo do Rio de Janeiro o qual ele pleiteava. Então o Canal das Tachas era uma escolha estratégica por conta de uma forma de limpar, digamos assim, a barra do prefeito que estava como subprefeito conhecido como o exterminador (é um livre pensamento aqui agora), exterminador de favelas. Aí com essa urbanização ele estaria legitimado. E tanto é verdade que ele foi eleito com o maior número de votos na época, que foi motivo de noticiário nacional falando que foi o vereador mais votado. Quer dizer, o Canal das Tachas entrou não pela correlação de forças internas da comunidade, mas entrou como um elemento que viria simbolizar um tipo de ação política, municipal, para limpar a barra do subprefeito, dos atropelos todos que haviam sido feitos ali. [inaudível]. Então, ela não tava representando

tanto perigo assim, do ponto de vista da visibilidade tornaria-se mais visível se de fato tivesse sido feita essa urbanização. Então, eu nunca vou poder te afirmar claramente quem... como foram estabelecidos esses critérios porque sequer nos foram apresentados. O que diziam é que de acordo com a construção da linguagem de pensamento de cada escritório, eles tentaram rebater para o entendimento técnico que eles tinham sobre determinadas áreas. Mas tem o componente político que é muito forte e pouco explicado.

**Ana Beatriz Melo e Carmen B. Silveira: O que era necessário apresentar para a participação no concurso do Favela-Bairro?**

Humberto Kzure-Cerqueira: Era uma metodologia, que é uma publicação da Cristiane Duarte, que publicou toda a metodologia e que se chama *Favela, um bairro*. Meu nome tá incompleto lá, mas sou eu mesmo. Eles consertaram isso depois. Então, tem ali todas as equipes e como é que eles faziam. Não sei se você conhece esse livro, é um livro laranja... a partir desses estudos. E a gente, eu lembro que a gente começava o trabalho e a gente dizia: a gente tem que falar isso. E a gente ficava procurando introduzir várias questões, de levantar questionamentos sobre esses territórios, mas sempre na perspectiva de fazer urbanização, pensando na melhor infraestrutura, na inserção de equipamentos de uso coletivo, em compreender quais eram os movimentos culturais locais, como que deveria ser, um dos aspectos mais complexos de se resolver no Brasil, que era a questão fundiária. Então, esses foram dados que a gente foi descrevendo de uma maneira genérica e que depois tentamos aplicar ao Favela-Bairro. O que aliás, é um dado interessante: foi o único projeto onde os arquitetos de fato puderam ter uma participação ativa sem o controle político dos políticos. Por quê? A minha leitura particular é que o Cesar Maia foi muito hábil, ele transferiu para os escritórios... eu já falei isso publicamente várias vezes, mas nunca escrevi isso... mas eu acho, e já falei isso no IAB, falei em palestras, que ele transferiu para os

escritórios a responsabilidade. E isso as populações vinham em cima dos escritórios, e não do prefeito. E foi interessante porque nós pudemos ter uma participação direta, compreender as pessoas e intervir na sua vida. E aí usamos várias estratégias, como uma vez que chamei a artista plástica Naná Ribeiro para dar uma oficina de artes com as crianças que se sentiam estimuladas, que se preparavam antes de ir para a escola, e iam com o uniforme e com o lanche, tinham aquelas aulas com essa artista plástica e produziram pinturas que depois foram as pinturas que constituíram mosaico, uma pintura na verdade, na creche, no Centro Municipal, na época, de Atendimento Social Integrado. Que soube depois que pintaram sobre as pinturas, e a memória construída naquele momento com as crianças e a artista foi embora...

**Ana Beatriz Melo e Carmen B. Silveira: A Prefeitura estabelecia alguns critérios para o desenvolvimento dessa metodologia?**

Humberto Kzure-Cerqueira: Olha, primeiro o concurso era aberto sobre a metodologia: Como os arquitetos pensam que poderiam intervir em favelas? Aí teve os premiados. Ai depois a Prefeitura disse assim: ah eu tenho um levantamento no cadastro de favelas feito pelo IPP e etc. onde tem um panorama do perfil socioeconômico, das questões geográficas, físicas ou humanas e sociais que estaria a disposição. Aí ela construiu uma matriz e foi alocando de uma maneira, eu vou falar arbitrária, mas não quer dizer autoritária, ela foi arbitrando para tentar equacionar bem. Por que todos nós éramos estranhos a ela, e ela estranha a todos nós. E era um processo de terceirização [inaudível]. Quer dizer, os técnicos municipais não sabiam ainda o que era terceirização e eles tinham uma forma muito dura com os escritórios porque era como se nós estivéssemos usurpando o território construído por eles. Então, quer dizer, na verdade a Prefeitura foi tentando acertar e compreender. Mas aí vem uma figura importante que era a agência fomentadora com os recursos que foi o BID

– Banco de Desenvolvimento Inter-americano. Que aí em cima daquela metodologia, em cima dos critérios do Banco, em cima das contrapartidas que a Prefeitura deveria dar, ou com pessoal ou em dinheiro, não financeira e financeira, em relação a alguns parâmetros já utilizados pela urbanização e outros programas do próprio BID, foi tentando montar uma matriz para definir e equacionar bem os produtos que deveriam ser entregues pelos escritórios para fins de licitação. Mas, além disso, a gente ainda tinha um contrato suplementar que era fiscalizar a implantação do projeto e discutir amplamente com a comunidade, para até ter uma legitimação das intervenções antes de começar as obras. O que ocorre é que nos próximos empreendimentos que a gente vai assistir, já na gestão do Conde muito menos, mas muito mais na volta do Cesar Maia, que é todo um gabinete não mais constituído por técnicos, mas um gabinete constituído por forças políticas bem fortes e poderosas. Os espaços de favela foram cada vez mais se acentuando como palco de plataformas políticas e territórios que são... é... que tem o domínio de determinadas facções políticas e isso fez com que as intervenções já não tivessem mais o mesmo processo de abertura de discussão nessas comunidades. E aí eu lembro que tinha casos que a gente acabava fazendo o projeto básico e aí a Secretária Solange Amaral só permitia que fosse conversado com as Associações e seus representantes nesse período. Só que o que tava se discutindo não era mais o mesmo projeto básico, era um retrocesso, estava se discutindo o plano de intervenção, e isso pra mim era uma picaretagem, agora, mancomunada com a cumplicidade das Associações dos Moradores.

**Ana Beatriz Melo e Carmen B. Silveira: Quais foram os principais desafios encontrados ao longo do processo de desenvolvimento da proposta de urbanização na área?**

Humberto Kzure-Cerqueira: Ah, mas tem um problema o Canal das Tachas foi motivo de muitas tentativas e embates jurídicos, porque nem isso tava certo. Por mais que se tivessem

as áreas decretadas como Áreas de Especial Interesse Social, nós tínhamos ali alguns problemas ambientais como o próprio Rio das Tachas que era completamente assoreado e que tinha margens com solo turfoso e, por incrível que pareça, com habitações assentadas dentro deste espaço assoreado. E nós insistimos que tinha que fazer a abertura dos rios porque o oceanógrafo David Zee fez uma consultoria para nós, ele era professor da UERJ, demonstrando que era uma importante conexão da bacia hidrográfica de Jacarepaguá e não poderia permanecer assoreado ou com o leito do rio submerso, que ninguém via. Isso é surpreendente, porque quando nós conseguimos fazer as primeiras casas e transferir a população que estava lá assentada, que as dragas entravam, jorrava uma água preta como se tivesse saindo petróleo. E aí, alguns moradores, e tinha uma mulher, especialmente uma delas, que eu tenho a impressão de que está lá até hoje, que se recusou e dizia que eu tinha mudado o leito do rio para prejudicá-la, o que é uma coisa absurda. Então nós tentamos compatibilizar os instrumentos legais empregados pela Secretaria de Meio Ambiente no geral e flexibilizar, ao mesmo tempo, as margens, as faixas lindeiras ao Rio das Tachas que veio a ser em grande parte canalizado. Ela entrou na justiça, então começou a ter uma série de embates na justiça, teve alguns problemas, por exemplo, que nós fomos contratados novamente para fazer o projeto de creches, porque o diagnóstico apontava que tinha, mais para frente, crianças que precisavam desse tipo de atendimento e aí o BID exigiu com a Prefeitura que fosse feito, e aí como não estávamos mais na área, nós voltamos. Em outros momentos a obra paralisou, então, quer dizer, a Secretaria também sofreu vários processos e eu lembro que uma vez, a pedido do ex-secretário Sérgio Magalhães eu tive que fazer uma espécie de dossiê que instrísse os “autos” para a Prefeitura. Porque nós estávamos dentro da comunidade e talvez a equipe... era um momento que os arquitetos, eu falo arquitetos, mas arquitetos, sociólogos, geógrafos, toda a equipe tava ali muito presente e isso fez com

que a gente ganhasse muito a confiança das pessoas e aí teve um momento que a gente entreviu mesmo na vida das pessoas e hoje quando eu vejo que lá é uma área de pessoas com cursos técnicos, advogados, professores e tal, isso nos deixa muito felizes. Enfim, foi um projeto que, de todos os que nós fizemos, certamente foi o que teve maior êxito. Eu fico feliz de você estar estudando, porque como não é uma favela glamurizada as pessoas sequer lembram, mas ela hoje representa uma centralidade importante no Recreio do Bandeirantes porque ela tem consultório dentário, casa lotérica, tem prestação de serviços, tem supermercado, ela tem uma dinâmica própria que fez crescer e que agora vai ser motivo de uma nova intervenção do Morar Carioca por conta dessa própria estrutura de uma população que quando se instalou ali, eles vinham boa parte ou do Espírito Santo, de descendência italiana, que vieram para trabalhar no hortifrutigranjeiro. E ali você tinha pessoas que vinham também do interior do Rio, que vinham de Minas. Então, quer dizer, foi se construindo um tipo de relação de vizinhança que não se tinha em outras comunidades e o fato dela ser plana, não quer dizer não ter problemas, até de infraestrutura. No caso lá que tinha solo turfoso, fazia ser mais difícil ainda de ser implantada, por conta das enchentes, a questão da drenagem. Então, tem uma série de questões que são complicadoras e o que mais me surpreendia era o perfil das pessoas que, naquela época, não tinha muitas pessoas negras, então você tinha as pessoas que comandavam, que eu nunca pude comprovar, mas diziam que tinham ali remanescentes dos homens de ouro que atuavam como justiceiros na baixada fluminense, e por isso não tinha o narcotráfico ali. Mas tem uma coisa que é muito importante, quando a gente começou o projeto, teve um empresário da Barra que mandou um recado pra mim. Eu nunca conheci esse homem, não sei se o sobrenome é Fontes, não lembro mais. Ele perguntou quanto que eu queria para fazer um projeto que demonstrasse que aquela comunidade tinha que ser removida totalmente. Aí eu disse a ele que eu

agradecia, mas que meu compromisso era como a vida e com cidadão, e que estava ali com o desafio de resolver. Aí tem a parte de traz que é a Vila União da Paz, que a Rede Globo era dona da construtora São Marcos, e eu tive uma reunião no Jardim Botânico onde funcionava a São Marcos, porque eles queriam que eu fizesse um projeto também para a desmobilização da Vila da Amizade porque as terras eram de interesse da Rede Globo, que não se falava, mas era dona de parte daqueles terrenos próximos ao Parque Chico Mendes. Então, quer dizer, surgiram vários problemas que a Prefeitura não estava preparada ainda, quanto mais os escritórios e por isso ela ficou tão vulnerável para ações na justiça.

**Ana Beatriz Melo e Carmen B. Silveira: Foi montado um escritório na comunidade? Em que momento isso ocorreu?**

Humberto Kzure-Cerqueira: Sim, mas aí, já em uma segunda etapa, montamos o escritório já pela prefeitura que era para acompanhamento das obras. Isso era na segunda etapa, não quando a gente foi contratado, não. Mas quando começou a implementar o Favela-Bairro, aí sentiram a necessidade de montar esses escritórios que normalmente ficava no canteiro de obras com a construtora e com as gerenciadoras. E as próprias gerenciadoras também, para demonstrar é... um enquadramento, tinha uma ação punitiva em relação ao escritório, não foi fácil... E aí quando nós fizemos as casas, tinha um terreno vazio que a Prefeitura autorizou fazer aquelas oitenta e quatro casas, tinha uma senhora vizinha que ela contestava a arquiteta, e essa senhora jogou o carro contra mim, na frente do pessoal. Ela dizia que eu tinha colocado um monte de 'paraíba' na frente da casa dela e que eu tinha feito um loteamento ilegal, e nós tivemos todo o cuidado de fazer uma obra em que as pessoas interagissem e é surpreendente quando você vê que essa mesma pessoa tem uma relação íntima, por algum tipo de... sei lá, qualquer tipo de interesse... com a favela, mas não quer tão perto de casa. Agora o mais contraditório é eu ter assistido, depois que as famílias

mudaram para suas casas, uma mãe que o filho estava do outro lado da rua, onde ficaram os remanescentes, dizer: Garoto, sai da favela... quem veio de lá de dentro, o que é mais surpreendente, então quer dizer... E aí o pessoal que ficou no miolo não se sentia mais favelados, mas também não eram incorporados pela classe média alta que estava do outro lado...

**Ana Beatriz Melo e Carmen B. Silveira: Na sua opinião, a Associação de Moradores no Canal das Tachas era, de fato, uma representação da comunidade?**

Humberto Kzure-Cerqueira: Eu penso que quando você tem uma associação que é legitimada pelos moradores que documentalmente ela representa, então ela está legítima. Mas o que eu não aceitei na época era que o presidente da Associação de Moradores ele excluísse as pessoas de participação. Então quando nós começamos a perceber isso, nós fazíamos assembleias públicas mostrando os problemas no antigo DPO, que hoje é um batalhão que tem um pequeno auditório dentro, e quando não era possível, fazíamos do lado de fora, em frente. E a população vinha, porque a população estava muito amedrontada, ela achava que era uma política de remoção e eles precisavam ter segurança, e isso talvez tenha feito com que eles viessem escutar o que a gente tinha a dizer e trazer seus problemas. Então, o presidente achava que podia falar em nome das pessoas. E aí eu pegava o microfone e saía em meio as pessoas, colocava a mão no ombro “dona fulana o que a senhora acha disso? Seu siclano o que pensa?” e eles começaram a falar. Aí o poder dele, centralizador, foi sendo minado e aí veio de fato o interesse das pessoas. Então com isso conseguimos ter um projeto, participar com as pessoas que foram mobilizadas, porque eu entrava na casa das pessoas e elas reclamavam que os filhos não estavam na escola, que as mães eram jovens e não estavam estudando, que as mães e os pais não estavam tendo atendimento de saúde adequado, também eu rompia todos os assédios quando sabia que



tinham ocupações irregulares surgindo e aí construía e me ofereciam uma sala para instalar um escritório para mim lá, e eu agradecia e dizia que não precisava ter uma propriedade dentro da comunidade. Então quer dizer, fui aprendendo a contornar todos os assédios que a própria população... porque a favela se diferencia do asfalto nesse abismo econômico, mas as práticas são as mesmas... você vai ter a reprodução de vários valores, alguns que a gente nem compartilha, mas que reproduzem as mesmas práticas da expropriação, da especulação. Então, eu trazia para a responsabilidade, só que ele não podia falar mais em nome da comunidade. A comunidade é quem tinha que falar e eu entendo que as Associações tem que ter os líderes que vão à frente para resolver as questões, mas há todo um espaço social para o qual eles representam que deve ser ouvido, a quem devem ser solidários e cúmplices em tudo que vai ser discutido numa perspectiva de transformação, senão, não tem êxito. E nisso a geógrafa Laurentina Valentim foi importantíssima no trabalho, porque em vários momentos ela saía de lá dez horas da noite reunida com as pessoas, discutindo os principais problemas e quais eram as alternativas que nós poderíamos usar...

**Ana Beatriz Melo e Carmen B. Silveira: Houve, então, um envolvimento maior por parte dos moradores no processo?**

Humberto Kzure-Cerqueira: É que eles tinham medo e eu dava segurança. E eu vou te dizer, Ana Beatriz, eu não tinha um mínimo de segurança, porque nem eu sabia, mas aí eu comprometi a Prefeitura também, eu chamava os técnicos, fiscais da obra e dizia para que eles viessem ali no microfone para dar a garantia de que a população iria ficar ali. Ninguém tinha certeza de nada, então, a melhor forma de você conquistar uma certeza era somar as forças e colocar ali, quando se gera um debate, e quando ela se torna pública, ela vira um instrumento político e uma bandeira de luta, e aí as coisas iam ter que se resolver. É o

mesmo que acontece no caso com as mulheres, e a Ana fala isso no livro. Eu tomei a iniciativa em campo quando eu comecei a perceber que os homens já tinham começado a negociar a venda das casas e aí não foi a Prefeitura que me sugeriu, eu penso até que nós recuperamos algo que há muitas décadas ali existia, e aí trouxemos a pauta com uma nova dinâmica que era assegurar a propriedade para mães que tinham os filhos e precisavam resguardar o direito de morar. E assim eu fiz. E aí, eu ia pegando a carteira de identidade delas e ia convencendo os homens em colocar a casa no nome delas, o que depois virou uma política de governo, mas que não era.

**Ana Beatriz Melo e Carmen B. Silveira: E em que nível ocorreu o envolvimento da comunidade com a equipe responsável pelo projeto?**

Humberto Kzure-Cerqueira: Acho que a gente foi... Inicialmente havia uma desconfiança, eu lembro que eles falavam: “a primeira vez que o senhor chegou aqui nós não escutamos a equipe, depois fizemos um churrasco de enterro dos ossos na segunda-feira para saber quem era mesmo o senhor e o que que a gente ia fazer”. Depois teve um que falou assim: “por seis meses eu andei do lado do senhor, doutor, com uma arma deste tamanho e o senhor nem desconfiava, ficava quase que ingenuamente querendo transformar tudo e mudar e tal”. E assim foi fazendo, a gente foi desenvolvendo uma relação de cumplicidade, de confiança e a população foi tendo confiança no trabalho que a gente desenvolvia e percebendo que nós tínhamos uma diferença, que nós éramos aliados e que nós somos profissionais formados exatamente para dar esse tipo de contrapartida de segurança para a população. Então foi... é... desenvolvendo uma relação boa, com vários problemas, porque tem todos os jogos por trás, a população também já estava ciente, e queriam saber até onde nós íamos, nossos interesses, que havia interesses, que havia articulações com o gabinete do subprefeito, que havia articulações com outras frentes que invadiam terras em outras áreas,

que nos ofereceram terrenos que deixaram prontos e nós agradecemos, não aceitei nenhum tipo de presente. Então, tinha todo o assédio e eu fui com um intuito... eu entrei para fazer um trabalho e fiz sem me corromper. Quando começaram as obras um empreiteiro me perguntou quanto que eu queria para modificar a especificação da avenida principal, que depois eles acabaram nos prestando a homenagem que virou a Rua do Arquiteto, como não podiam pôr o meu nome, aí eles puseram Rua do Arquiteto. [inaudível] e aí virou Rua do Arquiteto e aí não podia pôr o meu nome. Era para substituir o asfalto por paralelepípedo, porque a empreiteira tinha uma jazida e precisava dar fim naquele paralelepípedo disponível e eu não só me recusei, como denunciei e aí eles foram obrigados a fazer o asfalto tal qual eu tinha colocado lá.

**Ana Beatriz Melo e Carmen B. Silveira: Quais eram os outros atores envolvidos neste contexto, além dos moradores, da associação, da equipe de arquitetos, da equipe da Prefeitura?**

Humberto Kzure-Cerqueira: Nós fizemos várias reuniões com a Associação de Moradores do Recreio, acho que é AMOR que se chama. É um povo reacionário e burguês, autoritário e eles faziam de tudo para me convencer, às vezes eu saía à noite daquela associação, a tirar aquele monte de favelados de perto deles. Podiam ser seus empregados, mas não podiam morar perto. É, tinha uma associação de mulheres ricas na Barra que eram benfeitoras, mas eu não lembro mais o nome delas. Que elas vinham e sustentavam algumas políticas de doações de colchonetes, de alimentos, não sei o que, lá na associação da Vila da Amizade. A ação delas era apenas um apêndice na vila da amizade. É, havia também algum grupo de teatro, me parece que já existia lá e que não sei que fim levou, que tinha uma articulação com políticas culturais da Benedita da Silva. Tanto que a gente, pra estimular que fosse feito, mas isso a gente não conseguiu fazer, que era um pequeno espaço para espetáculos [inaudível] a gente acabou construindo apenas mesmo, que era política da Secretaria do

Desenvolvimento Econômico e Social, SMDS, que foi o CEMASI, Centro Municipal de Assistência Social Integrado, que hoje já não é mais isso, parece que virou uma unidade de saúde, que tem o nome de uma parteira, que é mãe do Seu [inaudível] que é um dos caras da família italiana que veio e se instalou ali, umas das primeiras famílias e que depois acabou que ele teve um filho na época que se chama Humberto, em minha homenagem.

**Ana Beatriz Melo e Carmen B. Silveira: Quais eram as maiores necessidades dos moradores? Isso influenciou as definições do plano de intervenção?**

Humberto Kzure-Cerqueira: Era infraestrutura e o direito de permanência. Essas foram as duas questões assim, muito... É eu me surpreendi ao ver as pessoas discutindo água e esgoto, principalmente, água e esgoto, e a permanência nas casas, porque eles reconheciam aquilo ali como o lugar onde eles construíram ao longo dos anos a sua vizinhança, sua história, sua memória. Então a permanência era um aspecto fundamental. Ah, eu queria desenvolver um plano de intervenção em que a gente procurasse, como sempre vinha procurando, não arbitrar, não utilizar do nosso saber técnico, da nossa vaidade [inaudível]. Mas a minha preocupação era dosar a mão. Então aí eu não quis abrir ruas aleatoriamente, quis manter o perfil dos caminhos tal e qual estavam desenhados, só desobstruindo alguns espaços. Lembro que me criticaram porque eu deixei aquela rua no interior que é meio serpenteada e eu falei “mas é o espaço que eles fazem, o percurso já consolidado”, então isso eu mantive. E aí eu procurei como estratégia os terrenos vazios que me deram muito trabalho de negociação e teve muito morador que ficou de mal comigo, que foi para garantir que se fizesse pequenos espaços públicos, eu lembro que o professor Nuno Portas e a Lilian Fessler ficaram muito surpresos ao ver pequenas pracinhas, pequenas... sabe, espaços públicos, para que as pessoas não ocupassem, aqueles espaços mais. Porque também, com tantas idas e vindas do projeto e também do tempo de fazer o projeto e tempo de executar

as obras, outras casas foram surgindo, né e isso era comprometedor. A gente ía, discutia, argumentava com o morador dizendo que aquele terreno não era exatamente dele... teve um caso que foi surpreendente, que entre a rua principal que é a Rua da Esperança e as margens do canal havia um dos assentamentos mais antigos que era uma espécie de vila com vários familiares. E eu precisava abrir aquela rua, pra passar a infraestrutura, para passar água, esgoto e drenagem, ou seja, as casa ficavam assim, tinham um portãozinho de um lado e do outro, mas só aquelas famílias utilizavam. Mas tinha um terreno vazio perto do canal e aí eu fui estrategista. Eu falei assim, depois de muitos e muitos embates, “você me permitem passar pelo seu terreno a infraestrutura, eu mantenho o portão de vocês fechado, conquanto que vocês entendam que a Prefeitura pode a qualquer momento requisitar a abertura para fazer a manutenção das redes, e esse terreno que está sobrando aqui vocês nos sedem para construir uma casa para abrigar uma família que não tem como ser contemplada nas casas novas”. E aí a gente fez isso, eles doaram aqueles 25 metros quadrados e a gente estendeu um sobradinho que eu pedi ao fiscal que eles fizessem com que a empreiteira construísse sem ônus para o município, claro, tava fazendo um contrato gigantesco, não era construir quatro paredes e uma cobertura que ia onerar os custos dela, nem aumentar o prejuízo. Ocorre que tempos depois, esse mesmo casal, esperando um filho, com um filho pequeno, eram imigrantes da Paraíba, eles colocaram a placa para vender. E eu fiquei muito irado... Aí eu peguei uma escada, tirei a placa e desci cuspidando marimbondos com ele. Aí ele: “ah mas a gente não tem emprego...” e eu falei: “mas tem casa para morar, o que fica mais fácil do que não ter nada”. Como teve uma senhora que vendeu a casa e depois voltou e trocou por um carro, ai voltou pedindo uma casa e não tinha como. Aí acabou vendendo para o filho de um morador da área mesmo, o que é bom, pelo menos ficou ali. E teve uma casa que é no final da Rua do Arquiteto... ela tava desabrigada,

porque quando nós começamos a aterrar as margens do canal, percebemos que algumas casas ficaram muito abaixo da cota de soleira e isso ia ser um problema para as pessoas. Então o que nós fizemos, tiramos duas famílias dali, ampliamos o pátio para acesso das outras casas e aí eu diminuí a praça que estava prevista e construí as duas casinhas, do mesmo jeito, chamando a construtora e o fiscal da Prefeitura e dizendo assim “pede pra ela construir”. E ela fez duas casas, e falei pra ela assim: a senhora agora é a madrinha dessa praça. E ela cuida até hoje, aí ficou a praça menor... e eu soube depois que a outra senhora que era mais fria acabou vendendo. Mas enfim, eu fiz a minha parte...

**Ana Beatriz Melo e Carmen B. Silveira: Quais foram as principais propostas do plano de intervenção que foram realizadas?**

Humberto Kzure-Cerqueira: Eu acho que a principal era mesmo infraestrutura, era a abertura do rio... não foi feita toda porque falta parte da drenagem que está ficando no próprio leito carroçavel lindeiro ao Rio das Tachas e a canalização de grande parte, porque do outro lado tem um acesso que pertence a um português e a gente sabe que a aquela região ali de Jacarepaguá tem problema de grileiro, de ocupações indevidas do solo... e ai nem toda a infraestrutura foi implantada mas o máximo que foi possível, de água, esgoto e drenagem foi implantado. E ai eu acho que nós não conseguimos implantar todos os equipamentos culturais como nós gostaríamos, não foi possível fazer o paisagismo de revitalização do rio como nós gostaríamos, que era para ser um lugar público, com quiosque, essas coisas... queríamos fazer o parque e não foi possível. A qualidade construtiva, que nós fizemos casa menor do que queríamos, que eram os sobradinhos e isso foi bom porque acabou ditando uma conduta da Prefeitura. Porque o Sérgio Magalhães pragmaticamente me sugeriu e fez uma fita, dividiu a casa em três metros e eu falei que não ia fazer isso. Aí foi importante, porque foi um momento que ele tinha feito uma viagem e os gerentes dele me

autorizaram a fazer a casa do jeito que foi construída. Mas aí a gente teve problema a qualidade construtiva que não foi boa, aí a qualidade dos tijolos não foi boa, aí quando chovia ficava úmido, aí não tinha batente, não tinha box. E eu falava para as pessoas: pelo amor de Deus, ocupa antes que alguém venha aí. O que eu não posso é ter um batente de uma porta como uma causa, então, vai, compra ali e entra logo nesse lugar antes que alguém se aproprie. E eu fui muito duro, também, não fui nem um pouco manso. E eu acho que a minha conduta foi uma conduta que não era, não soava para eles como uma conduta autoritária, mas como autoridade e aí quando eles vinham com “a meu pai tá ficando idoso, tenho que mudar” e eu falava “não, só vamos mudar quando todas as casas estiverem prontas”. Então, eu também não entrei no jogo da população, eu fui fazendo aquilo que eu penso ser o melhor não para eles, mas para a cidade. A classe média às vezes é muito estúpida em relação a vários procedimentos e ela não se preocupa com a infraestrutura da periferia e depois não sabe porquê o mosquito da dengue chega até a sua casa no Leblon. Então quer dizer, ela não está preocupada com a cidade, está preocupada com seu próprio umbigo. E isso acontece na favela também... então, não é para ser bonzinho, é para respeitar, compreender aquele território e demonstrar pra eles que a gente vive num espaço coletivo e que tem que ser o mais equilibrado possível e que será melhor para todos.

**Ana Beatriz Melo e Carmen B. Silveira: Houve algum retorno à comunidade após o término das obras?**

Humberto Kzure-Cerqueira: Eu fui várias vezes lá, levei várias pessoas que queriam conhecer e aí depois também fui percebendo que ficou muito valorizado e que a infraestrutura que nós implantamos ficou obsoleta, ela fragilizou porque o equipamento superou nossas expectativas, como todo planejamento é cheio de ponderabilidades, e aí o que ocorre agora, é motivo de um novo Morar Carioca, para complementação da infraestrutura, para

expansão das redes e para fazer o que não foi feito, até por esses problemas jurídicos todas que marcaram a história do Canal das Tachas.